

XVIII CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA
Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
Universidade Estácio de Sá – Campus Nova América
Rio de Janeiro, 25 a 29 de agosto de 2014



ISSN: 1519-8782

CADERNOS DO CNLF, Vol. XVIII, Nº 02
LEXICOGRAFIA, LEXICOLOGIA,
SEMÂNTICA E TERMINOLOGIA
(2ª edição, revista e aumentada)



Rio de Janeiro, 2014

**UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ
CAMPUS NOVA AMÉRICA – RIO DE JANEIRO – RJ**

REITOR

Ronaldo Mota

DIRETOR ACADÊMICO

Marcos Lemos

VICE-REITOR DE GRADUAÇÃO

Vinicius Scarpi

VICE-REITOR DE PESQUISAS

Luciano Medeiros

VICE-REITORA DE EXTENSÃO

Cipriana Nicolitt C. Paranhos

GERENTE ACADÊMICA DO NÚCLEO NORTE

Elisabete Pereira

DIRETORA DO CAMPUS NOVA AMÉRICA

Natasha Monteiro

GESTOR ACADÊMICO DO CAMPUS NOVA AMÉRICA

Luciano Rocha

COORDENADORES ADMINISTRATIVOS DO XVIII CNLF

*André Luís Soares Smarra
César Augusto Lotufo*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Boulevard 28 de Setembro, 397/603 – Vila Isabel – 20.551-185 – Rio de Janeiro – RJ
eventos@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – <http://www.filologia.org.br>

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETOR

José Mário Botelho

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Regina Celi Alves da Silva

SEGUNDA SECRETÁRIA

Anne Caroline de Moraes Santos

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Amós Coelho da Silva

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Eduardo Tuffani Monteiro

DIRETORA CULTURAL

Marilene Meira da Costa

VICE-DIRETOR CULTURAL

Adriano de Sousa Dias

DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Antônio Elias Lima Freitas

VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Luiz Braga Benedito

DIRETORA FINANCEIRA

Ilma Nogueira Motta

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Maria Lúcia Mexias Simon

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

XVIII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

de 25 a 29 de agosto de 2014

COORDENAÇÃO GERAL

*José Pereira da Silva
José Mario Botelho
Marilene Meira da Costa
Adriano de Souza Dias*

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

*Amós Coelho da Silva
Regina Celi Alves da Silva
Anne Caroline de Moraes Santos
Antônio Elias Lima Freitas
Eduardo Tuffani Monteiro
Maria Lúcia Mexias Simon
Antônio Elias Lima Freitas
Luiz Braga Benedito*

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

*Ilma Nogueira Motta
Eliana da Cunha Lopes*

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

*Marilene Meira da Costa
José Mario Botelho*

SECRETARIA GERAL

Sílvia Avelar Silva

SUMÁRIO

0.	Apresentação – <i>José Pereira da Silva</i>	07
1.	A formação de compostos na libras – <i>Vanessa Gomes Teixeira</i> ...	09
2.	A fraseologia na neologia, na semântica e na lexicografia – <i>José Pereira da Silva</i>	22
3.	A gramaticalização no processo de recomposição: os afixoides eco- e homo- – <i>Patrícia Affonso de Oliveira</i>	33
4.	A influência do estrangeirismo na mídia impressa – <i>Amanda Tristão Meneguelli e Luciene Pinheiro de Souza</i>	53
5.	A polissemia no conceito de cultura – <i>Mônica Saad Madeira e Simony Ricci Coelho</i>	65
6.	Afixos e radicais como elementos de intercompreensão – <i>René Gotlieb Strehler</i>	75
7.	Antroponímia municipal alagoana: um estudo onomástico de nomes de cidades do estado de Alagoas – <i>Pedro Antonio Gomes de Melo</i> 90	
8.	Concepção de patroa e trabalhadoras domésticas em uma coluna jornalística – <i>Priscila Lopes Viana Furst</i>	108
9.	Empréstimo linguístico: o que é, como e por que se faz – <i>Vito Cesar de Oliveira Manzollilo</i>	121
10.	Linguagem e cultura – <i>Maria Lucia Mexias-Simon</i>	156

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

11. O diário secreto – *Alex Swander Martins* 163
12. “A culpa é das estrelas”: mescla multimodal em postagens da UDD
– *Luanda da Silva Gustavo* e *Sandra Pereira Bernardo* 176
13. A toponímica da área central da cidade de Três Lagoas: um estudo preliminar – *Karla Bittencourt* 192
14. Aquisição de palavras complexas no português brasileiro: a emergência de morfologia derivacional na fala infantil – *Christina Abreu Gomes* e *Maria Fernanda Moreira Barbosa* 203
15. As feições polissêmicas da unidade lexical bandeira: um estudo diacrônico com base lexicográfica – *Rayne Mesquita de Rezende* e *Maria Helena de Paula* 219
16. Léxico e discurso: a construção da intertextualidade e da interdiscursividade – *Ângela Cristina Rodrigues de Castro* 228
17. Mal-olhado e mau-olhado: um olhar léxico-semântico – *Jozimar Luciovanio Bernardo* e *Maria Helena de Paula* 242
18. Maria Tereza Biderman: a lexicografia refletida e praticada – *Maria da Graça Krieger* 250
19. Mentiras e lutas: processo de mesclagem em conversa espontânea – *Caroline Martins da Silva* e *Sandra Pereira Bernardo* 258
20. O uso do glossário de verbos e a criação de jogos como meio de aprendizagem – *Dayane Carneiro Rocha* e *Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira* 270
21. Palavra por palavra: o estudo do léxico no livro didático de língua portuguesa – *Márcia Suany Dias Cavalcante* 281

APRESENTAÇÃO

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos teve o prazer de apresentar-lhe onze trabalhos, na primeira edição deste número 02 do volume XVIII dos *Cadernos do CNLF*, sobre os temas “Lexicografia, Lexicologia, Semântica e Terminologia”, que foram apresentados no XVIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia de 25 a 29 de agosto deste ano de 2014. Nesta segunda edição, foram acrescentados mais dez trabalhos incluídos na ordem alfabética dos títulos, após os que já haviam sido publicados anteriormente, também nesta mesma ordem.

Na primeira edição, foram publicados, neste número, apenas os trabalhos dos seguintes congressistas (incluídos também os nomes dos orientadores): Alex Swander Martins, Amanda Tristão Meneguelli, José Pereira da Silva, Luciene Pinheiro de Souza, Maria Lucia Mexias-Simon, Mônica Saad Madeira, Patrícia Affonso de Oliveira, Pedro Antonio Gomes de Melo, Priscila Lopes Viana Furst, René Gottlieb Strehler, Simony Ricci Coelho, Vanessa Gomes Teixeira e Vito Cesar de Oliveira Manzillo.

Dando continuidade ao trabalho do ano passado, estamos editando, simultaneamente, o livro de *Minicursos e Oficinas*, o livro de *Resumos* e o livro de *Programação* em três suportes, para conforto dos congressistas: em suporte virtual, na página do Congresso; em suporte digital, no *Almanaque CiFEFiL 2014* (CD-ROM) e em suporte impresso, nos três primeiros números do volume XVIII dos *Cadernos do CNLF*.

Todo congressista inscrito nos minicursos e/ou nas oficinas receberá um exemplar impresso do livro de *Minicursos e Oficinas*, sendo possível também adquirir a versão digital, desde que pague pela segunda, que está no *Almanaque CiFEFiL 2014*.

Junto com o livro de *Minicursos e Oficinas*, o livro de *Resumos*, e o livro de *Programação*, o *Almanaque CiFEFiL 2014* já traz publicada

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mais de 130 textos completos deste XVIII CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA, para que os congressistas interessados possam levar consigo a edição de seu trabalho, não precisando esperar até o final do ano, além de toda a produção do CiFEFiL nos anos anteriores.

A programação vai publicada em caderno impresso separado, para se tornar mais facilmente consultável durante o evento, assim como o *Livro de Resumos*, sendo que o livro de *Programação* será distribuído a todos os congressistas, mas o livro de *Resumos* será distribuído apenas aos congressistas inscritos com apresentação de trabalhos, visto que vários deles precisarão comprovar imediatamente, em suas instituições, que efetivamente participaram do congresso em que se inscreveram.

Aproveitamos a oportunidade para lhe pedir que nos envie, por e-mail, as críticas e sugestões para que possamos melhorar a qualidade de nossos eventos e de nossas publicações, principalmente naqueles pontos em que alguma coisa lhe parece ter viável melhoria.

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos e sua Diretoria lhe desejam uma boa programação durante esta rica semana de convívio acadêmico.

Rio de Janeiro, dezembro de 2014.



A FORMAÇÃO DE COMPOSTOS NA LIBRAS

Vanessa Gomes Teixeira (UERJ)
vanessa_gomesteixeira@hotmail.com

RESUMO

Azeredo (2008) explica que, de modo geral, conhecemos as palavras e seus significados como se cada uma pertencesse a um estoque guardado na memória e elas fossem independentes umas das outras. Na verdade, elas são formadas a partir de combinações, e é justamente a possibilidade de combinar morfemas para criar novos lexemas que torna possível a existência da língua, já que, caso fosse sempre necessário a criação de um novo termo arbitrário para denominar um conceito, a memória humana não conseguiria memorizá-los. Assim, segundo Azeredo (2008), a memória humana é capaz de memorizar um número limitado de lexemas, pois a outra parte pertence a um conjunto de unidades criadas por meio de regras de formação de palavras. Fundamentalmente, existem dois tipos de processos de formação de palavras: a derivação e a composição. O primeiro se constitui quando uma palavra provém de outra, dita primitiva; já o segundo resulta da união de duas ou mais palavras, consideradas simples. Tendo em vista o exposto, o presente trabalho visa abordar questões relacionadas à formação de palavras na libras, mais especificamente sobre a composição dos sinais. Em relação a esse procedimento, Felipe (2006) explica que “nesse tipo de processo de formação de palavras, utilizam-se itens lexicais que são morfemas livres que se justapõem ou se aglutinam para formarem um novo item lexical” (FELIPE, 2006, p. 207). Para tal objetivo, organizamos essa pesquisa em partes. Primeiramente, falaremos sobre os estudos sobre a formação de palavras e a distinção entre derivação e composição. Depois, na segunda parte, abordaremos estudos sobre a formação de palavras na libras e discutiremos o conceito de fonema nos sinais. Por fim, na terceira parte, citaremos tipos de formação de palavras na libras e apresentaremos exemplos de formação de sinais na libras por meio do processo de composição por justaposição

Palavras-chave: Morfologia. Formação de compostos. Libras.

1. Introdução

Azeredo (2008) explica que, de modo geral, conhecemos as palavras e seus significados como se cada uma pertencesse a um estoque guardado na memória e elas fossem independentes umas das outras. Na

verdade, as palavras são formadas a partir de combinações, e é justamente a possibilidade de combinar morfemas para criar novos lexemas que torna possível a existência da língua, já que, caso fosse sempre necessário a criação de um novo termo arbitrário para denominar um conceito, a memória humana não conseguiria memorizá-los.

Assim, segundo Azeredo (2008), a memória humana é capaz de memorizar um número limitado de lexemas, pois a outra parte pertence a um conjunto de unidades criadas por meio de regras de formação de palavras. Fundamentalmente, existem dois tipos de processos de formação de palavras: a derivação e a composição. O primeiro se constitui quando uma palavra provém de outra, dita primitiva; já o segundo resulta da união de duas ou mais palavras, consideradas simples.

Tendo em vista o exposto, o presente trabalho visa abordar questões relacionadas à formação de palavras na língua brasileira de sinais (libras), mais especificamente sobre a composição dos sinais. Em relação a esse procedimento, Felipe (2006) explica que “nesse tipo de processo de formação de palavras, utilizam-se itens lexicais que são morfemas livres que se justapõem ou se aglutinam para formarem um novo item lexical” (FELIPE, 2006, p. 207).

Para tal objetivo, organizamos essa pesquisa em partes. Primeiramente, falaremos sobre os estudos sobre a formação de palavras e a distinção entre derivação e composição. Depois, na segunda parte, abordaremos estudos sobre a formação de palavras na libras e discutiremos o conceito de fonema nos sinais. Por fim, na terceira parte, citaremos tipos de formação de palavras na libras e apresentaremos exemplos de formação de sinais na libras por meio do processo de composição por justaposição.

2. Estudos sobre a formação de palavras e distinção entre derivação e composição

Cunha (2008) explica que formação de palavras é “o conjunto de processos morfossintáticos que permitem a criação de unidades novas com base em morfemas lexicais” (CUNHA, 2008, p. 97). Seus processos mais comuns são os afixos de derivação e os procedimentos de composição. Segundo Azeredo (2008), “uma palavra é formada por derivação

quando provém de outra, dita primitiva¹ (...) e uma palavra é formada por composição quando resulta da união de duas ou mais palavras ditas simples². (AZEREDO, 2008, p. 396)

Os tipos mais comuns de derivação são: a derivação prefixal e a sufixal. Enquanto a primeira corresponde à formação de novas palavras a partir do uso de prefixos, a segunda realiza, por meio de sufixos, o mesmo processo para formar novos substantivos, adjetivos, verbos ou advérbios. Cunha (2008) também comenta que “tanto os sufixos como os prefixos formam novas palavras que conservam de regra uma relação de sentido com o radical derivante” (CUNHA, 2008, p. 98).

No que diz respeito à composição, Cunha (2008) afirma que esta consiste no procedimento de formar uma nova palavra a partir da união de dois ou mais radicais. Essa nova palavra, por sua vez, apresenta uma ideia única, muitas vezes, diferente dos sentidos expressos pelos seus componentes. O autor define dois tipos de composição: (a) por justaposição e (b) por aglutinação. Enquanto no primeiro tipo, os componentes da palavra são ligados, geralmente, por hífen, no segundo eles se unem tornando-se um vocábulo apenas. De acordo com o autor:

1. Quanto á forma, os elementos de uma palavra composta podem estar:

(a) simplesmente justapostos, conservando cada qual a sua integridade:

beija-flor	bem-me-quer	madrepérola
segunda-feira	pé-de-meia	tira-teima

(b) intimamente unidos, por se ter perdido a ideia da composição, caso em que se subordinam a um único acento tônico e sofrem perda de sua integridade silábica:

aguardente (água + ardente)	pernalta (perna + alta)
embora (em + boa + hora)	viandante (via + andante)

(CUNHA, 2008, p. 119)

Outra distinção importante é que o autor classifica determinados tipos de composição de acordo com a classe gramatical dos elementos da palavra formada. Nessa categorização, as palavras compostas podem ser constituídas de:

¹ Chamam-se palavras primitivas os substantivos que não provém de outras palavras (AZEREDO, 2008, p. 157).

² Os substantivos dotados de um só radical se chamam simples (AZEREDO, 2008, p. 157).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

1º) SUBSTANTIVO + SUBSTANTIVO

manga-rosa / porco-espinho / tamanduá-bandeira

2º) SUBSTANTIVO + PREPOSIÇÃO + SUBSTANTIVO

pé-de-meia / arco-da-velha / cor-de-rosa

3º) SUBSTANTIVO + ADJETIVO

a) com o adjetivo posposto ao substantivo:

aguardente / amor-perfeito / criado-mudo

b) com o adjetivo anteposto ao substantivo:

alto-forno / belas-artes / gentil-homem

4º) ADJETIVO + ADJETIVO

azul-marinho / luso-brasileiro / tragicômico

5º) NUMERAL + SUBSTANTIVO

mil-folhas / segunda-feira / trigêmeo

6º) PRONOME + SUBSTANTIVO

meu-bem / nossa-amizade / Nosso Senhor

7º) VERBO + SUBSTANTIVO

beija-flor / guarda-roupa / cata-vento

8º) VERBO + VERBO

corre-corre / perde-ganha / vaivém

9º) ADVÉRBIO + ADVÉRBIO

bem-bom / mal-educado / sempre-viva

10º) ADVÉRBIO (OU ADJETIVO EM FUNÇÃO ADVERBIAL) + VERBO

bem-aventurar / maldizer / vangloriar-se (CUNHA, 2008, p. 121)

Logo, podemos notar que a distinção entre os conceitos de derivação e composição não é clara. De um lado, há abordagens que defendem que a composição e a derivação são processos de formação de palavras e que não há diferenças entre elas. Singh (1997), por exemplo, afirma que os dois processos são instâncias da formação de palavras e governados pelas mesmas regras ou padrões. Por outro lado, há visões que os consideram distintos, como Gonçalves (2011), que explica que, enquanto a composição é um processo que combina palavras ou radicais para formar um item morfológicamente complexo, a derivação, geralmente, necessita

da presença de um afixo. O autor comenta que há dois critérios usados para distinguir a composição da derivação:

- (a) o tipo de unidade que participa de um item morfológicamente complexo e
- (b) a posição que esse item ocupa no interior da palavra. É tacitamente aceita a ideia de que a composição envolve itens livres (FABB, 1998), que podem aparecer tanto à esquerda quanto à direita de uma base. Ao contrário, afixos são formas presas que obedecem a rígidas restrições posicionais (SCALISE, 1984; KATAMBA, 1990; CORREIA & LEMOS, 2005): prefixos antecedem as bases, enquanto sufixos categoricamente as sucedem. (GONÇALVES, 2011, p. 66)

O autor também explica que a composição vem contribuindo com a formação de diversos itens lexicais em português, principalmente os compostos com a estrutura N-(de)-N, como nos casos: “bolsa-família”, “bolsa-escola”, “auxílio-aluguel”, “auxílio-alimentação”, “vale-refeição”, “vale-transporte”, “seguro-saúde”, “seguro-desemprego”, analisados por Almeida (2010) e Faria (2011).

Estruturas do tipo N-N também apresentam um número significativo na língua, como os casos “homem-bomba”, “carta-bomba”, “avião-bomba”, “mulher-melancia”, “mulher-melão”, “mulher-jaca”, entre outros. De acordo com Szymanek (2005, p. 432), esse processo de formação de palavras é tão comum porque, ao contrário de muitos afixos, ele não é limitado por restrições gramaticais, “salvo alguns requisitos semânticos gerais e fatores pragmáticos (extra-gramaticais), como, por exemplo, a exigência da nomeabilidade, que diz que um item lexical deve denotar algo que seja nomeável” (BAUER, 1983, p. 86).

3. Estudos sobre a formação de palavras na libras

Já em relação à formação de palavras na língua brasileira de sinais, Takahira (2012) explica que, para pensarmos sobre os processos de formação de palavras na libras, é necessário refletirmos o que equivaleria à “integridade fônica” e o que seriam os fonemas nas línguas de sinais.

3.1. Os cinco parâmetros

Os estudos descritivos sobre a língua de sinais se iniciaram em 1960, com o linguista americano William Stokoe. Ao descrever os níveis fonológicos e morfológicos da língua americana de sinais (ASL), Stokoe apontou três parâmetros que constituem os sinais e nomeou-os: configu-

ração de mão (CM), ponto de articulação (PA) ou locação (L), e movimento (M).

A partir da década de 1970, os lingüistas Robbin Battison (1974), Edward S. Klima & Ursulla Bellugi (1979) conduziram estudos mais aprofundados sobre a gramática de ASL, especificamente sobre os aspectos fonológicos, descrevendo um quarto parâmetro: a orientação da palma da mão (O). Ficou demonstrado que dois sinais com os mesmos outros três parâmetros iguais (CM, L, M) poderiam mudar de significado de acordo com a orientação da mão.

Além disso, as mãos não são o único veículo usado nas línguas de sinais para produzir informação lingüística. Os surdos fazem o uso extensivo de marcadores não manuais. Enquanto há traços paralingüísticos nas línguas orais (entonação, velocidade, ritmo, sotaque, hesitações etc.), nas línguas de sinais, há expressões faciais, que são elementos gramaticais que compõem a estrutura da língua, seja na marcação de formas sintáticas, seja na atuação como componente lexical.

Por fim, ainda em relação ao nível fonológico, podemos citar o conceito de “pares mínimos”. Levando em conta os cinco parâmetros para a formação de um item lexical, podemos contrastar dois sinais com base em apenas um parâmetro. Esse componente será chamado de “par mínimo”. Como explica Gesser (2009):

Nas línguas orais, por exemplo, pata e rata se diferenciam significativamente pela alteração de um único fonema: a substituição do /p/ por /r/. No nível lexical, temos em libras pares mínimos como os sinais família e reunião (que se opõem quanto à CM). (GESSER, 2009, p. 15)

Logo, podemos destacar que a formação dos sinais na libras ocorre a partir de cinco parâmetros – a configuração de mão, a locação ou o ponto de articulação, o movimento, a orientação e a expressão não manuais. O primeiro parâmetro diz respeito à configuração de mão, ou seja, a posição e a forma que a mão deve fazer para formar um sinal. Já o segundo parâmetro é a locação, também chamada de ponto de articulação, que se refere ao espaço na frente do corpo ou a uma parte do corpo em que os sinais são executados. O terceiro parâmetro é o movimento direcional que será feito pelas mãos ou pulsos em uma configuração de mão e em um ponto de articulação específicos para que o sinal seja formado. O quarto parâmetro, a orientação, é a direção em que a palma da mão deve estar quando o sinal é executado. Por último, temos o quinto parâme-

tro, as expressões não manuais, que são as expressões feitas pelo rosto para que itens lexicais e marcações sintáticas sejam diferenciados.

3.2. Processo de formação de sinais na libras

A partir das considerações acima, uma hipótese criada por Takahira (2012) é que o processo de justaposição ocorre na língua de sinais quando dois sinais, que formam o composto, são realizados em sua totalidade, ou seja, os dois sinais são completamente sinalizados. Já o processo de aglutinação ocorre, segundo a autora, quando algum ou alguns dos parâmetros de um ou ambos os sinais são modificados ou não seriam realizados.

Em relação à composição, temos na área de libras, os estudos realizados por Figueiredo Silva e Sell (2009) e Tanya Felipe (2006). Figueiredo Silva e Sell (2009) dividem compostos na libras nos seguintes tipos: “compostos aparentes”, “compostos verdadeiros”, “compostos por justaposição de sinais com a estrutura CASA + N” (relacionados à ideia de lugar), “compostos por justaposição de sinais com a estrutura N + N” (relacionados à ideia de lugar) e “compostos por justaposição de sinais com a estrutura CASA + N + N” (relacionados à ideia de lugar).

Primeiramente, os “compostos aparentes” têm sua ordem variável e cada sinal que os compõem pode ocorrer isoladamente, como nos sinais MENINO e BEBÊ (FIGUEIREDO SILVA; SELL, 2009, p. 17-18), representados abaixo:





Disponível em: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>

Já os “compostos verdadeiros” têm sua ordem fixa, como nos exemplos VIGIA, AGRICULTOR ou COSTUREIRA (FIGUEIREDO SILVA; SELL, 2009, p. 21), e o sinal HOMEM (ou MULHER) é obrigatório em geral.



Disponível em: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>

O terceiro tipo de composição citado pelas autoras trata-se da formação de compostos que designam lugares/locais, gerados a partir da justaposição do sinal CASA + NOME. Observa-se nesse tipo, além da ordem fixa, a obrigatoriedade dos dois sinais, que neste caso também

existem como formas independentes na língua, como os sinais ESCOLA, IGREJA e MUSEU (FIGUEIREDO SILVA; SELL, 2009, p. 22).



Disponível em: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>

Além da formação de compostos para lugares/loais com a combinação do sinal CASA + NOME, também é possível formar outras combinações com a mesma forma básica, mas com outros sinais. Como obedecem à mesma estrutura que o caso anterior, esses compostos também apresentam ordem fixa e obrigatoriedade de ambos os sinais, como CEMITÉRIO e OFICINA MECÂNICA (FIGUEIREDO SILVA; SELL, 2009, p. 22).





Disponível em: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>

Por fim, há um quinto tipo de grupos de palavras formados pela combinação de mais de dois sinais utilizando a forma [CASA + N + N] para expressar lugares/locais. Esses compostos também têm sua ordenação de sinais fixa e há a obrigatoriedade de todos os sinais, como os sinais PAPELARIA, ASILO e ORFANATO (FIGUEIREDO SILVA; SELL, 2009, p. 24).



Disponível em: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>

Em relação à Felipe (2006), Takahira explica que, apesar da autora dizer que “nesse tipo de processo de formação de palavras, utilizam-se itens lexicais que se justapõem ou se aglutinam para formarem um novo item lexical” (FELIPE, 2006, p. 207), ela só aborda processos de composição por justaposição na libras. Felipe (2006) propõe três formas de realização dos processos de composição por justaposição. São elas:

- a) Justaposição de dois itens lexicais, ou seja, dois sinais que formam uma terceira forma livre como, por exemplo, nos itens lexicais
- b) Justaposição de um classificador com um item lexical. (...) Nesse processo o classificador não é uma marca de gênero e funciona como um clítico.

- c) Justaposição da datilologia da palavra, em português, com o sinal que representa a ação realizada pelo substantivo que, na sede semântica da ação verbal, seria seu caso instrumental. (TAKAHIRA, 2012, p. 256)

Em relação à justaposição de dois itens lexicais, temos como exemplos os sinais de ZEBRA, MÃE, ESCOLA, ALMOÇO e DIVÓRCIO. É interessante notar que, enquanto Figueiredo Silva e Sell (2009) criam uma categoria específica para compostos com a palavra CASA + N, Felipe (2006) mantém essa estrutura em uma classificação mais geral.



Disponível em: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>

Já no que diz respeito à Justaposição de um classificador com um item lexical, são encontrados os exemplos de ALFINETE, AGULHA e ALOJAMENTO.





Disponível em: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>

Por último, para exemplificar um caso de justaposição da datilologia da palavra, em Português, com o sinal que representa a ação realizada pelo substantivo temos o exemplo de AGULHA DE COSTURA.



Disponível em: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>

4. Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo trabalhar questões relacionadas ao processo de formação de palavras por meio da composição em libras. Inicialmente, foi explicado como ocorre esse procedimento em língua portuguesa, e para isso, apresentamos as visões dos autores Azeredo (2008), Cunha (2008) e Gonçalves (2011 e 2012). Além disso, discutimos alguns estudos na área de libras, comparando a pesquisa de Felipe (2006) e Figueiredo Silva e Sell (2009).

Podemos concluir que estudos nessa área são fundamentais para que pré-conceitos sejam desconstruídos em relação à língua de sinais, como, por exemplo, aquele que afirma que a libras não é uma língua, e sim apenas uma mímica de gestos icônicos e sem convenção. A partir da pesquisa sobre a temática em questão, podemos concluir, não só que esse pré-conceito está incorreto, como também que, assim como todas as lín-

guas naturais, a libras também apresenta sua estrutura formada a partir de uma convenção e processos de formação de palavras com regularidades em sua construção.

Eliminar o preconceito e reducionismos da sociedade é um caminho difícil, mas mudar a perspectiva e o olhar que temos em relação à comunidade surda é um fator fundamental para que haja a real inclusão. É preciso que seja desenvolvida uma visão crítica em relação ao contexto social atual, direcionando o olhar para os surdos e criando a consciência de que essa comunidade é composta por integrantes ativos em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FELIPE, T. A. Os processos de formação de palavras na libras. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 200-217, jun. 2006.

_____. *A relação sintático-semântica dos verbos na língua brasileira de sinais (libras)*. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2 vols.

FIGUEIREDO SILVA, M. C.; SELL, F. F. S. *Algumas notas sobre os compostos em português brasileiro e em libras*. PPT apresentado na USP e artigo disponibilizado por e-mail, 2009.

GONÇALVES, C. A. V. Composição e derivação: polos prototípicos de um continuum? Pequeno estudo de casos. *Domínios da Linguagem*, Uberlândia, v. 5, n. 2, p. 63-94, 2011a.

_____. Atuais tendências em formação de palavras no português brasileiro. *SIGNUM: Estudos Linguísticos*, Londrina, v. 1, n. 15, p. 169-199, jun. 2012.

TAKAHIRA, A. G. R. Questões sobre compostos e morfologia da libras. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 1, n. 41, p. 262-276, jan.-abr. 2012.

A FRASEOLOGIA NA NEOLOGIA, NA SEMÂNTICA E NA LEXICOGRAFIA

José Pereira da Silva (UERJ)
pereira@filologia.org.br

RESUMO

As expressões idiomáticas de qualquer idioma são blocos de palavras que só devem ser interpretados semanticamente, porque, isoladamente, as palavras que as compõem perdem o seu significado básico, como se pode ver nos exemplos seguintes, que recolhemos no livro de Zavaglia, Xatara & Silva (2010): “No dia de São Nunca”, “Falar com as paredes”, “Ir ao trono”, “Comer o pão que o diabo amassou” Cortar o barato de alguém”, “Metido a besta”, “Ver passarinho verde”, “Bater um rango” etc. Para o ensino de língua portuguesa para estrangeiros, não há dúvida de que não é nada desprezível o cuidado que se deve ter com as expressões idiomáticas, como ensina Lima (2012) em seu trabalho, analisando cinco manuais destinados a esse alunado especial. Nos dicionários bilíngues, em geral, é muito importante o registro da fraseologia, pois há expressões que têm formas e significados semelhantes, mas há numerosas outras que diferem muito, como demonstra Ferrero [2013, p. 72]: “A irmã de João é uma brasa” X “Mi padre está todo el día dándome la brasa para que estudie”. Tagnin (2013, p. 99-107) apresenta exemplos similares dessas expressões em português e inglês, mas também em alemão, espanhol, francês e italiano. Não é preciso ver isto apenas em línguas diferentes, como fica demonstrado em diversos dicionários de língua portuguesa, como o *Dicionário Brasileiro de Fraseologia* (SILVA, 2013), que estamos elaborando. Em relação aos neologismos fraseológicos, aproveitaremos as contribuições de Riva (2012), em que aponta “a diferença do neologismo de unidades lexicais e a neologia dentro da fraseologia”. Apoiados em Bertrán (2012), demonstraremos que “é sobretudo na fraseologia e na paremiologia que vamos encontrar provas concretas e abundantes para investigar essa relação língua/cultura” para a elaboração de bons dicionários culturais.

Palavras-chave: Fraseologia. Neologia. Semântica. Lexicografia

1. Introdução

As expressões idiomáticas são blocos de palavras que devem ser interpretados semanticamente, porque, isoladamente, as palavras que as

compõem perdem o seu significado básico, como se pode ver nos exemplos seguintes, que recolhemos do livro *Xeretando a Linguagem em Francês*, onde Zavaglia, Xatara & Silva (2010) demonstram isto eficientemente: “No dia de São Nunca”, “Falar com as paredes”, “Ir ao trono”, “Comer o pão que o diabo amassou”, “Cortar o barato de alguém”, “Medito a besta”, “Ver passarinho verde”, “Bater um rango” etc.

Podemos, ou poderíamos tratar desse assunto durante uma semana inteira e não o esgotaríamos, com absoluta certeza, como ocorreu no ano passado, em Fortaleza, mas só cuidaremos, nesta oportunidade, de fazer uma relação mais produtiva possível da fraseologia com a neologia, com a semântica e com a lexicografia, identificando alguns pontos em que essa relação é importante nessas ciências.

Para isto, trataremos, em tópicos específicos, da fraseologia, da neologia, da semântica e da lexicografia.

2. A fraseologia

Antônio Houaiss entende fraseologia como expressões idiomáticas, sendo bastante reduzida a sua exemplificação no seu *Dicionário Eletrônico* apesar de registrar numerosas locuções e de defini-la como “frase ou expressão cristalizada, cujo sentido geral não é literal”, dando como sinônimo “frase feita” e exemplificando com “*Fazer uma tempestade em um copo de água*”. Também fica entendido como fraseologia o “estudo ou compilação de frases feitas de uma determinada língua”³. (HOUAISS, 2009, s.v.)

Álvaro Alfredo Bragança Júnior escreve um longo capítulo em seu livro, na tentativa de conceituar a fraseologia (BRAGANÇA JÚNIOR, 2012, p. 11-19), informando que se denomina de “fraseologia a ciência que estuda o conjunto de frases ou locuções em uma língua, em primeiro plano, ou de um autor isolado⁴, num segundo momento”. (*Idem*, *ibidem*, p. 11).

³ Confira, neste caso, a versão preliminar de nosso *Dicionário Brasileiro de Fraseologia*, na página http://www.josepereira.com.br/DBF_2013.pdf.

⁴ Em relação aos estudos da fraseologia de um autor, veja-se o que escrevemos sobre “A Fraseologia nas Crônicas de Carlos Drummond de Andrade”, disponível na página <http://www.filologia.org.br/pereira/textos/afraseologianas.htm> e A Origem das Frases Feitas Usadas por Carlos Drummond de Andrade, disponível na página <http://www.filologia.org.br/pereira/textos/aorigemdassrases.htm>.

No entanto, relacionando pesquisa feita nos principais dicionários da língua, demonstra que ainda não se conseguiu delimitar suas “características formais e contedísticas”, baseado em Aurélio Buarque de Holanda, José Pedro Machado e Francisco da Silveira Bueno. (Cf. BRAGANÇA JÚNIOR, 2012, p. 12-16)

Ainda segundo o Prof. Álvaro Alfredo Bragança Júnior, são incluídos na fraseologia, ora como sinônimos, ora como uma de suas modalidades, os adágios, os aforismos, os anexins, os apotegmas, os axiomas, os brocardos, as chufas, os ditados, os ditames, os ditérios, os ditos ou dizeres, os gnomas ou gnomes, as máximas, as mofas ou motejos, as parêmias, os prolóquios, os provérbios, os refrãos ou rifãos e as sentenças, com grande dificuldade para se delimitar o sentido preciso da maioria desses termos. Além disso, podem ser incluídos ainda os fraseologismos tecnológicos (tema de interesse especial da terminologia), que surgem, se desgastam e se substituem muito rapidamente, principalmente agora, com a alta velocidade trazida pela informatização generalizada.

3. A neologia

Em seu livro *Neologia: Criação Lexical*, Maria Ieda Alves ensina que

Na neologia sintagmática, o significado resulta em parte dos semas característicos dos elementos integrantes do sintagma e em parte de uma convenção já aceita pela comunidade linguística: *cesta básica* constitui o “conjunto de alimentos indispensáveis para a manutenção de uma pequena família”, *produção independente* nomeia a “criança cuja mãe não depende da assistência paterna”, *condomínio fechado* implica um “conjunto de casas às quais não é permitido o acesso de estranhos”. (ALVES, 2007, p. 52)

Neste caso, fica evidente que o significado da expressão não está fundamentado no significado dos elementos que a constituem, podendo funcionar como uma nova palavra dentro do léxico do idioma.

A professora Nelly Carvalho (2009), em seu livro *Empréstimos Linguísticos na Língua Portuguesa*, nos lembra que “O léxico de uma língua é como uma galáxia, vive em expansão permanente por incorporar as experiências pessoais da comunidade que a fala” na classe de palavras que representa “o universo extralinguístico, nomeando as coisas, as qualidades e os processos”. (CARVALHO, 2009, p. 32)

Assim como a importação de vocábulos de uma área de conhecimento para outra pode ser utilizada para atualizar o léxico (Ex.: A pronúncia em línguas estrangeiras é meu *calcanhar de aquiles*), ou de vocábulos de um idioma para outro (Ex.: Esta CPI *vai dar em pizza*), ou ainda de importação e inclusão de estrutura morfossintática própria de outro idioma (Ex.: Participei do rolê no *shopping center*), as frases feitas constituem riquíssima possibilidade de renovar o vocabulário de uma língua.

O Prof. Huéinton Cassiano Riva (2012) nos lembra que

ao contrário do que acontece com as lexias simples ou compostas [...], o que rege o nascimento das novas unidades fraseológicas ou lexias complexas é o processo de lexicalização, de várias lexias simples que já existem em nosso léxico, ao redor de um culturema, gerando novas combinações de palavras e, por fim, novos idiomatismos. (RIVA, 2012, p. 316)

Aproveitando a oportunidade, é importante destacar outra característica importante da fraseologia, implícita na citação acima, esclarecendo o conceito de culturema e a sua importância na constituição da fraseologia:

Os culturemas nada mais são do que símbolos extralinguísticos culturalmente motivados que servem de modelo para que as línguas gerem lexias complexas figuradas, sobretudo porque os culturemas mantêm a vitalidade e a figuratividade necessárias para impulsionar a criação de quase todos os novos tipos de expressões. (RIVA, 2012, p. 314)

Fecundando os neologismos fraseológicos, eles revelam a integração direta da cultura com a língua das comunidades linguísticas e da língua com a sua cultura popular, “uma vez que são criações de fora do idioma e que induzem ao surgimento de simbologismos dentro da língua” (*Idem, ibidem*).

Ieda Maria Alves (2007), aliás, coloca em destaque o fato de que o uso de uma “unidade lexical neológica” é usada conscientemente pelo falante. Ou seja: o usuário de uma expressão fraseológica dessas tem consciência de que está promovendo uma inovação no léxico. Tanto é assim que, na modalidade escrita, essas expressões, normalmente, são marcadas de alguma forma, ou com aspas, ou com algum tipo de grifo (*italico*, **negrito**, MAIÚSCULAS etc.), para colocar em destaque o “ineditismo, estranhamento, originalidade de novos termos e/ou novas palavras da língua geral”. (RIVA, 2012, p. 316)

Como tem sido apontado por Ieda Maria Alves (*Op. cit.*) e por Maria Tereza Camargo Bidermam (2001), vem crescendo cada vez mais, nas últimas décadas, o surgimento de novas expressões idiomáticas, prin-

principalmente por causa da popularização do acesso à internet e do avanço geral dos meios de comunicação de massa.

4. A semântica

Aparentemente, como nos relacionou Maria Helena Duarte Marques, o termo “semântica” é simples de definir:

semântica é o estudo do significado em linguagem, semântica é a disciplina linguística que estuda o sentido dos elementos formais da língua, aí incluídos morfemas, vocábulos, locuções e sentenças (estruturas sintaticamente completas ou linguisticamente gramaticais), ou, ainda, semântica é o estudo da significação das formas linguísticas. (MARQUES, 2001, p. 15).

Mas isto não passa de uma ilusão, visto que o problema mais sério é que não há consenso em relação à definição de significado. E, neste caso, se não se consegue consenso em relação a uma definição de significado, as definições acima não resultam em nada objetivo, como parece, à primeira vista.

No capítulo seguinte, no entanto, ela conclui, que

A semântica é um dos caminhos que possibilitam à filosofia compreender como o ser humano elabora representações simbólicas do mundo, de que modo as organiza e estrutura, de acordo com princípios capazes de estabelecerem a aceitabilidade e a coerência dessas representações simbólicas, objetivas e subjetivas, de dados da realidade. (MARQUES, 2001, p. 16)

Neste caso, como a sociedade e o mundo estão em constante evolução, os significados das palavras também mudam para se adaptarem aos novos tempos, ou, não resistindo, desaparecem ou se tornam arcaicas, surgindo neologismos para os novos significados.

A Profa. Nelly Carvalho (2009), tratando dos neologismos em seu livro supracitado, chama atenção para isto, quando diz que “não só velhas formas desaparecem e surgem no correr da história da língua, como também as relações entre as formas e seus conteúdos estão em constante mudança” (CARVALHO, 2009, p. 33)

5. A lexicografia

Sabemos que os processos de criação lexical são bastante variados e produtivos. No entanto, no caso das chamadas unidades fraseológicas, que correspondem semanticamente a lexemas complexos, a formação se

faz, basicamente, por meio do que Maria Ieda Alves (2007) chama de composição sintagmática, como mostraremos a seguir.

Isto ocorre quando os membros integrantes de um segmento frasal se encontram numa relação morfossintática e semântica tão íntima que constituem uma única unidade léxica, formando um frasema, que é, segundo Álvaro Iriarte Sanromán (2011)

uma combinação de dois ou mais lexemas, cujo significante e cujo significado não podem ser construídos livre e regularmente por meio da soma regular ou união linguística dos seus componentes. Estruturas do tipo *perder a cabeça*, *baixar a cabeça*, *ser o braço direito*, *dar um passeio*, *ódio mortal* etc. são exemplos de frasemas...

Mais adiante acrescenta Iriarte Sanromán (2011) que

Uma expressão idiomática, ou frasema completo, é uma combinação de dois ou mais lexemas, cujo significante é a soma regular dos significantes dos lexemas constituintes (A + B), mas cujo significado não é a esperada união regular de A e B, mas um significado diferente ‘C’, que não inclui nem “A” nem “B”.

Maria Ieda Alves (2007, p. 50) identifica diferenças interessantes entre a formação de palavras por composição e a formação de unidades léxicas por composição sintagmática:

a ordem de apresentação da unidade sintagmática é sempre a do determinado seguido de determinante, o que nem sempre se verifica no elemento composto; além disso, o item léxico composto pode obedecer a regras próprias quanto à flexão em gênero e em número. Já os membros integrantes do composto sintagmático conservam as peculiaridades flexionais de suas categorias de origem.

Nos dicionários, os lexicógrafos costumam distinguir as palavras compostas das unidades fraseológicas ou composições sintagmáticas, “ao atribuírem entradas distintas para unidades compostas e subentradas para unidades sintagmáticas” (ALVES, 2007, p. 51)

Ainda seguindo a mesma autora, pode-se identificar se uma formação sintagmática está se lexicalizando quando não admite mais a inclusão de outro elemento, como no sintagma “produção independente”, que tem um valor diferente do que tem o fragmento frasal “produção muito independente” (*Idem, ibidem*).

Outro critério, que também revela a lexicalização de um sintagma, supõe o caráter fixo de seus membros integrantes. O sintagma *produção independente* é formado pela função de *produção* e de *independente*, elementos não substituíveis.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A esses dois critérios deve-se acrescentar a frequência, ou seja, o item léxico sintagmático está se lexicalizando se, ao ser usado, mantiver a mesma apresentação formal e um significado constante. (ALVES, 2007, p. 51)

Seguindo a professora uruguaia, Magali Pedro (2012), consideramos que a organização de um dicionário de fraseologia deve atentar para os seguintes itens: a) a forma de apresentação, b) as categorias, c) as acepções, d) os complementos externos, e) as variantes, f) as equivalências, g) os exemplos, h) as marcas de uso e i) a ordenação.

A Profa. Magali Pedro apresenta as seguintes regras, transcritas de Welker (2004), como forma de apresentação das expressões idiomáticas, lembrando que quase nunca são plenamente respeitadas:

O infinitivo só pode ser usado se o verbo da expressão puder ser conjugado livremente.

Se esse verbo, no fraseologismo, existir apenas em determinado tempo, esse fato deveria ser indicado.

Se o sujeito do verbo for um lexema específico, – de modo que o verbo não pode ser conjugado no que concerne a pessoa e número – o idiomatismo não pode, evidentemente, ser registrado no infinitivo. Caso o verbo possa ser conjugado em vários tempos, tal fato deveria ser mencionado.

Expressões existentes apenas em determinada forma verbal só podem ser apresentadas nessa forma. (WELKER, 2004, p. 171, *apud* PEDRO, 2012, p. 345)

Sobre a categorização das unidades fraseológicas, o próprio Welker lembra que nem sempre é óbvio onde começa um idiomatismo, exemplificando com a expressão “(estar no) beco sem saída”, caso em que lembra que “a categoria gramatical vai depender da opção do lexicógrafo”. (WELKER, 2004, p. 168)

Se a expressão tem mais de uma acepção, cada uma delas deverá ser diferenciada das demais, em uma série numerada (1, 2, 3 etc.).

No caso de haver complementos externos, não há uma regra que possa ser indicada como melhor. Por exemplo: para a expressão “quebrar galho”, podemos ter “quebrar um galho”, “quebrar o galho”, “quebrar esse galho” etc. e pode ser registrada como “quebrar o/um/esse/ galho”. (Cf. PEDRO, 2012, p. 348)

Para as variantes, Magali Pedro (2012) sugere que:

No caso em que elementos sinônimos são permutados, como ocorre com os verbos pôr, botar, colocar, essa informação vem logo abaixo da expressão idiomática, entre // (barras) e em fonte diferente.

Quando a variação é um substantivo, vem incluída no corpo da expressão idiomática, entre parênteses. (PEDRO, 2012, p. 349)

Para dicionários bilíngues, existe a questão da equivalência, em que poderemos ter quatro grupos de expressões idiomáticas: I: equivalentes quanto à forma, aos aspectos semânticos e comunicativo-funcionais; II: com diferenças irrelevantes quanto a aspectos léxicos e sintáticos; III: que diferem quanto à forma, mas apresentam equivalência quanto a aspectos semânticos e comunicativos; e IV: [de que] não existe na língua-alvo uma expressão idiomática equivalente. Neste caso, dá-se uma definição. (Cf. PEDRO, 2012, p. 349-350)

Na maior parte dos casos, é a exemplificação que acaba de esclarecer o real significado de uma expressão idiomática.

Quanto às marcas de uso, as expressões podem ser grosseira e vulgares para algumas pessoas e não terem essas marcas para outros, principalmente porque a concepção de tabu linguístico varia bastante de região para região, de uma época para outra etc.

Quanto à ordenação, o essencial é que ela exista e que seja rigorosamente seguida em todo o dicionário, porque há várias opções, todas boas, quando são criteriosamente estabelecidas e seguidas.

6. Conclusões

Enfim, podemos garantir que há uma grande e produtiva afinidade entre a fraseologia, a neologia, a semântica e a lexicografia e que todos esses estudos estão, sempre, de algum modo, entrelaçados.

Com isto, podemos afirmar com toda segurança que o estudioso ou pesquisador de uma dessas ciências do léxico não poderá abrir mão do conhecimento, mesmo que precário, dessas outras, e que aqueles que dominam mais eficientemente o maior número dessas especialidades deverá ter maior sucesso em suas pesquisas e na sua produção científica.

Com a amplitude que se percebe do alcance da fraseologia, devemos destacar ainda as tarefas da fraseologia, apresentando o resumo do que escreveu Riva no segundo tópico de seu artigo (RIVA, 2012, p. 319-321).

Segundo o Prof. Huéinton Cassiano Riva, cabe à fraseologia o estudo das lexias complexas: os provérbios ou parêmiás⁵, as colocações⁶, as expressões terminológicas⁷, as expressões gíricas⁸, as locuções⁹ e as unidades textuais¹⁰.

Apesar de estar muito sintético e bastante desarticulado, este trabalho pretendeu mostrar que as ciências do léxico são muito integradas entre si e que é quase impossível trabalhar com excelência em uma de suas modalidades sem o conhecimento básico das demais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Ieda. *Neologismo: criação lexical*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2007.

BERTRÁN, Antonio Pamies. O projeto “dicionários culturais”. In: ALVAREZ, María Lima Ortiz. (Org.). *Tendências atuais na pesquisa descritiva e aplicada em fraseologia e paremiologia*. Campinas: Pontes, 2012, vol. 1, p. 345-354.

⁵ [Unidades fraseológicas] que recolhem experiências vivenciadas em grupos e as formulam como um saber universal – conotativo, sucinto e complexo – com a função de aconselhar, advertir, consolar, ensinar, persuadir, praguejar ou repreender (RIVA, 2012, p. 319)

⁶ [Unidades fraseológicas] formadas por uma base – ponto de referência – e um colocado – categoria gramatical que determina sua tipologia. (RIVA, 2012, p. 320). “Uma colocação é uma combinação lexical recorrente, não idiomática, coesa, cujos constituintes são contextualmente restritos e de coocorrência arbitrária” (TAGNIN, 1998, p. 41). Exemplos: *acreditar piamente* (colocação adverbial: verbo + advérbio) ou *fumante inveterado* (colocação adjetiva: substantivo + adjetivo).

⁷ A terminologia prefere utilizar termo complexo, sintagmático ou polilexical, ou seja, [unidades fraseológicas] metafóricas ou não, de áreas determinadas do conhecimento. (RIVA, 2012, p. 320)

⁸ [Unidades fraseológicas] metafóricas caracterizadas pela efemeridade, mais evidente quando seu surgimento tem relação com a proteção de um determinado grupo de pessoas por conta da ilegalidade de seus atos, caso de pessoas envolvidas com drogas ilegais – usuários ou traficantes – ou com o crime de forma geral – corrupção, furto, roubo, sequestro etc.). (RIVA, 2012, p. 320)

⁹ Junções de duas ou mais unidades lexicais que, embora preservem individualidade fonética e morfológica, constroem uma outra unidade significativa. (RIVA, 2012, p. 320).

¹⁰ Conjuntos de unidades fraseológicas que possuem alto grau de lexicalização e constroem unidades textuais, com baixa possibilidade de variação de seus termos constitutivos. Por exemplo, os hinos nacionais dos países ou as orações cristãs do Credo, Pai-nosso ou Ave-maria. (RIVA, 2012, p. 320-321).

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. *A fraseologia medieval latina*. Vitória: DLL-UFES, 2012.

CARVALHO, Nelly. *Empréstimos linguísticos na língua portuguesa*. São Paulo: Cortez, 2009.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Houaiss eletrônico. Versão monousuário 1.0. [Rio de Janeiro]: Objetiva, 2009.

IRIARTE SANROMÁN, Álvaro. *A unidade lexicográfica. Palavras, colocações, frases, pragmatemas*. 2001. – Dissertação (de Doutorado em Ciências da Linguagem). Centro de Estudos Humanísticos/Universidade do Minho, Braga. Disponível em:

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4573/1/A_Unidade_Lexicografica.pdf>. Acesso em: 10-07-2014.

LIMA, Lucielena Mendonça de. Uma análise de expressões idiomáticas em livros didáticos de PLE. In: ALVAREZ, María Lima Ortiz. (Org.). *Tendências atuais na pesquisa descritiva e aplicada em fraseologia e paremiologia*. Campinas: Pontes, 2012, vol. 2, p. 133-145.

MARQUES, Maria Helena Duarte. *Iniciação à semântica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

PEDRO, Magali. Dicionário bilíngue de expressões idiomáticas: uma proposta. In: ALVAREZ, María Lima Ortiz. (Org.). *Tendências atuais na pesquisa descritiva e aplicada em fraseologia e paremiologia*. Campinas: Pontes, 2012, vol. 2, p. 343-354.

RIVA, Huéinton Cassiano. O levantamento de neologismos fraseológicos. In: ALVAREZ, María Lima Ortiz. (Org.). *Tendências atuais na pesquisa descritiva e aplicada em fraseologia e paremiologia*. Campinas: Pontes, 2012, vol. 1, p. 313-331.

SILVA, José Pereira da. *Dicionário brasileiro de fraseologia*. Disponível em: <http://www.josepereira.com.br/DBF_2013.pdf>.

TAGNIN, Stella E. O. *O jeito que a gente diz: combinações consagradas em inglês e português*. Edição revista e ampliada. Barueri: Disal, 2013.

_____. *Convencionalidade e produção de texto: um dicionário de colocações verbais inglês/português português/inglês*. 1998. Tese (de livre-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

docência em língua inglesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

WELKER, Herbert Andreas. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Thesaurus, 2004.

ZAVAGLIA, Adriana; XATARA, Claudia; SILVA, Maria Cristina Parreira. *Xeretando a linguagem em francês*. 1ª reimpr. Barueri: DISAL, 2010.

A GRAMATICALIZAÇÃO NO PROCESSO DE RECOMPOSIÇÃO: OS AFIXOIDES *ECO-* E *HOMO-*

Patrícia Affonso de Oliveira (NEMP/UFRJ)
patiaffonso@yahoo.com.br

RESUMO

Os elementos morfológicos *eco-* e *homo-* são oriundos do grego e significam, respectivamente, “casa, habitat” e “semelhante, igual a” (CUNHA, 2010; HOUAISS, 2009). Atualmente, os formativos *eco-* e *homo-* vêm sendo amplamente utilizados para formar novas palavras, mas não mais com o significado que encontramos no dicionário etimológico: *eco-* aparece associado aos significados de “ecológico” e “reciclagem”, típicos de palavras como “ecologia” e “ecológico”, e *homo-*, ao significado de “gay”, numa clara referência à palavra “homossexual”. Esses elementos morfológicos carecem de descrição minuciosa e apropriada, já que os poucos trabalhos que descrevem muito brevemente *eco-* e *homo-* se limitam a falar sobre sua etimologia e/ou a classificá-lo ora como radical (BECHARA, 2004), ora como afixoide (OLIVEIRA & GONÇALVES, 2011), ora como pseudoprefixo (CUNHA & CINTRA, 2001). A falta de consenso entre os estudiosos sobre a que categoria pertencem esses elementos se dá justamente pelo fato de *eco-* e *homo-* apresentarem características tanto de radical quanto de afixo. Usamos a morfologia construcional de Booij (2005, 2010) para fazer a análise dos formativos *eco-* e *homo-* e também para averiguar o posicionamento dos nossos formativos ao longo do *continuum* derivação-composição proposto por Kastovsky (2009) e Gonçalves (2011a). Para essa última questão, serão utilizados, como parâmetros, os critérios empíricos apresentados em Gonçalves (2011a) e em Gonçalves & Andrade (2012).

Palavras-chave:

Afixoide. Recomposição. Formativo. Formação de palavras. Pseudoprefixo.

1. Palavras iniciais

Neste trabalho, temos o objetivo de fazer uma análise do processo de recomposição, mais especificamente dos afixoides *eco-* e *homo-* dentro do processo de gramaticalização, utilizando como base teórica alguns

autores como Neves (1997), Gonçalves *et alii* (2007) e Ferreira (2008). O que buscamos, neste artigo, não é tratar da gramaticalização como fenômeno ou processo, mas observar os estágios da mudança com o intuito de verificar se os afixoides *eco-* e *homo-* estão passando por algum dos estágios de gramaticalização.

Os formativos *eco-* e *homo-* são oriundos do grego e significam, respectivamente, “casa, *habitat*” e “semelhante, igual a” (CUNHA, 2010; HOUAISS, 2009). Em grego, *eco-* era um substantivo masculino que funcionava como palavra e contribuía para a formação de compostos nessa língua (CUNHA, 2010). A base *homo-*, por sua vez, é vista como um elemento de composição que se documenta em compostos formados no próprio grego (CUNHA, 2010).

Atualmente, esses radicais neoclássicos são denominados afixoides, já que exibem características tanto de radicais como de afixos, o que corrobora a proposta de *continuum* morfológico entre os dois principais processos de formação de palavras, a composição e a derivação, tal como proposto por Kastovsky (2009) e Gonçalves (2011 a, b).

Os afixoides *homo-* e *eco-* vêm sendo amplamente utilizados para formar séries de novas palavras na língua, mas não mais com o sentido que encontramos nos dicionários etimológicos: *eco-* aparece associado aos significados de “ecológico” e “reciclagem”, típicos de palavras como “ecologia” e “ecológico”, e *homo-*, ao significado de “gay”, em uma clara referência à palavra “homossexual”, adquirindo, assim, um conteúdo mais especializado e distinto, portanto, do seu significado etimológico. Oliveira & Gonçalves (2011, p. 180) afirmam que “esses formativos adquirem o significado de todo o composto de onde se desprenderam e se juntam a outras bases, formando novas palavras no atual estágio da língua”.

Os dados que compõem o *corpus* utilizado na pesquisa foram coletados no site de busca *Google*, no site *todasaspalavras.com*, no *dicionarioinformal.com* e no Dicionário eletrônico Houaiss (2009), em sites de relacionamento como *facebook* e ainda em cartazes, em propagandas e em jornais de grande circulação como *O Globo*. São, ao todo, 262 dados. Vale ressaltar que este trabalho constitui análise preliminar do assunto e, portanto, não pretende esgotar a questão.

O artigo é estruturado da seguinte forma: em primeiro lugar, definiremos o que chamamos aqui de processo de recomposição, utilizando, como base, estudiosos do assunto como Oliveira & Gonçalves (2011),

Gonçalves (2011 a e b) e também gramáticos como Cunha & Cintra (2001). Em segundo, abordaremos a teoria da gramaticalização segundo os autores Neves (1997), Gonçalves *et alii* (2007) e Ferreira (2008). Logo após, faremos uma análise do processo de recomposição à luz do processo de gramaticalização e, por último, concluiremos este artigo tecendo algumas considerações.

2. O processo de recomposição

Atualmente, os formativos *eco* e *homo-* vêm sendo amplamente utilizados para formar novas palavras, mas não mais com o significado que encontramos no dicionário etimológico (CUNHA, 2010, HOUAISS, 2009); *eco-* aparece associado ao sentido de “verde” ou “reciclagem”, típico de palavras “ecologia” e “ecológico”, e *homo-*, com o significado de “gay”, em uma clara referência à palavra “homossexual”. Desse modo, adquirem um sentido mais especializado, distinto daquele que era oriundo do grego. Esses formativos adquirem o significado de todo o composto e se juntam a outras bases, formando novas palavras. A esse processo, damos o nome de recomposição.

A recomposição é o processo pelo qual há um encurtamento de uma palavra, outrora composta, em um radical que adquire o significado de todo o composto. Esse radical se junta a uma forma livre da língua, formando uma nova palavra. Devemos entender que o radical encurtado não preserva o sentido etimológico da forma de onde se desprende. Na verdade, a forma encurtada adquire o significado de todo o composto e tem características peculiares: alguns se comportam como prefixos, por não funcionarem sozinhas, sendo unidade efetivamente presas; este parece ser o caso de *eco-*. No entanto, há outras formas que não se parecem com prefixos, já que são unidades lexicais autônomas na língua, que funcionam como verdadeiros radicais, ou melhor, funcionam como palavras na língua, como é o caso de *homo-*. Acreditamos, então, que, no processo de recomposição, funcionam como formativos dois tipos diferentes de elementos morfológicos: (a) os que são presos, comportando-se como prefixos e (b) os que são livres e se assemelham mais a radicais.

Cunha & Cintra (2001) fazem uma análise das diferenças entre radicais neoclássicos e pseudoprefixos, afirmando que esses têm um comportamento diferente dos radicais neoclássicos, pois, apesar de adquirirem sentido especial nas línguas modernas, ainda se empregam com o valor originário em numerosos compostos. Para os autores, os radicais

que adquiriram sentido especial assumem o sentido global dos vocábulos de que antes eram constituintes. Estes se distinguem dos radicais neo-clássicos por apresentarem deriva semântica, o “que se evidencia quando processada a “decomposição”: os elementos ingressam em outras formações com sentido diverso do etimológico” (OLIVEIRA & GONÇALVES, 2011). Os gramáticos acreditam que a deriva semântica desses elementos decorre de um processo denominado recomposição por André Martinet, já que não se identificam com o processo de composição, tampouco com o de derivação.

Gonçalves descreve o fenômeno da recomposição como o “mecanismo pelo qual se cria um composto a partir do truncamento de outro” e que a “recomposição é um processo em que a parte truncada adquire o significado de todo o composto da base de onde se desprende” (GONÇALVES, 2011a, p. 68-69). Para o autor, nas novas formações, entretanto, a base, em uma espécie de metonímia formal, remete à acepção do composto que lhe deu origem, afastando-se, com isso, de seu significado original (*op. cit.*). O autor acredita que os itens formados pelo processo de recomposição não constituem casos prototípicos de composição nem de derivação, pois afirma que os itens recompostos passaram por um processo de mudança morfossemântica e que o processo de recomposição é um tipo de operação difusa, já que exhibe tanto características da composição quanto da derivação. Por esse motivo, acredita que a recomposição está nos limites entre a derivação e a composição, ou seja, é um dos processos morfológicos que transitam no *continuum* morfológico que propõe autor com base em Bauer (2005), Kastovsky (2009), Ten Hacken (1994), entre outros.

Gonçalves, em outro artigo, mostra que no processo de recomposição, “parte de uma palavra complexa é encurtada e adquire novo significado especializado ao se adjungir sistematicamente a formas com livrecurso na língua” (GONÇALVES, 2011b, p. 15). O autor acredita que o comportamento multifuncional dos compostos neoclássicos dificulta sua classificação em uma categoria própria. Para o autor, os elementos de primeira posição, como *eco-*, *homo-*, *auto-*, *moto-*, *foto*, *aero*, e *agro-*, entre tantos outros, quando aparecem combinados com palavras, são casos de recomposição.

Oliveira & Gonçalves (2011, p. 180) estabelecem a seguinte definição para o processo de recomposição:

A recomposição é o processo pelo qual há o encurtamento de uma palavra, outrora um composto neoclássico, em que o arqueoconstituinte, nos ter-

mos de Corbin (2000), adquire o significado do composto erudito com alta relevância cultural. Esse radical se junta a uma forma livre da língua, formando nova palavra, agora menos formal por evocação a uma palavra tomada como modelo. Devemos entender que o radical encurtado não preserva o sentido etimológico da forma-gatilho de onde se desprende.

Os autores explicam que a forma encurtada é uma metonímia do composto e que o processo de recomposição utiliza como formativos dois tipos de radicais: aqueles que são presos e se comportam como prefixos, como é o caso de *eco-*, *auto*, *tele-*, *bio-*, entre outros, e aqueles que, pelo processo de clipping, funcionam como radicais livres, ou seja, são unidades lexicais autônomas, que têm estatuto de palavra na língua, como é o caso de *homo-* *foto-* e *moto-*. Para os autores, o formativo *homo-* difere um pouco de *eco-* no que diz respeito ao seu estatuto morfológico. Ambos são usados no processo de recomposição, mas, diferentemente de *eco-*, mais semelhante a um prefixo, *homo-* parece equivaler a um radical, pois pode ser usado como palavra na língua, do mesmo modo que *moto-*: “Hoje, meu primo, aquele que é *homo*, me dará uma carona de *moto* até em casa”. Nesse exemplo, *homo-* e *moto-* funcionam como palavras, ou seja, são formas com estatuto nominal, admitindo, inclusive, flexão de número: “A justiça está fazendo valer os direitos dos *homos*”. (OLIVEIRA & GONÇALVES, 2011, p. 11). Temos como exemplo de *homo-*, os formativos *homoatleta* que se refere ao “atleta que é gay” e “homoviolência” que se refere à violência praticada contra “gays”.

Os autores afirmam que o formativo *eco-*, hoje, comporta-se mais como um prefixo, pois se adjunge a formas de livre curso na língua, formando novas palavras em série – não mais com o sentido etimológico do formativo (*casa*, *habitat*), mas com um novo significado, que se originou dos compostos “ecologia/ecológico”: “natureza” ou “reciclagem”. Assim, formas como “ecoatitude” (atitude ecológica) e “ecopicareta” (“pessoa desonesta que desvia verbas públicas destinadas ao tratamento de questões ambientais”) são exemplos utilizados para mostrar formas recompostas. Ademais, os autores acreditam que *eco-* se assemelha a um prefixo por que “(a) não altera a classe das palavras a que se liga, (b) é bastante produtivo nos dias de hoje, e, além disso, (c) é uma forma, que, sozinha, não funciona como palavra e (d) fixou-se na margem esquerda nas estruturas morfológicas do português.” (*op. cit.*, p. 182). Também acrescentam que, nas estruturas recompostas em *eco-*, o padrão relacionado à posição da cabeça lexical é DT-DM, já que “*eco-* funciona como determinante do termo recomposto: em “ecoterrorista”, *eco-* é modificador do

nome “terrorista”, que designa “pessoa que faz terrorismo sobre as questões ambientais”. (*op. cit.*, p. 182).

3. O processo de gramaticalização: algumas definições

O primeiro autor que teve a preocupação de definir o processo de gramaticalização foi Meillet que, em 1912, definiu a gramaticalização como “a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma” (*apud* NEVES, 1997). Meillet afirmou que em todos os casos em que se podia conhecer a fonte primeira de uma determinada forma gramatical, sua fonte era uma palavra lexical; o autor observou, ainda, que a transição de palavra-lexical para palavra-gramatical se dá por meio de um *continuum*. Givón (*apud* NEVES, 1997) lança o *slogan* “A morfologia de hoje é a sintaxe de ontem” e mostra nas línguas africanas que as formas que outrora eram verbais, hoje, são radicais com afixos que remontam a arranjos de pronomes com verbos independentes.

Hopper & Traugott (*apud* NEVES, 1997) definem a gramaticalização como o processo pelo qual itens e construções gramaticais passam, em determinados contextos linguísticos, a servir a funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. Os autores indicam duas perspectivas de estudo da gramaticalização: a histórica, que estuda as origens das formas gramaticais, bem como as mudanças típicas que as afetam; e a perspectiva sincrônica, que estuda o fenômeno em questão, do ponto de vista de padrões fluídos de uso linguístico. Para Hopper (*apud* NEVES, 1997) todas as partes da gramática estão sempre sofrendo mudanças, e por esta razão, os fenômenos gramaticais em geral podem ser pensados como envolvidos na gramaticalização e que, os casos de itens lexicais que tomam função gramatical são considerados como os casos prototípicos de gramaticalização. (*apud* NEVES, 1997, p. 121)

Heine *et alii* (*apud* NEVES, 1997) abrigam sob o termo gramaticalização tanto o percurso de um morfema do estatuto lexical para o gramatical, como o percurso do estatuto menos gramatical para o mais gramatical. Para os autores, a gramaticalização abriga não somente a evolução de um morfema lexical que passa a morfema gramatical, como também a aquisição de novas propriedades por um elemento já gramatical. Os autores defendem que é impraticável uma separação rígida entre a diacronia e a sincronia, já que uma não pode ser entendida independen-

temente da outra, ou seja, a gramaticalização é fenômeno diacrônico e sincrônico ao mesmo tempo. (*apud* NEVES, 1997).

Neves (1997, p. 115) afirma que o termo gramaticalização “se refere à parte da teoria da linguagem que tem por objeto a interdependência entre “*langue*” e “*parole*”, entre o categorial e o menos categorial, entre o fixo e o menos fixo na língua” Para a autora, “o estudo da gramaticalização põe em evidência a tensão entre a expressão lexical (livre de restrições) e a codificação morfossintática, mais sujeita a restrições, salientando a indeterminação relativa da língua e o caráter não discreto de suas categorias” (*op. cit.*, p. 116). Ao tratar da questão diacronia *versus* sincronia, a autora demonstra que esta se liga à questão “caráter gradual” *versus* “caráter instantâneo” da gramaticalização e continua explicando que

Se considerarmos do ponto de vista histórico, o processo é gradual: o que ocorre é que, embora se possa encontrar, num determinado momento, uma estrutura substituindo completamente outra, por um considerável período de tempo coexistem a forma nova e a velha, que entram em variação, sobre diversas condições; e essa variação encontrada nada mais é do que o reflexo do caráter gradual da mudança linguística. Heine & Reh (1984) afirmam que a gramaticalização é um continuum evolutivo e que qualquer tentativa de segmentação de unidades discretas é arbitrária” (*op. cit.*, p. 118-119).

A autora reitera que podemos dar a um item que outrora era primitivamente lexical um uso gramatical e um novo contexto, e no momento mesmo em que, em um determinado esquema, um item lexical é usado como gramatical, ele se gramaticaliza.

Segundo Gonçalves *et alii* (2007), a gramaticalização é considerada *paradigma* se for observada em um estudo que privilegie a maneira como as formas gramaticais e construções surgem e como são usadas; é considerada *processo* se privilegiar a identificação e análise de itens que se tornam mais gramaticais, ou seja, tudo vai depender de como estudamos a língua. Os autores acrescentam que o processo de gramaticalização pode ser observado de três perspectivas: a diacrônica, sincrônica ou pan-crônica. Para os autores, a gramaticalização se instaura quando uma unidade linguística começa a adquirir propriedades de formas gramaticais ou quando a unidade linguística que já possui estatuto gramatical tem sua gramaticalidade ampliada. Os autores explicam que o que ocorre no processo de gramaticalização é que, conforme as propriedades de uma unidade linguística se alteram, esta se torna membro de novas categorias, em razão de uma reanálise categorial, o que permite enquadrar uma mesma forma em categorias diversas. Os autores nos mostram, resumidamente, em uma escala evolutiva, como estão os estudos de gramaticalização:

- a) Existe a versão de Meillet, que concebe a gramaticalização como a passagem do [lexical] › [gramatical];
- b) A oferecida por Kurilowicz, que adiciona ao *continuum* de Meillet a passagem do [- gramatical] › [+ gramatical];
- c) E as versões dos estudos atuais: [qualquer material linguístico] › [+ gramatical].

Os autores, citando Hopper & Traugott, afirmam que a gramaticalização é sempre concebida como processo que pode esgotar todo o percurso de mudança de um item, ou pode se interromper em um ponto qualquer dessa escala de mudança. Além disso, estabelecem que, como processo, as mudanças sempre se implementam de maneira gradual, em uma escala unidirecional e contínua de aumento de gramaticalidade e abstratização.

3.1. Estágios da mudança e características da gramaticalização

Gonçalves *et alii* (2007) mostram que a mudança que ocorre no processo de gramaticalização não ocorre de uma hora para outra, ou seja, no processo, há estágios pelos quais os itens linguísticos passam para que se tornem gramaticalizados. Esses estágios são os que caracterizam a mudança do [lexical] > [gramatical] ou [- gramatical] > [+ gramatical]. Os autores afirmam que estas etapas foram propostas por Lehmann (1982), que apresenta três fases ou estágios da mudança: *sintatização*, *morfologização* e *desmorfemização*. A sintatização ocorre quando um item, que é recorrente no discurso, começa a adquirir propriedades que o deslocam de sua classe categorial de origem. A morfologização é o processo por meio do qual surgem na língua às chamadas formas presas, como os afixos flexionais ou derivacionais. A desmorfemização é a fase que pode levar um morfema a desaparecer por completo, sendo a sua função assumida por outros itens com os quais ele coocorrem.

3.2. Princípios, mecanismos e critérios da gramaticalização

Ferreira (2008, p. 66) afirma que “na atual literatura a respeito da gramaticalização, não há uma distinção clara dos processos, princípios, mecanismos e critérios (ou parâmetros) que identificam formas já gramaticalizadas ou em processo de gramaticalização”. Concordamos com a autora, pois, na maioria das vezes, não sabemos distinguir exatamente o

que os autores, que estudam a gramaticalização, definem como princípios, mecanismos e/ou critérios. Vamos, então, enumerar os princípios considerados mais importantes.

3.2.1. *Parâmetros e princípios da gramaticalização*

Nesta seção, fazemos uma pequena revisão da literatura a respeito dos princípios e parâmetros que norteiam o processo de gramaticalização, que são os parâmetros de Lehmann, princípios de Hopper e os quatro princípios de Castilho. Os parâmetros de Lehmann, geralmente, são usados para denotar o processo de gramaticalização em um estágio muito avançado. Heine elenca quatro mecanismos que, juntos, são os responsáveis pela gramaticalização. Os princípios de Hopper são usados para estudos em que o processo de gramaticalização é ainda inicial ou em curso, e esse parece ser o nosso caso.

Lehmann (*apud* GONÇALVES, 2007, p. 70) define a gramaticalização como um processo que transforma lexemas em formativos gramaticais e formativos gramaticais em mais gramaticais ainda. Lehmann propõe três aspectos que medem a autonomia de um signo, que são *peso*, *coesão* e *variabilidade*, e que, juntos, verificam o grau de autonomia ou não-autonomia de um signo, o que acaba medindo também o seu grau de gramaticalidade. Lehmann propõe cinco princípios:

- a) **paradigmatização**: tendência das formas gramaticais de se organizarem em um paradigma.
- b) **Obrigatoriedade**: tendência de formas opcionais a se tornarem obrigatórias.
- c) **Condensação**: encurtamento das formas.
- d) **Coalescência**: justaposição do item independente, ou seja, colapso conjunto de formas adjacentes.
- e) **Fixação**: ordem linear livre, que se torna fixa.

Os três aspectos criados por Lehmann captam a natureza gradual da gramaticalização, levando em conta o item em estágio avançado, o que se torna problemática quando se trata de um processo de gramaticalização em curso; é o que parece ocorrer com o fenômeno que analisamos mais adiante: a recomposição se trata de um fenômeno no qual o processo de gramaticalização é inicial, ou seja, está em curso. Logo, não pode-

mos utilizar os parâmetros de Lehmann, sendo mais relevante utilizarmos os princípios de Hopper, pois estes denotam a gramaticalização em curso.

Hopper (*apud* GONÇALVES, 2007, p. 79) afirma que a gramática de uma língua é sempre emergente, ou seja, estão sempre surgindo novas funções, valores e usos para formas já existentes. Com isso, nesse processo de emergência, é possível reconhecer graus variados de gramaticalização que uma nova forma vem a assumir nas novas funções que passa a executar, sendo necessário, então, identificar os primeiros estágios do processo de mudança. Assim, os princípios em questão identificam o processo em seu estado incipiente, ou seja, em seu estágio inicial. Hopper propõe cinco princípios que, segundo o autor, atuam nos estágios iniciais de gramaticalização. Afirma que estes princípios respondem à questão do “mais” ou “menos” gramaticalizado, e não do “dentro” e “fora” da gramática, ou seja, os princípios não pretendem verificar se os elementos analisados pertencem ou não à gramática, mais que isso: eles não discriminam entre os processos de mudança os que resultam em gramaticalização e os que não resultam. O autor admite que os limites entre fenômenos lexicais e gramaticais são muito difusos. Ao apresentar seus princípios, Hopper afirma que seu objetivo é suplementar a caracterização proposta por Lehmann (1985), na qual se indicam alguns processos que caracterizam a gramaticalização. Segundo Hopper, a caracterização proposta por Lehmann só dá conta da gramaticalização que se encontra em um estágio bastante avançado e que já é reconhecido. Os cinco princípios de gramaticalização discutidos por Hopper são: *estratificação*, *divergência*, *especialização*, *persistência* e *descategorização*. Vamos a eles (*apud* GONÇALVES: 2007, p. 79):

- a) **Estratificação (*layering*):** segundo esse princípio, em um domínio funcional amplo, novas “camadas” estão sempre emergindo e coexistindo com as antigas. A estratificação não surge com o intuito de eliminar as formas antigas e substituí-las pelas novas formas, mas surge justamente para acumular em um mesmo domínio funcional, as formas sutilmente diferenciadas, ou seja, formas novas e antigas coexistem. Esse princípio nos mostra a utilização de uma forma que desempenha mais de uma função.
- b) **Divergência:** esse princípio se superpõe ligeiramente ao anterior, isto é, a divergência é um tipo especial de camada. Esse princípio dita que a unidade lexical que dá origem ao processo de gramaticalização pode manter suas propriedades originais, preservando-se como item au-

tônomo, e, assim, estar sujeita a quaisquer mudanças inerentes a sua classe, inclusive sofrer uma nova gramaticalização. A estratificação remete às diferentes codificações de uma mesma função, enquanto a divergência remete aos diferentes graus de gramaticalização de um mesmo item lexical e é aplicável aos casos em que um mesmo item lexical autônomo se gramaticaliza em um contexto, deixando de fazê-lo em outros. Esse princípio explica a existência de formas etimologicamente iguais, porém funcionalmente divergentes. Segundo Naro & Braga (2000), a divergência começa através de uma reanálise estrutural da construção original e que, em um primeiro momento, estas duas estruturas devem ter tido o mesmo sentido, senão a reanálise não poderia ter acontecido.

- c) **Especialização:** este princípio tem relação direta com a questão do estreitamento da escolha de formas pertencentes a um mesmo domínio, isto é, relaciona-se com o número menor de opções para se codificar determinada função, à medida que uma dessas opções começa a ocupar mais espaço, porque é a gramaticalizada. Uma das consequências da especialização é o aumento da frequência de uso da forma mais adiantada no processo de gramaticalização, o que leva ao que Lehmann denomina princípio da obrigatoriedade de uso ao final do processo de gramaticalização.
- d) **Persistência:** este é o princípio que prevê a manutenção de alguns traços semânticos da forma-fonte na forma gramaticalizada, o que pode ocasionar restrições sintáticas para esse novo uso. Em outras palavras, é quando uma forma passa de uma categoria lexical a uma categoria funcional e alguns dos traços do seu sentido lexical original persistem.
- e) **Descategorização:** esse princípio remete à perda dos marcadores opcionais de categorialidade e autonomia discursiva. Isso significa dizer que a forma em gramaticalização tende a perder ou a neutralizar as marcas morfológicas e os privilégios sintáticos que caracterizam as formas plenas como nomes e verbos, assumindo atributos das categorias secundárias, mais gramaticalizadas, (como os advérbios, pronomes, preposições, clíticos, afixos) podendo, em alguns casos, chegar a zero.

Castilho (*apud* FERREIRA, 2008, p. 74) aponta quatro princípios que, segundo o autor, podem dar conta dos estágios de gramaticalização:

- a) **Analogia:** tem relação com a atração de formas preexistentes por outra construção também já existente no sistema e envolve inovações ao longo do eixo paradigmático. Esse princípio leva à criação de formas não explicáveis se tomadas no eixo sintagmático. Logo, a analogia não cria estruturas novas; ela estende regras a itens ainda não atingidos, uniformizando as formas da língua.
- b) **Reanálise:** é o processo por meio do qual os falantes mudam sua percepção em relação à forma como os constituintes da língua estão ordenados no eixo sintagmático. Esse processo permite a criação de novas formas gramaticais, à medida que, gradualmente, alteram-se as fronteiras dos constituintes da expressão, levando a forma a ser analisada como uma categoria diferente da original. A reanálise é o desenvolvimento de novas estruturas a partir de estruturas antigas.
- c) **Continuidade e gradualismo:** é inovação das estruturas das línguas, uma vez que, dado o caráter cíclico da gramaticalização, a variação é uma consequência do gradualismo da mudança linguística, sendo, ao mesmo tempo, ponto de partida e ponto de chegada da mudança linguística.
- d) **Unidirecionalidade:** a gramaticalização seria um processo unidirecional, quer dizer, irreversível e que só pode se desenvolver da direita para a esquerda. Não discutiremos a questão da unidirecionalidade do processo de gramaticalização, uma vez que o próprio autor já reviu esta questão na sua mais nova obra intitulada *Nova Gramática do Português Brasileiro*. Nesta obra, o autor declara que não temos mais uma *unidirecionalidade*, mas sim uma *multidirecionalidade*, pois a língua é regida por *multissistemas*.

3.2.2. A semântica na gramaticalização: metáfora e metonímia

Muitos linguistas argumentam que a mudança semântica que acontece no processo de gramaticalização é motivada por processos como a metáfora e a metonímia. Nesse sentido, a metáfora envolve a abstratização dos significados, isto é, os significados dos domínios lexicais e menos gramaticais são estendidos metaforicamente para mapear conceitos de domínios gramaticais ou mais gramaticais. A abstratização, nas palavras de Gonçalves *et alii* (2007), pode ser entendida como a forma como nós, seres humanos, compreendemos e conceituamos o mundo que nos cerca. Assim, reconhecemos que os conceitos-fonte são os que se re-

ferem a objetos concretos, processos e locações, haja vista que estes refletem nossas experiências humanas mais básicas. É corrente nos estudos sobre gramaticalização a afirmação de que o processo envolve abstratização, já que o significado não-gramatical pode ser descrito como mais concreto do que o significado gramatical.

Heine *et alii* (*apud* NEVES, 1997) apontam, como básico na gramaticalização, o princípio de Werner e Kaplan (*apud* NEVES, 1997, p. 132), denominado “princípio da exploração de velhos meios para novas funções”: “conceitos concretos são empregados para entender, explicar ou descrever fenômenos menos concretos e entidades claramente delineadas, claramente estruturadas: experiências não físicas são entendidas em termos de experiências físicas; tempo em termos de espaço, causa em termos de tempo, relações em termos de relações espaciais etc.”, ou seja, podemos dizer, com base nesse princípio, que conceitos concretos são usados para o entendimento, explanação e explicação de conceitos e fenômenos menos concretos. Neves (1997, p. 133) afirma que “é nesse sentido que a gramaticalização é um processo de base metafórica, já que sua função primária é a conceptualização obtida na expressão de uma coisa por outra e, além disso, a maior parte de conceitos que entram nos processos de gramaticalização se refere a objetos concretos, a processos ou a locações”. A autora explica que o que ocorre é que, tendo a necessidade de especificar uma nova relação ou fortalecer uma que já existe, mas está enfraquecida, o falante, na intenção de ser claro, usa o termo mais concreto possível. (TRAUGOTT, 1980, *apud* NEVES)

Neves (1997), ao se referir à questão da mudança semântica, afirma que uma outra forma de olhar para o processo, ainda segundo Heine *et alii*, é tentar caracterizar e focalizar a transição da forma fonte para a forma de chegada com base na distinção lógica entre *intensão* e *extensão*: na gramaticalização, o conteúdo intensional do conceito é reduzido, enquanto a extensão é ampliada, o que vale dizer que, comparada com a estrutura de chegada, a estrutura fonte tem menor intensão e maior extensão. (HEINE *et alii*, *apud* NEVES, 1997, p. 130)

Para Lakoff & Johnson (*apud* GONÇALVES *et alii*, 2007), a metonímia tem uma função referencial que permite usar uma entidade em substituição a outra. Assim, a metonímia pode ser exemplificada principalmente através da substituição “da parte pelo todo”. Segundo os autores, a metonímia pode desencadear uma reanálise estrutural e é vista como uma categoria de extensão de significados. Segundo Gonçalves *et alii*, (*op. cit.*) a mudança de significado por associação metonímica resul-

ta de um raciocínio abdutivo: o falante observa determinado resultado no discurso, invoca uma lei e infere que, em um momento posterior, pode ser aplicada essa mesma lei. Acreditamos que é o que esta ocorrendo com *eco-* e *homo-*: o falante associou metonimicamente que *homo-* tem o significado do composto neoclássico “homossexual” e que *eco-* associa o significado do composto “ecologia” e usa estes afixoides com referência a todo o composto, criando novas palavras em um momento posterior.

4. A Gramaticalização no processo de recomposição

Nesta seção, faremos uma análise preliminar dos afixoides *eco-* e *homo-* e utilizaremos alguns dos mecanismos e princípios que evidenciam a gramaticalização destes afixoides. A gramaticalização implica alterações morfológicas (mudança de classe de palavras), semânticas (alteração de sentido) e sintáticas (mudança de contextos e funções nas relações entre palavras). Os afixoides em questão estão passando por mudanças morfossemânticas. Para fazer a análise, utilizaremos alguns dos princípios de Hopper, já que a gramaticalização do fenômeno em questão ainda é incipiente.

Neves (1997, p. 129) afirma que “o processo de regularização gramatical que caracteriza a gramaticalização é mais facilmente encontrada na morfologia, pois, como diz Craig (1991) “a gramaticalização é o processo evolutivo pelo qual surgem morfemas gramaticais”. É o que veremos aqui, pois os afixoides estudados surgiram como morfemas gramaticais por uma necessidade semântico-pragmática.

A mudança semântica se evidencia na substituição do significado etimológico por um que é atualmente relevante discursivo-pragmaticamente: é o que vem ocorrendo com *eco-* e *homo-*, retirados das formas gatilhos “ecologia” e “homossexual” respectivamente. Estes compostos começaram a ter grande relevância cultural nas duas últimas décadas e segundo Oliveira & Gonçalves (2011, p. 182):

A ecologia só ficou popular em 1967, quando o petroleiro Torrey Cânion sofreu um acidente na França e causou um grande problema ambiental. Foi em função desse evento que a BBC publicou que o governo da Inglaterra desenvolveria um plano “para investir em recursos alternativos para geração de energia em países em desenvolvimento com dinheiro coletado cada vez que um ministro ou servidor público civil britânico viaja de avião a trabalho”. Dada a alta relevância das questões ambientais nos últimos tempos, *eco-* passa a designar “ecológico” nas novas formações, numa clara alusão a essa palavra.

O composto “homossexual”, por sua vez, começou a ter relevância cultural devido aos direitos que os homossexuais vêm adquirindo na última década, haja vista que a *homofobia* é agora vista como crime perante a lei. A noção de gramaticalização tem relação direta com a noção de que as gramáticas fornecem os mecanismos de codificação mais econômicos para aquelas funções da linguagem que os falantes mais frequentemente precisam cumprir. A motivação para a gramaticalização, por outro lado, está tanto nas necessidades comunicativas não satisfeitas pelas formas existentes, como na existência de conteúdos cognitivos para os quais não existem designações linguísticas adequadas, devendo observar-se, ainda, que nas novas formas gramaticais podem desenvolver-se a despeito da existência de estruturas velhas funcionalmente equivalentes. Assim, estes afixoides vêm, na atualidade, cumprir com as funções que seus radicais anteriores não conseguiam cumprir, pois os conteúdos cognitivos de suas formas etimológicas não conseguiram suprir as necessidades comunicativas atuais. Assim, os afixoides estudados, em uma espécie de metonímia, compactaram o significado de todo o composto-gatilho em sua primeira parte – nos afixoides – e a partir de então, começaram a formar novas palavras na língua. Devemos entender que o que ocorreu é que a “parte substituiu o todo”, ou seja, “a parte representa o todo”, uma vez que *eco-* e *homo-* representam, em significação, o sentido de todo o composto-gatilho original: “ecologia” e “homossexual” respectivamente. O que ocorre com esta mudança de sentido é o que Hopper chama de *especialização*: os afixoides *eco-* e *homo-* passaram por uma especialização de significado, não acusando mais o sentido etimológico, e sim o relevante pragmaticamente; houve um estreitamento de opções, já que estes afixoides começaram a ocupar mais espaço que suas velhas estruturas – os radicais neoclássicos não gramaticalizados.

A mudança morfológica se evidencia nestes afixoides, porque estes ocupam mais espaço que os seus respectivos radicais, e o ocupam justamente por estarem gramaticalizados. Sendo assim, a frequência de uso de *eco-* e *homo-* com o novo significado é relativamente maior atualmente do que a frequência de uso com significado etimológico. Esse aumento na frequência de uso acaba remetendo a dois dos princípios de Lehmann; a *obrigatoriedade* e a *fixação*. Os recompostos *eco-* e *homo-* têm sido tão frequentes que estão se tornando gradativamente obrigatórios e sua ordem já é, hoje, fixa. *Eco-* e *homo-* estão fixos na margem esquerda das palavras, funcionando como modificadores do recomposto e estabelecendo um padrão morfológico: a posição da cabeça lexical é DT-DM (determinante-determinado). Mas esse aumento na frequência de uso não

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

elimina as estruturas antigas, pois *eco-* e *homo-*, com seus respectivos significados etimológicos, ainda são usados atualmente: *eco-* em nomes compostos científicos referentes à biologia e *homo-*, em compostos relativos à química/biologia. Vamos exemplificar usando o dicionário etimológico de Cunha (2010):

- a) *Economia*: “a arte de bem administrar uma casa”
- b) *Ecologia*: “estudo das relações entre os seres vivos e o meio onde vivem”.
- c) *Homossexual*: “indivíduo que tem preferência sexual por pessoa do mesmo sexo”.

Podemos, agora, exemplificar com dados da nova camada que surgiu, a dos itens recompostos:

- a) *ecocidade*: cidade ecológica
- b) *ecotelhado*: telhado verde
- c) *ecodicas*: espaço de troca de informações sobre ecologia e reciclagem
- d) *homoperseguidor*: aquele que persegue gays.
- e) *Homoassinante*: gay que assina revistas masculinas.
- f) *Homoatleta*: atleta gay.

Aqui verificamos o que Hopper denominou como princípio da *estratificação*: surgiu uma nova camada, com um significado novo, mas esta não eliminou a estrutura etimológica; ambas coexistem atualmente. Nossos afixoides eram, outrora, radicais neoclássicos, que estão se comportando funcionalmente como afixos, ou melhor, como prefixos, uma vez que estes se fixaram na borda esquerda das novas formações, o que nos remete novamente a Hopper: o que o autor chama de princípio de *descategorização*: é o que parece ocorrer com os afixoides em questão, já que estes estão passando de radicais neoclássicos a afixos, isto é estão se transportando da categoria *radical* para a categoria *AFIXO*.

Assim, o que ocorre no processo de recomposição, mais especificamente, nos afixoides *eco-* e *homo-*, é **(RADICAL NEOCLÁSSICO) > (AFIXOIDE) > (AFIXO: PREFIXO)**.

Acreditamos que a recategorização ocorreu nestes afixoides devido ao mecanismo “aumento de frequência de uso”, pois tais formativos

aumentaram sua frequência de uso em função da alta relevância cultural que a ecologia e o homossexualismo vêm adquirindo nas duas últimas décadas.

Acreditamos, também, que os afixoides estudados estão passando pelo processo que Castilho denomina *reanálise*. A reanálise permite a criação de novas formas gramaticais, à medida que, gradualmente, altera as fronteiras de constituintes em uma expressão levando a forma a ser re-analisada como pertencente a uma categoria diferente da categoria original. Langacker define o mecanismo de reanálise como uma “mudança na estrutura de uma expressão ou classe de expressões que não envolve qualquer modificação imediata ou intrínseca em sua manifestação de superfície”. (LANGACKER, *apud* GONÇALVES *et alii*, 2007). Para Gonçalves *et alii* (*op. cit.*), os processos metonímicos e a reanálise encontram-se diretamente relacionados, porque a abdução leva à reanálise, que modifica representações subjacentes, sem que haja alterações na estrutura superficial, sejam estas sintáticas ou morfológicas, e leva a mudança de regras. Um dos principais tipos de reanálise presentes na gramaticalização é a eliminação de fronteiras entre duas ou mais formas morfológicas no processo de desenvolvimento de novas categorias gramaticais. Assim, outrora, tínhamos as categorias *radical* e *afixo*, e atualmente, por causa da eliminação de fronteiras morfológicas, e também por causa da reanálise, temos uma nova categoria morfológica: AFIXOIDE. Podemos representar em um *continuum* morfológico:

[RADICAL] > [AFIXOIDE] > [AFIXO].

Heine e Reh (*apud* NEVES, 1997, p. 121) mostram que os três níveis da estrutura linguística afetados pela gramaticalização – o funcional, o morfossintático e o fonético – em geral se arranjam na gramaticalização nessa mesma ordem cronológica: os processos funcionais (como dessemantização, expansão, simplificação) precedem os morfossintáticos (como permutação, composição, cliticização, afixação), que precedem os fonéticos (como adaptação, fusão e perda). Assim, as alterações em um nível acompanham as alterações em outros. Como bem afirmam Heine e Reh, *eco-* e *homo-* começaram o processo de gramaticalização pelas mudanças semânticas (alteração de sentido, especialização e metonímia), logo após passaram as mudanças morfológicas (morfologização, reanálise, descategorização...) restando somente às fonológicas que, se estão ocorrendo, serão explicitadas em artigos posteriores.

Lichtenberk (*apud* NEVES, 1997) aponta três consequências prototípicas decorrentes do processo histórico da gramaticalização:

- a) Emergência de uma nova categoria gramatical;
- b) Perda de uma categoria existente;
- c) Mudança no conjunto de membros que pertencem a uma categoria gramatical.

Esses três tipos são historicamente ligados: quando elementos linguísticos adquirem novas propriedades, eles se tornam membros de novas categorias, isto é, ocorre uma reanálise categorial; essa reanálise é, necessariamente, abrupta, já que um mesmo elemento não pode ser simultaneamente membro de duas categorias gramaticais distintas, embora diferentes ocorrências de um morfema possam exibir propriedades características de diferentes categorias, ou seja, propriedades da categoria velha e propriedades da categoria nova. Por outro lado, uma forma que exibe, por exemplo, propriedades de uma categoria lexical podem começar a perder essas propriedades, não simultaneamente, mas uma após a outra: a forma nova não expulsa a velha imediatamente, mas começa a ser usada como variante cada vez mais frequente, até a completa substituição da forma velha. Assim, observamos que as consequências apontadas por Lichtenberk se aplicam aos nossos afixoides, pois: a) surgiu uma nova categoria gramatical: *afixoides*; mas, b) ainda não perdemos a categoria que já existia, a dos *radicais*, pois estes ainda existem e são usados com relativa frequência e c) houve, sim, uma mudança no conjunto de membros, já que *eco-* e *homo-* mudaram de categoria gramatical.

5. Palavras finais

Vimos que o processo de recomposição é bastante produtivo no atual estágio da língua e seleciona como formativos para figurar à esquerda o que chamamos de afixoides. Acreditamos que o *afixoide* é uma nova classe de formativos e que essa nova classe surgiu por necessidades semântico-pragmáticas. Percebemos, também, que as categorias morfológicas não têm fronteiras claramente definidas e podem mudar. Constatamos que os radicais neoclássicos (*eco-* e *homo-*) passaram por mudanças significativas, de cunho morfológico e semântico, fazendo com que estes formativos passassem de radicais neoclássicos a uma nova categoria, a dos afixoides justamente por estarem passando pelo processo de gramaticalização.

Há, ainda, muito a ser estudado tanto no processo de recomposição como no processo de gramaticalização, mas como observamos neste artigo, os afixoides que fazem parte da recomposição, seguramente, estão passando pelo processo de gramaticalização, mesmo que esta mudança seja ainda incipiente. Como havíamos afirmado acima, este artigo é uma análise inicial do assunto que será aprofundando em trabalhos posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, L. The borderline between derivation and compounding. In: DRESSLER, W. et al. (Eds.). *Morphology and its demarcations*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005, p. 97-108.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CORBIN, D. French (indo-european: romance). In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (Eds.). *Encyclopédie Internationale de Morphologie*, Article 121. Berlin: Walter de Gruyter, 2000.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Vanessa P. *A conjunção subordinativa quando na perspectiva funcional discursiva*. 2008. – Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras/UFRJ, Rio de Janeiro.

GONÇALVES, C. A. Composição e derivação: polos prototípicos de um continuum? pequeno estudo de casos. *Domínios de Linguagem*, 5, p. 62-89, 2011a.

_____. Compostos neoclássicos: estrutura e formação. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 9, n. 5, p. 6-39, 2011b.

_____. *et alii*. *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.

HOUAISS. *Dicionário digital da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

KASTOVSKY, Dieter. Astronaut, astrology, astrophysics: about combining forms, classical compounds and affixoids. In: MCCONCHIE, R. W. et al. (Eds.). *Selected Proceedings of the 2008 Symposium on New Approaches in English Historical Lexis (HEL-LEX 2)*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 2009, p. 1-13.

NARO, A. J.; BRAGA, M. L. A interface sociolinguística/ gramaticalização. *Gragoatá*, Niterói, n. 9, p. 125-134, 2000.

NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OLIVEIRA, P. A.; GONCALVES, C. A. O processo de recomposição e os formativos *eco-* e *homo-* no português brasileiro: compressão semântica e análise estrutural. *Cadernos do NEMP*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 171-184, 2011.

TEN HACKEN, Pius. *Defining Morphology*: a principled approach to determining the boundaries of compounding, derivation, and inflection. Hildesheim: Olms, 1994.

A INFLUÊNCIA DO ESTRANGEIRISMO NA MÍDIA IMPRESSA

Amanda Tristão Meneguelli (FAFIA)
amandatmeneguelli@hotmail.com
Luciene Pinheiro de Souza (FAFIA)
lpsouza@hotmail.com

RESUMO

O texto jornalístico impresso tem sido um dos veículos de informação mais utilizado pela maioria da população. Esse tipo de texto busca proporcionar aos leitores informações de forma clara e precisa. Considerando tal finalidade, a polêmica no meio acadêmico acerca da influência do estrangeirismo no processo de interação verbal nesse gênero textual foi instaurada: O estrangeirismo está sendo utilizado de forma exagerada, a ponto de interferir na compreensão adequada da informação? Segundo a literatura, os textos jornalísticos publicados na mídia impressa são de suma importância. Pretende-se, desse modo, compreender a influência do estrangeirismo na escrita desse gênero textual, bem como verificar se há influência desse estrangeirismo nos textos jornalísticos da mídia impressa. Foram utilizados como instrumentos, textos impressos do jornal *A Gazeta* do estado do Espírito Santo. Os dados foram levantados a partir de edições publicadas durante uma semana em sessões específicas, tais como, “Economia”, “Vida”, “Caderno 2”, “Política” e “Esportes”. A partir de então, foram feitas as análises e interpretações dos mesmos, a fim de encontrar resposta para a questão levantada. A presente pesquisa é de suma importância para o meio acadêmico, haja vista a grande preocupação dos professores de língua portuguesa com a qualidade do texto em que, segundo os mesmos, o uso indevido de palavras estrangeiras pode prejudicar o processo de interação verbal. Acredita-se que os dados concretos desta investigação possam viabilizar o desenvolvimento de metodologias eficazes, as quais aprimorem a utilização do estrangeirismo de forma mais criteriosa.

Palavras-chave: Textos Jornalísticos. Estrangeirismo. Mídia Impressa

1. Introdução

A língua é uma atividade social cujo contexto sócio-histórico-cultural reflete na dinamicidade da mesma. Em se considerando a situação comunicativa, a língua se comporta de diversas formas. Essa hetero-

geneidade desperta o interesse por uma investigação do comportamento linguístico em diferentes contextos e/ou suportes.

A mídia impressa tem grande importância no meio comunicativo para difusão de informações. São textos sobre diversos temas que trazem conhecimento aos seus interlocutores, público-alvo, cujo perfil de leitura é levado em conta, haja vista a necessidade de atender o mesmo com eficácia.

Como os textos jornalísticos são um produto de comunicação de massa, o critério para utilização das palavras é estabelecido de forma bem articulada e com conteúdos que atraem o interesse dos leitores.

O estrangeirismo, por sua vez, tem se tornado cada vez mais presente, deixando transparecer que a utilização dessas palavras são recursos de persuasão.

Levando isso em consideração, surgiu a preocupação sobre a utilização do estrangeirismo nos textos jornalísticos de forma exagerada. Partimos para uma pesquisa, fundamentando-se em Bakhtin (2002), Lucchesi (2004), Faraco (2002), dentre outros. A análise do corpus foi feita a partir de textos jornalísticos num período de sete dias consecutivos a fim de verificar se há utilização de palavras estrangeiras em excesso e se há realmente necessidade de utilizá-las com tanta frequência.

2. Comportamento linguístico e o estrangeirismo na língua portuguesa

A língua é uma forma de comunicação comum entre pessoas, ela evoluiu historicamente durante os tempos e se molda de acordo com sua origem, orientação cultural, posição social e, principalmente, de acordo com a época.

Segundo Bakhtin (2002, p. 124), “A língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua, nem no psiquismo individual dos falantes”.

Enquanto houver pessoas de regiões diferentes, de culturas diferentes, de idades diferentes, esta língua sofrerá variações e mudanças. Bagno (2009, p. 46) afirma que “É um processo que não tem fim, como não tem fim o processo de mudança de tudo o que existe no universo, no mundo, na natureza e na sociedade”.

Lucchesi (2004) deixa claro que o comportamento linguístico tem sido modificado e aperfeiçoado conforme o passar dos tempos. Assim, podemos inferir que o estrangeirismo faz parte dessa mudança e ele tem uma grande importância para a sociedade, devido à forte globalização que esta vem sofrendo diariamente.

São muitas as diversidades linguísticas existentes no Brasil, decorrentes de aspectos sociais, regionais ou históricos. Recentemente, tem-se observado a presença do estrangeirismo, não só na fala, como também na escrita, principalmente em comunidades virtuais.

Se considerarmos que o estrangeirismo, segundo Faraco (2002, p. 15) é “o uso de palavras e expressões estrangeiras no português” e que se trata “de fenômeno constante no contato entre comunidades linguísticas, também chamado de empréstimo”, não podemos afirmar que a situação do estrangeirismo na língua portuguesa é tão simples quanto parece, pois deve-se compreender que cada idioma é composto de inúmeras palavras e que estas possuem características próprias. Com base nisso, como saber se uma palavra realmente faz parte de uma determinada língua ou se esta é emprestada?

Carvalho (1999) nos afirma que a palavra estrangeira ao ser incorporada à língua, é uma adoção, um empréstimo chamado de neologismo por adoção. Este filho adotivo só passa a ser escrito como filho quando se integra bem a família. Desse modo, a particularidade de adoção chega a ser esquecida.

O estrangeirismo envolve em sua origem diversos fatores, tais como o avanço tecnológico e o processo de globalização. Estes fatores têm colaborado para a comunicação entre pessoas com linguagens diferentes. Como resultado, há um aumento relevante de palavras de outros idiomas, principalmente da língua inglesa.

O frequente uso dessas palavras faz parte da evolução da língua, e esta evolução ocorre de maneira tão simples que às vezes nem são percebidas pela sociedade.

Na visão alarmista de que os estrangeirismos representam um ataque à língua, está pressuposta a noção de que existiria uma língua pura, nossa, isenta de contaminação estrangeira. Não há. Pressuposta também está a crença de que os empréstimos poderiam manter intacto o seu caráter estrangeiro, de modo que somente quem conhecesse a língua original poderia compreendê-los. (FARACO, 2002, p. 29)

Desse modo, pode-se afirmar, que toda língua é derivada de outra. Importante relatar que o estrangeirismo não pode mudar o comportamento de acordo com sua origem para que não haja um mau entendimento. Com base nisso, Faraco (2002, p. 7) afirma que “os estrangeirismos não alteram as estruturas da língua, a sua gramática. [...] Os estrangeirismos contribuem apenas no nível mais superficial da língua que é o léxico”.

Pode-se observar que o uso exagerado do estrangeirismo pode, muitas vezes, convencer uma pessoa de que determinadas palavras fazem parte de sua língua, porém, nada mais são que palavras que surgem de acordo com a necessidade e servem de recurso para do falante. Andrade e Medeiros (2001) asseveram que o estrangeirismo é usado por duas razões: ou por necessidade de designação de novos inventos, novas realidades, novos conceitos; ou para função expressiva, o que provoca estranhamento ou ironia. Muitos autores brasileiros utilizam esse recurso para chamar a atenção do leitor ou para explorar a sonoridade da palavra.

Nesse contexto, podemos situar o texto jornalístico que desempenha um importante papel na veiculação de informações e na formação de opiniões diversas entre a população.

3. Texto jornalístico

O objetivo primordial do texto jornalístico é informar tendo como objetivo atrair o leitor. Trata-se de uma empresa que pretende ter seus consumidores satisfeitos e mantidos.

Vale ressaltar que, conforme Grillo (2004), a informação se caracteriza em dois gêneros: a notícia e a reportagem. Ela destaca ainda que a extensão e o aprofundamento são os critérios básicos desses gêneros, ou melhor, enquanto a notícia faz um relato conciso do acontecimento, a reportagem aprofunda o fato por meio da investigação.

Além desses gêneros, também destacamos artigo e matéria. Para melhor compreensão, esboçamos uma breve explanação dos gêneros supracitados, haja vista terem sido utilizados como instrumento para o presente estudo.

3.1. Notícia

A notícia é elaborada por meio da linguagem, um aspecto cultural da sociedade e um instrumento da comunicação. Ela tem como base levar a informação que é ferramenta indispensável no texto jornalístico e também o conhecimento.

Cabe ao jornalista escrever, não apenas o fato baseado em fontes, mas de maneira correta, coesa e concisa as informações destinadas ao público leitor. (SODRÉ; FERRARI, 1986)

Nela, os eventos são ordenados por uma sequência temporal como uma história, sem pretensão de relatar os fatos na ordem em que realmente ocorreram. De acordo com Lage (2004), notícia são relatos de diversos fatos por meio de um fato mais importante. A estrutura de uma notícia é lógica; o critério de importância e interesse que envolve a produção é ideológico atendendo aos fatores psicológicos, comportamentos de mercado, oportunidades etc.

Notícia é uma informação que apresenta um acontecimento recente ou que divulga uma situação. No texto jornalístico ela representa um texto de interesse público que narra um fato novo que aconteceu em um determinado local. Sua narração deve ser realizada de modo claro, exato e objetivo, apontando as razões e os efeitos de um acontecimento. É importante compreender que uma notícia não cria fatos, ela é uma construção de diversos ângulos, e não do fato em si. (LAGE, 2004)

3.2. Reportagem

Uma reportagem é a união de providências necessárias para uma notícia: interpretação, cobertura, apuração e seleção de dados de acordo com técnicas e requisitos de elaboração do texto jornalístico informativo, pois não tem apenas um valor de um texto jornalístico, mas também documental.

O objetivo de uma reportagem é levar os acontecimentos ao leitor de maneira abrangente. Mais que um simples texto, ela deve conter clareza na linguagem e criatividade do escritor. A reportagem tem a função de aprofundar o fato ocorrido, com base em investigações, relatos e questões levantadas entre os envolvidos, ou seja, ela deve ter um bom argumento.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

As principais características de uma reportagem são: Predominância da forma narrativa, humanização do relato, texto de natureza impressionista e objetividade dos fatos narrados.

De acordo com o objeto ou o assunto da reportagem, algumas dessas características poderão aparecer com mais destaque, porém, a narrativa é essencial para elaboração de uma reportagem. (SODRÉ; FERRARI, 1986)

3.3. Artigo

É um modelo de texto opinativo e interpretativo. Geralmente são escritos e publicados por autores articulistas, que geralmente não são jornalistas. Neste tipo de texto, o autor desenvolve uma ideia ou comenta um assunto a partir de um fundamento.

Os artigos podem conter comentários, críticas e análises até mesmo ironia da parte do escritor. Vale ressaltar que, um artigo pode ser elaborado independente de uma formação profissional, porém ele deve ter objetivo e coesão com relação ao conteúdo. (SODRÉ; FERRARI, 1986)

3.4. Matéria

Matéria é todo o texto que é publicado ou foi feito para ser publicado. Ela pode ser transmitida não só por meio de um texto, mas também por outros veículos de comunicação, como TV ou rádio.

Geralmente a matéria descreve algo que de fato interessa o leitor e deve ter consigo uma credibilidade e precisão. Desse modo, ela se torna útil para diversas questões, sendo fonte de pesquisas e até mesmo um instrumento de respostas. (SODRÉ; FERRARI, 1986)

Esses gêneros são ótimas fontes para a investigação do comportamento linguístico, em especial, do estrangeirismo na mídia impressa.

4. Análise e interpretação de dados

A fim de encontrar a resposta para a questão levantada pela presente pesquisa, sete edições do jornal *A Gazeta* do estado do Espírito Santo foram analisadas com o propósito de levantar a incidência da utili-

zação de estrangeirismos nos textos jornalísticos publicados nos cadernos “Economia”, “Vida”, “Caderno 2”, “Política” e “Esportes”. Além do mais, verificamos se os mesmos poderiam afetar o entendimento destes textos, caso a incidência dos mesmos fosse elevada.

As análises tiveram início com a edição de terça-feira, dia 15 de outubro de 2013, e término com a edição de segunda-feira, dia 21 de outubro de 2013, a fim de completar uma semana de pesquisa.

As tabelas, a seguir, mostram o levantamento dos dados da pesquisa realizada: a frequência da utilização de palavras estrangeiras e porcentagem.

Tabela 1: A Gazeta, terça-feira, 15 de outubro de 2013

Terça-feira	F	%
Economia	18	10,6
Vida	54	32,0
Caderno 2 (C2)	68	40,0
Política	11	6,5
Esportes	19	11,2
Total	170	100,0

Com base na avaliação feita neste dia, foi observado que o estrangeirismo não estava muito presente no caderno de política, pois apenas onze palavras estrangeiras foram encontradas nos textos publicados neste tema. Já no Caderno 2, houve um índice significativo de estrangeirismo nos textos, visto que os textos estão relacionados a variados assuntos tais como: entretenimento, crônicas e publicações sobre atores e cantores de diversas partes do mundo. Desse modo, pode-se dizer que neste dia houve muita utilização de estrangeirismo no caderno 2 e também no caderno Vida.

Tabela 2: A Gazeta, quarta-feira, 16 de outubro de 2013.

Quarta-feira	F	%
Economia	44	26,0
Vida	50	29,5
Caderno 2 (C2)	73	42,0
Política	3	2,0
Esportes	2	1,2
Total	170	100,0

Com base na análise dos dados da tabela “quarta-feira”, notou-se uma maior incidência de estrangeirismos no Caderno 2. Sendo um caderno que abrange variados assuntos, em sua maioria, entretenimento, pede possivelmente a utilização de estrangeirismos como alguns sobre tecno-

logia, redes sociais, lugares aonde ir e estilos musicais. (*instagram, rock, groove, jazz, facebook, poolparty, show, shopping*). Isto ocorre em praticamente todos os cadernos.

Tabela 3: A Gazeta, quinta-feira, 17 de outubro de 2013.

Quinta-feira	F	%
Economia	10	4,5
Vida	88	37,5
Caderno 2 (C2)	113	48,1
Política	13	5,6
Esportes	11	4,7
Total	235	100,0

Nesse dia, especificamente, analisou-se que o caderno 2 possuiu um número relevante de palavras estrangeiras em seus textos. Isso ocorre devido aos muitos temas tratados nesse caderno. Observou-se também, que o caderno de economia não obteve muito estrangeirismo em suas matérias e que mesmo sendo um caderno com muitas páginas, foi encontrado um pequeno número de palavras estrangeiras. Destaca-se do mesmo modo, o caderno de esportes, que não utilizou com frequência o estrangeirismo em seus textos.

Tabela 4: A Gazeta, sexta-feira, 18 de outubro de 2013.

Sexta-feira	F	%
Economia	8	4,2
Vida	76	40,0
Caderno 2 (C2)	89	47,0
Política	8	4,2
Esportes	9	4,7
Total	190	100,0

Com base nos dados da tabela “sexta-feira”, observamos que houve maior incidência de estrangeirismos nos cadernos Vida e Caderno 2. No caderno Vida há uma página chamada “Ciência e Tecnologia”, onde são encontrados inúmeros estrangeirismos referentes a jogos e redes sociais, por exemplo. No Caderno 2 tivemos a maior incidência novamente que, além de falar sobre entretenimento de um modo geral, nesta edição, em particular, houve matérias sobre tecnologias o que, possivelmente, fez com que o número de estrangeirismos subisse. (*kettlebell, halter, google, twitter, smart, Microsoft, videogame, Windows, design, games, download, PlayStation, games, site, fashion, marketing...*)

Tabela 5: *A Gazeta*, sábado, 19 de outubro de 2013.

Sábado	F	%
Economia	23	30,0
Vida	9	11,7
Caderno 2 (C2)	27	35,1
Política	5	6,5
Esportes	13	17,0
Total	77	100,0

Constatou-se com base na análise deste dia, que na totalidade da edição, não houve uso de estrangeirismo expressivo, em se tratando de um final de semana. Porém, mesmo com essa afirmação, verificou-se que no caderno 2 estava presente uma assiduidade de palavras estrangeiras em suas reportagens. Já o caderno de política obteve um baixo número de estrangeirismo.

Tabela 6: *A Gazeta*, domingo, 20 de outubro de 2013.

Domingo	F	%
Economia	76	56,0
Vida	18	13,2
Caderno 2 (C2)	27	20,0
Política	9	6,6
Esportes	6	4,5
Total	136	100,0

Com base nos dados da tabela de domingo, percebeu-se que a maior incidência de estrangeirismos ficou no caderno Economia, que coincidentemente abordou um assunto virtual, cuja utilização de estrangeirismos é praticamente impossível de não acontecer, pois vários termos que utilizamos neste assunto são de origem inglesa que, em sua maioria, não tem tradução e são utilizadas do mundo inteiro. Vale destacar a significativa baixa de incidência de estrangeirismos no caderno Vida, provavelmente por, nesta edição em especial, não haver a página de “Ciência e Tecnologia”. (*internet, marketing, Google, blog, site, e-mails, check-out, layout, web, Youtube, Facebook, LinkedIn, free float, royalties...*)

Tabela 7: *A Gazeta*, segunda-feira, 21 de outubro de 2013.

Segunda-feira	F	%
Economia	17	26,6
Vida	2	3,2
Caderno 2 (C2)	16	25,0
Política	3	4,7
Esportes	26	40,7
Total	64	100,0

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Verificou-se neste dia um menor número de estrangeirismo em toda edição, se comparado aos demais dias. No caderno de esportes, tivemos o maior número de palavras estrangeiras em seus variados textos. Notou-se ainda, que apenas dois estrangeirismos foram encontrados no caderno Vida, um número significativo para um tema que abrange variados assuntos, tais como a tecnologia.

Após o levantamento dos dados de cada edição do jornal A Gazeta, durante os dias 15 e 21 de outubro de 2013, levantamos os dados de um modo geral para que assim pudéssemos analisar qual caderno tivera a maior incidência de estrangeirismos, como mostra a seguinte tabela.

Tabela 8: Tabela Geral da Semana Analisada.

Total / Semana	F	%
Economia	196	19,0
Vida	297	28,5
Caderno 2 (C2)	413	39,6
Política	52	5,0
Esportes	86	8,3
Total	1044	100,0

Com base nos dados da tabela da Semana, percebeu-se que a maior incidência de estrangeirismo deu-se no Caderno 2, sessão esta que abrange um maior número de assuntos diferenciados, dentre eles, o entretenimento que se sobrepõe com o destaque de inúmeros estrangeirismos referentes a estilos musicais e expressões ligadas à tecnologia. Logo atrás, temos o caderno Vida que possui uma página chamada Ciência e Tecnologia, onde há uma maior incidência de estrangeirismo, tendo um número alto de estrangeirismo, possivelmente, devido a esse fator.

5. Considerações finais

Sabe-se que o estrangeirismo está presente no cotidiano dos brasileiros tanto ao falar quanto ao escrever, a finalidade desta pesquisa foi saber se, de fato, o estrangeirismo influencia a mídia impressa, particularmente, o jornal do estado do Espírito Santo *A Gazeta*. Faraco (2002) assevera que, estrangeirismo é um fenômeno constante no contato entre comunidades linguísticas, também chamado de empréstimo. Com base nessa afirmação, podemos dizer que ao longo desta investigação, o uso desses empréstimos foi constante nos textos publicados.

Em grande parte das edições, verificamos um alto índice de palavras estrangeiras. Andrade e Medeiros (2001) nos afirma que muitos au-

tores brasileiros utilizam esse recurso para chamar a atenção do leitor ou para explorar a sonoridade da palavra. Desse modo, podemos dizer que muitos autores dos jornais analisados utilizaram desse meio para chamar a atenção dos leitores, pois, muitas palavras estrangeiras empregadas nas edições são, em sua maioria, palavras conhecidas e utilizadas pelo público atual.

A partir das tabelas apresentadas, pudemos observar uma frequente incidência de estrangeirismos nas sessões intituladas Caderno 2 e Vida. Essa incidência deu-se, provavelmente, pelas sessões serem voltadas ao entretenimento cujos estrangeirismos aparecem frequentemente como nomes de ritmos musicais, locais de recreação, como bares, nomes de eventos, e também na área de tecnologias, onde os termos não possuem tradução e são utilizados em sua forma em todo o mundo.

Enfim, todos os cadernos analisados que possuíram uma maior incidência de estrangeirismos estavam ligados aos termos citados, como o caderno Economia da edição de Domingo, por exemplo, que trouxe em seu conteúdo o assunto “Apareça e Cresça com a Vitrine Virtual na Rede”, onde, do total, 57 estrangeirismos foram encontrados.

No decorrer da análise, percebemos uma grande influência do estrangeirismo na mídia impressa, pois, de acordo com as análises e tabulações realizadas, verificou-se um número significativo de palavras estrangeiras utilizadas nas edições desta semana, o que comprova que o estrangeirismo está cada vez mais presente no vocabulário de nossos autores e cada vez mais utilizado por eles.

Concluímos então que, os cadernos que abordaram assuntos ligados à tecnologia, entretenimento, redes sociais e virtuais possuem uma incidência significativa de estrangeirismos. É importante ressaltar que os números são significativos, todavia não possuem influência negativa sobre os leitores. Na verdade, são recursos necessários e de conhecimento da maioria dos cidadãos, por serem termos utilizados no dia-a-dia. O usuário da língua incorpora as novas palavras naturalmente. O que ocorre é a confirmação de que a língua é viva e dinâmica. Por estar em constante mudança, ela se forma e transforma. O estrangeirismo configura, na verdade, a dinamicidade da língua em sua plena atividade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Gazeta. Espírito Santo: Editora S/A., 1928, de 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 de outubro de 2013.

ANDRADE, M. M.; MEDEIROS, J. B. *Comunicação em língua portuguesa*. São Paulo: Atlas, 2001.

BAGNO, Marcos. *Não é errado falar assim!* Em defesa do português brasileiro. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Anablume, 2002.

CARVALHO, Nelly de. *A palavra é*. Recife: Líber, 1999.

FARACO, Carlos Alberto. *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2002.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. *A produção do real em gêneros do jornal impresso*. São Paulo: Humanitas, 2004.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 2004.

LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: Um percurso na história da linguística moderna*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2004.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

A POLISSEMIA NO CONCEITO DE CULTURA

Mônica Saad Madeira (UNIG)
monica.saad@bol.com.br
Simony Ricci Coelho (UNIG)
simonyricci@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa a polissemia no conceito de cultura, se apoia nos aspectos da hibridização cultural, das mudanças provenientes do avanço das tecnologias da comunicação, como eixo central para explicar as diferentes conotações. Enfatiza-se as inúmeras definições de cultura, abordando o sentido antropológico. Este trabalho propõe uma reflexão sobre os jargões que já ouvimos várias vezes segundo o site: www.alunosonline.com.br/filosofia: “O povo não tem cultura”, “O povo não sabe o que é boa música”, “O povo não tem educação”. De fato, essa é uma concepção arbitrária e equivocada a respeito do que realmente significa o termo “cultura”. A definição de cultura é bastante complexa. Há um entrelaçamento de significados que dão sentido a todo o entorno de um indivíduo, como suas crenças, valores, costumes, leis, moral e línguas. A fundamentação teórica está pautada nos seguintes autores: BOSI (2009), GEERTZ (2008), HALL (2006), LARAIA (2009), SANTOS (2006).

Palavras-chave: Cultura. Polissemia. Língua. Ciências humanas.

1. Introdução

Da cultura brasileira já houve quem a julgasse ou a quisesse unitária, coesa, cabalmente definida por esta ou aquela qualidade mestra. E há também quem pretenda extrair dessa hipotética unidade e expressão de uma identidade nacional. (Alfredo Bosi)

O objetivo do texto consiste em analisar os sentidos da cultura, abordando a polissemia de significados e a variação semântica que adquire esse conceito quando utilizado por diferentes segmentos.

É comum mencionarmos que uma pessoa não possui cultura quando ela não tem contato com a leitura, artes, história, música, etc. Se

compararmos um professor universitário com um indivíduo que não sabe ler nem escrever, a maior parte das pessoas chegaria à conclusão de que o professor é “cheio de cultura” e o outro, desprovido dela. Mas, afinal, o que é cultura?

No que diz respeito ao senso comum, cultura possui um sentido de erudição, uma instrução demasiada e diversificada adquirida por meio de variados mecanismos, destacando o estudo. Várias vezes já ouvimos os jargões segundo o site <http://www.alunosonline.com.br/filosofia>, “O povo não tem cultura”, “O povo não sabe o que é boa música”, “O povo não tem educação” etc. De fato, esta é uma concepção contrária a lógica e equivocada a respeito do que realmente significa o termo “cultura”. Como dizer que um índio que não tem acesso aos livros, nem a música clássica, por exemplo, não possui cultura? E seus costumes, tradições, sua língua, seus valores, religião? Onde ficam?

A definição de cultura é bastante complexa. Em uma visão antropológica, de acordo com o site <http://www.alunosonline.com.br/filosofia>, “Podemos definir como a rede de significados que dão sentido ao mundo que cerca um indivíduo, ou seja, a sociedade. Essa rede engloba um conjunto de diversos aspectos, como crenças, valores etc.”

Segundo Geertz (2008, p. 28), na antropologia o conceito de cultura sofre uma revisão e passa a ser visto como: “um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos e materializado em comportamentos”. Complementar a esta noção, está a ideia de que as imagens públicas do comportamento (cultural) são vistas como os mais eficazes elementos do controle social. Deste modo, a cultura é em parte controladora do comportamento em sociedade e, ao mesmo tempo cria e recria este comportamento, devido ao seu conteúdo ideológico, impossível de ser esvaziado de significado, já que toda cultura possui uma ideologia que a embasa, pois para o autor a ideologia é apresentada como a dimensão norteadora/justificativa do “arbitrário cultural” (os princípios que são aceitos pelo senso comum como indiscutíveis, e que definem o que é valorizado ou desvalorizado em termos comportamentais em determinado grupo humano), sendo este arbitrário cultural, o elemento mediador da apreensão dos signos e significados presentes em uma cultura. Ainda, segundo o mesmo Geertz,

(...) a antropologia tem tentado encontrar seu caminho para um conceito mais viável sobre o homem, no qual a cultura e a variabilidade cultural possam ser mais levadas em conta do que concebidas como capricho ou preconceito e, no entanto, ao mesmo tempo, um conceito no qual o princípio dominante na área,

“a unidade básica da humanidade”, não seja transformado numa expressão vazia. Assumir esse passo gigantesco longe da perspectiva uniforme da natureza humana, no que concerne ao estudo do homem, é abandonar o Paraíso. Alimentar a ideia de que a diversidade de costumes no tempo e no espaço não é simplesmente uma questão de indumentária ou aparência, de cenários e máscaras de comediantes, é também alimentar a ideia de que a humanidade é tão variada em sua essência como em sua expressão (GEERTZ, 2008, p. 27)

De acordo com Bosi (2008, p. 7),

Ocorre, porém, que não existe uma cultura brasileira homogênea, matriz dos nossos comportamentos e dos nossos discursos. Ao contrário; a admissão do seu caráter plural é um passo decisivo para compreendê-la como um “efeito de sentido”, resultado de um processo de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço.

A cultura das classes populares, por exemplo, encontra-se, em certas situações, com a cultura de massa; esta, com a cultura erudita; e vice-versa (BOSI, 2008, p. 7)

É praticamente impossível alguém não ter cultura, afinal, como alguém pode nascer e/ou permanecer fora de um contexto social? Não se deve considerar uma determinada cultura (oriental ou ocidental) como um modelo para todos, seria uma visão etnocêntrica.

2. *Polissemia na cultura*

De acordo com Aurélio,

Cultura – cultu.ra sf. 1. Ato, efeito ou modo de cultivar. 2. O complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições, das manifestações artísticas, intelectuais, etc., transmitidos coletivamente, e típicos de uma sociedade. 3. o conjunto dos conhecimentos adquiridos em determinado campo. 4. Criação de certos animais, esp. microscópicos: cultura de germes. (AURÉLIO, 2008, p. 280)

A forma como se vê o mundo, suas apreciações de ordem moral e de valores, os diversos comportamentos sociais e mesmo as posturas comportamentais são assim produtos de uma herança cultural, isto é, o resultado de uma determinada cultura. Na concepção de Santos,

Cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão no processo social. Ou seja, a cultura não é “algo natural, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana. Isso se aplica não apenas à percepção da cultura, mas também à sua relevância, à importância que passa a ter. Aplica-se ao conteúdo de cada cultura particular, produto da história de cada sociedade.” Cultura é um território bem atual das lutas sociais por um destino melhor.” E uma realidade e uma concepção que precisam ser apropriadas em favor do progres-

so social e da liberdade, em favor da luta contra a exploração de uma parte da sociedade por outra, em favor da superação da opressão e da desigualdade. (SANTOS, 2009, p. 45)

A questão não está em apresentar diversas culturas, mas sim vários tipos de indivíduo dentro de uma cultura. O ser humano não é qualquer homem, é um ser particular que difere de outros homens dentro da mesma cultura. Segundo Geertz,

O homem não pode ser definido nem apenas por suas habilidades inatas, como fazia o iluminismo, nem apenas por seu comportamento real, como o faz grande parte da ciência social contemporânea, mas sim pelo elo entre eles, pela forma em que primeiro é transformado no segundo, suas potencialidades genéricas focalizadas em suas atuações específicas. (GEERTZ, 2008, p. 38)

Atualmente escrever sobre cultura de massa é conceito dos mais amplos, que abrange, várias vezes, toda e qualquer manifestação de atividades ditas populares. Da época do *rock and roll*, do jeans, dos *hippies*, das novelas da televisão aos HQs (revistas em quadrinhos), tudo, pode ser inserido no plácido e amplo conceito de cultura de massa. Portanto, muitos dos que utilizam este conceito ver-se-iam em dificuldades, se questionados acerca de sua verdadeira abrangência.

Quanto a cultura de massa, ao contrário, não passa de uma “mistura” de indivíduos que não se movimentam, mas podem ser movidos por paixões. De acordo com o site <http://www.montfort.org.br/index>, “A massa é sempre, e necessariamente, passiva. Ela não age racionalmente e por sua conta, mas se alimenta de entusiasmo e ideias não estáveis”. Acabam tornando-se influenciadas por uma maioria instável, seja por modismos ou a própria *mídia* que dita comportamentos e valores, ou a inversão deste.

Acrescentando ainda no site <http://www.montfort.org.br/index>: “A massa é como a areia movida pelo vento, ou o rebanho nas mãos do pastor. Movem-na apenas veleidades: o dinheiro, a facilidade, o luxo, o prazer, o prestígio”. Quando um adolescente é questionado sobre algum evento da moda e ele desconhece, com certeza buscará uma resposta para que não sinta vergonha do seu despreparo. Logo então, sentir-se-á mais tranquilo, pois estará “como um igual”, será inserido no contexto da massa.

Segundo o site <http://www.montfort.org.br/index>, “Ser, pensar, agir, estar sempre, obrigatoriamente, ‘como os outros’ é amoldar-se inexoravelmente a esse implacável “deus” chamado ‘todo mundo’”. Não se pode perder a sua “identidade”, mas é o que muitas vezes acontece, há

uma renúncia do indivíduo para fazer parte do coletivo, mesmo que custe esquecer de si para “viver” o outro.

Atualmente, quando se pensa no popular, deve-se incluí-lo em discussões mais abrangentes que tem motivado vários cientistas sociais nas últimas décadas. Com a modernidade e a globalização, a política neoliberal e a expansão tecnológica são vetores que tem causado mudanças de extrema importância na vida social, sob diversos aspectos e circunstâncias, inclusive o da cultura.

Logo, desenha-se o contexto revelando porque o popular e a cotidianidade das camadas subalternas assumem lugar de destaque na sociedade contemporânea. Segundo Canclini:

As culturas populares constituem um processo de apropriação desigual dos bens materiais e simbólicos de uma nação por parte dos seus setores subalternos e com uma capacidade específica de gerir sentidos sobre a realidade por meio do trabalho e das práticas sociais. (CANCLINI, 1983, p. 43).

Sendo assim, surge uma nova forma de pensar o popular, bem diferente da visão romântica, onde a cultura do povo era interpretada como essência, como fonte do nacionalismo e como forma de identificar a raiz cultural de uma nação por meio das suas práticas tradicionais. Por conseguinte, o conceito em relação ao popular torna-se restrito, pois não incorpora dados que na concepção de Canclini são essenciais para pensar o popular de hoje, ocorrendo uma situação conflituosa em que estão historicamente inseridos os contextos populares.

De acordo com <http://www.montfort.org.br/index>, “A característica principal desse conflito está na desigualdade de acesso a bens sociais, na precarização dos serviços públicos e nas condições de exploração[...]. Tal situação reflete a realidade das sociedades capitalistas. Tanto as diferenças de classe quanto a desigualdade social constituirão o ponto de partida para uma reflexão sobre a produção cultural. Em Canclini, (1983, p. 46) “A questão decisiva consiste na compreensão das culturas populares através da sua conexão de classe e com as condições de exploração sob as quais estes setores produzem e consomem”.

Não só é importante a definição de cultura, mas além de entendê-la na posição de desigualdade frente à cultura hegemônica, é dizer que o povo possui uma determinada autonomia, no que tange a percepção da realidade e aquisição de valores. De acordo com Santos,

Uma questão permanece: o que é ou pode ser considerado popular na cultura? Os cultos afro-brasileiros, como a umbanda e o candomblé, são popula-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

res? E o carnaval? E o futebol? E o sistema escolar, hospitalar, e a justiça – o que disso tudo é popular? Vemos pelo simples anunciado das questões que a indagação sobre o que é popular na cultura deve ser considerada com cuidado.

Pode-se dizer que as questões acima dizem respeito a dimensões de nossa vida social que têm origens históricas diferentes. Assim, será notado que o carnaval e os cultos afro-brasileiro desenvolveram-se a partir de tradições das populações trabalhadoras, com marcas muito fortes das origens africanas dessas populações. (SANTOS, 2009, p. 60)

Ao refletir sobre a relação entre as culturas populares e a cultura “erudita” antes pensada como pólos separados pela ideia de classe, agora são compreendidas como processo híbrido, no qual ocorre o entrelaçamento de elementos culturais.

Então, refletir sobre o popular consiste em abordar a sua ligação com o consumo, o avanço tecnológico e os veículos de comunicação de massa inclusive a TV, cuja expansão que obteve nas periferias urbanas e no meio rural inaugurou mudanças sobre o sentido empregado às culturas populares.

Tal processo se deve ao crescimento do capitalismo no século XX, a partir da metade do século, com o aperfeiçoamento técnico e a mudança de uma política econômica focada na produção para o consumo. Esse último constitui o horizonte dos grandes impérios com base na evolução do consumo e o crescimento da indústria cultural com oferta aos países subdesenvolvidos.

O desenvolvimento da cultura de massa ocorre ao lado das tecnologias da imagem, com interesse na popularização de marcas e produtos direcionados para uma larga camada da população. Sendo assim, o popular adquire sentidos ligados a divulgação de mercadorias por diversas mídias e de símbolos culturais ofertados ao consumo volátil e massificado. Para Canclini (2000, p. 261), “A definição comunicacional do popular não consiste no que o povo é ou tem, mas no que é acessível para ele no que gosta, no que merece sua adesão ou sua com frequência”.

O popular se articula como categoria política, o populismo, foi um sentido utilizado por importantes lideranças políticas como forma de estabelecer uma identificação do líder e seus projetos com o povo. Canclini descreve:

Considera essa encenação do popular como uma mescla de participação e simulacro. Desde Vargas e Perón até os populismos recentes, a efetiva revalorização das classes populares, a defesa dos direitos trabalhistas, a difusão de

sua cultura e arte caminham lado a lado com as encenações imaginárias de sua representação. (CANCLINI, 2000, p. 265)

Nos anos 60, tanto os artistas, escritores e/ou intelectuais da época evidenciavam-se com questões sociais, tornando o popular como sentido de força crítica e revolucionária. Segundo Canclini (2000, p. 289), “Esses movimentos que parecem mimetizar-se com os hábitos linguístico-culturais das classes subalternas e acreditam encontrar a “essência” do popular em sua consciência crítica e seu impulso transformador”.

O que é dito como popular desliza em diferentes sentidos, seja na política, na comunicação de massa ou no movimento de cultura popular brasileira, demonstra uma diversificação no uso do conceito que ultrapassa a dimensão de classe, revelando o que Canclini pontua como poderes oblíquos da hibridização cultural.

É a cultura popular a causa eficiente da verdadeira cultura de elite, a qual não lhe é oposta, mas prolongamento natural dela, como a flor é produto da raiz. Raiz e flor não se repelem, amam-se. A flor é o “orgulho” da raiz, pois esta é mãe daquela. Vivaldi, Handel e numerosos outros compositores clássicos foram buscar temas para suas músicas nas canções populares de seu tempo. Não fosse a boa poesia popular, a literatura não teria *Os Lusíadas* ou *A Divina Comédia*. Segundo Santos,

... a cultura erudita é desde sempre associada com as classes dominantes, sua expansão colonizadora; a ampliação de seus domínios como, por exemplo, através da expansão da rede de escolas e de atendimento médico, pode ser entendida como uma ampliação das formas de controle social, que mantêm as desigualdades básicas da sociedade em benefício da minoria da população. Logo se nota que a polarização entre cultura popular e cultura erudita pode levar a conclusões complicadas.

Há sempre uma preocupação de localizar marcas políticas quando se opera esse tipo de polarização entre as duas concepções de cultura. Nesse sentido, o que se busca na cultura popular é seu caráter de resistência à dominação, ou seu caráter revolucionário em relação a esta. (SANTOS, 2009, p. 56)

Observa-se a cultura erudita no conhecimento da arte, literatura, escultura, pintura, teatro, sendo fator determinante, para a classificação o nível de estudo, o conhecimento. Destaca-se na música erudita: Johann Sebastian Bach e na pintura Michelangelo. A cultura popular é a cultura do povo, como uma manifestação mais espontânea, com acentuadas características regionais.

3. Ideologia na cultura: um conceito antropológico

De acordo com Geertz,

Embora a ciência e a ideologia sejam empreendimentos diferentes, elas não deixam de ter relações entre si. As ideologias fazem exigências empíricas sobre as condições e a direção da sociedade, o que é assunto da ciência avaliar (e, quando falta o conhecimento, do senso comum). (GEERTZ, 2008, p. 134)

Cliffor Geertz se dedica a realizar uma análise antropológica das dimensões culturais da política, da religião e dos costumes. Para realizar tal análise, Geertz se apoia em vários exemplos, que vão desde a etnografia da briga de galos Belinense, até a análise dos sistemas de casamento em parentesco europeus medievais. No decorrer da leitura, percebe que, como estrutura na organização das sociedades está a cultura, cabe mencionar que o autor indica que esta pode ser definida como um sistema cultural de organização (e controle) das coletividades.

De acordo com o autor, na antropologia o conceito de cultura sofre uma revisão e passa a ser visto como: “um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos e materializados em comportamentos”. Complementar a esta noção, está a idéia de que as imagens públicas do comportamento (cultura) são vistas como os mais eficazes elementos do controle social.

Logo, a cultura é em parte controladora do comportamento em sociedade e, o mesmo tempo cria e recria este comportamento, devido ao seu conteúdo ideológico, impossível de ser esvaziado de significado, já que toda cultura possui uma ideologia que embasa, pois para o autor a ideologia é apresentada como dimensão norteadora/justificativa do “arbitrário cultural” (os princípios que são aceitos pelo senso comum como indiscutíveis, e que definem o que é valorizado ou desvalorizado em termos comportamentais em determinado grupo humano).

Laraia aponta que os antropólogos estão totalmente convencidos de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais. Já no “Determinismo Geográfico”, ele demonstra que os povos não se diferenciam por natureza, mas por necessidades de sobrevivência diferentes, o que gera o desenvolvimento de certas atividades mais do que outras, por limitações ou necessidade ambiental.

Nesta mesma passagem, cita o exemplo em que os esquimós e os lapões vivem ambos em latitudes semelhantes, mesma região do globo (norte) – mas em continentes diferentes, o primeiro na América e o se-

gundo na Europa –, porém demonstram ter culturas totalmente diferentes, ao notar critérios básicos como alimentação, caça e construção de suas moradias. Sendo assim, se houvesse realmente uma diferença ou igualdade genética referente à posição de estabelecimento de certa cultura no globo terrestre, haveria como consequência a similaridade ou diferença de comportamentos, utilização do meio ambiente (que no caso dos esquimós é parecido) e desenvolvimento de atividades.

Mesmo trazendo conceitos de cultura de outros autores, ressalta Tylor que “definiu cultura como sendo todo comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética, como diríamos hoje”. (LARAIA, *apud* TAYLOR, 2009, p. 30). Analisando por esse ângulo, cultura é algo totalmente externo, sem influência interna, genética.

Destaca-se quanto ao desenvolvimento cultural que caracteriza a “superioridade” da espécie humana, segundo Laraia, foi a possibilidade de observação das mais diversas espécies de animais terrestres e o desenvolvimento tecnológico humano, de modo a suprir a necessidade de ter certas funções biológicas que não são características da sua natureza. (LARAIA, 2009, p. 41) O desenvolvimento do avião, do navio e do submarino são exemplos concretos da materialização do domínio aéreo, marítimo e submarino pelo homem. É essa questão adaptativa que ele tenta demonstrar no decorrer dos capítulos, de modo que, qualquer desenvolvimento cultural não é intrínseco à aparelhagem biológica do ser.

4. Considerações finais

A cultura brasileira possui ritmos diversos. As “culturas” se encontram: a cultura de massa (popular), está com a cultura erudita e vice-versa. Vários estudos e pesquisas foram feitos e continuam nos dias de hoje para se chegar a uma resposta definitiva, mas ainda não há um conceito considerado o correto, por isso a polissemia se faz tão presente.

Não foi observado que o autor Laraia tenha chegado a uma conclusão concreta e/ou única, sobre a questão do conceito de cultura. Percebe-se, no entanto, que ele traça seu pensamento na linha de que a cultura é algo externo, excluindo então a possibilidade de ser criada com base na evolução cerebral contínua, mas não negando a existência da mudança cerebral que ocorreu para armazenar os fenômenos culturais da sociedade humana. O autor complementa dizendo que a participação do indivíduo

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

em sua cultura é sempre limitada; pois a pessoa não consegue participar de todos os elementos dela.

Geertz faz interpretações a respeito da cultura, analisa como uma hierarquia de significados. É a leitura das sociedades, enquanto textos ou como análogas a textos.

O caminho a ser trilhado é longo, mas uma afirmativa pode ser feita, é a certeza de que através dos estudos realizados; a cultura possui definições polissêmicas de acordo com o olhar a ser pesquisado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSI, Alfredo. *Cultura brasileira*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2009.
- BOSI, Ecléa. *Cultura de massa popular*. 12. ed. São Paulo: Vozes, 2008.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 5. ed. São Paulo: Papyrus, 2008.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *O minidicionário da língua portuguesa*. 6. ed. ver. e atual. Curitiba: Positivo, 2004.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 23. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MAIA, João M. E.; PEREIRA, Luiz F. A. *Pensando com a sociologia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- <http://www.alunosonline.com.br/filosofia>
- <http://www.montfort.org.br/index>

AFIXOS E RADICAIS COMO ELEMENTOS DE INTERCOMPREENSÃO

René Gottlieb Strehler (UnB)
rene_strehler@terra.com.br

RESUMO

Há várias maneiras de analisar a formação de palavras. Usualmente é questão de *derivação* e de *composição*; essa última se divide, na tradição portuguesa, em *composição por justaposição* e *composição por aglutinação*, enquanto os manuais franceses mencionam a *composition "populaire"* e a *composition "savante"*. As diferentes maneiras de subcategorizar a composição implicam vantagens e inconvenientes, mas acontece que se pode inventariar elementos formadores de palavras que oferecem ao falante pistas para interpretar palavras novas. Assim, a presença de *-crat-* permite inferir que a palavra se refere a “poder” (como em *aristocracia* ou em *ginecocrata*), no caso de *ex-* pode-se hesitar entre o significado “que não é mais” (como em *ex-presidente*) e “para fora” (como em *expatriar*). Esses elementos formadores, na nossa terminologia afixos e radicais, já são explorados, de maneira isolada, no ensino da língua materna ou estrangeira, mas nota-se que, graças à herança greco-latina, muitos desses elementos se prestam a uma intercompreensão entre línguas neolatinas, tema do presente trabalho, mas outras línguas poderiam igualmente ser contempladas; afinal, não é preciso saber alemão para entender as palavras alemãs *Anthropologie* ou *Anthologie*. O presente trabalho visa expor as possibilidades e os limites de um modelo de intercompreensão que se baseia em elementos formadores. Atualmente existe uma base lexical espanhol, francês e português de cerca de 350 unidades lexicais com funcionamento parecido nas três línguas. Tendo como base as 350 unidades, se pode elaborar técnicas, jogos por exemplo, que possam ajudar na aquisição de mecanismos de intercompreensão.

Palavras-chaves: Lexicologia. Derivação. Composição. Intercompreensão.

1. Introdução

Partimos do princípio de que o conhecimento dos mecanismos de formação de palavras constitui um elemento que garante certa intercompreensão entre línguas neolatinas; mas não apenas entre elas, pois a difusão de termos técnicos e científicos mostra que não apenas no espanhol,

no francês e no português se manifesta certa herança cultural greco-latina. Para se convencer deste fato, basta consultar um dicionário de língua alemã, que é uma língua não latina. Nas páginas consagradas às palavras começando por *anth...* encontramos palavras como *Anthologie*, *Anthrax*, *Anthropologie* ou *Anthroposophie*, palavras conhecidas em muitas outras línguas. Assim, certos elementos formadores de palavras permitem a intercompreensão entre línguas. Quando se trata de línguas da mesma família, essa intercompreensão é mais fácil, em outros casos, termos técnicos apenas permitem dar uma ideia vaga do assunto tratado por um texto.

No caso do presente trabalho, as línguas tratadas são o francês e o português. O espanhol já está incrementado na versão estendida que resulta num livro propondo atividades pedagógicas para aprendizes do francês ou do espanhol como línguas estrangeiras. Uma aplicação à língua portuguesa é igualmente possível.

Quanto à intercompreensão, ela pode ir relativamente longe, fato que justifica que o tradutor, ou quem quer que deve trabalhar num meio plurilíngue, tenha certos conhecimentos a propósito de como se formam palavras pelo intermediário de elementos mórficos. Esse conhecimento permite igualmente aprender os limites do modelo.

Nesse contexto, importa apresentar os mecanismos de formação de palavras, que são bastante parecidos nas duas línguas tratadas e mostrar as limitações que aparecem numa perspectiva plurilíngue, além de indicar o fundo teórico que, a nosso ver, permite a intercompreensão.

2. Bases teóricas

Postular a possibilidade de ter intercompreensão baseada em elementos mórficos, geralmente prefixos e sufixos, pressupõe semelhanças entre línguas, mas igualmente dessemelhanças entre elas. No nosso contexto cultural, considera-se comumente o latim como ponto de partida para o estudo histórico das línguas neolatinas. Baseado nessa premissa, é legítimo interrogar-se sobre a distinção entre “língua” e “dialeto”. Seguindo Klinkenberg (1999, p. 34-49) podemos falar em dialeto a propósito de qualquer diversificação geográfica de um idioma, o português de Brasília, por exemplo. Além dessa conceptualização sincrônica, há ainda uma conceptualização diacrônica que permite assimilar tanto o português, como o francês ou o picardo, como dialetos do latim. Considerando não apenas a linguística interna, há, para “dialeto” uma terceira acepção

possível. Nessa perspectiva, o francês como dialeto se vê promovido a língua tendo ao seu lado vários dialetos, entre os quais o picardo já citado, trata-se agora da variedade padrão face a variedades não padrão.

Para o nosso propósito, as distinções apresentadas por Glessgen (2008, p. 39-46), entre línguas obtidas por elaboração (*langue par élaboration* – *Ausbausprache*) e línguas obtidas por distanciamento (*langue écart* – *Abstandsprache*) também têm sua pertinência, pois se considerarmos o espanhol, o francês e o português notamos que esses idiomas, pelo simples fato da evolução histórica, não são mais, em contraste, dialetos, mas línguas, fato reforçado pela normalização das variantes padrão. Já se queremos distinguir o português do Brasil da variedade europeia, devemos considerar o aspecto de elaboração.

Esses fatores já são suficientes para explicar a razão pela qual os afixos não funcionam da mesma maneira nas línguas aqui em questão e porque certa intercompreensão é facilitada pelo conhecimento dos mesmos. De fato, partindo do latim, as línguas neolatinas herdaram afixos desse idioma que foram, ao longo dos séculos, mudados ou adaptados a cada língua neolatina. Ao lado desses “dialetos diacrônicos” (espanhol, francês e português), o latim clássico continua tendo certa existência que exerce uma influência cultural comparável àquela exercida pelo grego. Nesse contexto, o latim clássico e o grego clássico continuam exercendo um papel essencial de fornecedores de elementos mórficos – não somente a línguas neolatinas. As gramáticas, como Almeida (2009, p. 372-405) em português ou Grevisse (2008, p. 162-202) para o francês expõem o funcionamento dos aspectos pertinentes para o nosso trabalho, ao menos considerando cada língua isolada.

Outro aspecto importante para a intercompreensão é o potencial evocatório das palavras que também se baseia nos elementos mórficos. As relações associativas de Saussure (1982, p. 173-175, edição T. de Mauro), a nosso ver, não se limita a uma única língua. Para os idiomas neolatinos, poder-se-ia objetar que se trataria de uma língua considerando uma sincronia larga ou raciocinando em termos de diacronia. É possível ir além. Na nossa civilização contemporânea, na qual as línguas de especialidade influenciam, cada vez mais, a língua comum, o saber circula entre línguas/civilizações essencialmente sob forma de palavras, de termos. Esses últimos são frequentemente o produto de criação consciente, que se funda na herança cultural greco-latina, afinal, *video* e *Nike* provêm, indiretamente, do latim e do grego, respectivamente.

3. Considerações a propósito da formação de palavras

Os procedimentos que permitem a formação de novas palavras se dividem em duas famílias, a derivação e a composição. A formação de novas unidades lexicais por outros mecanismos, por abreviaturas ou por onomatopeia, por exemplo, não é pertinente no presente quadro, razão pela qual estes mecanismos não serão expostos. Nos exemplos a seguir, ESP. significa espanhol, FRA. significa francês e POR. português.

3.1. A derivação

Na perspectiva aqui adotada, a derivação se opõe à composição. Ela corresponde a um procedimento que permite a criação de novas unidades lexicais pelo acréscimo de *afixos*, ou seja, pelo acréscimo de *prefixos*, *infixos* ou *sufixos*. Os afixos, a princípio, não têm autonomia lexical, salvo certos prefixos que estão em relação com preposições e advérbios (POR.: *bem* > *bem-feito*, *mal* > *malfeito*; FRA.: *bien* > *bienfait*, *mal* > *maladroit*). Este fato indica que a distinção entre derivação e composição às vezes é frágil.

Raciocinar em volta da derivação implica o uso de certos termos e conceitos. Entendemos por *base*, ou *palavra inicial*, a unidade lexical existente antes da formação de outra, mais nova.

EXEMPLOS. Em francês, o verbo *tousser* (*tossir*) é a base pela qual se chega ao verbo *toussoter*; em português *mudo* é a base que permite chegar a *emudecer*.

O *radical*, por seu lado, é a parte da palavra sem afixo nem vogal ou consoante de ligação; trata-se de uma forma normalmente sem autonomia.

EXEMPLOS. Em francês, *pen* é o radical de *depenalisation*; em português, *mud* é o radical de *emudecer*.

Prefixos são morfemas que se fixam à esquerda de uma base. Eles provêm em geral do grego e do latim e não têm autonomia lexical. Vale lembrar que certos prefixos são considerados como vernáculos, tendo existência no idioma desde o latim, e outros prefixos são considerados latins, por serem formados conscientemente a partir desse idioma.

EXEMPLO. Em francês como em português, o prefixo *entre-*, que corresponde à preposição homônima, *entre*, é genuinamente vernáculo e

permite a formação de palavras como FRA.: *entracte*, *entre-ligne*; POR.: *entreato*, *entrelinha*. *Entre* provem do latim *inter* que continua ser um prefixo ativo em espanhol, francês e português, ESP.: *interactivo*, *intermuscular*; FRA.: *interactif*, *intermusculaire*; POR.: *interativo*, *intermuscular*. Os prefixos não têm influência sobre a categoria gramatical da palavra formada.

Sufixos são morfemas que se fixam à direita de uma base. Assim como os prefixos, eles provêm essencialmente do latim e, em menor proporção, do grego. Os sufixos podem implicar uma mudança de categoria gramatical da palavra modificada. Partindo dos verbos FRA.: *transformer*; POR.: *transformar*, podemos obter por sufixação os substantivos FRA.: *transformateur*, POR.: *transformador*. Tão importante como a mudança gramatical é a informação semântica transmitida pelos afixos nos exemplos agora expostos. O sufixo FRA.: *-fère*, POR.: *-ífero*, além de formar adjetivos ou substantivos, transmite a ideia “que transporta”, “que contem”, como se vê em FRA.: *mammifère*, *pétrolifère*; POR.: *mamífero*, *petrolífero*.

A noção de *infixo* é mais delicada e apresentada aqui apenas para estar completo em relação ao conceito “*afixo* = *prefixo* + *sufixo* + *infixo*”. No sentido estrito, o *infixo* não existe em português, pois trata-se do afixo que se insere no interior de uma palavra, como no latim, onde se fala de “morfema nasal”. No sentido largo, às vezes considera-se como *infixo* vogais ou consoantes de ligação.

Em francês analisa-se, em algumas ocasiões, *-ot-*, em *chipoter* (*questionar mesquinamente*; *agir com lentidão*) ou *trembloter* (*tremular*; *vascular*) como *infixos*: mas a análise mais aceita é: *chip-* (= radical) + *-ot-* (= sufixo) + *-er* (= designação verbal, tipo de afixo não tratado no presente trabalho).

Depois desses esclarecimentos terminológicos, cabe apresentar os diferentes procedimentos de derivação.

3.1.1. Derivação prefixal

Decorrente das explicações dadas precedentemente, a derivação prefixal consiste no acréscimo de um prefixo à esquerda de uma base. O encontro do prefixo com a base pode ter incidências grafo-fonológicas. Assim, o latim *cum* dá em francês as formas *com-*, *coll-*, *con-* e *co-*, em

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

função da base modificada, em português o *cum* evoluiu, também em função da base, para *com-*, *col-*, *con-* e *co-*.

EXEMPLOS. FRA.: **compagnon**, **collaborateur**, **confédération**, **coexister**; POR.: **companheiro**, **colaborador**, **confederação**, **coexistir**.

Nota-se que, nestes exemplos, a prefixação é ainda plenamente sentida em *coexister/coexistir*, enquanto que, em *companheiro*, o *com-* se analisa mais dificilmente; ou seja, a prefixação já é um fato da história da língua.

3.1.2. Derivação sufixal

Se a derivação se faz pelo intermediário de um morfema acrescida à direita da base, fala-se em *derivação sufixal*; ou seja, a nova palavra foi obtida pelo auxiliar de um sufixo. Certos sufixos servem para formar adjetivos ou substantivos, por exemplo, enquanto outros servem para formar nomes de coletivos, ou ainda nomes de ação.

EXEMPLO. A noção de “possível”, ou da “possibilidade” se deixa exprimir pelo sufixo FRA.: *-ible*; POR.: *-ível*; de que resultam FRA.: **accessible**; POR.: **acessível**.

3.1.3. Derivação parassintética

É possível recorrer simultaneamente a um prefixo e a um sufixo. Fala-se então em *derivação parassintética*. Numa perspectiva de intercompreensão, importa mais o conhecimento dos afixos presentes na palavra derivada, do que como e o momento histórico em que uma palavra foi formada.

EXEMPLO 1. O adjetivo francês *inusable* foi formado a partir do prefixo *in-*, do verbo *user* (sem a desinência infinitiva *-er*) e do sufixo *-able*. Sabe-se que *inusable* corresponde a uma formação parassintética, porque o adjetivo *usable* é, na língua francesa, posterior a *inusable*.

EXEMPLO 2. O português *desalmado* é formado a partir do substantivo *alma*, recorrendo simultaneamente ao prefixo *des-* e ao sufixo *-ado*, pois inexitem em português formas como **almado* ou **desalma*.

Em ambos os exemplos e numa perspectiva de intercompreensão, o que importa não é saber que as duas palavras são formações parassintéticas, mas saber interpretar os respectivos afixos.

3.1.4. *Derivação regressiva*

Derivação regressiva é o nome usual para designar o procedimento de formação de novas palavras que consiste na supressão de prefixos ou sufixos da palavra inicial. Numa perspectiva de intercompreensão a derivação regressiva não causa problema, pois os mecanismos da regressão são bastante parecidos nas línguas aqui tratadas. A derivação regressiva pode entrar em conflito com a derivação própria, no sentido de que não é evidente saber se existia primeiramente em francês *usine* ou *usiner*, *report* ou *reporter*. A história da língua permite admitir que *report* é o resultado de uma derivação regressiva (*reporter* > *report*), mas *usiner* é o resultado de uma derivação própria (*usine* + *er* > *usiner*). A passagem de um verbo para um substantivo é um caso bastante produtivo da derivação regressiva; nesse caso, o resultado é igualmente chamado *deverbal*.

EXEMPLOS. Em francês, como em português, há bastante nomes de ação ou resultado que provêm de uma derivação regressiva. FRA.: *biser* > *bise*, *couper* > *coupe*, *reporter* > *report*; POR.: *beijar* > *beijo*, *corrar* > *corte*, *papar* > *papo*.

3.1.5. *Derivação impropria*

Quando uma palavra de uma dada categoria gramatical está empregada como sendo de outra categoria, sem mudar de forma, se fala em derivação imprópria.

EXEMPLOS. ESP.: *bien* (adj.) > *el bien* (s.m.); FRA.: *la rose* (s.f.) > *rose* (adj.); POR.: *bom* (adj.) > *o bom* (s.m.).

3.2. A composição

A composição corresponde ao procedimento de formação de palavras com elementos léxicos a princípio autônomos. Assim observamos que *couve* e *flor* são unidades lexicais independentes, mesmo formando a unidade lexical *couve-flor*, esse fato é uma diferença importante em

comparação com a derivação. No quadro da presente análise consideramos como palavras compostas todas as formas cristalizadas nas quais os elementos da composição são perceptíveis, mesmo se a escrita parece apagar a composição (FRA.: *portefeuille*, de *porte* + *feuille*; POR.: *girassol*; de *gira* + *sol*). Na história da língua, certas composições são cristalizadas a tal ponto que o falante contemporâneo não nota mais a composição. Em português *comer* não se percebe como um composto de *cum* + *edere* (“comer com”) e, em francês, *culbuter* não se percebe como *buter* (“bater, encostar”) de uma maneira específica. Com o tempo, nessas palavras, a composição se apagava na percepção do falante. Da mesma maneira não se percebe mais as unidades “privado” e “lei” em ESP.: *privilegio*; FRA.: *privèlège*; POR.: *privilégio*; de *privilegium*, “lei concernente um particular”.

Dividimos a composição em dois procedimentos, que são a composição por justaposição e a composição por aglutinação. Apresentamos a chamada composição erudita a parte, porque apesar de ela ter similitude com a composição por aglutinação, ela mantém certa similitude com a derivação.

3.2.1. Composição por justaposição

A composição por justaposição se faz normalmente com unidades lexicais do vernáculo. Na escrita, essas composições se apresentam:

- justapostas, sem hífen, sem espaço entre as palavras entrando na composição, como em FRA.: *ma* + *dame* > *madame* (“senhora”); POR.: *passa* + *tempo* > *passatempo*;
- justapostas, sem hífen, com espaço entre as palavras entrando na composição, como em FRA.: *pomme de terre* (maça de terra = “batata”); POR.: *dona de casa*;
- justapostas, com hífen entre as palavras entrando na composição, como em FRA.: *porte-chapeaux*, POR.: *porta-chapéus*.

A composição por justaposição é pertinente para a intercompreensão na medida em que as línguas neolatinas têm funcionamento bastante parecido para a formação de novas palavras. Nas composições “substantivo + sintagma preposicional” aparecem as mesmas interrogações para saber a partir de que momento uma composição possa ser considerada como uma unidade lexical.

3.2.2. Composição por aglutinação

Entram na presente categoria as composições nas quais a junção provoca alguma alteração nos elementos juntos. Observa-se esse fato, por exemplo, em POR.: *plano + alto > planalto*, *filho + de + algo > fidalgo*. A esse propósito deve-se ver que a linguística e gramática francesas não conceptualizam a aglutinação como implicando obrigatoriamente uma alteração entre os elementos aglutinados: *au + jour + d'hui > aujourd'hui* (no dia de hoje = “hoje”), *l'herre > lierre* (“hera”; aglutinação do artigo).

Outros casos de composição por aglutinação (*tele + fonia > telefonia*, por exemplo) serão tratados na parte a seguir.

3.2.3. As composições chamadas eruditas e híbridas

Em vez de dividir a composição em composição por justaposição e composição por aglutinação, pode-se recorrer aos conceitos de composição popular e composição erudita e híbrida. Essa divisão é menos usada em português que em francês. A primeira corresponde às composições feitas com unidades lexicais autónomas da língua vernácula, como foi visto a propósito da composição por justaposição, mas igualmente a propósito da composição por aglutinação se os elementos que entram na composição provêm de unidades lexicais autónomos (como em *planalto*).

A composição chamada erudita se faz com elementos mórficos provindos de línguas estrangeiras, antes de tudo do grego e do latim, se é possível chamar essa última língua de estrangeira. Numa perspectiva purista não se devem entrar numa composição duas línguas distintas, grego e latim, por exemplo. Assim dever-se-ia dizer *unilíngue*, em vez do chamado hibridismo *monolíngue*, pois *mono* provem do grego e *língue* do latim. Face a esta observação, há de constatar que muitos hibridismos já estão plenamente integrados nas línguas do nosso interesse (FRA.: *automobile*, *homosexuel*, *pluviomètre*; POR.: *automóvel*, *homossexual*, *pluviómetro*).

Há igualmente bastante composições em que o “morfema erudito” se associa a um lexema das línguas vernáculas. (FRA.: *autoportrait*, *baisodrome*, *minijupe*; POR.: *autorretrato*, *beijódromo*, *minissaia*). O inglês *self* entra às vezes em concorrência com o grego *auto*, como se observa no par de palavras francesas *autodéfense* vs. *self-défense*. O português, como o francês, tem o *self-made-man* e o *self-service*.

4. Derivação versus composição

Independentemente de como é feita a análise morfológica das palavras, há uma área em que a distinção nítida de derivação e de composição não se deixa manter. Assim, no caso dos chamados prefixos autônomos ou separáveis, a análise da palavra formada em geral ainda permite postular que se trata, por exemplo, de uma composição do tipo

- prep. + s.m.: FRA.: *avant* + *bras* > *avant-bras*; POR.: *ante* + *braço* > *antebraço*; ou
- adv. + vb.: FRA.: *bien* + *être* > *bien-être*; POR.: *bem* + *estar* > *bem-estar*.

Além dessa análise, *ante* e *bem* dos exemplos citados guardam seu emprego usual na língua.

No caso das composições chamadas eruditas ou híbridas, a questão é mais delicada. Se a autonomia dos elementos da composição é considerada um critério decisivo, é legítimo perguntar-se como interpretar *bio* em *biologia*, por exemplo. De fato, *bio*, do grego *bios*, significa "vida", mas não tem a autonomia lexical da palavra *vida*. O outro elemento de *biologia*, *logia*, provem do grego *logos*, "discurso"; portanto, podemos afirmar que a *biologia* é a teoria ou o discurso sobre a vida. Estamos diante de elementos que teriam sua autonomia num grego idealizado pelo sistema de composição que estamos examinando. Nota-se ainda que, neste tipo de formação, a ordem dos elementos não segue o modelo vigente nas línguas romanas, que é "determinante + determinado" (*teoria* + *da vida*), mas o modelo "determinado + determinante" (*vida* [bio] + *teoria/discurso* [logia] > *biologia*). Além disso, a presença de *bio* é observada em muitos outros compostos, como *biografia*, e a presença de *logia* em palavras que designam disciplinas ou ciências é comum, de *arqueologia* a *zoologia*.

Sem dúvida, pode-se fazer a distinção entre derivação e composição analisando os elementos empregados na formação de uma palavra. No caso de uma formação obtida com um elemento mórfico erudito e um elemento do vernáculo, estamos diante de uma derivação: em *televisão*, o elemento grego *tele* funciona como um prefixo, parecido com o *pre* de *previsão*. Ao contrário, em *telefone* (ou *telefone*, mas esse último foi emprestado ao inglês), *tele* não é um prefixo, pois *fono* também é um elemento erudito provindo do grego e, juntos, os dois elementos compõem uma nova unidade lexical.

*

Para a intercompreensão é de certa importância conhecer os mecanismos que permitem formar novas palavras, sobretudo os mecanismos que implicam o uso de prefixos, sufixos ou de elementos de composição chamados eruditos. Conhecer elementos como *des-*, *-ismo* ou *antrop* já permite fazer uma primeira interpretação de unidades lexicais como *desfazer*, *patriotismo*, *antropologia* ou *filantropo*:

- *desfazer* é a negação ou o contrário de *fazer*;
- *patriotismo* corresponde à teoria, à doutrina ou à ideologia relativa aos patriotas;
- *antropologia* implica a *logia* do *antropos*, do homem; quando se conhece igualmente *logia*, se chega ao significado "ciência do homem",
- *filantropo* implica igualmente algo a propósito do homem, da humanidade; é *fil(o)* que permite estabelecer o significado do composto, que é "amigo da humanidade".

Se o funcionamento dos prefixos, dos sufixos e dos elementos mórficos em geral é bastante parecido nas línguas românicas, deve-se ver também que há limites, pois certos afixos existem sob uma forma vernácula, mas também sob uma forma grega ou latina; nesses casos, uma língua pode preferir um afixo e outra língua outro afixo. Esses aspectos concernem aos limites do modelo de intercompreensão pelo intermediário de afixos.

5. *Elementos mórficos: possibilidades e limites de intercompreensão*

Os limites de modelo de intercompreensão baseado no conhecimento dos elementos mórficos (afixos e outros elementos que entram na formação de palavras) provêm do fato de que, em discurso, as três línguas não funcionam da mesma maneira. Expomos essa problemática primeiramente com alguns exemplos de sufixos, contrastando o francês e o português, sem entrar demasiadamente em considerações de ordem diacrônica.

- FRA.: *-able* / POR.: *-ável* e
FRA.: *-ible* / POR.: *-ível*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Os sufixos provêm do latim *abilis* e *ibilis*, respectivamente. Para ambos existem sequências de palavras em que o francês *-able* corresponde ao português *-ável*, e o francês *-ible* ao português *-ível*, mas a associação

-able – *-ível* se observa igualmente, por exemplo em FRA.: *mangeable*, POR.: *comestível*.

- FRA.: *-ance* / POR.: *-ância* e
FRA.: *-ence* / POR.: *-ência*

Os latins *ancia* e *encia* se observam em francês e em português. A assimilação do francês *-ence* com o português *-ência* é bastante generalizada, observa-se, por exemplo, FRA.: *adolescence*, *prudence*; POR.: *adolescência*, *prudência*. A associação *-ance/-ancia* é mais delicada, há efetivamente casos em que associação correta do francês *-ance* se faz com o português *-encia*, como em FRA.: *résistance*, POR.: *resistência*.

- FRA.: *-oir*, *-oire* / POR.: *-(t)ório*, *(t)ória*

Além da sequência de associações legítimas dos sufixos (*auditoire/auditório*, por exemplo), partindo do francês *-oir*, *-oire*, existem outras associações:

- *-oir*, *-oire* / *-eiro*, *-eira*, como em FRA.: *baignoire*, *perchoir*, POR.: *banheira*, *poleiro*;
- *-oir*, *-oire* / *-(d)ouro*, *-(d)oura*, como em FRA.: *abattoir*, *mangeoire*, POR.: *matadouro*, *manjedoura*;
- *-oir*, *-oire* / *-ol*, como em FRA.: *urinoir*, POR.: *urinol*.
- FRA.: *-eau*, *-elle* e *-et*, *-ette*

Os sufixos de valor diminutivo são mais produtivos em português que em francês. Se isolamos os dois sufixos franceses, *-eau/-elle* e *-et/-ette*, obtemos em português, no mínimo, quatro diminutivos: *-ito/-ita*, *-(z)inho/-(z)inha*, *-ela* e *-cula*. Seguem alguns exemplos:

- *chevreau* – *cabrito*; *coupelle* – *copela*; *lionceau* – *leãozinho*; *maisonnette* – *casinha*, *casinhola*; *pauvret* – *pobrezinho*, *pobre-zito*; *radicelle* – *radicela*, *radícula*

As unidades lexicais francesas citadas estão cristalizadas nas formas aqui apresentadas, enquanto o português guarda ainda certa liberdade na escolha do diminutivo, ou seja, em francês existem *maison* e, em

paralelo, *maisonnette*, enquanto em português a existência de *casa* permite construir *casinha* ou *casinhola*, que é mais rara.

- FRA.: *-âtre*

Em francês, o sufixo *-âtre* serve para formar adjetivos que exprimem um caráter aproximativo em relação à palavra de base. *Blanchâtre*, de *blanche* (branca), significa "mais ou menos branco", um homem *belâtre* talvez é bonito, mas a associação de *-âtre* ao adjetivo *beau* (bonito) acrescenta uma ideia de tolice. Esse sufixo não se deixa associar a um sufixo português da mesma origem etimológica. Frequentemente o português exprime a mesma noção com *-ado* ou *-icado*, FRA.: *douceâtre*, *rougeâtre*, POR.: *adocicado*, *arrochado* ou *avermelhado*.

Os prefixos permitem observar problemas de associação parecidos.

- FRA.: *hyper-* / POR.: *hiper-* e
FRA.: *ultra-* / POR.: *ultra-*

Em francês, como em português, é possível recorrer a um prefixo grego ou a um prefixo latim para exprimir que algo ultrapassa a medida comumente admitida. O termo linguístico francês de *hypercorrection* corresponde ao português *hipercorreção*, mas a literatura especializada prefere a formação com *ultra-*, *ultracorreção*.

- FRA./POR.: *-pluri* e *-multi*

A ideia de “vários” ou “muitos” pode ser expressa, em francês como em português, com *pluri-* ou *multi-*. Acontece que, em certos casos, o português prefere *multi-* onde o francês prefere *pluri-*, por exemplo os FRA.: *pluricellulaire* e *pluridimensionnel* correspondem ao POR.: *multicelular* e *multidimensional*, mesmo que os dicionários brasileiros mencionam igualmente a existência de *pluricelular* e *pluridimensional*.

- FRA.: *sur-* / POR.: *sobre-*,
FRA.: *sur-* / POR.: *super-* e
FRA.: *sur-* / POR.: *ultra-*

O francês *sur-* se associa em geral ou com *sobre-* (FRA.: *surnaturel*, POR.: *sobrenatural*) ou com *super-* (FRA.: *surdoué*, POR.: *superdotado*). Excepcionalmente *sur-* se associa com *ultra-* (FRA.: *surpasser*, POR.: *ultrapassar*), observamos ainda que *ultrapassar* corresponde também ao francês *dépasser* (por exemplo FRA.: *dépasser une voiture*, POR.: *ultra-*

passar um carro). A respeito do francês *super-* cabe ainda mencionar que, de costume, ele se associa com o português *super-* (FRA.: *supermarché*, POR.: *supermercado*).

6. Conclusão

Diante destas observações aparece claramente que o conhecimento dos afixos e das bases gregas e latinas é uma ferramenta útil e eficaz para a intercompreensão; pois o paralelismo nas palavras não se limita apenas ao francês e ao português aqui apresentados, mas deixa-se estender ao espanhol e, em muitos casos, a línguas que nem provêm do latim. Esse fato se explica pelo papel preponderante que o latim e o grego ocuparam, e ainda ocupam, na nossa civilização quando se trata de exprimir novos conceitos pelo intermediário de novas palavras. Os séculos XVIII e XIX consagraram em muitas ciências as bases terminológicas frequentemente ainda válidas em muitas línguas. Desse modo se internacionaliza certo “saber mórfico” fora das línguas neolatinas e do grego garantindo assim certa intercompreensão.

Em termos funcionais, vale lembrar que, num primeiro tempo, o conhecimento dos elementos mórficos facilita a compreensão do léxico de uma dada língua, da língua materna inicialmente, e a intercompreensão entre línguas. Já para a produção, como mostraram os conflitos possíveis entre vários afixos, quando uma língua consagra uma possibilidade e a outra língua, outra, por exemplo *mangeable* em francês e *comestível* em português.

Em termos práticos, o exposto mostra que o funcionamento morfológico merece ocupar um lugar importante tanto no ensino da língua materna como no ensino das línguas estrangeiras, pois seu entendimento facilita a tarefa dos futuros tradutores, como dos futuros universitários em geral que deverão fazer leituras não apenas na sua língua materna mas igualmente em outros idiomas.

Essas considerações levaram professores da Universidade de Brasília a elaborar material didático que visa facilitar o ensino e a aprendizagem desses elementos mórficos numa perspectiva de intercompreensão entre o espanhol, o francês e o português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Napoleão de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BOUFFARTIGUE, J.; DELRIEU, A.-M. *Trésor des racines latines*. Paris: Belin, 1994.

_____; _____. *Trésor des racines grecques*. Paris: Belin, 1995.

CALAQUE, Elisabeth. *Les mots en jeux*. L'enseignement du vocabulaire. Grenoble: Centre Régional de Documentation Pédagogique, 2002.

GLESSGEN, Martin-Dietrich. *Linguistique romane*. Paris: Armand Colin, 2008.

GREVISSE, Maurice. *Le bon usage*. Bruxelles: De Boeck/Duculot, 2008.

KLINKENBERG, *Des langues romanes*. Bruxelles: De Boeck/Duculot, 1999.

PICOCHÉ, Jacqueline. *Didactique du vocabulaire français*. Paris: Nathan, 1993.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Edição crítica de Tullio de Mauro. Paris: Payot, 1982.

STREHLER, René G. O. *Dictionnaire suisse romand* e a lexicografia diferencial. *Cadernos de Tradução*, n. 32. Florianópolis: UFSC-PGET.

_____; GOROVITZ, Sabine. *Manual do RepLET acompanhado de elementos de lexicologia e de terminologia*. Brasília: Thesaurus, 2011.

VYGOTSKY, Lev S. *Pensée et langage*. Paris: Sociales, 1985.

**ANTROPONÍMIA MUNICIPAL ALAGOANA:
UM ESTUDO ONOMÁSTICO DE NOMES DE CIDADES
DO ESTADO DE ALAGOAS¹¹**

Pedro Antonio Gomes de Melo (UNEAL)
petrus2007@ibest.com.br

RESUMO

Este artigo se propõe fazer uma reflexão sobre os nomes próprios individuais designativos de cidades do estado de Alagoas, à luz dos estudos onomásticos, a partir de uma descrição-crítica dos antropotopônimos - topônimos relativos aos nomes próprios de pessoa - e axiotopônimos - topônimos relativos aos títulos que acompanham nomes próprios de pessoa – registrados na toponímia municipal alagoana. As análises revelaram que nesse léxico toponímico, há uma preferência do nomeador para eleição dos antropotopônimos, em detrimento dos axiotopônimos no ato de nomear cidades em Alagoas. E ainda, que os topônimos não são usados apenas com a função identificadora como elementos de referência espacial, mas sobretudo como elemento pragmático de organização social e espacial de demarcação de grupos dominantes e, geralmente dirigentes, de uma dada região do estado na tentativa de cristalização semântica de um poder político-econômico local materializado no léxico por meio do signo toponímico.

Palavras-chaves: Léxico. Onomástica. Antropotopônimo. Axiotopônimo.

1. Consideração iniciais

Partindo da dimensão sociocultural que atribui à linguagem os aspectos variáveis que ela apresenta no tempo e no espaço, é possível per-

¹¹ Este trabalho foi elaborado a partir do roteiro da apresentação a ser realizada na sessão de Grupos Temáticos do XVIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia da Universidade Estácio de Sá – campus Nova América do dia 25 ao dia 29 de agosto de 2014. Em formato de artigo, serão aqui discutidos os mesmos aspectos analisados na apresentação oral realizada na SALA 3 – Grupo 03 de comunicações do dia 26, sobre o tema “Lexicografia, lexicologia, fraseologia, terminologia e semântica”, sob a coordenação de Pedro Antonio Gomes de Melo no referido congresso.

cebermos como os falantes, ao longo dos anos, se valem da língua para representar a realidade exterior e expressar valores partilhados sócio e historicamente nas designações de acidentes físicos e humanos. Assim sendo, a prática de nomear lugares – atividade eminentemente humana – evidencia os efeitos da sociedade sobre o linguístico e a maneira pela qual o mundo social nele se apresenta, sobretudo em seu léxico, refletindo e refratando o modo de ver a realidade e a forma como seus membros organizam o mundo que os rodeia.

Na contemporaneidade, as pesquisas toponímicas revelam ser muito mais que uma área de investigação que trata, apenas da questão de nomear lugares do ponto de vista linguístico, essas investigações exercem vínculos com crenças, com costumes, com ideologias, com etnias, com as denominações das sociedades de todos os tempos, com a cultura de cada lugar e influências internas e externas que as localidades sofrem e/ou exercem sobre os nomeadores.

Nesse sentido, nosso foco é refletir sobre a relação simbólica entre língua e cultura presente em nomes próprios individuais designativos de cidades do estado de Alagoas, à luz dos estudos onomásticos, a partir de uma descrição-crítica dos antropotopônimos – topônimos relativos aos nomes próprios de pessoa, sobrenomes, prenomes ou apelidos de família – e axiotopônimos – topônimos relativos aos títulos que acompanham estes nomes próprios.

Falar sobre estes designativos é retratar a história sociocultural da constituição do léxico onomástico-toponímico municipal alagoano, na medida em que revelam características ideológicas, fatos políticos, culturais e históricos, como também, mostrar os fundamentos do nome próprio em nossa civilização.

Segundo Seabra (2006, p. 7):

Datam da antiguidade as primeiras reflexões sobre a natureza do nome. Apesar desta constatação, o estudo do nome ou do léxico é sempre um tema atual, de grande multiplicidade, uma vez que congrega o linguístico e o extralinguístico.

É importante não confundirmos o nome dos municípios alagoanos com o objeto real, ou seja, com as municipalidades propriamente ditas, em outras palavras “o topônimo não é o lugar em si, mas uma de suas representações carregando em sua estrutura sêmica elementos da língua, da cultura, da época de sua formação, enfim, do homem denominador”. (CARVALHINHOS, 2009, p. 83)

Logo, neste artigo, não buscamos refletir sobre o local nomeado, mas a relação simbólica existente entre língua/mundo uma vez que os topônimos são representações semânticas intencionais e podem revelar traços culturais da memória e da identidade de um povo mediante as particularidades cristalizadas em nomes de acidentes físicos e humanos. Nas palavras de Dick (1990, p. 365), “identificar acidentes geográficos, significando, é, sem dúvida, a primeira qualidade que se infere do signo toponímico”. Dessa forma, os topônimos são veículos de cultura, marcam influências, usos e costumes, atitudes, tradições e falares.

2. O léxico toponímico: os antropotônimos e axiotopônimos

O léxico toponímico pode ser compreendido:

Como as unidades lexicais investidas da função de nome próprio de lugar que podem reunir formas do vocabulário comum, alçadas à categoria de topônimos; nomes próprios de pessoas, de lugares, de crenças, de entidades sobre-naturais que são ressemantizadas com o fim precípuo de nomear um lugar. (ISQUERDO, 2012, p. 116)

Esse léxico não se consiste em um rol passivo de nomes de lugares, mas em um “indicador línguo-cultural, uma vez que o modo como a língua retrata a visão de mundo de um povo evidencia a inter-relação que se estabelece entre língua, meio ambiente e cultura” (MELO, 2013, p. 162). Com efeito, as alterações de ordem biossocial podem ter condicionado e/ou influenciado o surgimento, a permanência e/ou a mudança de topônimos em Alagoas.

Nesse sentido, o nomeador é um sujeito situado social e historicamente e os nomes referenciais de lugares remetem ao comportamento do ser humano, em um determinado contexto sociocultural, às marcas que permanecem firmadas nos locativos mesmo quando a motivação toponímica, provenientes das práticas de nomeação, não mais existe. Eles adquirem valores que transcendem o próprio ato de nomear lugares.

No caso da toponímia alagoana em decorrência do processo de povoamento e colonização ao qual o estado foi submetido, há grandes contrastes e diferenças diatópicas e diafrásticas, sua distribuição toponímica deve-se em particular ao início da formação do estado de Alagoas, compondo dessa forma uma rede de relações toponímicas em seu léxico.

Esse vínculo antroponímico em Alagoas é permeado por relações de poder, de posse, de identidade de domínio territorial de determinados

grupos de prestígio socioeconômico alagoano, consubstanciado no signo toponímico e no conteúdo simbolizado por ele a ser interpretado pela comunidade.

Nessa acepção, o elo entre o linguístico e o cultural fica evidente quando identificamos antropotopônimos e axiotopônimos, refletindo relações associativas, por meio de motivações antropoculturais, entre denominador e cidades alagoanas a serem denominadas com a finalidade de homenagear personalidades em Alagoas, seguidas ou não de seus títulos, representadas nestes nomes próprios individuais que são atribuídos aos municípios.

Estes topônimos fazem parte de um vocabulário linguístico histórico, neles podemos encontrar informações que se inter-relacionam com a toponímia e a cultura, pois é por meio da língua que dados são fornecidos para que se possa recuperar a realidade sócio-histórico-cultural de um povo.

Ao tratar sobre o ato de nomear lugares, Ramos & Bastos (2010, p. 91) afirmam:

É notório que a preferência em nomear os logradouros com nomes de políticos e pessoas abastadas, de famílias tradicionais, está claramente ligada à detenção de poder, isto é, quem possui destaque na cidade é aquele que está de acordo com os padrões do poder político, econômico e religioso e isso é transposto culturalmente.

Isso sugere que dados valores da vida cotidiana como os linguísticos, os étnicos, os sociais, os culturais, entre outros, de um dado grupo se imprimem nos topônimos e sua escolha para nomear um município alagoano perpassa pela convergência destes traços determinantes internos e externos.

3. *Análise e resultados*

Doravante, serão apresentadas as análises dos topônimos aqui estudados. O *corpus* lexical foi constituído por treze nomes próprios individuais identificadores de municípios alagoanos levantados a partir de consulta bibliográfica junto ao banco de dados do IBGE (2010) pela internet, como também, pesquisa documental realizada em documentos oficiais do governo brasileiro, no âmbito local e nacional, que tratavam sobre os municípios do estado de Alagoas.

Os antropotopônimos e axiotopônimos serão apresentados em fichas lexicográfico-toponímicas adaptadas do modelo de Dick (1990). Distribuídos conforme as mesorregiões nas quais designam municípios alagoanos e analisados, quanto à forma, numa perspectiva sincrônica.

3.1. Mesorregião do Agreste Alagoano

Na mesorregião do Agreste Alagoano, registramos quatro antropotopônimos. A saber: (01) Paulo Jacinto, (02) Coité do Nóia, (03) Girau do Ponciano e (04) Minador do Negrão na função onomástica de nomear de municípios.

3.1.1. Paulo Jacinto

Localização: mesorregião do Agreste Alagoano; microrregião de Palmeira dos Índios

Topônimo: Paulo Jacinto; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: Composto de origem latina: *paulus*, -i ‘pouco, pequeno’ + *sm. hyacinticus*, ‘pedra preciosa’.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *paul-* + morfema classificatório vogal temática *-o* + morfema lexical *jancit-* + morfema classificatório vogal temática *-o*

Informações Enciclopédicas: Dois aglomerados humanos iniciais, estabelecidos na região, eram chamados pelas respectivas denominações de Lourenço de Cima e Lourenço de Baixo. O primeiro teve origem em uma capela erigida pelo proprietário, Antônio de Souza Barbosa, em homenagem à Nossa Senhora da Conceição. Nem ele nem Lourenço Veiga, pioneiros que deram grande impulso ao povoado, foram escolhidos para dar nome à cidade. Anos depois, já no regime republicano, a localidade passou a chamar Paulo Jacinto, por sugestão da direção da *Great Western*, em homenagem a Paulo Jacinto Tenório, rico fazendeiro de Quebrangulo que havia doado terras para a passagem da ferrovia.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

No campo toponomástico, observamos que, no caso (01), a motivação de natureza antropocultural prevaleceu, ao longo dos anos, no ato de nomear esse município. Primeiramente com os antropotopônimos de Lourenço de Cima e Lourenço de Baixo e posteriormente substituído pelo nome próprio individual atual Paulo Jacinto.

Nesta dinâmica toponímica, temos um caso de substituição sistemática por imposição do poder econômico, neste caso representado pela direção da empresa *Great Western* como fator condicionante nesta mudança, como forma de homenagear a figura de Paulo Jacinto Tenório, rico fazendeiro de Quebrangulo que havia doado terras para a passagem da ferrovia.

3.1.2. Coité do Nóia

Localização: mesorregião do Agreste Alagoano; microrregião de Arapiraca

Topônimo: Coité do Nóia; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: Composto de origem indígena tupi: *kuieté* ‘cuia feita de coco cortado ao meio’ + prep. lat. *de* + *noia* (não identificado)

Estrutura Morfológica: elemento composto híbrido: morfema lexical *Coite* (nome atemático) + forma dependente *de* + *o* = *do* + morfema lexical *noi-* + morfema classificatório vogal temática *-a*

Informações Enciclopédicas: Os pioneiros do lugar pertenciam à família Nóia e lá havia pequenas árvores que dão fruto, o coité, o qual, aberto ao meio, é usado como cuia para beber água, medir farinha ou outros cereais. O povo colhia os frutos na propriedade dos Nóia, popularizando assim a localidade com tal denominação. A família Nóia, pioneira daquela região, era proprietária das primeiras quatro casas que lá existiam, pelos idos de 1880, conforme depoimento do mais antigo morador da cidade. Manoel Jô da Costa, oriundo de Limoeiro de Anadia, fixou-se naquela área pouco tempo depois, dedicando-se à agricultura e à atividade pastoril. Um intercâmbio maior entre o povoado e as cidades vizinhas, proporcionado pela abertura de novas estradas, contribuiu decisivamente para que Coité do Nóia passasse a ocupar lugar de destaque na região. Tal fato determinou a sua elevação à categoria de município autônomo, através da Lei nº 2.616, datada de 21 de agosto de 1963. Desmembrado de Limoeiro de Anadia, teve sua instalação oficial em 24 de setembro de 1963.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

3.1.3. Girau do Ponciano

Localização: mesorregião do Agreste Alagoano; microrregião de Arapiraca

Topônimo: Girau do Ponciano; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: composto greco-latino de origem lat.: *gyrus* derivado de giro ‘significa tipo de armadilha para caça de animais’ + prep. lat. *de* do greg. *poncio*.

Estrutura Morfológica: elemento composto híbrido: morfema lexical *gi-rau* (nome atemático) + forma dependente *de + o = do* + morfema lexical *por-ci-* + morfema derivacional *-ano*

Informações Enciclopédicas: Um dos primeiros proprietários do lugar chamava-se Ponciano. Ele para facilitar sua atividade de caçador construiu um jirau, pequena armação de madeira onde ficavam os animais abatidos. Daí o antropotopônimo Girau do Ponciano. Sendo assim, o designativo do povoamento se deve a um caçador de nome Ponciano que, junto com dois companheiros, instalou um jirau para suas caçadas, aproveitando a caça abundante na região. Logo se fundou a primeira propriedade. Foi rápido o progresso de Belo Horizonte, primeiro nome do lugarejo. Pelo decreto-lei estadual nº 2909, de 30 de dezembro de 1943, o distrito de Belo Horizonte passou a denominar-se Ponciano. Elevado à categoria de município com a denominação Girau do Ponciano pela lei estadual nº 2101, de 15 de julho de 1958, desmembrado de Traipu

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

3.1.4. Minador do Negrão

Localização: mesorregião do Agreste Alagoano; microrregião de Palmeira dos Índios

Topônimo: Minador do Negrão; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: do francês *mine*, ‘fonte, manancial de riqueza’ + prep. lat. *de* + adj. lat. *niger, nigra, nigrum*, ‘preto’.

Estrutura Morfológica: elemento composto híbrido: morfema lexical *min-* + morfema classificatório vogal temática *-a* + morfema derivacional *-dor* + forma dependente *de + o = do* + morfema lexical *negr-* + morfema derivacional *-ão*

Informações Enciclopédicas: o nome Minador do Negrão teve origem no fato de existir na propriedade de Félix Negrão, considerado o fundador da cidade, uma fonte de água cristalina de ótima qualidade e grande potencial. O município deve sua criação e povoamento a uma fazenda de gado que fora instalada em 1936 por Félix de Souza Negrão. É bem verdade que antes dessa época, já deveriam existir moradores em regiões próximas. Em 1940 foi criada uma feira livre, onde pessoas e comerciantes de outras regiões vinham para comprar e negociar. Em 1950 foi elevada à condição de vila, já que o progresso da povoação que ali se formava era uma constante. Sempre pertenceu a Palmeira dos Índios, de onde foi emancipado. Tornou-se município através da Lei nº 2470 de 27 de agosto de 1962, ocorrendo sua instalação oficial a 9 de setembro do mesmo ano, com o território formado por apenas um distrito, o da sede, situação que ainda hoje perdura.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Nos casos (02), (03) e (04), temos antropotopônimos formados por estruturas mórficas compostas de maneira mediata diferentemente do caso (01), ou seja, composição com auxílio de conectivo. Nesses sintagmas toponímicos, o segundo elemento exerce uma função restritiva.

Eles são constituídos por sobrenomes de família, homenageando donos de terras que tinham ligação com o local a ser nomeado, valorizando um sentimento de pertença dessas famílias em relação ao lugar.

Acreditamos que esses antropotopônimos refletem a forma encontrada pelos denominadores para distinguir famílias tradicionais da região. Sendo assim, consiste em uma prática que está claramente ligada à detenção de poder econômico, na qual nomeador deseja reverenciar alguém representativo do poder econômico em uma destas localidades ao longo do tempo, sendo o nome o meio utilizado para perpetuar tal ato.

3.2. Mesorregião do Leste Alagoano

Na mesorregião do Leste Alagoano, registramos cinco antropotopônimos e 1 (um) axiotopônimo. A saber: (05) Marechal Deodoro, (06) Colônia Leopoldina, (07) Joaquim Gomes, (08) Teotônio Vilela e (09) Atalaia, na função onomástica de nomear de municípios.

3.2.1. *Marechal Deodoro*

Localização: mesorregião do Leste Alagoano; microrregião de Maceió

Topônimo: Marechal Deodoro, **Taxionomia:** Axiotopônimo

Etimologia: do francês. *maréchal*, ‘posto superior no exército’ + do lat. Deo, ‘Deus’.

Estrutura Morfológica: elemento específico híbrido: morfema lexical *marechal* (nome atemático) + morfema lexical *deodor-* + morfema classificatório vogal temática –o

Informações Enciclopédicas: A cidade de Marechal Deodoro é um dos sítios históricos mais importantes de Alagoas. Em 1591, já estava consolidado o seu núcleo urbano inicial, conquistado dos Caetés. Foi a primeira capital de Estado. O nome da cidade é uma homenagem ao proclamador da República brasileira Marechal Deodoro da Fonseca. Após a instalação do novo regime, em 15 de novembro de 1889, a velha Alagoas passou a ter a atual denominação. Antes era conhecida como Vila da Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, ou simplesmente, Madalena. O município foi criado em 1636, em 1817 passou a capital da capitania de Alagoas, criada nesse ano, sendo o nome da vila alterado para Alagoas. Em 1823 foi elevada a cidade. A capital da provín-

cia de Alagoas passou para Maceió em 1839. O nome da cidade foi alterado para o atual antropotopônimo no ano de 1939. Em 16 de setembro de 2006, dia da emancipação política de Alagoas, foi considerada pelo Ministério da Cultura como Patrimônio Histórico Nacional.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Neste caso (05), temos um axiotopônimo designando um município da microrregião de Maceió. Esse designativo municipal revela a materialização de um discurso de nacionalidade, sócio-historicamente constitutivo, no qual sua escolha está intrinsecamente ligada ao proclamador da República brasileira Marechal Deodoro da Fonseca um militar de alta patente alagoano e afinado em função de interesses de uma dada classe social.

3.2.2. Colônia Leopoldina

Localização: mesorregião do Leste Alagoano; microrregião de Mata Alagoana

Topônimo: Colônia Leopoldina. **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: composto latino de *colonia*, *-ae* ‘grupo de migrante, possessão, domínio’. + *leopodina*, *-ae*.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *coloni-* + morfema classificatório vogal temática *-a* + morfema lexical *leopoldina*

Informações Enciclopédicas: Nasceu com a criação, pelo Governo Imperial, de uma colônia militar, em 20 de fevereiro de 1852, para combater os remanescentes dos revoltosos cabanos e papa-méis, instalados na densa mata do território que ia de Maragogi a Porto Calvo. A derrota dos rebeldes terminou com o posto militar avançado, em 1867, mas o povoado que se havia formado em torno dele, consolidou-se. O Imperador D. Pedro II visitou o lugar em 1860. Em vista disso, a antiga colônia homenageou a Imperatriz Dona Leopoldina, mãe do monarca. A Lei 372, de 1861, criou o distrito de Leopoldina e uma outra lei, em 1901, elevou-o à vila e depois município. Isso contribuiu para que a antiga colônia voltasse a progredir. Em 1923, passou à condição de cidade.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Neste caso (06), temos um dos raros casos de registro de antropotopônimo feminino: Colônia Leopoldina no léxico toponímico municipal do estado de Alagoas em homenagem à Imperatriz Dona Leopoldina, mãe de D. Pedro II.

É relevante destacarmos que, quanto à categoria de gênero, os antrotopônimos masculinos são bem mais produtivos lexicalmente do que os nomes individuais femininos. Atestando a presença de um discurso de natureza ideológica machista materializado no léxico da língua.

Atribuímos essa fecundidade linguística ao fato de as mulheres, historicamente, não exerciam atividades de destaque na sociedade, uma vez que durante séculos a sociedade brasileira seguiu um sistema patriarcal.

3.2.3. Joaquim Gomes

Localização: mesorregião do Leste Alagoano; microrregião de Mata Alagoana

Topônimo: Joaquim Gomes; **Taxionomia:** Antrotopônimo

Etimologia: Composto de origem hebraico: *Yhoyaquim* ‘o que Deus elevou’, + *Gomos orius* ‘o homem de guerra’.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *joaquim* (nome atemático) + morfema lexical *gomes*

Informações Enciclopédicas: Anteriormente, era uma pequena aldeia Urupê, chamada pelos índios de Urucum, que é o fruto do urucuzeiro uma substância que se extrai da polpa desse arbusto e é empregada na fabricação do colorau. O município de Joaquim Gomes tem suas origens históricas ao engenho São Salvador, de propriedade de José Correia de Araújo Barros. Em 1900, Araújo Barros faleceu. Por razões de problemas financeiros que envolveram os seus negócios a sua propriedade ficou alienada a seu genro, Joaquim Gomes da Silva Rego, que tinha a patente de major da Guarda Nacional, resolveu tomar a frente dos negócios da família e adquiriu do banco credor a propriedade então alienada. Graças ao espírito empreendedor de Joaquim Gomes, o local alcançou notável prosperidade. A Pequena vila que se formou viveu uma fase de grande desenvolvimento tal fato ensejou o surgimento de movimentos para conseguir sua emancipação política.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Neste caso (07), temos um antrotopônimo designando um município da microrregião de Mata Alagoana, localizada na mesorregião do Leste Alagoano. Sua motivação está ligada à figura Joaquim Gomes da Silva Rego um militar de patente de major da Guarda Nacional.

3.2.4. Teotônio Vilela

Localização: mesorregião do Leste Alagoano; microrregião de São Miguel dos Campos

Topônimo: Teotônio Vilela; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: Composto de origem latina: *teotonius*, -i + *uilela*, -ae

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfemas lexicais *teotônio* + *vilela*

Informações Enciclopédicas: Antiga Feira Nova, o povoado começou a ser formado na década de 50 do século XX em função de uma ponte construída sobre o Rio Coruripe, nas imediações do Engenho São Mateus, propriedade do senhor Samuel Pereira Sampaio. À época, fazia parte do município de Junqueiro. No início da década de 70, o empresário Teotônio Vilela comprou parte da propriedade. A partir daí, a povoação cresceu e passou a atrair novos moradores. Em suas terras se localiza a Usina Seresta, empresa de propriedade da família Vilela. Quando do falecimento de Teotônio Vilela, seu nome foi dado ao município, uma homenagem à sua condição de destacado porta-voz das aspirações nacionais pela democracia na campanha pelo retorno das eleições diretas no Brasil, fato que apressou o fim do regime militar instaurado em 1964. Teotônio Vilela recebeu o epíteto de “Menestrel das Alagoas”. Em 1982, a vila elegeu três vereadores, que começaram de imediato o movimento pela autonomia. Através de plebiscito, Feira Nova decidiu pela emancipação política, com o nome alterado para Teotônio Vilela. O município foi criado em 1986. Somente em novembro de 1988.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Nos casos (07) e (08), temos antropotopônimos formados por justaposição, nos quais o segundo elemento linguístico se une ao primeiro de forma imediata, ou seja, sem o auxílio da preposição.

Esses antropotopônimos mostram o elo do poder político-econômico presente no ato de nomear municípios em Alagoas, no caso (7) sua escolha homenageia Joaquim Gomes que era empresário e tinha a patente de major da Guarda Nacional, fazendo parte de uma classe social de destaque. Já no caso (8), homenageia o empresário-usineiro e político Teotônio Vilela, figura de destaque nas aspirações nacionais pela democracia na campanha pelo retorno das eleições diretas no Brasil.

Essas marcas político-econômicas impressas nestes topônimos atribuídos a municípios em Alagoas geram informações que são imprescindíveis à compreensão da realidade sociocultural alagoana.

3.2.5. *Atalaia*

Localização: mesorregião do Leste Alagoano; microrregião de Mata Alagoana

Topônimo: Atalaia; **Taxionomia:** Antropotônimo

Etimologia: Do árabe *at-talla* 'a(t)' 'lugar alto'

Estrutura Morfológica: elemento específico simples: morfema lexical *atalaia*

Informações Enciclopédicas: Tendo tido como primeiro nome Arraial dos Palmares. Em 1764, o atual topônimo do município foi dado por D. José I, em homenagem, provavelmente ao Visconde de Atalaia, fidalgo português muito amigo de D. José I. A ocupação das terras onde hoje situa-se o município iniciou-se por volta de 1692 por Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista contratado pelo então Governador da Província de Pernambuco Fernão de Souza Carrilho para destruir o Quilombo dos Palmares. Apesar do crescimento da povoação, o Arraial dos Palmares não era reconhecido pelas autoridades. Somente em 12 de março de 1701, o Governador da Província de Pernambuco recebe Carta Régia determinando a criação oficial do arraial, porém com o nome de Arraial de Nossa Senhora das Brotas. No entanto, este nome não caiu no gosto dos habitantes, permanecendo os habitantes utilizando a denominação Arraial dos Palmares. Somente em 1716, os filhos e a esposa de Domingos Jorge Velho recebem o decreto que doa a sesmaria onde hoje localiza-se Atalaia, como recompensa pela destruição dos Palmares. D. José I atendendo em parte às reivindicações da população, elevou o Arraial dos Palmares à categoria de vila, porém, com o nome de Vila de Atalaia, em homenagem ao Conde de Atalaia, seu amigo particular. Este decreto data de 1 de fevereiro de 1764, considerada a data de sua fundação.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Neste caso (09), temos o único antropotopônimo formado por estrutura mórfica simples, isto é, apenas um morfema lexical em sua constituição formal registrado no recorte do léxico toponímico municipal alagoano aqui analisado.

Esse nome próprio foi dado em homenagem ao Visconde de Atalaia, fidalgo português muito amigo de D. José I. Revelando assim, um modelo de sociedade do capital. Na qual o denominador, por meio da língua, procura impor através da atividade linguística uma demarcação expressiva de prestígio socioeconômico em Alagoas, consubstanciado no signo toponímico.

3.3. Mesorregião do Sertão Alagoano

Na mesorregião do Sertão Alagoano, registramos quatro antropotopônimos. A saber: (10) Delmiro Gouveia; (11) Olho D'água do Casado, (12) Monteirópolis e (13) Major Isidoro na função onomástica de nomear de municípios.

3.3.1. Delmiro Gouveia

Localização: mesorregião do Sertão Alagoano; microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco

Topônimo: Delmiro Gouveia; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: composto de origem latina.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfemas lexicais *delmiro* + *gouveia*.

Informações Enciclopédicas: O nome do município é uma homenagem à figura do empreendedor Delmiro Gouveia, que no início do século XX desbravou o território inóspito, trazendo o progresso para a região com suas atividades comerciais e industriais e a instalação de uma vila operária. Foi o responsável, também, pela implantação no local da primeira hidrelétrica da América do Sul. Antes do antropotopônimo Delmiro Gouveia, o lugar chamava-se Pedra, devido à grande quantidade desse mineral no solo da região. O povoado se constituiu a partir de uma estação da estrada de ferro da então *Great-Western*. As terras do atual município de Delmiro Gouveia, somadas às de Mata Grande, Piranhas e Água Branca, faziam parte das sesmarias que foram levadas a leilão, em Recife, no ano de 1769. Em 1º de novembro de 1938, o decreto-lei 846 criou o distrito com o nome Pedra. Foi denominado de Delmiro Gouveia posteriormente, em consequência do Decreto nº 2.909, de 30 de dezembro de 1943. Desmembrado de Pão de Açúcar, conseguiu sua emancipação política quando foi criado o município pela Lei 1.623, de 16 de junho de 1952, tendo sido instalado apenas em 14 de fevereiro de 1954.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Neste caso (10), temos o antropotopônimo Delmiro Gouveia, designando um município da microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco.

Essa unidade lexical se reveste de função onomástica e passa de signo linguístico a toponímico, designando um acidente humano. Em outras palavras, passa do significado lexical para o significado onomástico marcado pelas relações sócio-políticas e ideológicas da região. Estabelecendo uma relação simbólica entre produtividade econômica e uma per-

sonalidade socioeconomicamente de destaque em Alagoas como fator condicionante à motivação toponímica.

3.3.2. *Olho d'Água do Casado*

Localização: mesorregião do Sertão Alagoano; microrregião da Alagoana do Sertão do São Francisco

Topônimo: Olho D'água do Casado; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: composto de origem latina: *oculus*, -i 'olho' + prep. *de* + *aqua*, -ae 'água' + prep. *de* + *casa*, -ae 'morada'.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *olh-* + morfema classificatório vogal temática -o + forma dependente *d'* (forma apocopada) + morfema lexical *aqu-* + morfema classificatório vogal temática -a + forma dependente *de* + o = *do* + morfema lexical *cas-* + morfema derivacional -ado

Informações Enciclopédicas: Em 1877, por ocasião da construção do ramal ferroviário da *Great Western*, os trabalhadores montaram o acampamento próximo ao lugar onde havia nascentes e onde buscavam água. Como aquelas terras pertenciam à propriedade do Sr. Francisco Casado de Melo, deram-lhe o nome de Olho d'Água do Casado. Até 1870, só existia na região a fazenda do referido agricultor. Com o progresso veio o movimento pela emancipação. Em 1962, Olho D'água do Casado se tornou município, através da Lei 2.459, desmembrado de Piranhas. Sede no atual distrito de Olho D'Água do Casado ex-Olhos da Água Casado. Constituído do distrito sede. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Ratificação da Grafia Olhos D'Água do Casado para Olho D'Água do Casado alterado, pela lei estadual nº 2962, de 22-08-1962

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Neste caso (11), temos mais uma forma parental nomeando município alagoano, homenageando uma personalidade local de destaque Francisco Casado de Melo por meio do seu sobrenome de família. Representando, por meio do topônimo, um discurso de pertença materializado no antropotopônimo em relação ao lugar nomeado.

3.3.3. *Monteirópolis*

Localização: mesorregião do Sertão Alagoano; microrregião de Batalha

Topônimo: Monteirópolis; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: Composto de origem greco-latino, do lat. *mons* 'monte' + do gr. *πόλις*, *pólis* 'cidade'

Estrutura Morfológica: elemento específico híbrido: morfema lexical *mont-* + morfema derivacional *-eiro* + morfema lexical *polis*

Informações Enciclopédicas: Antes de denominar-se Monteirópolis, o local era conhecido como Guaribas, palavra de origem tupi que serve para designar certo gênero de macaco da América ou uma espécie de periquito. Monteirópolis foi um nome escolhido para homenagear um de seus grandes benfeitores e fundador. Por volta de 1870, os únicos moradores da região eram José Domingos Monteiro, Antônio Prudente, Pacífico de Albuquerque, Manoel Mingote e Manoel Antônio Barbosa. São eles considerados os primeiros habitantes e, conseqüentemente, os fundadores. O desenvolvimento de Monteirópolis somente alcançou fase áurea após 1902 com a chegada de novos habitantes. Foi devido o progresso pelo qual estava atravessando a povoação que os homens responsáveis pela comunidade iniciaram a luta pela sua emancipação política. A Lei nº 2.250, de 15 de junho de 1960, concedeu autonomia administrativa a Guaribas, mudando-lhe o nome para Monteirópolis, com o território desmembrado de Pão de Açúcar. A instalação oficial do município ocorreu em 13 de agosto do mesmo ano.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Neste caso (12), temos um antropotopônimo nomeando um município na microrregião de Batalha, homenageando um de seus fundadores José Domingos Monteiro. Mais uma vez ocorre a materialização de um discurso de pertença refletida no signo toponímico por meio de relação associativa feita pelo denominador, estabelecendo assim um vínculo de identidade entre o termo escolhido e o lugar nomeado.

3.3.4. *Major Isidoro*

Localização: mesorregião do Sertão Alagoano; microrregião de Batalha

Topônimo: Major Isidoro; **Taxionomia:** Axiotopônimo

Etimologia: Composto latino: *major*, *-oris* ‘comparativo regular de grande; ‘militar entre capitão e tenente-coronel’ + *izare* ‘com sentido fictício’.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfemas lexicais *major* (nome atemático) + *Isidoro*

Informações Enciclopédicas: Antigo distrito de Sertãozinho, o município recebeu o seu atual nome em homenagem ao Major Isidoro Jerônimo da Rocha, fundador do povoado. A colonização começou quando Antônio Jerônimo da Rocha comprou uma propriedade na região e se instalou com a sua família. Dos filhos, apenas Isidoro manteve os negócios do pai, que era conhecido como patriarca de Sertãozinho nome de uma de suas fazendas. Isidoro lutou insistentemente pela emancipação. Em 1920, conseguiu que o Poder Legislativo, através da Lei nº 946, autorizasse o governo a elevar Sertãozinho a município. O governador não aceitou e manteve a área como distrito. Só em 1949 foi concebida a emancipação, desmembrando Sertãozinho dos municí-

prios de Batalha, Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios. Nessa época, Isidoro já estava morto, mas os moradores decidiram fazer-lhe a homenagem, dando seu nome à cidade.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Neste caso (13), temos um axiotopônimo designando um município da microrregião de Batalha. Esse designativo revela, mais uma vez, a materialização de um discurso de pertença, oriundo de relações associativas entre denominador e localidade a ser denominada, no qual sua escolha está intrinsecamente ligada em homenagem ao major Isidoro Jerônimo da Rocha, fundador do povoado.

4. *Considerações finais*

Iniciamos estas considerações finais, enfatizando que é impossível abstrairmos a análise antroponímica das relações de poder. Dessa forma, o presente artigo revela o quanto os nomes próprios de lugares, enquanto objeto simbólico, produzem efeitos de sentidos e são investidos de significância para os sujeitos e pelos sujeitos.

Com efeito, este recorte lexical compreendido, então, como um cenário línguo-cultural, evidencia a inter-relação que se estabelece entre léxico toponímico e marcas socioculturais impressas nos topônimos.

Nesse sentido, os antropotopônimos e axiotopônimos municipais alagoanos não são usados apenas com a função identificadora, mas sobretudo como elemento pragmático de organização social e espacial de demarcação de grupos dominantes e, geralmente dirigentes, de uma dada estrutura dominante de poder do Estado na tentativa de cristalização semântica de um poder local através da atividade linguística materializado no léxico por meio do signo toponímico.

Nos casos dos antropotopônimos, pela homenagem a personalidades detentores do poder político-econômico secular em Alagoas formadoras do pensamento político e cultural, geralmente integrantes da classe dominante, e no caso dos axiotopônimos, pela escolha de nomes próprios individuais de personalidades de relevo dessa mesma classe social, representantes da hegemonia burguesa, seguida de seus respectivos títulos de patente militar.

Estas representações semânticas intencionais estão ligadas às das motivações e revelam traços socioculturais da memória e da identidade do povo alagoano mediante as particularidades consubstanciadas no

signo toponímico e no conteúdo simbolizado por ele a ser interpretado pela comunidade.

Nestes antropotopônimos e axiotopônimos, o discurso de nacionalidade, juntamente, com o discurso do memorável e de pertença, no sentido de demarcação expressiva de poder, de posse, de identidade de domínio territorial estão bastante marcantes, refletindo traços da economia e da política local.

Outra questão interessante a ser observada nesta microtoponímia diz respeito à categoria de gênero. Nesse sentido, os dados aqui analisados mostraram a valorização de nomes individuais masculinos em detrimento aos femininos, expressando o pensamento vigente na sociedade, que normalmente ainda atribui à figura feminina um papel secundário em muitas instâncias da vida social, profissional e familiar.

Registramos, apenas, 1 (um) antropotopônimo feminino no léxico toponímico estudado: Colônia Leopoldina, atestando que as mulheres, geralmente, não são homenageadas com nome de municípios em Alagoas.

Finalizamos, destacando que está reflexão se torna importante à medida que poderá fornecer subsídios a futuras pesquisas sobre o léxico toponímico alagoano e, conseqüentemente à toponímia brasileira, tornando-se um instrumento precioso para a reconstituição da memória toponímica de Alagoas, viabilizando a compreensão da representação do mundo biossocial na língua. Pois, as transformações da sociedade se refletem nitidamente no seu acervo lexical, atestando que o mundo exterior está presente no linguístico, também, através do signo toponímico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo demográfico 2010*. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 31-03-2014.

CARVALHINHOS, P. J. Interface onomástica/literatura: a toponímia, o espaço e o resgate de memória na obra de memórias da rua do ouvidor de Joaquim Manuel de Macedo. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: CIFE-FIL, v. 12, n. 10, p. 83-99, 2009.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, v. VI. Campo Grande: UFMS, 2012, p. 115-139.

MELO, P. A. G de. Toponímia indígena: um estudo lexical dos nomes de municípios alagoanos de étimo tupi. *Veredas Favip*, v. 6, n. 1, p. 161-179, 2013.

RAMOS, R. T.; BASTOS, G. R. Onomástica e possibilidades de releitura da história. *Revista Augustus*. Rio de Janeiro, ano 15, n. 30, 2010.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

**CONCEPÇÃO DE PATROA
E TRABALHADORAS DOMÉSTICAS
EM UMA COLUNA JORNALÍSTICA**

Priscila Lopes Viana Furst (UFMG)
priscilalviana@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho, analisamos o artigo “O trabalho dá trabalho” de Frei Betto, publicado pelo jornal Estado de Minas no Dia do Trabalho, 01 de maio de 2013. Os passos metodológicos para a análise do artigo são, primeiramente, a identificação dos percursos semânticos do intradiscurso; a seguir, a identificação dos traços distintivos subjacentes aos percursos semânticos intradiscursivos; posteriormente, a identificação das correspondentes oposições constitutivas do interdiscurso, a partir dos já identificados traços distintivos subjacentes aos percursos semânticos do intradiscurso; e, por último, o estabelecimento das relações entre os percursos semânticos intradiscursivos e as oposições interdiscursivas. Observamos que a construção textual do artigo dá-se, sobretudo, por meio da irônica narrativa de uma personagem, a patroa (ou “madame”). Como veremos no decorrer desta análise, o autor do artigo (Frei Betto), ao construir uma personagem elitista, racista e classista, posiciona-se implicitamente, por meio do mecanismo linguístico da ironia, contrariamente ao posicionamento de sua personagem “madame”.

Palavras-chave: Semântica. Interdiscurso. Ironia. Oposição interdiscursiva.

1. Introdução

Em nossa pesquisa de doutoramento, analisamos discursos sobre o trabalho das domésticas¹² no Brasil. O foco nas trabalhadoras domésticas deve-se a diversas motivações, entre elas o fato de essas trabalhadoras

¹² Nesta pesquisa, utilizamos o termo “domésticas”, ao invés de “domésticos”, sempre que possível. Esta escolha terminológica se deve ao fato de que nosso foco é a trabalhadora (mulher). Além disso, nossa escolha é fortalecida pelo fato de 93,6% dentre o total de trabalhadores domésticos no Brasil serem mulheres (PNAD/IBGE, 2008).

constituírem um número significativo na população brasileira e estarem relacionadas a importantes questões sócio-históricas do país. Academicamente, constatamos a necessidade de contribuições da linguística na relação entre linguagem e trabalho.

Neste artigo, especialmente, analisamos o artigo “O trabalho dá trabalho” de Frei Betto, publicado pelo jornal *Estado de Minas* no Dia do Trabalho, 01 de maio de 2013. Os passos metodológicos para a análise do artigo são, primeiramente, a identificação dos percursos semânticos do intradiscurso; a seguir, a identificação dos traços distintivos subjacentes aos percursos semânticos intradiscursivos; posteriormente, a identificação das correspondentes oposições constitutivas do interdiscurso, a partir dos já identificados traços distintivos subjacentes aos percursos semânticos do intradiscurso; e, por último, o estabelecimento das relações entre os percursos semânticos intradiscursivos e as oposições interdiscursivas.

2. *Pressupostos teóricos*

2.1. Implícitos e explícitos

Para Fiorin e Savioli (1996, p. 306), em todo texto há informações explícitas e implícitas. Segundo eles, as ideias implícitas podem ser de dois tipos: pressupostas e subentendidas. Os pressupostos são ideias necessariamente implícitas que o leitor pode recuperar a partir do sentido de certas palavras ou expressões explicitadas no texto.

Os implícitos pressupostos são recursos argumentativos que visam levar o leitor ou ouvinte a aceitar certas ideias, já que as ideias explícitas podem ser questionadas pelo ouvinte, enquanto as ideias implícitas pressupostas não são geralmente postas em discussão (supõem-se verdadeiras). Vale ressaltar que a identificação de pressupostos demonstra competência linguística e discursiva da parte do enunciatário.

Fiorin e Savioli (1996, p. 310) compreendem os implícitos subentendidos como insinuações, não explicitadas linguisticamente, presentes contextualmente em uma frase ou em um conjunto de frases do texto. Diferentemente do pressuposto, em que a informação implícita é indiscutível, no subentendido a possibilidade de identificar a informação implícita decorre do conhecimento contextual (ou seja, interdiscursivo) do enunciatário (ouvinte ou leitor). Assim, quem fala ou escreve pode se esconder

atrás do sentido literal das palavras e negar que tenha dito ou escrito (explicitamente) o implícito que o enunciatário compreendeu (subentendeu).

Fiorin e Savioli (1996, p. 321) ressaltam o fato de que, frequentemente, dizemos uma coisa para significar outra. Ou seja, dizemos explicitamente uma “coisa”, mas queremos que o ouvinte entenda implicitamente outra. Para isso, existem diversos procedimentos linguísticos que possibilitam ao enunciador estabelecer aparente conflito entre o que se disse explicitamente e o que se quer dizer implicitamente (subentendido), como ironia e lýtotes. Tais recursos linguísticos exercem, entre outras, a função de tentar fazer o enunciatário aceitar o que está sendo dito e de chamar a atenção do enunciatário com vistas a obter sua concordância.

Os lýtotes, por sua vez, são mecanismos linguísticos com os quais se nega explicitamente o contrário do que se quer afirmar implicitamente.

2.2. Intradiscurso e interdiscurso

Maingueneau (2005) busca apreender o discurso através do interdiscurso. Uma vez que o discurso se desdobra sobre todas as suas dimensões, o pesquisador vê a necessidade de se pensar ao mesmo tempo a discursividade como dito e como dizer, como enunciado e enunciação.

Uma hipótese apresentada por Maingueneau (*op. cit.*) é a de que há precedência do interdiscurso sobre o discurso, e por isso a unidade de análise pertinente é um espaço de trocas entre diversos discursos escolhidos convenientemente e não apenas o intradiscurso.

O interdiscurso é concebido pelo autor como o espaço de regularidade pertinente composto por diversos discursos. Sendo assim, a gênese de um determinado discurso se dá na relação com outros discursos. A identidade de um discurso, por sua vez, é estruturada pela relação interdiscursiva na medida em que ele se forma no interior de um interdiscurso de modo regulado.

Faria (1999) postula que as condições históricas de produção do discurso pertinentes para as relações entre os campos discursivos é que medeiam a simulação do nível interdiscursivo no intradiscurso.

O autor comprova sua postulação a partir do romance *Germinal*, de Émile Zola, publicado em 1885, pois, segundo ele, a contradição interdiscursiva capital x trabalho e a sua simulação no intradiscurso não são exclusividade desse romance. Contudo, *Germinal* é o único que rea-

liza tal simulação, da primeira à última linha, embasado em condições históricas francesas (Revolução de 1789).

Ao adotar a categoria de contradição, de oposição, na análise do interdiscurso, bem como da sua simulação no intradiscurso, Faria (1999) salienta o fato de já estar tratando também, simultaneamente, da organização intradiscursiva. A principal categoria descritiva do intradiscurso, utilizada pelo autor, é a de percurso semântico. De acordo com Faria (p. 28), um ou mais percursos semânticos – temáticos ou figurativos – faz(em) parte do interior da formação discursiva, no seu intradiscurso.

Para Faria (1999, p. 29) o discurso é simultaneamente intra e interdiscursivo. Ao mesmo tempo em que ele é organizado a partir do conjunto de percursos semânticos, temáticos ou figurativos, ele é constituído a partir das oposições, das contradições que mantém com outras formações discursivas.

Percebe-se que as concepções de Maingueneau (2005), Fiorin (1993) e Faria (1999) permitem estabelecer relações entre as dimensões linguística e histórica do texto/discurso. Essas mesmas relações são estabelecidas por Bronckart (1999).

3. *Interacionismo sociodiscursivo*

Para a análise dos sistemas semióticos, Bronckart (1999) utiliza abordagens que consideram os fatos de linguagem como traços de condutas humanas socialmente contextualizadas, isto é, o interacionismo sociodiscursivo se refere, assim como a análise do discurso, preferencialmente aos trabalhos que integram dimensões psicossociais. Trata-se de trabalhos centrados na interação verbal e, sobretudo no estudo e análise dos gêneros e tipos textuais provenientes de Bakhtin (2000) e na análise das formações sociais de Foucault (2004). De acordo com Bronckart (1999), essas proposições expandem a concepção das interações entre “formas de vida e jogos de linguagem” desenvolvida por L. Wittgenstein (1961; 1975). Bronckart (1999) sustenta ainda a contribuição teórica da análise de F. Saussure (1994) sobre a arbitrariedade do signo linguístico, para que se compreenda o estatuto das relações interdependentes entre a linguagem, as línguas e o pensamento humano.

Considerando o caráter indissociável dos processos de organização social das atividades, de suas regulações pelas atividades de linguagem e de desenvolvimento das capacidades cognitivas humanas, o intera-

cionismo sociodiscursivo propõe uma compreensão do funcionamento psicológico humano implicado na organização das atividades e das produções verbais coletivas no âmbito da história das interações humanas.

Bronckart (1999, p. 119) propõe que todo texto é organizado em três níveis (camadas) superpostos, e em parte interativos, que constituem o “folhado textual”: (1) a infraestrutura geral do texto, (2) os mecanismos de textualização e (3) os mecanismos enunciativos. Essa divisão de níveis de análise é concebida pelo autor como necessidade metodológica para se desvendar a complexidade da organização textual.

Na hierarquia do autor, a infraestrutura geral do texto seria o nível mais profundo. Constitui-se pelo plano geral do texto, pelos tipos de discurso, pelas modalidades de articulação entre os tipos de discurso e pelas sequências “que se desenvolvem no interior do plano geral do texto” (p. 121). No nível intermediário, estariam os mecanismos de textualização, constituídos pela conexão, coesão nominal e pela coesão verbal. No último nível estariam os mecanismos de responsabilização enunciativa, os quais cooperam mais para o estabelecimento da coerência pragmática (ou interativa) do texto, pois, além de contribuir para o esclarecimento dos posicionamentos enunciativos, traduzem as várias avaliações em relação ao conteúdo temático.

No presente artigo, focamos os mecanismos de textualização por poderem ser considerados afins à dimensão do intradiscurso, do conjunto de textos no discurso.

Bronckart (1999, p. 122) distingue três mecanismos de textualização: a conexão, a coesão nominal e a coesão verbal. A conexão contribui na marcação das grandes articulações de progressão temática (ou, em linguística do discurso, progressão dos sentidos ao longo do texto, por meio dos percursos semânticos temáticos e figurativos conectados) e realiza-se por meio de um subconjunto de unidades que o autor denomina “organizadores textuais”. Além de esses organizadores poderem assinalar as articulações locais entre as frases, eles podem indicar as transições entre os tipos de discurso e as formas de planificação constitutivas de um texto.

Os mecanismos de conexão articulam relações entre estruturas. Em outras palavras, articulam as relações existentes entre diferentes unidades linguísticas a partir das quais é organizado um texto.

Quanto à coesão nominal, Bronckart (1999, p. 268) afirma que ela é responsável por articular as relações de dependência entre argumentos que compartilham uma ou diversas propriedades referenciais. Essas relações são marcadas por sintagmas nominais ou pronomes que, por serem organizados em série, constituem cadeias anafóricas.

O pesquisador distingue duas funções de coesão nominal: (i) introdução e (ii) retomada. A função da primeira seria marcar a inserção de uma unidade de significação nova (“unidade-fonte”) em um texto, o que origina uma cadeia anafórica. A retomada, por sua vez, teria como função reformular a unidade-fonte (ou “antecedente”) ao longo do texto.

Já a coesão verbal, segundo Bronckart (1999, p. 273), é um mecanismo que colabora para tornar explícitas as relações de continuidade, descontinuidade e/ou de oposição existentes entre os elementos de significação expressos pelos sintagmas verbais. Para o autor, são as escolhas dos constituintes indispensáveis desses sintagmas que marcam essas formas de coerência temática. Assim, essa coerência temática é marcada pelas escolhas dos lexemas verbais e, especialmente, pelas escolhas de seus determinantes (flexões verbais e auxiliares), ou seja, dos “tempos verbais”.

Bronckart (1999, p. 282-283) considera três categorias de parâmetros para a análise dos mecanismos de coesão verbal: os processos, os eixos de referência e a duração. É a partir destas categorias que o autor identifica as quatro funções de coesão verbal: temporalidade primeira, temporalidade segunda, contraste global e contraste local.

Por sua vez, os mecanismos de responsabilização enunciativa estão no último nível da arquitetura interna dos textos. São eles que cooperam mais para o estabelecimento da coerência pragmática (ou interativa) do texto, pois, além de contribuírem para o esclarecimento dos posicionamentos enunciativos, traduzem as várias avaliações em relação ao conteúdo temático.

4. A análise

O artigo de Frei Betto é interessante desde o seu título – “O trabalho dá trabalho”. Tendo sido publicado no Dia do Trabalho (01 de maio), o título deixa subentendidas dificuldades no trabalho.

A construção textual dá-se, sobretudo, por meio da irônica narrativa de uma personagem, a patroa (ou “madame”). Como veremos no decorrer desta análise, o autor do artigo (Frei Betto), ao construir uma personagem elitista, racista e classista, posiciona-se implicitamente, por meio do mecanismo linguístico da ironia, contrariamente ao posicionamento de sua personagem “madame”.

O discurso da personagem “madame”, em primeira pessoa, afirma que a “Emenda Constitucional das domésticas” (EC 72/2013) é absurda, como demonstra o primeiro parágrafo do artigo:

(1) E disse a madame: “*Imagina, agora* minha empregada é administrada pelo governo, com essas *leis absurdas!* Como se nós, patrões, não tratássemos bem essas *coitadas, que* nascem na favela, em meio à pobreza, *e* têm a sorte de arranjar um emprego em nossas famílias”. (Anexo 20, p. 233, *grifos nossos*).

Além de esse parágrafo explicitar a discordância da personagem “madame” em relação aos novos direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas (“leis absurdas”), podemos observar no intradiscurso o tempo verbal do verbo imaginar. Este verbo está conjugado na 2ª pessoa do imperativo, o que constrói uma sequência injuntiva. Há, portanto, uma interpelação feita pela personagem madame ao seu interlocutor para que este se convença de que se trata de leis absurdas.

Podemos observar nesse mesmo parágrafo a presença do advérbio “agora” com valor temporal. Juntamente com os tempos verbais presentes no texto, o organizador temporal “agora” é responsável pela constituição da temporalidade intradiscursiva.

Ainda no segmento acima, vale apontar dois mecanismos de conexão: a conjunção subordinativa “que” e a conjunção de coordenação “e”. A primeira com a função de encaixamento e a segunda, de ligação (BRONCKART, 1999, p. 264-266).

A conjunção subordinativa “que” antecede a oração subordinada adjetiva explicativa “nascem na favela, em meio à pobreza”, que se encaixa na oração “Como se nós, patrões, não tratássemos bem essas coitadas”. Percebemos uma desvalorização das trabalhadoras domésticas. Essas trabalhadoras são concebidas explicitamente pelos patrões mencionados pelo artigo de modo negativo, o que pode ser verificado por meio do modalizador apreciativo “coitadas”. A oração subordinada adjetiva explicativa “nascem na favela, em meio à pobreza” é a justificativa utilizada pela personagem “madame” ao uso desse modalizador apreciativo.

A oração coordenada sindética aditiva “e têm a sorte de arranjam um emprego em nossas famílias”, por sua vez, está ligada à oração subordinada adjetiva explicativa. A qualidade de vida ruim nas favelas opõe-se à boa qualidade de vida nas residências dos patrões.

Os três parágrafos que se seguem no artigo trazem a personagem Maria das Dores. Essa personagem é uma das trabalhadoras domésticas da personagem “madame”. “Madame” narra a história de Maria das Dores para convencer seu interlocutor por meio de um exemplo dentro de seu contexto familiar:

(2) *A Maria das Dores*, por exemplo, não tinha onde cair morta. Pai bebum, mãe lavadeira, uma penca de irmãos. *A menina* começou aqui em casa como babá de meu filho caçula, o George. Ensinei a *ela* hábitos de higiene, dei uniforme branco, deixo que Ø leve para casa o que sobra dos jantares que meu marido oferece aos clientes.

Pagava a *ela* meio salário mínimo mais o transporte. No aniversário *dela* e no Natal eu dou presentes. *A pobre da menina* se dobra em agradecimentos, tão generosa sou com *ela*. *Ela* cuida bem do George: Ø limpa o cocô dele, Ø dá banho, Ø lava e Ø passa as roupinhas dele, Ø jamais esquece a hora das mamadeiras. Ø Leva-o todas as manhãs para tomar sol na pracinha. *E nunca se queixou de, se preciso, ficar aqui em casa além da hora combinada.*

Às vezes eu e meu marido temos de jantar fora e *a Das Dores* fica com a criança, Ø põe para dormir, e depois Ø assiste à TV, até retornarmos. Ø *Nunca reclamou de sair mais tarde um pouquinho*. Agora vem o governo com essa história de 44 horas semanais, carteira assinada, pagamento de horas extras, Fundo de Garantia, multa de 40% para demissão sem causa justa etc. Ora, isso é coisa para trabalhador, como faz meu marido lá na empresa dele. *A Das Dores* não é trabalhadora, é empregada. (Anexo 20, p. 233, *grifos nossos*).

É interessante notar, nesses três parágrafos, algumas marcas de coesão nominal em negrito. Essas marcas constituem uma cadeia anafórica que se sobrepõe nesses parágrafos (*A Maria das Dores*, *A menina*, *ela*, Ø, *ela*, *dela*, *A pobre da menina*, *se*, *ela*, *Ela*, Ø, Ø, Ø, Ø, Ø, Ø, *se*, *a Das Dores*, Ø, Ø, Ø, *A Das Dores*). A unidade-fonte, ou seja, a marca que insere uma unidade de significação nova, tendo por isso a função de introdução, é a personagem Maria das Dores. Essa unidade-fonte foi introduzida desde o começo do texto e as formas nominais e pronominais que constituem a cadeia assumem uma função de retomada desse antecedente.

As formas nominais que fazem retomadas por substituição lexical a “A Maria das Dores” podem nos fazer compreender um pouco mais o intradiscurso. A primeira retomada, por exemplo, é feita pela forma “A menina”. A figura de uma menina como trabalhadora doméstica tematiza

implicitamente o trabalho infantil. Posteriormente, após quatro retomadas por formas pronominais, é feita a segunda retomada por substituição lexical. Desta vez, “A Maria das Dores” é substituída pela forma nominal “A pobre da menina”. O tema do trabalho infantil prossegue na figura da “menina” e o tema do sofrimento da trabalhadora doméstica é explicitado pela condolência da personagem “madame” expressa pelo substantivo “pobre”.

Outra forma nominal, que substitui a unidade-fonte (“A Maria das Dores”), é “a Das Dores”. “A Das Dores” ocorre duas vezes na cadeia anafórica exposta anteriormente. A abreviação do nome da trabalhadora doméstica demonstra implicitamente, subentendida, uma relação de intimidade entre patroa e trabalhadora.

A personagem “madame” constrói, intradiscursivamente, a oposição entre empresa e casa de família, bem como entre trabalho e emprego. Assim, na argumentação da personagem, empresas possuem trabalhadores que, por sua vez, devem possuir direitos trabalhistas. Já as casas de família possuem empregados que, diferentemente de trabalhadores, não deveriam possuir direitos trabalhistas.

A personagem “madame” continua sua argumentação contra a EC 72/2013 com outro exemplo:

(3) Como a *Fátima*, nossa cozinheira. Ø Trabalha há nove anos conosco. Ø É separada do marido, os dois filhos são adultos, *ela* dorme aqui no quarto de empregada e Ø só volta para a família aos domingos.

Ø Nunca reclamou dessa boa vida que damos a *ela*. Pelo contrário, Ø fica agradecida por dormir em um lugar seguro, confortável, com lençóis limpos, banheiro próprio, nada daquela promiscuidade da casinha em que a família *dela* habita na periferia, onde moram o irmão, a cunhada e quatro filhos. Pra que isso de direitos trabalhistas para quem está feliz da vida? Negra retinta, se Ø tivesse nascido há dois séculos, Ø teria com certeza sido escrava. Agora, Ø tem seu quatinho arrumado, TV, acesso livre à geladeira da família. E Ø come da mesma comida que Ø prepara para nós. Quando é que aí fora *ela* comeria camarões flambados, suflê de frutos do mar, codornas recheadas? (Anexo 20, p. 233-234, *grifos nossos*).

Nesse segmento do artigo, há a introdução de outra unidade-fonte (“Fátima”) interessante para nossa análise. A unidade-fonte “Fátima” é retomada por diversas formas pronominais, como mostra a cadeia anafórica marcada em negrito no segmento (*Fátima*, Ø, Ø, *ela*, Ø, Ø, *ela*, Ø, *dela*, Ø, Ø, Ø, *ela*). Não há, portanto, retomadas por meio de formas nominais.

Na designação da personagem trabalhadora doméstica Fátima pela patroa “madame”, há alguns modalizadores apreciativos. Pensamos que o mais interessante seja “Negra retinta”. A afrodescendência da personagem Fátima é concebida, pela personagem “madame”, como uma das justificativas para que esta considere as novas leis das domésticas “absurdas”, já que “há dois séculos, [Fátima] teria com certeza sido escrava”. Além do tema explícito da escravidão, pode-se subentender que afrodescendentes deveriam conformar-se com pouco, pois, em outros tempos, não possuíam nada. Pode-se subentender ainda que os afrodescendentes já ganharam direitos suficientes com a abolição da escravidão, sendo um “absurdo” proporcionar outros direitos à categoria profissional de trabalhadoras domésticas (como vimos, composta por maioria afrodescendente).

No penúltimo parágrafo do artigo, transcrito a seguir,

(4) Não sei por que o governo se mete tanto em nossas vidas! Pensa que somos um bando de escravocratas que trata mal as empregadas? Chega de burocracia. Agora vou ter que pagar, além dos salários, impostos para manter aqui a Das Dores e a Fátima. Como se na velhice elas não fossem ter aposentadoria! Ora, a mãe da Fátima, que trabalhou 20 anos na casa do meu sogro, ao se aposentar foi morar lá na roça onde nasceu e obteve aposentadoria rural. *Precisa o governo criar ainda mais burocracia para nós, patrões, que damos emprego a quem não tem instrução, casa própria, nem onde cair morto?* (Anexo 20, p. 234, grifos nossos)

os novos direitos das trabalhadoras domésticas são vistos como burocracias governamentais. A oferta de emprego para trabalhadoras domésticas em casas de família é concebida explicitamente pela personagem “madame” como um auxílio a “quem não tem instrução, casa própria, nem onde cair morto”. Ou seja, empregar trabalhadoras domésticas representaria socialmente um ato de caridade e não de necessidade da família em obter os serviços prestados pelas trabalhadoras domésticas.

No último parágrafo do artigo, os espaços residenciais (casa de família que emprega trabalhadoras domésticas e casas das famílias das trabalhadoras domésticas em favelas ou roça) são substituídos por outro espaço introduzido no artigo: o de um avião. A instância temporal é marcada pelo organizador temporal “Outro dia”, que inicia o parágrafo.

(5) Outro dia eu e meu marido entramos no avião e, no assento do corredor, ao nosso lado, tinha um *homem mal vestido, cara de peão* de fazenda, que na hora de servirem o lanchinho perguntou se era de graça. Era. Nas viagens de avião em rotas nacionais não há mais aquele glamour de outrora, as comissárias de bordo servindo uísque, vinhos, pratos quentes. Hoje *misturam alhos com bugalhos*, e insistem em mesclar gente de classes sociais diferentes, co-

mo se todos tivessem tido os mesmos berços. Meu Deus, onde o Brasil vai parar desse jeito? (Anexo 20, 234, grifos nossos).

As personagens nesse parágrafo são a “madame”, o marido de “madame”, “um homem mal vestido”, as comissárias de bordo. Implicitamente, o espaço do avião traz personagens como os demais passageiros e o piloto do avião.

O principal tema desenvolvido no intradiscurso é a diferença de classes. O posicionamento da personagem “madame” contra a mistura de classes é expresso explicitamente em “insistem em mesclar gente de classes sociais diferentes, como se todos tivessem tido os mesmos berços”. Implicitamente, subentendido, este posicionamento é expresso por meio do uso do ditado popular “misturam alhos com bugalhos”. Há portanto uma oposição intradiscursiva entre burguesia (representada por “madame” e seu marido) e trabalhadores (representado pelo “homem mal vestido” com “cara de peão”).

O dêitico “Hoje” em “Hoje misturam alhos com bugalhos, e insistem em mesclar gente de classes sociais diferentes” constrói, implicitamente, o pressuposto de que em época anterior não se mesclavam classes sociais. A representação negativa da personagem “madame” sobre a mescla de classes sociais a faz terminar sua argumentação com o uso de uma pergunta retórica: “Meu Deus, onde o Brasil vai parar desse jeito?”. Esta pergunta evidencia, mais uma vez, que as mudanças na sociedade brasileira, seja em mesclar classes nos aviões, seja em proporcionar direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas, são concebidas negativamente pela personagem “madame”.

5. Conclusão

Observamos que o artigo opinativo de Frei Betto representa a patroa (“madame”) negativamente. A construção de uma personagem elitista, racista e classista discursando em primeira pessoa, por um escritor militante de movimentos pastorais e sociais, revela implicitamente, subentendido, posicionamento contrário do autor do artigo ao da personagem “madame”. A ironia perpassa todo o texto e é o principal mecanismo linguístico para fazer o interlocutor (leitor do artigo) discordar de posicionamentos discursivos tais como o da personagem “madame”.

A personagem patroa representada pela personagem “madame” é, portanto, uma metonímica representação negativa, construída por meio de ironia.

O artigo de Frei Betto revelou, em nossa análise, condutas pouco profissionais na relação entre patroa e trabalhadora doméstica.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 279-287.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: EDUC, 1999.

FARIA, A. A. M. *Sobre Germinal: interdiscurso, intradiscurso e leitura*. 1999. – Tese de doutorado em linguística. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.

FIORIN, José Luiz. O romance e a representação da heterogeneidade constitutiva. In: FARACO, TEZZA; CASTRO. (Orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: UFPR, 1996.

_____. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1993.

_____. Fundamentos teóricos para o ensino da leitura. *Revista Letras*, n. 2, PPGL, UFSM, 1991.

_____. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. “Informações implícitas” e “Dizer uma coisa para significar outra” [caps. 20 e 21]. In: _____. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1996, p. 303-334.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

HABERMAS, Jurgen. *Théorie de l’agir communicationnel*. Paris: Fayard, 1987, 2 v.

MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1984.

_____. *Gênese dos discursos*. Trad.: Sírío Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 19. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophique*. Paris: Gallimard, 1961.

_____. *Remarques philosophiques*. Paris: Gallimard, 1975.

EMPRÉSTIMO LINGÜÍSTICO: O QUE É, COMO E POR QUE SE FAZ

Vito Cesar de Oliveira Manzollilo (UERJ/USP)

O estudo dos empréstimos, das condições em que são transmitidos, da maneira como são assimilados e das reações iradas que provocam em certas pessoas é um dos capítulos mais fascinantes da história de qualquer língua. (ILARI & BASSO, 2009, p. 141.)

1. *Fisionomia do léxico português*

De acordo com Azeredo (2010, p. 393-4), “quando a língua portuguesa começou a ser escrita – nos fins do século XII ou início do século XIII – seu léxico reunia cerca de 80% de palavras de origem latina e outros cerca de 20% de palavras pré-romanas, germânicas e árabes”. Trata-se do acervo vocabular que se pode denominar hereditário, isto é, aquele surgido com o idioma, que a ele forneceu padrão fonético e morfológico.

A partir daí, fatores diversos colocaram o português em contato com várias outras línguas ao redor do planeta. Como resultado disso, a adoção de numerosas palavras pertencentes a esses idiomas, num processo de enriquecimento contínuo, que ainda hoje se verifica.

Nesse sentido, a língua portuguesa ostenta, em seu pecúlio lexical, vocábulos provenientes de sistemas linguísticos tão diferentes quanto o latim, o provençal, o catalão, o holandês, o hebraico, o persa e o quíchua ou o grego, o chinês, o turco, o sânscrito, o japonês, o alemão e o russo, sem falar em idiomas bem mais familiares, como o inglês, o francês, o espanhol e o italiano, os quais, juntamente com muitos outros, ajudaram a moldar esse heterogêneo mosaico que é o léxico português.

É preciso não esquecer, contudo, que a acolhida de unidades léxicas estrangeiras pelo português apresenta igualmente a sua contrapartida.

Dessa forma, também se encontram, nos acervos lexicais de muitos sistemas linguísticos, lexemas de proveniência portuguesa, recebidos especialmente durante o período dos Grandes Descobrimentos, momento áureo da hegemonia lusitana no mundo. O fato de esse contingente ser pouco expressivo bem como os motivos de o português importar mais palavras do que exportá-las poderão ser satisfatoriamente explicados por razões extralinguísticas, pois, como oportunamente esclarece Langacker (1972, p. 188), “os caminhos do empréstimo lexical refletem até certo ponto os caminhos da influência cultural”.

Lembre-se ainda com Tagliavini (1993, p. 373) que “os empréstimos servem admiravelmente para reconstruir a história cultural de uma nação e suas relações com os outros povos, e não faltaram obras em que se ilustra a história da cultura precisamente através dos empréstimos”.

2. Quadro-síntese dos empréstimos em língua portuguesa

Em Cunha (2003, p. 8-9), encontra-se uma boa sistematização dos empréstimos recebidos pelo português ao longo de sua história. Tal esquema será agora reproduzido.

Entre as línguas que contribuíram para o enriquecimento vocabular do português, já nas suas origens, salientam-se o francês e o provençal. Datam do século XIII os primeiros empréstimos a estes dois idiomas, devidos, particularmente, à linguagem dos trovadores.

A partir do último quartel do século XV, logo após as grandes viagens empreendidas pelos portugueses à África, à Ásia e à América, e a descoberta do caminho das Índias, foram introduzidos no português algumas centenas de vocábulos oriundos dos idiomas indígenas dessas regiões – africanismos, asiaticismos e americanismos.

É no início do século XVI, em pleno Renascimento, que a língua italiana exerce forte influência, não apenas em Portugal, mas também na Espanha, na França, na Inglaterra, na Alemanha e em toda a Europa culta. Os empréstimos do italiano, especialmente no campo das artes, são bastante numerosos em português, e são comuns ao castelhano e ao francês.

A partir da segunda metade do século XVI e durante todo o século XVII é o castelhano que fornece ao português boa soma de empréstimos. É o período da dominação espanhola (1580–1640). Por essa época muitos escritores portugueses são bilíngues, como D. Francisco Manuel de Melo, talvez o mais ilustre de todos eles. Diga-se, de passagem, que já antes, em todo o século XVI, o castelhano era cultivado por poetas do porte de Camões, Diogo Bernardes e Pero de Andrade Caminha, entre outros.

De meados do século XVII, durante todo o século XVIII e todo o século XIX é a França que domina o panorama cultural da Europa. Da França partem as novidades que se irradiam por todo o mundo, acompanhadas naturalmente dos vocábulos franceses com que elas se nomeiam. É a época da invasão dos galicismos, tão repudiados pelos puristas de Portugal, do Brasil, da Espanha e dos países da América Espanhola.

O século XIX assiste à Revolução Industrial na Inglaterra e à consequente introdução nas línguas da Europa de numerosos anglicismos. A linguagem internacional das ciências (física, química, mineralogia etc.), da política e da administração, entre outras, é enriquecida com vários termos de origem inglesa, alguns cunhados por cientistas ingleses tão ilustres como Humphry Davy, Charles Lyell e Michael Faraday.

Depois da primeira Grande Guerra (1914-1919), mas principalmente após a segunda (1939-1945), com a elevação dos Estados Unidos da América do Norte a uma das grandes potências do mundo, ao lado da União Soviética, a língua inglesa assume uma posição de extraordinário prestígio no contexto universal. Os novos anglicismos, oriundos dos Estados Unidos, e, por isso mesmo, melhor denominados anglo-norte-americanismos, difundem-se em todas as línguas do mundo. Os anglo-norte-americanismos estão presentes na língua portuguesa e em todas as línguas de cultura, graças ao notável progresso material e cultural da grande nação do norte do Novo Continente.

3. *O empréstimo linguístico*

De acordo com Langacker (1972, p. 186), “o empréstimo não é nunca uma necessidade linguística, visto ser sempre possível ampliar e modificar o uso das unidades lexicais existentes para fazer face às novas necessidades de comunicação”¹³. Tal afirmativa, em alguma medida, corresponde à verdade. No entanto, quando se constata, no tempo presente, o desenvolvimento cada vez mais vertiginoso da ciência e da tecnologia, da economia, da moda e dos esportes, originados, quase sempre, nos países do assim chamado Primeiro Mundo, percebe-se que a utilização do

¹³ Em linhas gerais, também é o que se lê em Possenti (2004, p. 175): “Se não usássemos a palavra emprestada, teríamos várias alternativas como saída (...). Inventariamos uma palavra (...). Ou entenderíamos o sentido de outra” e em Ullmann (1977, p. 436): “Sempre que seja necessário um novo nome para designar uma ideia ou um objeto novos, podemos fazer uma destas três coisas: formar uma palavra nova a partir de elementos já existentes; importar um termo de uma língua estrangeira ou de qualquer outra fonte; finalmente, alterar o significado de uma palavra antiga.” Já Correia (2005) afirma: “Cada língua possui a capacidade e os mecanismos necessários à construção de neologismos passíveis de denominarem os conceitos que vão surgindo na sociedade, pelo que a entrada maciça de empréstimos numa língua é não apenas perniciososa, como claramente não constitui uma inevitabilidade.” Carvalho (2009: 80) completa: “A adoção do termo estrangeiro pode ser um fato de cultura e gosto, mas é sempre gerada por uma necessidade prática. A cunhagem de um novo termo demanda tempo e interesse, enquanto a adoção é instantânea”.

termo estrangeiro constitui, muitas vezes, a única possibilidade viável para aqueles que importam esses frutos do progresso, já que produtos, serviços, técnicas e novidades em geral surgem muito velozmente, tornando difícil a substituição de suas designações internacionais. Conforme explica Rodrigues (1999, p. 206),

É por isso que a atual dependência tecnológica dos países periféricos, dos países que não têm intervido [*sic*] efetivamente no processo inventivo e se limitam, por conseguinte, à importação tecnológica de técnicas inventadas por outros povos, acarreta inevitavelmente uma dependência linguística.

Além do mais, como assinala Fiorin (2013, p. 9),

Parece estar-se configurando em nosso tempo uma nova epistemologia linguística. Ela está ligada ao desmantelamento das fronteiras; à diminuição da soberania dos Estados nacionais com a criação das grandes entidades transnacionais; à livre circulação de bens e de capitais; à descrença nas grandes narrativas; enfim, ao fenômeno que é chamado globalização e à sua expressão cultural que é denominada pós-modernidade. As circunstâncias históricas criaram um tempo em que adquirem relevo as margens, o descentramento, o dialogismo, as mestiçagens, os hibridismos, as imigrações, a recusa da pureza. Esse ar do tempo leva a pôr em questão os construtos teóricos com que operamos e propõe uma epistemologia fundada na instabilidade, na continuidade, na mistura linguística, nas práticas de linguagem, na heterogeneidade, nos fluxos, nas trocas, nos entrelugares etc.

Também Koshiyama (2008, p. 53) afirma que

O estudo do processo histórico denominado de “globalização da sociedade” é um fato da atualidade e que tem merecido múltiplas abordagens no campo das ciências humanas. Temas recorrentes são o da desagregação de valores e das culturas tradicionais, o da formação de novos conceitos de espaço e de tempo, o da facilidade da adoção de uma perspectiva planetária para empresas financeiras e produtos da tecnologia de ponta. A perspectiva histórica registra que estão acontecendo mudanças em todos os campos da sociedade contemporânea. No campo das pesquisas em comunicação, verificamos que em todas as culturas aparece a oportunidade do contato real ou virtual com novos povos e novas experiências. A abertura para outras realidades provoca mudanças, o que em algumas culturas significa um aumento das diferenças e das contradições sociais e um incentivo às reações conservadoras. Ao mesmo tempo, forma-se um campo propício para a construção de novas identidades específicas resultantes de intercâmbios entre culturas.

Assim, no que respeita à ampliação do pecúlio lexical dos idiomas, parte-se, então, muitas vezes, como observa Carvalho (2002, p. 98), para a solução mais fácil e prática: “o mundo, as ciências, as técnicas e os costumes evoluem rapidamente; há urgência de nomear as novidades. Não se pode aguardar resultados de estudos prolongados e na maioria das vezes as normas apenas consagram nomes já em uso”. Nesse sentido, tre-

cho de reportagem publicada há alguns anos no caderno de informática de um jornal carioca é bastante significativo. Em matéria relativa a jogos virtuais, o repórter constrói o seguinte período: “Basta ter um browser que aceite javascripts e ter os plug-ins da Macromedia instalados para efetuar o logon e se divertir de graça na grande rede” (*Jornal do Brasil*, Internet, 25.05.2000, p. 3). Na mesma linha, promoção realizada por empresa de TV a cabo deixa em situação difícil os que não conhecem profundamente as propriedades e características das guitarras modernas e também aqueles que não dispõem de um bom dicionário de inglês, uma vez que o texto relativo ao concurso é assim estruturado: “Faça a letra de um jingle, de até 10 linhas em comemoração ao aniversário da TVA, e concorra a uma guitarra modelo EG1121P da Yamaha, com gig bag, pitch pipe, strings, string winder, strap e pick” (*Revista TVA* nº 109, 09.2000, p. 9). Já um centro universitário privado carioca convida os futuros alunos a participarem de um novo formato de processo seletivo: “coffee break para intensificar o network entre os participantes, talk show sobre empreendedorismo e prova do vestibular mais dinâmica e adequada ao perfil business” (*Metro* (Rio de Janeiro), 07.12.2012, p. 7).

Considerado por Dubois *et al.* (1973, *empréstimo*), “o fenômeno sociolinguístico mais importante em todos os contatos de línguas, (...) o empréstimo não constitui apanágio exclusivo dos tempos modernos”. Grande parte dessa importância se deve ao fato de que nenhum povo – assim como nenhum indivíduo – é autossuficiente ou consegue sobreviver de forma isolada, o que, nos dias de hoje, cada vez mais se torna verdade e faz do empréstimo algo normal e corriqueiro em todo idioma vivo, uma consequência natural do contato linguístico e da interpenetração cultural. Conforme oportunamente assinala Aubert (2002, p. 210), “os contatos entre povos, línguas e culturas são tão antigos quanto o próprio multiculturalismo da espécie humana. Estamos, portanto, não diante de uma evolução recente, e sim diante de uma constante linguística e cultural¹⁴”. Rajagopalan (2003, p. 59) completa:

¹⁴ Discorrendo sobre a questão do empréstimo, Saussure (1969, p. 31) expõe que esse fato não constitui, “de modo algum, (...) um elemento constante na vida duma língua. Existem, em certos vales retirados, dialetos que jamais admitiram, por assim dizer, um só termo artificial vindo de fora”. Couto (s/d), por outro lado, afirma que “não existe nenhuma língua no mundo livre de contato com outras línguas. Por esse motivo, não existe nenhuma língua no mundo que não apresente algum tipo de interferência de outras.” Viaro (2011, p. 265), por sua vez, explica: “É um erro imaginar que línguas isoladas sejam puras, pois se não há isolamento linguístico perfeito hoje tampouco houve no passado (...)”. Na atualidade, cada vez mais, não resta dúvida de que o estabelecimento de relações entre povos diversos é uma realidade. Mesmo grupos humanos que, à primeira vista, nada têm em comum, acabam por trocar algum tipo de experiência e por receber influências culturais e linguísti-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Hoje, principalmente nas populações urbanas do mundo inteiro, só vive desinformado quem quer se isolar do resto do mundo por vontade própria, sendo que os inúmeros cartazes e outdoors espalhados em lugares públicos e outras formas de propaganda agressiva ainda se esforçam para que o nosso “ludita” contumaz deixe de realizar seu sonho em plenitude.

Nesse sentido, numa época tão fortemente caracterizada por relações políticas, econômicas e culturais intensas, instantâneas e profundas, é fácil entender por que, de maneira geral, o empréstimo tem assumido papel relevante na renovação e na ampliação do pecúlio lexical das línguas. Além do mais, qualquer estudo sobre empréstimo linguístico deve partir do pressuposto de que não existem línguas puras. Todos os idiomas conhecidos, em maior ou menor grau, adotaram – e continuam a adotar – palavras oriundas de outras línguas. Naturalmente, os idiomas pertencentes a nações desenvolvidas do ponto de vista social, cultural, científico, tecnológico, político e econômico são aqueles mais aptos a exportar palavras. O prestígio e o poderio do país de onde parte o empréstimo certamente explicam, por exemplo, por que entre os séculos XVIII e XX o português – e muitas outras línguas – recebeu quantidade expressiva de itens lexicais do francês, o mesmo acontecendo na atualidade em relação ao inglês.

Esse fator prestígio, no entanto, deve ser considerado em termos relativos, pois, mesmo aquelas línguas pertencentes a povos tidos como culturalmente pouco desenvolvidos, em algumas situações, também se encontram em posição de destaque frente a outros idiomas. Justificam-se dessa maneira os *tupinismos* e os *africanismos* do português do Brasil, os quais puderam se tornar expressivos nesse novo ambiente apesar de estarem suas línguas e suas culturas de origem sofrendo um processo de dominação e de sufocamento na ocasião em que a língua portuguesa os acolheu. Para Jordan (1982, p. 406, nota 50),

Explicam-se da mesma maneira os empréstimos feitos pelos europeus “civilizados” às línguas dos nativos de outros continentes: como é que devem, por exemplo, ser denominados os objetos que se encontram apenas em determinadas regiões africanas ou asiáticas, se não com designações locais?

cas, como demonstram duas matérias publicadas por um jornal carioca acerca da chegada de equipamentos de informática a uma aldeia localizada na cidade de Angra dos Reis (RJ). As reportagens mostram inclusive que computadores e outros equipamentos similares, ao serem introduzidos entre os índios, promoveram uma expansão lexical, ensejando a criação de palavras ligadas à informática, até então desconhecidas naquele ambiente – cf. Machado (25.11.1998 e 30.11.1998).

Couto (1994, p. 33) afirma ainda que “o inglês só precisa de termos importados quando se fala de coisas exóticas. É o caso de ‘junta’ (militar) e ‘guerrilha’ que, para vergonha dos latinos, foram tirados de suas línguas. Trata-se de assuntos alheios à cultura estadunidense”.

A partir do exposto, fica fácil perceber que a questão do empréstimo envolve outros tipos de condicionamento que não os estritamente linguísticos. Conforme explica Leite (2008, p. 14), “a linguagem é social, plena de valores, é axiológica, e, por meio dela, consciente ou inconscientemente, o falante mostra a sua ideologia”. Assim sendo, não existe nenhuma característica linguística específica do inglês capaz de explicar o motivo de tantas unidades léxicas inglesas exportadas nas últimas décadas. O mesmo poderia ser dito acerca do francês há aproximadamente dois séculos e do italiano na época do Renascimento, casos em que a supremacia em determinados setores, alcançada por esses povos dentro de contexto histórico específico, foi basicamente o que determinou a direção, a quantidade e o tipo de influência verificado. Na verdade, como bem esclarece Perini (2001, p. 31), “as línguas diferem muito pouco no que diz respeito a suas capacidades expressivas (...). Mas, como é evidente, diferem muitíssimo quanto a sua importância cultural, política e comercial”.

Quanto ao português, desde a época de sua constituição, já é possível notar a ocorrência de empréstimos. De fato, “ao longo de sua história (que começa pouco antes do movimento do trovadorismo, fortemente influenciado pela poesia provençal), a língua portuguesa sofreu a influência das numerosas línguas com que esteve em contato” (ILARI, 2002, p. 73).

Nesse ponto, é importante dizer que a denominação “empréstimo”, apesar de ser amplamente utilizada por linguistas e estudiosos em geral, não é aceita sem reservas por alguns autores. Ressaltando seu caráter eufemístico, Ali (1957, p. 186-7) lembra que as palavras emprestadas jamais são devolvidas, a não ser com outro empréstimo e que “na linguagem faz-se isto [empréstimo de palavras] sem cerimônia. Não se propõe nem se pede. Tira-se”. Ilari (1992, p. 149), por sua vez, afirma que “embora pouco exata, a expressão ‘empréstimo linguístico’ consagrou-se na maioria das línguas modernas¹⁵”, enquanto Robins (1977, p. 323) fala em “metáfora um tanto inadequada”, e Melo (1981, p. 150) diz que relativa-

¹⁵ Essa, por assim dizer, inadequação semântica também se verifica em outras línguas, por exemplo, inglês (*borrowing* / *loan word*), francês (*emprunt*), espanhol (*préstamo*) e italiano (*prestito*).

mente aos empréstimos linguísticos não se cobram dívidas. De modo bem-humorado, Câmara Jr. (1977, p. 76) lembra que

Este termo [empréstimo] tem sido uma ou outra vez criticado. Há quem não admita o termo, porque a forma que é tomada de outra língua não é devolvida para que se possa dizer que foi emprestada; seria o caso de sugerir-lhes que empreguem então a locução – “empréstimo com calote linguístico”.

Em outra oportunidade, o autor (2004, p. 285) complementa: “(...) em qualquer circunstância nunca há a rigor um empréstimo no sentido literal do termo. Há, sim, a adaptação de um elemento a um novo sistema, em que ele ganha um novo valor e imprime uma nova configuração mais ou menos acentuada.” Deroy (1956, p. 18) também concorda ser impreciso chamar de empréstimo um elemento em relação ao qual seus novos usuários não têm obrigação ou intenção de devolver algum dia. Jespersen (1949, p. 208, nota 1), mesmo empregando as expressões *loan-words* e *borrowed words*, não deixa de destacar a impropriedade semântica denotada por elas, pois, ao contrário do que sucede nos casos que envolvem objetos ou dinheiro, os falantes da língua doadora não ficam privados de usar o elemento cedido. Além disso, não existe nenhuma expectativa de devolução envolvida nessa situação, sendo o empréstimo – para o autor, nada mais do que um ato de imitação – realizado independentemente da vontade dos usuários da língua exportadora. Castro *apud* Abad (1986: *adopción lingüística*) igualmente acentua que “o termo usado em linguística (...) não é exato, porque estas palavras são algo adquirido que nunca se devolve. ‘Adoções ou importações linguísticas’ é o que se deveria dizer”. Tagliavini (1993, p. 366-7), por seu turno, expõe que, no âmbito linguístico, as ideias de restituição e de privação de uso para quem cede não se relacionam à expressão. García Yebra (1997, p. 339) afirma que, apesar das eventuais incongruências semânticas anteriormente apontadas, o termo já se encontra arraigado na terminologia linguística internacional e deve seguir sendo usado. Calvet *apud* Phillipson (1997, p. 7) acrescenta que a expressão empréstimo não é coerente nesse caso, já que os falantes da língua receptora não têm nenhuma intenção de devolver o material cedido. Além disso, a transação é unidirecional, sendo realizada porque o produto (a unidade léxica) interessa ao idioma de chegada. Crystal (1997b, p. 332) igualmente menciona o fato de que palavras emprestadas não são devolvidas posteriormente. Por fim, Steinberg (2003, p. 20) informa:

Alguém já disse que empréstimo é um termo inadequado, pois foi tomado de outra língua e jamais devolvido. Mas, uma vez que ninguém perdeu nada, não houve prejuízo para a língua de origem. Chegou a ser sugerido o termo

adoção. Dificilmente, porém, conseguimos mudar uma terminologia já consagrada. Empréstimo ou adoção, toda língua é enriquecida com grande número dessas palavras, que são verdadeiros marcos de influência estrangeira em uma sociedade¹⁶.

Como se vê, o empréstimo linguístico apresenta esta característica bastante singular: no futuro, o elemento acolhido poderá vir a ser esquecido, ignorado ou mesmo abandonado. A devolução ao legítimo dono, contudo, é algo que jamais virá a ocorrer.

Com o intuito de aprofundar o sentido do termo empréstimo, pode-se dizer que, em áreas como a Economia, esse é um conceito bastante difundido. Relativamente ao âmbito linguístico, uma consulta a alguns autores poderá trazer maiores esclarecimentos. Dubois *et al.* (1973: *neologia*) consideram adequado incluir o empréstimo de línguas estrangeiras entre os *neologismos formais* (formas novas, unidades lexicais até então inéditas). Além disso, julgam que “há *empréstimo linguístico* quando um falar A usa e acaba por integrar uma unidade ou um traço linguístico que existia precedentemente num falar B e que A não possuía; a unidade ou o traço emprestado são, por sua vez, chamados de *empréstimos*” (DUBOIS *et al.*, 1973, *empréstimo*). Castro (2001, p. 105) trabalha com a definição anterior, apesar de preferir a denominação *aporte*, segundo o seu ponto de vista, semanticamente mais apropriada. Macedo (1979, *empréstimo*) explica que empréstimo é a “utilização que faz uma língua dos termos de outra língua.” Já Câmara Jr. (1977, p. 76), baseado em Bloomfield¹⁷, de-

¹⁶ Essa questão parece superestimada pelos estudiosos. A nomenclatura linguística está repleta de termos cujos significados gerais não apresentam exata correspondência com os técnicos. Ilustrando esse fato, é possível mencionar os seguintes exemplos: *caso*, *singular*, *número*, *pessoa* etc. Com relação à categoria de número, Trask (2004: *número*) explica que “embora o nome dado à categoria gramatical seja ‘número’, é importante perceber que o número gramatical é uma coisa bastante diferente do número no mundo real: ele representa apenas uma tentativa, sempre imperfeita, de estabelecer uma correspondência entre a gramática e as distinções que podem ser feitas no mundo real.” Como observa Nascentes (1946, p. 108) numa comparação com a química, “em ciência é preciso muitas vezes conservar denominações impróprias, estabelecidas pelo uso, embora inexpressivas depois. Por que não se muda, por exemplo, o nome do oxigênio? O oxigênio quer dizer *gerador de ácidos*; o ácido clorídrico deixará de ser um ácido por lhe faltar oxigênio? E por que então a química não muda o nome do oxigênio visto haver ácidos gerados sem ele?” Insistir nesse tipo de comportamento levaria a que se rejeitasse também o uso de *virus* como termo da área da informática, afinal de contas, tal sentido não se coaduna com aquele (de certa maneira mais básico e no qual os falantes pensam primeiro) apresentado pela palavra na biologia ou na medicina. No entanto, como observam Krieger e Finatto (2004, p. 79), algumas unidades lexicais são polivalentes, pois “participam de mais de uma terminologia, expressando diferentes significados em cada campo do saber, como é o caso de *cromático*. Esta é uma qualidade que pode tanto remeter à cor quanto à música, conforme o domínio de conhecimento em pauta. Trata-se do princípio de economia da língua (...).”

¹⁷ De acordo com Carvalho (2009: 48), deve-se a Blommfield a divulgação do termo empréstimo.

fine empréstimo como “intromissão de um elemento de sistema estranho no sistema considerado”, devendo a noção de “sistema estranho” ser entendida da forma mais ampla possível, isto é, levando-se em conta também a existência de transferências intralinguísticas, verificadas entre diferentes regiões, camadas sociais ou níveis de linguagem, além daquelas em que o trajeto percorrido é “língua comum” → “terminologias especiais” (ou vice-versa). Em outra ocasião, o mesmo autor (1989, p. 192) relaciona empréstimo com “o conjunto de mudanças que uma língua sofre em contato com outras”. Invocando ainda Bloomfield, caracteriza empréstimo como a “adoção de traços linguísticos diversos dos do sistema tradicional” (1989, p. 193), admitindo igualmente transferências internas como as anteriormente mencionadas. Spalding (1971, *empréstimo*) considera empréstimo aquela “expressão estrangeira adotada em vernáculo. (...) Pode ser de uma língua a outra, de um dialeto a uma língua (...), de uma língua a um dialeto, de um dialeto a outro”. Para Andrade (2002, p. 36),

Entender-se-á *empréstimo linguístico* como o fenómeno que consiste na passagem de unidades lexicais, morfemas ou acepções de um sistema A para um sistema B. Essa transferência pode ser interna – consistindo na passagem dessas unidades de um para outro registo numa mesma língua, – ou possuir um carácter, fundamentalmente, externo – assumindo o léxico de uma língua natural A unidades pertencentes a uma língua natural B.

Bechara (2010, p. 509) ressalta a capacidade de ampliação lexical desse expediente linguístico e afirma que

Outra fonte de revitalização lexical são os *empréstimos*, isto é, palavras e elementos gramaticais tomados (*empréstimos*) ou traduzidos (*calcos linguísticos*) de outra comunidade linguística dentro da mesma língua histórica (regionalismos, nomenclaturas técnicas e gírias), ou de outras línguas estrangeiras – inclusive grego e latim –, que são incorporados ao léxico da língua comum.

Além disso, informa também que

Os estrangeirismos léxicos se repartem em dois grupos: os que se assimilam de tal maneira à língua que os recebe, que só são identificados como empréstimos pelas pessoas que lhes conhecem a história (...); e há os que facilmente mostram não ser prata da casa, e se apresentam na vestimenta estrangeira (...) ou se mascaram de vernáculos (...). O termo *empréstimo* abarca estas duas noções e se aplica tanto aos estrangeirismos léxicos quanto aos sintáticos e semânticos (2010, p. 489).

Carvalho (1983, p. 44) opina que “o termo empréstimo designa uma palavra estrangeira adotada pela língua, empréstimo externo, mas também pode ser usado para designar um termo de linguagem especial ou técnica que passou para o uso geral, empréstimo interno”. Em outra

oportunidade (2011, p. 43), relaciona o termo à “palavra estrangeira que, ao ser incorporada à língua, é uma adoção (...)”. É o que chamamos de neologismo por adoção”. Pisani (s/d, p. 55) conceitua empréstimo como “uma forma de expressão que uma comunidade linguística recebe de uma outra comunidade”. O autor lembra ainda que o empréstimo pode ser morfológico, sintático, fonético e lexical (o tipo mais comum). Quando aborda especificamente as influências que um idioma pode exercer sobre outro, Pisani (s/d, p. 223) diz que os empréstimos são “elementos formais, palavras ou meios morfológicos, que passam de uma língua a outra com seu o significado ou com a sua função, por vezes de forma restrita ou parcialmente modificada”. Luft (1973, *empréstimo*), para quem o conceito designa um “elemento linguístico estrangeiro incorporado no sistema tradicional de uma língua”, afirma que “os empréstimos podem ser fonéticos (...), afixais (...), lexicais (...), sintáticos (...) e semânticos”. Borba (1976, *empréstimo*) define o termo como a “adoção de formas numa língua por causa de seus contatos com outra ou outras”. Apesar de admitir a existência de empréstimos de fonemas, de morfemas e de tipos sintáticos, o autor (1976, *empréstimo*) acentua que “o grosso dos empréstimos é vocabular por ser o léxico a parte da língua mais vulnerável às influências estranhas”, com o que concordam Giacomozzi *et al* (2004, *empréstimo*). Para esses últimos, o empréstimo é entendido como “palavra, expressão ou construção sintática provenientes de língua diferente daquela do país, já incorporadas no sistema da língua”. Na visão de Tagliavini (1993, p. 368),

Se entende por “empréstimo” ou “palavra emprestada” uma palavra de uma língua que provém de outra língua, distinta da que constitui a base principal do idioma que recebe, ou que, se procede dessa língua-base, não é por transmissão regular, contínua e popular, mas por ter sido tomada posteriormente.

Galisson e Coste (1983, *empréstimo*) consideram que

“Empréstimo” e “decalque” são transferências de língua para língua, processos de enriquecimento por contato utilizados por línguas naturais para preencher lacunas no seu próprio sistema – essencialmente no seu sistema lexical –, ou para tornar mais flexível a sua utilização.

Mais adiante, os autores (1983, *empréstimo*) explicam o empréstimo, enquanto processo, como a passagem, sem alteração, de um elemento característico de uma língua para outra. Ainda de acordo com Galisson e Coste, trata-se de uma transferência total, isto é, o significante e o significado do signo estrangeiro (quase sempre um lexema) são conservados. Os dois estudiosos – e também Trask (2004: *palavra empres-*

tada ou empréstimo) – observam ainda que o termo empréstimo pode ser empregado a fim de designar tanto o processo de transferência quanto o próprio elemento transferido. Segundo Correia e Almeida (2012, p. 70), “trata-se (...) de um termo polissêmico (situação que é indesejável em qualquer terminologia específica)”. Assim, na visão dessas autoras (2012, p. 70), a palavra empréstimo denota: “processo de transferência de uma unidade lexical de um registro linguístico para outro dentro da mesma língua (“empréstimo interno”), ou de uma língua para outra (“empréstimo externo”); unidade que resulta do processo de transferência anteriormente descrito”. Ferreira (2010, *empréstimo*), ao conceituar empréstimo, privilegia o resultado do procedimento, considerando-o o efeito do contato entre línguas diferentes, o resultado da influência de uma cultura sobre outra ou do aprendizado de uma língua por grupos sociais estrangeiros, que tem como consequência a incorporação de elementos alenígenas ao sistema linguístico e/ou ao léxico do idioma que realiza o empréstimo. Seco Reymundo *et al.* (1999, *préstamo*) oferecem uma definição simples, direta, curta, abrangente e vaga para o termo: “Palavra tomada de outra língua”, praticamente a mesma que se encontra em Nascentes (1946, *empréstimo*): “vocábulo tomado de outra língua”. Já Trask (2004, *palavra emprestada* ou *empréstimo*) entende empréstimo ou *palavra emprestada* como “uma palavra copiada em uma língua com base em outra língua”. Para Neveu (2008, *empréstimo*), “o termo *empréstimo* designa um processo segundo o qual uma língua adquire uma unidade lexical integrada ao léxico de uma outra língua”. Ainda segundo o autor (2008, *empréstimo*), tal noção apresenta “um valor muito amplo em lexicologia”, abrangendo os conceitos de xenismo e de decalque. Na opinião de Dubuc (1999, p. 150-1),

O empréstimo é um fenômeno através do qual se transfere uma unidade léxica de um sistema ou de um subsistema linguístico a outro. Existem dois tipos de empréstimos: o empréstimo externo, extraído de um sistema linguístico estrangeiro e o empréstimo interno, extraído de subsistemas diferentes dentro do sistema linguístico em questão.

Lüdtke (1974, p. 22) considera empréstimo num sentido mais restrito relativamente a outros autores. De acordo com esse estudioso, em geral, o empréstimo se dá apenas na esfera lexical. Além disso, é resultado de uma relação unilateral, na qual uma língua A cede a outra língua B ou vice-versa, não havendo, simultaneamente, cessão de A para B e de B para A. Para Crystal (1997b, p. 422), *empréstimo* é a palavra (ou outro elemento linguístico) pertencente a uma língua ou dialeto introduzida em outra língua ou dialeto. Robins (1977, p. 324), por sua vez, define o ter-

mo da seguinte forma: “aquelas palavras que não estavam no vocabulário em um período e que nele estão num período subsequente, sem terem sido construídas pelo estoque léxico existente de uma língua ou inventadas como criações inteiramente novas”. Assumpção Jr. (1986, p. 105) não adota a expressão empréstimo em sua obra acerca de neologismos em língua portuguesa. Em seu lugar, prefere *apropriação*.

De acordo com alguns autores, a necessidade constitui um fator importante para a existência de empréstimo. Para Simões (2006, p. 73), “o neologismo por empréstimo estrangeiro só deveria incorporar-se ao léxico geral (ganhando espaço nos dicionários e vocabulários oficiais) quando, de fato, preenchesse uma lacuna expressional”. Bergo (1986, *empréstimo*), por seu turno, assim o define: “palavra estrangeira incorporada, por necessidade, no vocabulário nacional”, enquanto Biderman (1984, *empréstimo*) informa tratar-se o termo de “palavra que foi tomada emprestada de uma outra língua por não existir termo correspondente no idioma que acolheu o empréstimo”. Em outra ocasião, ao falar de neologismos, a autora (2001, p. 208) considera o empréstimo estrangeiro como um tipo de *neologismo formal e conceptual*. Especificamente com relação aos anglicismos, afirma que “esses significantes com os seus respectivos significados acompanham, muitas vezes, um novo referente (= um objeto, por exemplo) que passamos a incluir no nosso universo cultural e na nossa vida quotidiana”.

Rocha (2008, p. 71) salienta o poder de ampliação do empréstimo, que divide em duas categorias: empréstimo sob a perspectiva sincrônica (ou simplesmente empréstimo) e empréstimo sob a perspectiva diacrônica. Levando em consideração o léxico da língua portuguesa, do primeiro grupo, fariam parte as formas que ostentam “um fonema ou uma sequência de fonemas estranhos ao sistema fonológico do português”. No segundo, incluem-se palavras totalmente integradas aos sistemas fonológico e ortográfico do português, as quais, segundo o autor (2008, p. 72), “não são consideradas como empréstimos pela competência lexical dos falantes do português atual”. Rigorosamente falando, então, o termo empréstimo ficaria reservado apenas às unidades lexicais do primeiro grupo. Rocha (2008, p. 71-2) reconhece ainda que o critério por ele adotado para o estabelecimento do que vem a ser empréstimo não é único. Na verdade, trata-se este de um critério pouco consistente, pois, quando a configuração fonológica e ortográfica da unidade lexical peregrina é compatível com a da língua de chegada (cf., relativamente ao português, palavras como *granizo*, *bolero*, *gana*, *cascata*, *pane*, *pose*, *piloto*, *bar*

etc.), jamais existiu um momento em que foi possível perceber a presença de “um fonema ou de uma sequência de fonemas estranhos”. Além do mais, é incoerente considerar que um item léxico estrangeiro possa vir a perder seu caráter de empréstimo à medida que a fixação desse elemento no novo ambiente ocorra. Sua procedência e origem alienígenas bem como sua forma de chegada ao novo sistema não mudam nem com a passagem do tempo nem com uma afetiva integração no idioma receptor, como salienta Bloomfield (1967, p. 449).

Quando a adaptação é completa, como em *chair* (há muito emprestada do Antigo Francês) ou em *chauffer*, a origem estrangeira da forma desapareceu, e nem o falante nem, conseqüentemente, uma descrição relevante pode distingui-la de formas nativas. O historiador, contudo, que se preocupa com origens, vai classificar essa forma como *empréstimo*. Então, *chair* e *chauffeur*, no estado atual da língua, são palavras inglesas comuns, mas o historiador, levando o passado em conta, classifica-as como *empréstimos*.

Por todo o exposto até o momento, está claro que a ideia de empréstimo pode ser aplicada a outros componentes linguísticos que não o vocabulário. É óbvio, entretanto, que, apenas em nível lexical, essas transferências acontecerão de maneira ampla e significativa, o que se explica pelo fato de o léxico ser, em última análise, nada mais do que uma lista de palavras¹⁸; um elemento a mais ou a menos nesse conjunto afeta pouco o funcionamento do sistema como um todo¹⁹. Além disso, nas palavras de Azeredo (2010, p. 132), os significados lexicais associam-se

¹⁸ Obviamente, essa assintematicidade do léxico fica patente apenas quando este é comparado à gramática. Como oportunamente assinala Carvalho (2011, p. 87), “o vocabulário não pode ser visto como um inventário de conceitos isolados, nem como uma listagem aleatória de termos. Ao contrário, é um sistema organizado de valores, o que demonstra na sua forma de estruturação em relações de equivalência, de semelhança e de oposição.” Já Antunes (2007, p. 42) explica: “Dessa forma, ganha sentido afirmar que o léxico é mais do que uma lista de palavras à disposição dos falantes. É mais do que um repertório de unidades. É um depósito dos recortes com que cada comunidade vê o mundo, as coisas que a cercam, o sentido de tudo”.

¹⁹ Ponto de vista semelhante encontra-se em Câmara Jr. (1977, p. 78-82 e 1989, p. 253-68) e em Carvalho (2009, p. 53-4), textos em que essa questão é discutida de forma mais detalhada. Já Cardoso e Cunha (1978, p. 138) afirmam que “o empréstimo (...) só se observa, em rigor, nos domínios do léxico ou do vocabulário. Com efeito, parece não haver línguas que recebam de outras caracteres do sistema fonológico ou morfológico. Aliás, as condições sob as quais o empréstimo se efetiva são bastantes para atestar que o fenômeno de sua aclimação é de exclusivo alcance léxico”. Crystal (1997a, p. *borrow(ing)*) igualmente reconhece a primazia dos empréstimos lexicais, embora admita que, em certas situações, fonemas e estruturas gramaticais também possam ser transferidos. Por fim, Viaro (2011, p. 272) explica que “algumas classes são mais facilmente importadas do que outras. Há mais empréstimos de substantivos, adjetivos e verbos do que de preposições, artigos, pronomes pessoais e morfemas flexionais. No meio do caminho estão os numerais, os morfemas derivacionais, advérbios, conjunções e pronomes indefinidos”.

“aos dados do mundo externo à linguagem; naturalmente numerosos devido à sua função de ‘nomear o mundo’, eles formam conjuntos extensos e potencialmente ilimitados”.

Na verdade, a afirmação de que o empréstimo do tipo lexical ocorre assim de forma tão fácil carece de maiores esclarecimentos, uma vez que alguns setores do vocabulário se mostram bastante resistentes a mudanças, sejam elas originadas no próprio sistema (acréscimo ou redução de semas, por exemplo), sejam elas devidas a influências externas. Assim, tendem a permanecer inalterados por longos períodos de tempo, porque expressam noções básicas ou comezinhas, de alguma forma, relacionadas a qualquer ser humano, e não apenas àqueles pertencentes a uma cultura específica, itens lexicais ligados a campos semânticos como **partes do corpo** (cabeça, mão, pé, braço, perna, olho, boca, nariz, osso, peito, dedo, coração etc.), **elementos da natureza** (sol, lua, água, chuva, estrela, fogo, ar, pedra, mar, rio, céu, terra, mato, morro, árvore, flor etc.), **relações de parentesco** (pai, mãe, avô, irmão, filho etc.), **substâncias básicas** (ouro, ferro, madeira, prata etc.), **(atividades e sentimentos elementares)** (amar, andar, viver, comer, beber, correr, dormir, cheirar, sair, ouvir, falar, rir, entrar, chorar, ser, estar, nascer, morrer, subir, descer, ódio, amor, paz etc.), **animais comuns** (cão, gato, leão, tigre, mosca, cobra, aranha, peixe etc.), **qualidades básicas** (leve, pesado, alegre, triste, alto, baixo, gordo, magro, claro, escuro, bonito, feio etc.), **dias da semana, meses e estações do ano** (sábado, domingo, março, maio, dezembro, inverno, outono etc.), **cores fundamentais ou primárias** (azul, vermelho, verde, amarelo etc.), **noções religiosas ancestrais** (alma, deus etc.), que constituem o que os estudiosos chamam de vocabulário fundamental ou de fundo léxico comum, isto é, vocábulos não culturais ou nucleares nas palavras de Câmara Jr. (1977, p. 78). Então, é somente entre os chamados vocábulos culturais ou não nucleares, ou seja, aqueles mais diretamente relacionados com uma cultura específica, que se observa, de forma expressiva, a ocorrência de empréstimo linguístico.

Do mesmo modo, é entre os substantivos que se percebe uma quantidade significativa de empréstimos. Conforme se lê em Vilela (1994, p. 65),

A classe substantivos é a parte do discurso mais marcada pela formação de palavras, como aliás pela neologia, pelos empréstimos etc. É que os substantivos são a classe por onde passa a designação das coisas inventadas ou importadas, são ponto de partida para a nomeação de tudo o que a tecnologia e o progresso trazem de novo para uma comunidade.

Na realidade, quanto mais profundamente um elemento estiver identificado com a gramática de uma língua, menos chances terá de passar a outra. O fato de designarem objetos materiais ou conceitos abstratos explica por que os substantivos, graças justamente a essa característica específica, transformam-se intensa e continuamente ao longo do tempo. Os adjetivos, comparados com os substantivos, não apresentam a mesma facilidade de transferência. A adoção desses vocábulos é menos comum, exigindo uma assimilação mais profunda da mentalidade estrangeira em questão. A despeito disso, nos últimos tempos, diversos adjetivos provenientes do inglês têm tido livre trânsito entre os falantes do português do Brasil, contrariando a afirmação feita por Sandmann (1992, p. 74) de que “a entrada de adjetivos como *esnobe* e *bigue* são exceções e bem raras”.

Nesse sentido, *beat* (“Os três [Jack Kerouac, Allen Ginsberg e William Burroughs] lideraram a geração beat, que, nos anos 50, confrontou a hipocrisia americana e a cultura de massa” – *Época*, 01.11.2010, p. 128), *big* (“Uma sensualidade chique atravessa as 22 páginas do produto [calendário Pirelli] que será lançado numa big festa na quinta-feira 18, no Rio” – *Isto É*, 17.11.2004, p. 79)²⁰, *clean* (“Na contramão da estética *clean* vigente, *Amarelo manga* é uma espécie de ‘filme-viagra’” – *Jornal do Brasil*, Programa, 15 a 21.08.2003, p. 12/“Na Gestos, como na maioria dos espaços que oferecem aulas de pilates, ioga e afins, a música é suave – em geral jazz, bossa nova ou algo do gênero –, a decoração é *clean* e o espaço, perfumado” – *Veja*, *Veja Rio*, 30.07.2003, p. 9), *cool* (“Um grupo de alemães identifica-se como neonazista e costuma irritar os frequentadores [de um bar virtual recém-aberto] mais *cool*” – *O Globo*, *Ela*, 09.09.2000, p. 5/“Você se acha uma mulher Armani só porque é chique e *cool*?” – *O Globo*, *Ela*, 29.03.2003, p. 6), *cult* (“Candidato a filme *cult*” (tít.) – *Jornal do Brasil*, Programa, 26.09 a 02.10.2003, p. 8/“O novo canal Retro e o Boomerang investem em séries *cult* e desenhos” (subtít.) – *Isto É*, 27.08.2003, p. 98), *dark* (“Todos concordam que o terceiro Potter, tanto no livro quanto nas telas é mais *dark*” – *Folha de*

²⁰ Como oportunamente observa Neves (2003, p. *big*), “é adjetivo inglês que significa ‘grande’ e que é usado, em português (especialmente na linguagem oral), na mesma posição que tem no inglês, isto é, anteposto ao substantivo, posição que não é a que os adjetivos têm, em geral, no português. O uso é enfático.” Em inglês, somente em alguns poucos casos, adjetivos aparecem pospostos ao substantivo ao qual se referem, como salienta Martinez (2003, p. 14): “A palavra *light* aplicada a marcas de comida e bebida (...) é um dos raríssimos exemplos em inglês em que um adjetivo vem depois do substantivo. Para qualquer outro uso, a palavra *light* vinha antes da palavra, como é o padrão em inglês (...). Outro exemplo desse fenômeno seria o uso de *free* como nos termos *frost free* e *duty free*.”

São Paulo, Folha Ilustrada, 04.06.2004, p. E1), *diet* (“No campo das sobremesas, também é possível entregar sem perder a linha, com opções como o Definitivamente-estou-de-dieta, uma tortinha de ricota sem açúcar com passas e coberta de geleia diet de frutas vermelhas” – *Jornal do Brasil*, Programa, 13 a 19.02.2004, p. 35. Também a forma *antidiet* foi encontrada: “Por lá [a casa noturna Bonsucesso Blues], passam figuras como Murchinho, primo-problema de Etcétera, o autor-narrador e muitas mulheres, na fartura antidiet que o subúrbio pratica” – *O Globo*, Prosa & Verso, 22.10.2011, p. 4), *fake* (“As criações são em couro *fake*” – *Jornal do Brasil*, 09.02.2003, p. B9/“Vá lá que a Estátua da Liberdade é *fake*, mas a inauguração do New York City Center, na noite de anteontem, encheu de orgulho os moradores da Barra, felizes com a promoção de sua Miami dos trópicos à filial da Big Apple” – *O Globo*, 05.11.1999, p. 18/“Os berços ficam em uma espécie de palco, com direito a luzes espalhadas e uma janela *fake* em cima” – *O Globo*, Revista O Globo, 27.11.2011, p. 48), *fashion* (“No ano passado, o lendário designer francês [Yves Saint-Laurent] comoveu o mundo *fashion* ao se aposentar depois de mais de quatro décadas de carreira” – *Jornal do Brasil*, Caderno B, 15.02.2003, p. B7/“No capítulo que irá ao ar dia 15 de abril, ela [Betty, personagem da novela *Betty, a feia*] trocará os óculos de lentes grossas por outros de armação mais leve e moderna. O figurino também ficará mais *fashion*” – *O Globo*, Revista da TV, 30.03.2003, p. 9), *gospel* (“Só no ano passado, o mercado gospel movimentou aqui R\$ 1,5 bilhão” – *O Globo*, Revista O Globo, 13.11.2011, p. 9), *hippie* (“Para narrar um confronto de três gerações de mulheres de uma família em ‘Paz, amor e muito mais’, Beresford contou com o humor de Jane Fonda no papel de uma avó *hippie* que se adapta aos novos tempos” – *O Globo*, Segundo Caderno, 12.10.2011, p. 6), *light* (“A trilha da Pedra Bonita, na Floresta da Tijuca, é *light* e rápida, uns 40 minutos andando” – *Jornal do Brasil*, Programa, 10.08.2001, p. 27/“Editoras como a Ediouro, com sua coleção *Clássicos para o jovem leitor*, trazendo obras famosas de todos os tempos, ou a Scipione, que acaba de lançar *Hamlet*, de Shakespeare, em versão *light* amaciada por Telma Guimarães Castro Andrade, vão ao encontro da ideia de oferecer literatura de qualidade ao público infanto-juvenil” – *Isto É*, 19.03.2003, p. 94/“Nas poltronas, dividindo latinhas de refrigerante *light*, acomoda-se um plantel de supercraques, astros do time que os espanhóis, orgulhosamente, chamam de ‘intergalático’” – *Veja*, 10.12.2003, p. 130/“A festa tinha também comidas *light* em dois bufês, onde as pessoas se serviam em pratos bem pequenos” – *O Globo*, Segundo Caderno, 09.10.2011, p. 5), *nerd* (“É no calor do écran que ele [o dire-

tor Tim Burton] chora suas mágoas de moleque *nerd*, sublimando frustrações da infância em imagens de beleza e candura irrefutável, mas inadequadas à proposta do longa” – *Jornal do Brasil*, Programa, 20 a 26.02.2004, p. 5/“Sujeito [Andy Stitzer, o protagonista do filme *O Virgem de 40 anos*] com uma vida encaminhada (...), ele mantém alguns hábitos *nerds* como colecionar revistas em quadrinhos e bonecos de heróis” – *O Globo*, Revista da TV, 09.10.2011, p. 21), *nonstop, pop* (“A erudição pop de Eco” (tít.) – *O Globo*, Prosa & Verso, 29.10.2011, p. 6/“Banda [Vanguard] faz show hoje no Rio para lançar seu terceiro álbum, no qual reúne canções de amor, mais leves e pop, longe das cores depressivas que deram o tom do disco anterior” (subtít.) – *O Globo*, Segundo Caderno, 04.10.2013, p. 2/. “O padre [Reginaldo Manzotti], definitivamente, é pop” – *Época*, 25.04.2011, p. 98/. Também a forma *pop-divertido* foi achada: “A exposição de fotos de Ivan Cardoso (...) é um passeio pelo Rio desbundado dos anos 70 e 80. (...) É pop-divertido” – *O Globo*, Segundo Caderno, 08.10.2011, p. 5), *sexy* (“Ousado, conceitual e, de certa forma, subversivo, o estilista [André Camacho] apresentou uma coleção sexy, com peças inspiradas nos jogos de Vale Tudo” – *Jornal do Brasil*, Caderno B, 08.02.2003, p. B7/“O que torna você sexy?” (tít.) – *Veja*, 21.01.2004, p. 74-5)/“A revista gay ‘Junior’ realiza em seu site a eleição dos dez homens mais sexies do Brasil” – *O Dia*, 26.11.2011, p. 50), *teen* (“Empresas atuam no mercado *teen* para fidelizar clientes” (tít.) – *Gazeta Mercantil*, Gazeta do Rio, 14,15,16.04.2000, p. 2/“Sem fazer alarde [a atriz Priscila Fantin], vai cativando o coração dos meninos. É um charme discreto, bem teen” – *O Globo*, Planeta Globo, 26.12.1999, p. 4/“O mundo sem emoção de um astro ‘teen’” (tít.) – *O Globo*, Segundo Caderno, 07.10.2011, p. 2), *trash* (Fidel, Itamar e Newton Cardoso... que elenco *trash* maravilhoso!” – *O Globo*, Segundo Caderno, 05.07.1999, p. 8/“É para isso que o festival apresenta a mostra Loucos Por Cinema, uma seleção preparada pelo ator José Wilker para homenagear esses sujeitos que fazem filmes do jeito que dá, sem se intimidar pela falta de recursos ou o medo de ser *trash*” – *O Globo*, Suplemento Publicitário (Festival do Rio 2003), 20.09.2003, p.16/“Ela [a programação da Casa da Matriz durante o carnaval] começa na sexta, com uma edição especial da *Brazooka*, com os DJs Janot e Wella no comando de uma hora de música trash misturada a marchinhas” – *Jornal do Brasil*, Programa, 20 a 26.02.2004, p. 42), *underground* (“O ator [Horácio Camandule], que exhibe um ar sombrio no filme (...), saiu da cena *underground* de Montevideu, onde atuava em comédias em pé” – *O Globo*, Segundo Caderno, 22.08.2009, p. 2. Também a forma *sexy-undreground* foi registrada: “Depois do lançamento de

‘Elvis e Madonna’ numa noite de swing do Centro, agora é o longa ‘A novela das 8’ (...) que ocupa espaço sexy-underground para comemorar a estreia no Festival do Rio” – *O Globo*, Segundo Caderno, 08.10.2011, p. 5), além de expressões ou de siglas eventualmente empregadas com valor adjetival – *fulltime* e *VIP*²¹, por exemplo – já se incorporaram à linguagem de muitos brasileiros. Nem sempre, entretanto, se trata de adjetivos em sentido restrito. Alguns dos vocábulos anteriormente mencionados funcionam também, em alguns casos, como substantivos no inglês, mas, em virtude de uma particularidade gramatical dessa língua, mudam de classe ao serem antepostas a outro substantivo.

Até as preposições inglesas *in* (“O interior nunca esteve tão *in*” – *Época*, 07.04.2003, p. 75/“Se o crime ocorresse na periferia de São Paulo, talvez não tivesse tamanha repercussão. Perturbador é exatamente isto: o duplo assassinato não ocorreu na zona cinzenta da marginalidade e da exclusão social. Os três cúmplices são legítimos representantes da inclusão, *In*.” – *Jornal do Brasil*, 16.11.2002, p. A11) e *out*, a exemplo do que ocorre nos EUA, já são usadas no Brasil como qualificativos, significando, respectivamente, algo similar a “moderno”, “atual”, “positivo” e “antiquado”, “ultrapassado”, “fora de moda”. Quanto à preposição *by*, de idêntica procedência, aparece com valor de preposição mesmo (“Marcado para o final da tarde, o casamento terá decoração 100% balinesa *by* Stilo Ásia, com *lounges* para os 200 convidados espalhados entre o altar e o jardim” – *Jornal do Brasil*, Caderno B, 17.02.2003, p. B3), numa cla-

²¹ *Very important person* (pessoa muito importante) é seu significado completo. A sigla chega até a se flexionar em número, como alguns dos exemplos seguintes poderão comprovar: “Os donos de apartamentos no Golden Green formam uma seleção do mundo vip carioca – os craques Romário e Ronaldinho, os monarcas das quentinhas Ariadne e Jair Coelho, o banqueiro Salvatore Cacciola, o técnico Carlos Alberto Parreira, a apresentadora Xuxa, o cantor Jorge Benjor e o empresário José Isaac Perez (proprietário do empreendimento e da cobertura de 900 metros quadrados), além de donos de supermercados, empresas de ônibus e de seguro-saúde” – (*O Globo*, 14.11.1999, p. 27), “Ontem, [o lavrador Rogério Ferreira] embarcou em um ônibus com outros 18 parentes rumo a Brasília para participar da posse de ninguém menos que o presidente eleito da República, o tio Luiz Inácio Lula da Silva. Rogério é um dos convidados vips da família Silva que prestigiará o evento” – (*Jornal do Brasil*, 30.12.2002, p. A3), “Cerimonial de Lula bate cabeça e constrange seus convidados vips” (subtít.) – (*Época*, 31.03.2003, p. 59), “Plateia vip e convidados idem para uma sessão *privé* de *Deus é brasileiro*, que vem fazendo uma das maiores bilheterias do cinema nacional” – (*Jornal do Brasil*, Caderno B, 13.02.2003, p. B3), “Há um próspero e voraz mercado aberto para famosos de todas as estirpes, o de presença vip” – (*Istoé*, 10.12.2003, p. 66) e “Para facilitar a vida dos executivos, a casa montou uma sala vip, com capacidade para 16 pessoas” – (*Jornal do Brasil*, Programa, 29.08 a 04.09.2003, p. 15). Martínez (2003: 33) informa ainda que, no idioma de origem, “o uso da expressão é quase igual em português, salvo pela pronúncia, que em inglês é ‘vi-ai-pi’, como as letras do alfabeto. Um americano ou britânico não iria entender ‘vip’.”

ra demonstração de que a influência do inglês alcança também setores do léxico mais identificados com a gramática do português brasileiro. Já *off* (“Semanas atrás, gravou e postou na web um vídeo de pouco mais de três minutos em que folheia a nova obra, permitindo que o espectador a veja por dentro, enquanto faz uma narração reveladora em *off*” – *O Globo*, Segundo Caderno, 09.10.2011, p. 1), “palavra gramatical inglesa us. para indicar separação ou distanciamento físico” (HOUAISS & VILLAR, 2009, *off*), não apenas recebeu registro lexicográfico como é utilizada na formação de novas unidades léxicas em português, conforme se vê nesta passagem: “De escaladas nos principais cartões-postais a festas em que o samba não tem vez, não faltam opções *off*-folia” (subtít.) – *O Globo*, 22.02.2004, p. 17. Por sua vez, um pronome pessoal inglês – *it* – passou para o português com o sentido de “encanto pessoal”, “magnetismo”, “charme”. Acompanhando uma tendência da própria língua inglesa, igualmente em português começou-se a utilizar a forma verbal auxiliar *must* com valor substantival, significando “nova moda”, “algo novo e bom” (“Promete ser um *must* o livro de memórias que André Jordan, o brasileiro que tanto sucesso faz em Portugal, vai escrever para marcar seus 70 anos, em 2005” – *Jornal do Brasil*, Caderno B, 12.02.2003, p. B3)²².

Quando se fala em mudança linguística, contraposição possível de ser feita envolve os termos *evolução/deriva* (*drift*, segundo Sapir) de um lado, e empréstimo de outro. A primeira noção corresponde às transformações gradativas e inevitáveis sofridas por uma língua em sua história interna, as quais decorrem “do contato entre as variedades da própria língua e do dinamismo das relações sociais” (ZILLES, 2004, p. 155). Já o empréstimo constitui um fato pontual e estanque. Um elemento linguístico que não fazia parte de um idioma, graças a uma influência externa, a um contato entre línguas diversas, acaba por se incorporar a um novo ambiente linguístico. Evolução e empréstimo, quando associados, podem representar a causa do surgimento de formas convergentes, como ocorre em *manga* (“parte da roupa que cobre os braços”, o resultado da evolu-

²² Algo semelhante se deu com o substantivo *lavabo*, originalmente a forma verbal latina correspondente a *lavarei*, e com a interjeição *heureka*, que, inicialmente, apresentava em grego o sentido de *achei*. Os substantivos *déficit*, *habitat* e *superávit* também eram formas verbais do latim na origem, significando, respectivamente, *falta*, *habita* e *sobrou*. Na área jurídica, a expressão latina *hábeas-data* (*tenha dados, informações*) identifica uma ação que permite ao indivíduo o livre acesso a informações relativas a sua própria pessoa.

ção do latim *manica*) e *manga* (“fruto da mangueira”, um empréstimo do malaiala).

Na segunda metade do século XIX, linguistas conhecidos como neogramáticos procuravam explicar a mudança fonológica por meio das chamadas leis fonéticas, que atuavam de forma regular e constante, exceto nos casos em que se dava analogia ou empréstimo, pois, como se sabe, vocábulos “que entram para uma língua depois que uma mudança de som parou de operar não são por ela atingidos” (ROBINS, 1977, p. 324).

Na investigação do léxico de uma língua, o chamado método *palavras e coisas*, proposto no século XIX por R. Meringuer e H. Schuchardt, também leva em conta a noção de empréstimo. É fato inconteste que muitas palavras, ao se transferirem de uma língua a outra, o fazem acompanhando o objeto que designam, causando, no povo receptor da novidade, um enriquecimento cultural (material) e linguístico a um só tempo. Tal situação propicia o estudo conjunto tanto das palavras quanto das coisas por elas designadas.

Para Thomason e Kaufman *apud* Clements (1994, p. 43), estudiosos das questões concernentes ao contato entre línguas, “empréstimo é a incorporação de traços de uma língua-fonte na língua nativa de uma comunidade, a língua *receptora*, desencadeada pelos falantes desta língua.” Ainda segundo os autores *apud* Clements (1994, p. 43),

Os empréstimos lexicais podem ocorrer sem que se verifique uma situação de bilinguismo muito alargada, mas os empréstimos estruturais sistemáticos requerem geralmente que o bilinguismo na comunidade de falantes da língua nativa se verifique durante um substancial período de tempo.

Muitos autores usam o fato de um item lexical estrangeiro não apresentar correspondentes vernáculos como justificativa para a aceitação de uma unidade léxica alienígena. No entanto, a questão da sinonímia é mais controvertida e polêmica do que pode parecer à primeira vista. A existência de sinônimos perfeitos é altamente questionável, quer entre palavras de uma mesma língua, quer entre palavras de línguas diferentes. Como oportunamente observa Fiorin (2004, p. 120), “é preciso considerar que, se, do ponto de vista do sistema, certas formas estrangeiras têm correspondentes exatos em português, do ponto de vista do uso, a língua não tem formas vernáculos ou emprestadas que sejam correspondentes perfeitos”. Assim, as unidades léxicas *sale*, *delivery* (“Alguns dos pratos do restaurante estão disponíveis no serviço de delivery” – *Jornal do Brasil*, Programa, 30.01 a 05.02.2004, p. 46), *coffee break*, *snack bar* e *shopping center* denotam modernidade e requinte, características au-

sentes nas formas *liquidação*, *entrega em domicílio*, *pausa/intervalo para o café*, *lanchonete* e *centro comercial*, muito embora cada elemento constituinte dos pares anteriores possa, teoricamente, ser associado ao mesmo referente. Apesar desse fato inegável, a distinção entre *ampliação* e *enriquecimento lexical*, proposta por Borba (2003, p. 82) relativamente às palavras criadas com recursos da própria língua, também parece poder ser aplicada ao caso dos neologismos por adoção. Para o autor, “o léxico se amplia pela simples criação de novas palavras e se enriquece quando as palavras são criadas para novas necessidades de comunicação”. Ainda que não se negue a existência de nuances significativas entre *pausa para o café* e *coffee break*, o uso dessa expressão inglesa jamais poderá ser justificado como no caso de *scanner*, por exemplo, que, de alguns anos a esta parte, tornou-se de uso generalizado entre falantes do português brasileiro em função da recente utilização desse novo aparato tecnológico, desconhecido até algum tempo atrás. No português atual, muitos itens lexicais nativos ou nativizados convivem com outros francamente estrangeiros, sem que expressivas diferenças *exclusivamente* significativas existam. (cf. *boxeador* ou *pugilista/boxer* ou *boxeur*, *faroeste*/*western*, *senhora*/*madame*, *roteiro/script*, *estação/gare* (em desuso), *programa/software*, *franquia/franchising*, *assalto/round*²³, *nado livre/crawl* e *pré-estreia*²⁴/*avant-première*.)

Verifica-se também o caso de a convivência entre lexemas vernáculos e peregrinos propiciar o surgimento de diferenças significativas entre os elementos em questão. A esse respeito, mencione-se o exemplo do persa, que, para muitos vocábulos de origem árabe, apresenta igualmente um congênere de proveniência indo-europeia. Da mesma forma, o inglês, em certas situações, ao lado de um item léxico nacional, exhibe ainda um correspondente francês, via de regra mais refinado, intelectual, elevado ou nobre do que seu correspondente nativo. Nesse sentido, os lexemas vernáculos *ox* (“boi”), *calf* (“bezerro”), *swine* ou *pig* (“porco”), *sheep* (“carneiro” ou “ovelha”) referem-se aos animais no pasto, vivos, enquanto as formas *beef*, *veal*, *pork* e *mutton*, respectivamente, indicam o nome

²³ A título de informação, mencione-se que a forma inglesa é usada em 55% dos casos – cf. Neves (2003, *assalto*). No seguinte trecho, extraído da imprensa escrita, os dois itens lexicais aparecem: “De qualquer forma, este é mais um round na batalha que católicos e evangélicos vêm travando desde meados dos anos 90. E esse assalto parece ter sido vencido pelos discípulos de Edir Macedo.” – *Isto É*, 21.04.2004, p. 40.

²⁴ A título de informação, mencione-se que a forma portuguesa, proposta, segundo Ferreira (2010: *pré-estreia*), por Nélson Vaz, é usada em 95% dos casos – cf. Neves (2003, *avant-première*).

de suas carnes, fato bastante conhecido, mencionado inclusive no primeiro capítulo do romance histórico *Ivanhoé*, de Walter Scott, num diálogo entre os personagens Wanba e Gurth. Além desses, outros grupos de palavras apresentam relação semelhante. (cf. *freedom/liberty*, *happiness/felicity*, *lonely/solitary*, *depth/profundity*, *help/aid*, *weep/cry*, *feed/nourish*, *hold back/retain*, *forgive/pardon*, *build/construct*, *storm/tempest* e *birthday/anniversary*.) Störig (1987, p. 169) lembra ainda que

A mesma coisa se verifica nas denominações dadas aos artesãos: as profissões simples, universalmente conhecidas, são em inglês: *baker*, *miller*, *shepherd*, *shoemaker*. Manufaturas “mais refinadas”, destinadas, por assim dizer, às pessoas de posse, têm denominações francesas: *painter*, *tailor*, *sculptor*.

Por outro lado, o seguinte

exemplo ilustrará as manifestações do prestígio do inglês na língua alemã contemporânea: o de *shop*, que em inglês designa “qualquer loja”. Em alemão, o sentido se restringiu em “loja elegante e característica, geralmente pequena e onde normalmente vendem-se roupas”. Em outras palavras, exatamente o que o inglês chama de *boutique*, de uma palavra que foi emprestada do francês. Assim, parece que a palavra vinda de fora é que tem sempre mais prestígio (WALTER, 1997, p. 282).²⁵

É possível perceber fatos semelhantes aos anteriores na modalidade de brasileira do português. A esse respeito, considerem-se estes exemplos: *livro/book* (catálogo de fotos dos modelos/“Utilizando a mesma tática de Francisco de Assis Pereira, o maníaco do Parque de São Paulo, segundo a acusação, ele [Natalício Martins] seduzia as moças com promessas de que montaria um *book* de fotografias delas e as encaminharia a empresários de modelos” – *O Globo*, 03.07.1999, p. 11; “Coincidência: a Dirce da novela vai virar modelo; Luciele [Di Camargo] também acaba de entrar para uma agência, com direito a book e tudo” – *Veja*,

²⁵ No entanto, o contrário também acontece, como se lê em Ullmann (1977, p. 484): “A xenofobia (...) cobriu algumas palavras estrangeiras com um sentido depreciativo. O alemão Ross ‘cavalo, corcel’, deu o francês *rosse* ‘cavalo débil (...)’, e o holandês medieval *boeckin* ‘livrinho’ deu o francês *bouquin* ‘livro velho, livro sem valor’, embora na linguagem familiar este termo esteja agora liberto de quaisquer significações desfavoráveis. O português *palavra* tornou-se *palaver* (palavreado, tagarelice oca) em inglês.” O autor (1977: 279-80) fornece ainda outros exemplos: “As tonalidades emotivas das palavras estrangeiras nem sempre são favoráveis; em muitos casos são distorcidas por xenofobia ou por tendência ‘chauvinista’, e isso pode ter como resultado uma depreciação permanente do significado. Assim, o verbo vulgar espanhol para a ideia de ‘falar’, *hablar*, foi recebido em francês como *hâbler*, ‘gabar-se, (...) gargantear’, enquanto que os espanhóis adotaram o francês *parler* ‘falar’ sob a forma de *parlar* e deram-lhe o sentido de ‘tagarelar’.”

30.07.2003, p. 67, *apartamento/flat* (apartamento dotado de serviços de hotel/“O navio-residência oferece confortos de um flat, como refeições em um dos quatro restaurantes de bordo ou então, mais exclusivo ainda, os serviços de um dos chefs de plantão para preparar o jantar em casa” – *Veja*, 14.11.2001, p. 60, *armário/closet* (armário espaçoso, uma extensão do quarto/“Na 36ª, mudança de apartamento de sua vida, há dois meses, Danuza Leão fez a limpa no closet” – *O Globo*, Revista O Globo, 27.11.2011, p. 36, *acontecimento/happening* (evento original e/ou sofisticado/“Durante o *happening*, Alexandre vai convidar o público a se enroscar com ele em 700 metros de plástico-bolha” – *O Globo*, Revista O Globo, 20.11.2011, p. 23, *papel/paper* (modalidade de trabalho acadêmico), *desenho/design* (desenho ou concepção de produtos sofisticados/“Quer provar? Então prepare-se: cada caixinha [de chá], com design lindo e 15 sachês 100% biodegradáveis custa, em média, R\$ 60” – *O Globo*, Zona Sul, 13.10.2011, p. 43; “O livro também destaca outras revistas com design inovador surgidas na década, como a paulista ‘Arlequim’ e a baiana ‘Arco & Flecha’” – *O Globo*, Prosa & Verso, 04.02.2012, p. 2, *desenhista/designer* (profissional que planeja e executa projetos de produtos sofisticados/“A alegoria que acompanhou a comissão de frente da escola, construída pela designer Adriana Lima, surpreendeu o público” – *O Globo*, Carnaval 2004, 24.02.2004, p. 13; “Os designers Marcelo Lima e Bernardo Senna foram além e desenharam uma cadeira como tributo aos adorados discos” – *O Globo*, Revista O Globo, 13.11.2011, p. 50, *anfitrião/host* (profissional que recebe e entretém hóspedes ou convidados), *leve/light* (ligado às ideias de saúde, de bem-estar e de comportamento moderado/“De olho no queijo dos domingos, Ratinho promete ficar mais ‘light’ em 2004” (subtít.) – *Veja*, 17.12.2003, p. 202, *promotor/promoter* (relações públicas de casa noturna ou de outro estabelecimento comercial requintado/“À noite, a luz cai e aumentamos o volume do som’, explica o promoter [do Bistrô do Livro] Mariano Ferreira” – *Jornal do Brasil*, Programa, 13 a 19.02.2004, p. 16, *rato/mouse* (periférico de computador), *bebida/drink ou drinque* (bebida alcoólica, muitas vezes, preparada com frutas/“Os drinques são criações do barman Fabiano Dias, que tem passagens pelo Zuma, em Londres” – *Jornal do Brasil*, Programa, 19 a 25.03.2004, p. 17, *misturador/mixer* (moderno eletrodoméstico), *regador ou irrigador/sprinkler* (mecanismo antifogo colocado no teto das construções)/“Os andares [do edifício 409 da Avenida Presidente Vargas] haviam passado por reformas, mas alguns nem tinham *sprinklers*” – *Jornal do Brasil*, 27.02.2004, p. 1, *ponto/point* (local badalado de encontro e de reunião de pessoas)/“O bairro [de Ipa-

nema] ganhará placas e estrelas douradas, identificando os principais points” – *Isto É*, 30.07.2003, p. 47; “Afastado do centro nervoso da cidade e com área segura para parar motos. Esta combinação está transformando o Restaurante Popular Radialista Jorge Curi, no Maracanã, em point de motoboys na hora do almoço” – *Extra*, 11.05.2003, p. 10; “A praça Antônio Raposo, no Centro de Araruama, é um dos *points* da cidade desde o final de dezembro” – *Extra*, 28.03.2004, p.10, *sentimento/feeling* (percepção, intuição), *jogo/game* (jogo eletrônico ou programa televisivo de competições)/“Em abril ou maio, Gilberto Barros ganhará outro programa, um ‘game’, e Roberto Cabrini, o semanal ‘60 minutos’, de reportagens investigativas” (subtít.) – *O Globo*, Revista da TV, 23.03.2003, p. 10; “A nova safra de games tem aventuras e simulação de voo e de corrida para quem quer mais uma desculpa para não sair de casa” (subtít.) – *Isto É*, 30.07.2003, p. 80; “Roubadas de bola, gols e assistências são alguns dos quesitos que valem pontos no game” – *O Globo*, Revista O Globo, 20.11.2011, p. 24, *excursão/tour* (viagem sofisticada, geralmente ao exterior), *bicicleta/bike* (bicicleta moderna, geralmente para a prática de esportes)/“Como grande parte dos jovens das grandes cidades, ele [o estudante André Tarantino] tem medo de andar de bike pelas ruas e evita até mesmo ir ao parque perto de sua casa” – *Isto É*, 19.11.2003, p. 94; “Da bike ao avião” (tít.) – *O Dia*, Motomania, 08.05.2004, p. 1. Também o substantivo *biker* já está sendo usado: “Patinadores e bikers vão no rastro dos skatistas, que ficam com toda visibilidade” (subtít.) – *O Dia*, Ataque, 08.05.2004, p. 5. No seguinte trecho, os dois lexemas (*bicicleta* e *bike*) aparecem: “Empreendedor, ele havia comprado seis bicicletas para levar visitantes da Chapada dos Veadeiros a cachoeiras de águas cristalinas. Há pouco tempo as vendeu para comprar novas bikes, mais apropriadas a trilhas” – *O Globo*, Prêmio Faz Diferença, 14.01.2012, p. 10²³, *cogumelo/champignon* (cogumelo comestível)/“A receita leva linguiça de javali, *champignons*, mozzarella e alho frito” – *O Globo*, Revista O Globo, 13.11.2011, p. 59, *especialista/expert* (especialista em temas ou em assuntos sofisticados)/“A paixão da estilista Daniela Kapeller é por matrioskas. Já possui mais de 30 em sua coleção e, como uma *expert* no assunto, explica: normalmente, elas se desdobram em seis peças, mas existem até com 30” – *O Globo*, Revista O Globo, 20.11.2011, p. 56, *verde/green* (campo de golfe)/“O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, seu filho, Silvio, e um sobrinho escaparam, ontem de manhã, de um tiroteio entre seguranças do Gavea Golf e marginais que tentavam invadir o *green* do clube, em São Conrado, informa Hildegard Angel em sua coluna” – *O Globo*, 05.07.1999, p. 1, *preto* ou

negro/black (moeda estrangeira comercializada, de forma ilegal, no mercado paralelo), *quarto/chambre* (espécie de roupão), *estréia/première* (como informa Neves (2003: *première*), “embora exista em português o substantivo **estreia**, a palavra francesa **première** é usada para designar a primeira apresentação – geralmente de gala – de um espetáculo teatral ou cinematográfico”), *onda/ola* (espécie de comemoração feita pelos torcedores em estádios) e *família/famiglia* (família mafiosa ou criminosa)/“Conde vislumbra fim da ‘famiglia’ Alencar” (tít.) – *Jornal do Brasil*, 15.11.1996, p. 4. Às vezes, a diferença básica encontra-se no nível de formalidade apresentado por duas expressões, como em *jogo de cintura/savoir-faire* e *banheiro/toilette* (*toailete*).

Pelo exposto até o momento, percebe-se que, de maneira geral, os estudos relativos aos empréstimos linguísticos têm sido realizados, basicamente, levando em conta a capacidade de ampliação lexical dessas palavras, ou seja, o que tem prevalecido é a investigação sistemática do binômio empréstimo/neologismo. Essa não é, entretanto, a única possibilidade a ser considerada. Conforme assinalou Bréal (1992, p. 183),

Toda nova palavra introduzida na língua causa nela uma perturbação análoga à de um ser novo introduzido no mundo físico ou social. É preciso algum tempo para que as coisas se acomodem e se arranjem. No início, o espírito hesita entre os dois termos; é o começo de um período de flutuação.

Assim, sob a perspectiva variacionista, os empréstimos apresentam a prerrogativa de motivar o aparecimento de formas a ele concorrentes na língua receptora. A novidade passa a funcionar, então, como alternativa ao empréstimo. Exemplos desse processo encontram-se nos seguintes pares: *franchising/franquia*; *home page/página*; *software/programa*; *black music/música negra*; *designer/estilista*; *e.mail/correio eletrônico*; *hot dog/cachorro-quente*; *sex shop/loja de produtos eróticos*; *long board/pranchão*; *motoboy/motoqueiro*; *stress/estresse*; *drink/drinque*; *clip/clipe* etc.

Numa reportagem de jornal, lê-se que “vem do bairro do SoHo, em Nova York, um estilo de moradia que está conquistando o mundo inteiro: o *loft*, que privilegia a integração dos ambientes da casa” (*O Globo*, Morar Bem, 02.07.2000, p. 25). Sobre o mesmo tema, há esta outra: “Como nos tempos em que surgiu em Nova York, o *loft* continua atraindo quem precisa de um espaço em casa para trabalhar” (*Veja*, Veja Rio, 03.03.2004, p. 15). Já a seguinte nota veicula a informação de que “uma agência de propaganda, a Recall 3, começa a vender este mês, espaço publicitário nos tetos dos ônibus que circulam no Rio. Será a primeira

experiência do gênero no Brasil. Grande como um outdoor, a novidade, para ser contemplada do alto dos edifícios, surgirá no mercado com o nome que foi lançada em Nova York, “insidebus” (O *Globo*, 07.03.2001, p. 23). Por sua vez, matérias de revistas semanais esclarecem que “a proposta das *flashmobs*, reuniões-surpresa sem objetivo definido, é juntar multidões num ato rápido e bizarro. A mania começou em Nova York e logo atingiu as grandes capitais” (*Época*, 18.08.2003, p. 72) e que “Blog é uma forma contraída de *weblog*, nome da versão eletrônica dos antigos diários pessoais. (...) A mania, que surgiu nos Estados Unidos, já tem mais de um milhão de adeptos ao redor do mundo – 60 000 deles no Brasil” (*Veja*, 05.06.2002, p. 88). Por fim, uma outra reportagem informa que “os skates surgiram na década de 70, nos Estados Unidos (...)” (*Veja*, 11.02.2004, p. 98). Os textos anteriores fornecem pistas importantes acerca da causa principal para a ocorrência de empréstimos, a qual também se encontra expressa na seguinte frase do poeta latino Horácio (65 – 08 a.C.): *Verba sequuntur rem* (As coisas são seguidas pelas palavras). É razoável supor que o criador de determinada técnica, arte, moda ou produto nomeie os frutos de seu engenho utilizando sua própria língua materna. O povo que recebe a influência cultural acaba assimilando também a linguística, consoante explica Bréal (1992, p. 172):

Os objetos úteis à vida, os instrumentos das ciências e das artes, assim como as concepções abstratas que consolidam e afinam o sentido moral, não se inventam duas vezes, mas se propagam pelos povos, para tornarem-se o bem comum de todas as nações. Parece, pois, legítimo conservar seus nomes.

Na verdade, nos dias que correm, graças ao elevado poder de penetração da língua inglesa no mundo, mesmo inventos, técnicas e produtos criados por povos falantes de outros idiomas acabam, muitas vezes, recebendo designações em inglês, o que facilita a divulgação das novidades e igualmente contribui para uma difusão ainda maior da língua de Shakespeare entre a população do planeta.

O processo (empréstimo), é fácil perceber, não é meramente linguístico. A absorção de itens lexicais alógenos é, frequentemente, apenas uma das vertentes de um mecanismo mais amplo de ascendência cultural. Num idioma, a presença de uma unidade léxica estrangeira constitui, não raro, evidência clara de influência cultural anterior.

Como já foi dito, o fator prestígio também pode representar estímulo para o empréstimo. Quando empregam palavras pertencentes à língua de um povo considerado, de alguma forma, superior, muitos falantes sentem-se igualmente partícipes de uma realidade tida como mais nobre

do que a sua. Assim, pode-se dizer que necessidade e prestígio constituem elementos relevantes não só para o surgimento, mas também para a difusão de toda inovação linguística.

Deve-se considerar ainda que a aproximação entre povos de idiomas diferentes sempre acaba proporcionando transferências linguísticas, o que pode acontecer quando as populações em questão compartilham o mesmo território ou quando a influência é exercida a distância, situação bastante frequente na atualidade.

Países importadores de tecnologia como o Brasil, naturalmente, terminam por se tornar bastante receptivos a unidades lexicais estrangeiras. O português brasileiro – assim como as demais línguas do globo –, de algum modo, precisa oferecer a seus usuários a possibilidade de interferência em todos os setores da realidade. Se um povo não produz ciência e tecnologia, se determinada manifestação cultural, diretamente, não faz parte de seu cotidiano, ainda assim pode consumir ciência, tecnologia e cultura ou pode simplesmente falar sobre todas essas coisas. Tal situação apresenta duas facetas um tanto contraditórias e evidencia, de um lado, certo grau de deficiência por parte da comunidade cujo idioma acolhe material léxico alógeno, demonstrando também, de outro, a inserção dessa mesma comunidade num privilegiado grupo consumidor de técnicas modernas e de produtos sofisticados.

É preciso acrescentar que um item léxico alienígena também pode ser utilizado com propósitos expressivos. As palavras estrangeiras, muitas vezes, apresentam aquilo que Bally²⁶ denominou *poder evocativo*, nesse caso, a capacidade de remeter a determinado lugar ou meio socio-cultural, conferindo ao texto um toque de exotismo, de originalidade ou de *cor local*.

4. Conclusões

Por tudo o que foi referido até aqui, deve ficar claro que a ideia de empréstimo se encontra preferencialmente associada ao âmbito lexical – mais especificamente às palavras ditas culturais. Além disso, a função primordial do empréstimo – fato normal e corriqueiro em toda língua vi-

²⁶ Charles Bally (1865-1947), discípulo de Saussure, responsável, na primeira metade do século XX, juntamente com Leo Spitzer (1887-1960), pelo estabelecimento das bases teóricas da Estilística, disciplina ligada à Linguística que visa a estudar os conteúdos afetivos e subjetivos da linguagem.

va – é justamente ser uma das possibilidades de ampliação vocabular à disposição dos falantes – um tipo de neologismo, portanto –, como reconhece Rodrigues (2004, *empréstimo*) ao afirmar que “um grande fator de enriquecimento lexical para uma língua é o empréstimo”. Carvalho (2009, p. 37) vai além e informa tratar-se o empréstimo da “forma mais produtiva de renovação lexical na língua portuguesa, em sua vertente brasileira”.

Outra observação relevante é que, quando se fala em empréstimo, quase sempre se pensa em sistemas linguísticos distintos, mas o termo, por vezes, também é aplicado a transferências entre subsistemas de um mesmo idioma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Francisco. *Diccionario de lingüística de la escuela española*. Madrid: Gredos, 1986.

ALI, Manuel Said. O purismo e o progresso da língua portuguesa. In: _____. *Dificuldades da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957, p. 179-201.

ANDRADE, Ana Rebello de. A terminologia do empréstimo linguístico no português europeu: uma terminologia ambígua? In: DUARTE, Isabel Margarida *et al* (Orgs.). *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*. Porto: CLUP, 2002, p. 35-44.

ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.

ASSUMPÇÃO Jr., Antônio Pio de. *Dinâmica léxica portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

AUBERT, Francis Henrik. A interlíngua da tradução – um fator de risco? In: HENRIQUES, Claudio Cezar; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves (Orgs.). *Língua e transdisciplinaridade: rumos, conexões, sentidos*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 209-15.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. 2. ed. ampl. e atualiz. pelo novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BERGO, Vittorio. *Pequeno dicionário brasileiro de gramática portuguesa*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Glossário. In: *ALFA – Revista de Linguística*, 28 (supl.). São Paulo: UNESP, 1984, p. 135-44.

———. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. London: George Allen & Unwin, 1967.

BORBA, Francisco da Silva. *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo: UNESP, 2003.

———. *Pequeno vocabulário de linguística moderna*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. Coord. e rev. téc. da trad. Eduardo Guimarães. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Dispersos*. Nova ed. rev. e ampl. Org. Carlos Alberto Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

———. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico/INL/MEC, 1977.

———. *Princípios de linguística geral*. 7. ed. com atual. ortogr. Rio de Janeiro: Padrão, 1989.

CARDOSO, Wilton; CUNHA, Celso. *Estilística e gramática histórica: português através de textos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

CARVALHO, Nelly. *Empréstimos linguísticos*. Recife: Universitária da UFPE, 2002.

———. *Empréstimos linguísticos na língua portuguesa*. São Paulo: Cortez, 2009.

———. *Linguagem jornalística: aspectos inovadores*. Recife: Secretaria de Educação/Associação de Imprensa de Pernambuco, 1983.

———. *Princípios básicos de lexicologia*. 2. ed. rev. Recife: UFPE, 2011.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks, 2001.

CLEMENTS, J. Clancy. Efeitos dos processos de adoção de uma nova língua e de empréstimo linguístico na fonologia do português de Korlai. In: *Papia*, 3 (1). Brasília: UnB, 1994, p. 42-60.

CORREIA, Margarita. Terminologia, neologia e normalização: como tratar os empréstimos neológicos. In: *Terminómetro* [revista virtual], número especial: A terminologia em Portugal e países de língua portuguesa em África. Disponível em: <<http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2005>>. Acesso em: 12 set. 2012.

———; ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. *Neologia em português*. São Paulo: Parábola, 2012.

COUTO, Hildo Honório do. *O que é português brasileiro*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

———. Sítio de crioulistica da UnB. Disponível em: <<http://www.unb.br/il/let/crioul/contato.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

CRYSTAL, David. *A dictionary of linguistics and phonetics*. 4. ed. updated and enlarged. Oxford: Blackwell, 1997a.

———. *The Cambridge Encyclopedia of Language*. 2. ed. New York/Melbourne: Cambridge University Press, 1997b.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Os estrangeirismos da língua portuguesa: vocabulário histórico-etimológico*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.

DEROY, Louis. *L'emprunt linguistique*. Paris: Les Belles Lettres, 1956.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. 9. ed. Dir. e coord. ger. da trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.

DUBUC, Robert. *Manual de terminología*. 3. ed. corrig. y actual. Trad. Ileana Cabrera. Santiago de Chile: RIL Editores, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

FIORIN, José Luiz. Considerações em torno do projeto de lei nº 1676/99. In: FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Parábola, 2004, p. 107-25.

———. Prefácio. In: ——. (Org.). *Linguística? Que é isso?* São Paulo: Contexto, 2013, p. 7-11.

GALLISON, R.; COSTE, D. Concep., coord. e rev. *Dicionário de didática das línguas*. Coord. da trad. Fernanda Irene Fonseca. Coimbra: Almedina, 1983.

GARCÍA YEBRA, Valentín. *Teoría y práctica de la traducción*. 3. ed. rev. Madrid: Gredos, 1997, 2 v.

GIACOMOZZI, Gilio et al. *Dicionário de gramática*. São Paulo: FTD, 2004.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ILARI, Rodolfo. *Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras*. São Paulo: Contexto, 2002.

———. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 1992.

IORDAN, Iorgu. *Introdução à linguística românica*. Trad. Júlia Ferreira. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

JESPERSEN, Otto. *Language, its nature, development and origin*. London: George Allen & Unwin, 1949.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. Imprensa nikkei em língua portuguesa: o fenômeno da globalização e o caso da revista *Made in JAPAN*. In: ARAUJO, Gabriel Antunes de; AIRES, Pedro (Orgs.). *A língua portuguesa no Japão*. São Paulo: Paulistana, 2008, p. 51-65.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

LANGACKER, Ronald W. *A linguagem e sua estrutura*. Trad. Gilda Maria Corrêa de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1972.

LEITE, Marli Quadros. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

LÜDTKE, Helmut. *Historia del léxico románico*. Versión española Marcos Martínez Hernández. Madrid: Gredos, 1974.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário gramatical da língua portuguesa*. Porto Alegre: Globo, 1973.

MACEDO, Walmírio de. *Dicionário de gramática*. S/L: Ediouro, 1979.

MACHADO, Andréa. Índios guaranis entram na era da informática. *O Globo*. Rio de Janeiro, 25.11.1998, p. 17.

———. Isso, sim, é um autêntico programa de índio! ;-). *O Globo*. Rio de Janeiro, 30.11.1998, Informática etc., p. 6.

MARTINEZ, Ron. *Inglês made in Brasil: origens e histórias das palavras do inglês usadas no nosso português*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

NASCENTES, Antenor. *Léxico da nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1946.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. São Paulo: UNESP, 2003.

NEVEU, Franck. *Dicionário de ciências da linguagem*. Trad. Albertina Cunha; José Antônio Nunes. Petrópolis: Vozes, 2008.

PERINI, Mário A. *Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

PHILLIPSON, Robert. *Linguistic imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

PISANI, Vittore. *Linguistica generale e indeuropea*. Torino: Rosenberg & Sellier, [s.d.].

POSSENTI, Sírio. A questão dos estrangeirismos. In: FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Parábola, 2004, p. 163-76.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

ROBINS, Robert Henri. *Linguística geral*. Sup. da trad. Wilson Chrisóstomo Guarany. Porto Alegre: Globo, 1977.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas morfológicas do português*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Comunicação e cultura: a experiência cultural na era da informação*. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

RODRIGUES, Diego *et al.* (coord. edit.). *Larousse ilustrado da língua portuguesa*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2004.

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Trad. Antônio Chelini *et al.* São Paulo: Cultrix, 1969.

SECO REYMUNDO, Manuel *et al.* *Diccionario del español actual*. Madrid: Aguilar, 1999.

SIMÕES, Darcília. *Considerações sobre a fala e a escrita: fonologia em nova chave*. São Paulo: Parábola, 2006.

SPALDING, Tassilo Orpheu. *Dicionário brasileiro de gramática*. São Paulo: Cultix/INL, 1971.

STEINBERG, Martha. *Neologismos de língua inglesa*. São Paulo: Nova Alexandria, 2003.

STÖRIG, Hans Joachim. *A aventura das línguas: uma viagem através da História dos idiomas do mundo*. Trad. Glória Paschoal de Camargo. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

TAGLIAVINI, Carlo. *Orígenes de las lenguas neolatinas: introducción a la filología romance*. Trad. Juan Almela. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1993.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. Trad. Rodolfo Ilari. Rev. téc. Ingedore Villaça Kock; Thaís Cristófaros Silva. São Paulo: Contexto, 2004.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Trad. J. A. Osório. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

VIARO, Mário Eduardo. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994.

WALTER, Henriette. *A aventura das línguas no ocidente*: origem, história e geografia. Trad. Sérgio Cunha dos Santos. São Paulo: Melhoramentos, 1997.

ZILLES, Ana Maria Stahl. Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos. In: FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos*: guerras em torno da língua. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Parábola, 2004, p. 143-61.

LINGUAGEM E CULTURA

Maria Lucia Mexias-Simon (USS/CiFEFiL)
mmexiassimon@yahoo.com.br

RESUMO

Tratamos da língua como manifestação de uma visão do mundo e, ao mesmo tempo, como instrumento formador dessa mesma visão do mundo, num jogo de espelhos, em que a língua suporta e é suportada pela comunidade que a utiliza, isto é, o relacionamento da língua com seu usuário. A falta de conhecimento da época e lugar onde o discurso é produzido pode levar a distorções.

Palavras-chave: Pragmática. Língua e discurso. Lexicologia.

A palavra cultura, como muitas outras pode ser tomada em vários significados: refere-se à reverência aos deuses, ao trabalho do campo, opõe-se a barbarismo, pode ser tomada como volume de informações deitado por pessoa ou grupo de pessoas, como sinônimo de excelência em letras e artes, como erudição (cultura inútil). Tomemos, aqui, *cultura* no seu sentido antropológico: maneira como as pessoas usam os meios naturais para garantir sua sobrevivência, seu conforto, seu prazer. Não se fará nenhum julgamento de valor *a priori*, quanto à qualidade estética ou intelectual de arte, literatura etc.

A linguagem é, portanto, um dos traços culturais adquiridos (a par de outros, como religião, conduta etc.) em função de o indivíduo pertencer a determinada comunidade; não havendo, para isso, disposição inata, nem limitação física, como acontece com habitação, vestuário etc. Por outro lado, o indivíduo não cria a linguagem, faz uso daquela que a sociedade lhe transmitiu.

Cultura será o conhecimento que a pessoa tem em virtude de ser membro de determinada sociedade. Conhecimento, aqui, envolve o saber

prático, quanto a saber se algo deve ser feito de determinada maneira para melhor resultado, independentemente de sua veracidade real. Não se distingue, nesse momento, o saber teórico do saber prático, ou mesmo da chamada superstição. Não há limites nas diversas estruturas linguísticas. Por outro lado, os vocabulários não são isomórficos. Os esquimós não têm apenas *uma* palavra para neve; os aborígenes da Austrália só contam até quatro. Mesmo dentro de uma comunidade linguística, a codificação não é constante nem uniforme (Ex.: cara/rosto; ganhar neném/dar à luz/parir/descansar). Entre duas sociedades, haverá sempre um grau maior ou menor de justaposição. Só podemos codificar aquilo que conhecemos. Os próprios recursos do sistema permitem aos falantes aumentar a possibilidade de codificação, quando interessa, ou surge a necessidade, não sendo a língua uma finalidade em si mesma, mas, sim, um fator de expressão e comunicação social. É uma pauta sobre a qual se realizam os diversos atos de fala. É, também, acompanhamento de cada fato social, permitindo atuação dos membros da comunidade, uns sobre os outros. Daí o caráter mutante das línguas. Todas as línguas estão em mutação, só não mudam mais pelo peso da tradição (gramática e dicionário). Há elementos da língua mais resistentes às mudanças: as preposições, conjunções, flexões verbais. Já o inventário dos nomes e verbos está sempre em aberto. Ex.: laranja – falso proprietário; zebra – resultado inesperado; deletar – apagar. Esse enriquecimento provém de tecnômonos, gírias (linguagem grupal), estrangeirismos (Ex.: delivery etc.) e deslizar de sentido (Ex.: pisar na bola).

Essa criação de novas palavras, ou de atribuição de sentidos novos a palavras já existentes, denomina-se Neologia. É o processo de criação lexical que enriquece o vocabulário de uma língua. O elemento resultante desse processo, portanto, a nova palavra, denomina-se neologismo. Trata-se de um ato e de um fato social, formado por processos autóctones, ou por estrangeirismos, através de mecanismos diversos, inclusive o hibridismo (formação de palavras por elementos de línguas diferente) diacrônica e sincronicamente elaborado. Ex.: televisão, ultrassonografia etc.).

As culturas grega e latina têm sido fonte inesgotável para a formação de compostos eruditos, fornecendo radicais para os neologismos da linguagem técnico-científica, geralmente internacionalizados. Existem até terminólogos, encarregados de nomear as descobertas técnicas e científicas, de modo que o vocábulo se adapte bem ao fim desejado, sobretudo nas línguas ocidentais.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Tais termos visam a preencher lacuna lexicais e não só lexicais. (incluem-se, por exemplo, pronomes de tratamento. Ex.: brother, mer-mão, amigão etc.).

Para Humboldt, a diversidade entre as línguas não é só uma questão de sons e signos, é uma questão de visão do mundo, de diferentes perspectivas. Quando se passa de uma língua a outra, perde-se a perspectiva. Lacan diz que nenhuma linguagem pode dizer toda a verdade de outra linguagem, porque ambas são apenas elementos dispersos de uma linguagem inicial e onipresente, adaptados às condições geográficas.

Em relação ao que diz A. Schaff, observamos que talvez as pessoas possam libertar-se do subjugado do discurso a seu redor, mas não tão facilmente. As formas dos pensamentos de uma pessoa são controladas por inexoráveis leis de padrão, das quais ela é inconsciente. E cada língua é um vasto sistema, com padrão diferente de outros, no qual são culturalmente ordenadas as leis e categorias, mediante as quais a personalidade não só se comunica, mas também “analisa a natureza, nota ou negligencia tipos de relações e fenômenos, canaliza seu raciocínio e constrói a casa de sua consciência”. (PENNA, 1976, p. 82).

Partindo daí, temos o objeto da filologia – estudo de uma sociedade através de seus registros escritos (já que registros orais antigos não existem). Portanto, a primeira tarefa do filólogo é garantir a autenticidade do texto, por processos científicos. Uma vez autenticado o material de trabalho, esbarramos na dificuldade de passar a visão do mundo expressa em um idioma a outro idioma, que recorta outra visão do mundo.

Exemplo: *A República* de Platão (em grego *politeia*) não trata de república, tal como a conhecemos – forma de governo. Trata da coisa pública, de modo geral: *Res publĭca*. *Pathos*, em grego pode ser emoção, sensação, sentimento, que em português têm significados diversos. A qual desses significados Aristóteles se refere, na sua *Poética*? Já o verbo *poios*, tinha o significado de criar; A poética trata da criação (no caso, a literária) não necessariamente em forma de poesia, tal como a entendemos. É preciso conhecer a época e seu contexto social.

Tomando o *Novo Testamento* com documento histórico: é vazado na linguagem oriental, revela o pensamento oriental, com sua visão do mundo. Contar histórias para passar ensinamento sempre foi costume dos povos semitas. Inicialmente, o *Evangelho*, pelo menos o de São Mateus, foi escrito em aramaico, muito tempo depois de decorridos os fatos a que se refere. Os evangelhos de Marcos, Lucas e Mateus são chamados sínó-

ticos, pois guardam uma certa semelhança. O *Evangelho* de João é o mais distante dos fatos, é um ancião contando suas memórias. Usa a expressão “filhinhos”. Lucas, como médico, era o mais instruído: cita como o menino Jesus foi enfaixado ao nascer; na passagem da mulher que padece de um fluxo de sangue, os outros evangelistas mencionam que ela gastou muito dinheiro com médicos, menos Lucas. Marcos, o menos instruído, faz frases incompletas, com falta do verbo da oração principal, típico de quem não tem muita intimidade com a linguagem escrita. Como era de se esperar teve poucos leitores, pelo analfabetismo em geral, da época, sobretudo dos primeiros cristãos. Do aramaico, os evangelhos foram passados ao grego, mas no grego mais simples que o de Platão, a *koiné*, já que o Cristianismo penetrou pelas classes mais humildes. Usou-se, por exemplo, o termo diabo (do grego *diabolos* – dia = através + bolos = lançar). Diabo é aquele que lança obliquamente, “que joga verde para colher maduro”, não necessariamente o ser que habita regiões extraterrenas ou que aplica terríveis castigos. Na passagem em que Jesus pergunta a Pedro, três vezes: – Tu me amas? Em cada vez usa-se um verbo diferente em aramaico e em grego: *phileo* (ser adepto) *hedon* (ter prazer na companhia) e *agāpe* (amar como deus). Na terceira vez, Pedro se impacienta, aparentemente. Na verdade discorda da terceira espécie de amor, talvez supondo já um exagero. Quando os discípulos perguntam: És Elias, és esse outro profeta? E dizem: *Ho propheta eis* (És o profeta), isto é, o maior dos profetas, o profeta padrão. No latim, como não há artigos, perdeu-se a expressividade. Uma solução seria usar um pronome demonstrativo – *aquele*.

Ainda no latim, *infernus* é aquilo que está em posição inferior em relação ao falante, (comparativo de *infra*) não um lugar de punição eterna. Como pelos vulcões, fontes de água quente, sabia-se haver fogo sob a crosta terrestre, associou-se inferno a fogo eterno e daí a castigo.

Em uma das epístolas, Paulo diz: “Essas palavras escrevo em grandes letras, com a minha própria mão”. Não são palavras mais importantes que outras e sim escritas sem ajuda de um discípulo (Timóteo ou Barnabé) naquele momento, já que Paulo enxergava com dificuldade.

Passando ao português, temos o primeiro documento escrito em *puro* português em Camões com *Os Lusíadas*, celebrando o grande feito dos lusitanos. Enquanto Gil Vicente usava castelhanismos, D. Dinis provençalismos, Camões produziu a primeira obra no português dito castiço, sem misturas. O poema foi escrito em Goa, onde o autor estava em semi-desterro, pelas suas aventuras amorosas. Foi nomeado “curador de defun-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tos e ausentes” o que lhe dava lazer suficiente para produzir sua obra e, por outro lado, deixava-o a salvo de outras influências, uma vez que havia poucos europeus nas redondezas.

Considerando os nomes das diferentes cores, vemos que funcionam como signos diferentes, nas diferentes culturas, constituindo, portanto, uma *linguagem*, uma vez que reúnem um significante a um significado (o que a cor simboliza).

Podemos exemplificar com os sinais de trânsito, os cartões no futebol, as faixas nas artes marciais e, muito marcadamente, as vestimentas religiosas. Para as cerimônias matrimoniais, em nossa cultura, associa-se o branco à noiva, o que já não acontece em outras comunidades.

Mas, pela globalização cultural, podemos dizer que, em geral, se associa:

Azul claro, rosa claro e, sobretudo, branco a pureza, mocidade, romantismo;

Vermelho – paixão, alegria, mesmo provocação;

Roxo – dignidade, altos cargos;

Preto – morte, luto

Amarelo – covardia (não é neologismo, nas pinturas bizantinas o manto de São Pedro é sempre amarelo, em referência a traição cometida em relação a Jesus Cristo; também Francisco I, da França, mandava pintar de amarelo as portas das casas dos traidores).

Haverá uma razão natural ou trata-se de mera convenção?

Ainda se associa facilmente o efeito visual a outros sentidos, no que se chama sinestesia. Falamos em cores quentes, cores frias, cores berrantes. E ainda em cores tristes e cores alegres. Haverá uma associação natural entre cores e sentimentos? Há cores que “levantam” e cores que deprimem? Há cores naturalmente femininas e cores naturalmente masculinas? Os eletrodomésticos em vermelho, amarelo e mesmo azul tiveram vida passageira, retornando-se ao branco e metálico. Por quê? O significante tornou-se um significado universal?

Os nomes de cores, além de um significado puramente descritivo, possuem significado expressivo e social. As cores matizam-se gradualmente, apresentando um termo básico para o foco e termos secundários para os tons periféricos. O que é foco e o que é periférico está aberto à

discussão, conforme o contexto social. Por exemplo, não se pode traduzir para o russo “Minha cor preferida é azul”, pois não há, nessa língua, um só termo para azul e sim, vários, de acordo com a tonalidade do azul. Por outro lado, não há termos em todas as línguas que abranjam todos os valores de *brown*, ou *blue* do inglês.

Consideremos as denominações das tonalidades a seguir. Serão decodificáveis em qualquer cultura, isto é, seriam traduzíveis em todas as línguas?

Mostarda	Azul turquesa
Tijolo	Azul-piscina (ou verde-piscina)
Havana	Azul celeste
Âmbar	Azul-pavão
Mel	Verde-limão
Marron (ou castanho)	Verde-esmeralda
Marfim	Verde-musgo
Creme	Verde-bandeira
Laranja	Vermelho-cardeal
Lilás	Vermelho-cereja
Violeta	Rosa schoking
Uva	Amarelo-ovo
Púrpura	Amarelo-canário
Vinho	Branco-macumba
Azul-marinho	

Em resumo, a língua, através dos discursos nela vazados, mostra uma visão do mundo. É manifestação de uma cultura, necessita de uma cultura que lhe dê suporte, sendo a própria língua também suporte dessa cultura. Daí o fracasso das línguas artificiais. O esperanto é a 35ª tentativa, na história da humanidade, de se criar uma língua artificial. Daí, também, o perigo do abuso dos estrangeirismos, desnecessariamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso: *Dicionário de linguística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1985.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1997.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Ática, 1997.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

LYONS, John. *Lingua(gem) e linguística*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ORLANDI, Eny P. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PENNA, Antonio. G. *Comunicação e linguagem*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1976.

PIGNATARI, Décio. *Informação, linguagem, comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1989.

O DIÁRIO SECRETO

Alex Swander Martins (CiFEFiL/SME-RJ)
swander.swander@gmail.com

Ao meu eterno mestre,
Prof. Dr. José Pereira da Silva

RESUMO

Existe uma breve fagulha que paira entre o *sagrado* e o *profano*. Entender o limiar de interseção que há entre eles é uma questão de inserção contextual. Tomemos por exemplo um símbolo muito presente no mundo: duas divisas com o ápice voltado para cima. Se vistas em um uniforme militar, representam a patente de Cabo. No universo automobilístico são o logotipo da corporação Citroën. Já no contexto esotérico, o símbolo em questão é uma dupla exaltação do falo, tendo uma conotação proativa e de polaridade positiva. Triquetra – símbolo sagrado de origem celta: o laço sem fim, o eterno recomeço. Aqui, reforçado pela presença da lua triplíce: nova (a donzela), cheia (a mãe) e minguante (a anciã). Durante a vigência da igreja católica primitiva, o símbolo em questão foi assimilado e, por via do sincretismo, passou a designar a Santíssima Trindade. Esse mesmo símbolo adquire uma conotação profana ao ser utilizado como logotipo de uma empresa. A título de exemplo, o grupo Unibanco repaginou o referido símbolo concedendo-lhe formas mais arredondadas. Outra empresa que também o fez é a Mitsubishi. Esta, por sua vez, optando por uma simetria mais geométrica, daí os três losangos.

Palavras-chave: Símbolos. Semiótica. Religião. Sagrado. Profano

1. Considerações iniciais

O modelo teórico que norteia o presente artigo é a semiótica. Façamos, doravante, uma breve recapitulação: Diferente da linguística teórica que reconhece apenas a palavra como detentora de significante e significado, a semiótica provou cientificamente, já há décadas, que a linguística era reducionista ao não aceitar os signos não verbais como detentores de significante e significado. O notório e excelentíssimo profes-

sor André Valente publicou uma obra extraordinária neste contexto: *A Linguagem Nossa de Cada Dia*. Seria pretensão jactanciosa de minha parte parafrasear o referido estudioso, cujas credenciais acadêmicas “falam” por si mesmas. Todavia, sou compelido a “curvar-me” à grandeza do professor André Valente. Ele, com muita lucidez e de forma genial, explica muito bem a tripartição do signo semiótico. Destarte, sugiro aos leitores que estudem a obra magnífica do ilustre professor referendado.

No tocante, estarei focalizando o meu olhar científico na categoria signo semiótico “símbolo” que, por seu turno, apresenta uma relação convencional entre significante e significado.

Exemplo: dependendo do contexto, uma cruz pode ter vários significados. Ei-los: símbolo da cristandade, símbolo dos quatro elementos alquímicos, socorro médico, uma “sociedade secreta” etc.

A própria suástica (profanada por Hitler), apresenta dois significados: um de polaridade positiva, tendo o movimento levogiro (sentido anti-horário), sendo inclusive um símbolo impresso numa gigantesca estátua do Iluminado (Buda) e outra de polaridade negativa (sentido horário e deslocada em aproximadamente 45°; o que, simbolicamente, era uma alusão à estratégia de guerra nazista- a “blitzkrieg”). Por conseguinte, existe uma breve fagulha que paira entre o sagrado e o profano. Entender o limiar de interseção que há entre eles é uma questão de inserção contextual.

Tomemos por exemplo um símbolo muito presente no mundo: duas divisas com o ápice voltado para cima. Se vistas em um uniforme militar, representam a patente de Cabo. No universo automobilístico são o logotipo da corporação Citroën. Já no contexto esotérico, o símbolo em questão é uma dupla exaltação do Falo, tendo uma conotação proativa e de polaridade positiva.

Triquetra – símbolo sagrado de origem celta: o laço sem fim, o eterno recomeço. Aqui, reforçado pela presença da lua tríplice: nova (a donzela), cheia (a mãe) e minguante (a anciã).

Durante a vigência igreja católica primitiva, o símbolo em questão foi assimilado e, por via do sincretismo, passou a designar a Santíssima Trindade.

Esse mesmo símbolo adquire uma conotação profana ao ser utilizado como logotipo de uma empresa. A título de exemplo, o grupo Unibanco repaginou o referido símbolo concedendo-lhe formas mais arre-

dondadas. Outra empresa que também o fez é a Mitsubishi. Esta, por sua vez, optando por uma simetria mais geométrica, daí os três losangos.

Há um símbolo bem interessante que nos foi apresentado pelo universo de Harry Potter criado por J. K. Rowling. Lá, ele é nomeado como as relíquias da morte. Obviamente, não vou me prender à ficção literária em questão, até porque existem inúmeras incoerências outrossim verdadeiras hipérboles na obra. Doravante, apresentarei no próximo parágrafo informações sérias, embora bem concisas, acerca deste símbolo extraordinário.

Existem muitas interpretações para este poderoso símbolo. No momento apresentarei uma que remonta ao misticismo judaico. Ei-la:

O triângulo representa ora a capa de Elias, ora a Arca da Aliança. O círculo é uma referência à pedra utilizada por Davi para derrotar Golias e a linha reta na vertical refere-se ao cajado de Moisés por meio do qual grandes prodígios ele operou.

2. *Um adendo*

A tradicional imagem de São Jorge enfrentando o dragão é uma belíssima alegoria gnóstica cujo significado é o esforço do guerreiro Wicca no sentido de lutar contra o seu próprio *ego* no intuito de conseguir despertar a sua consciência mágica. O dragão não é o mal. Pelo contrário; ele é o guardião do maior de todos os tesouros que é a sabedoria.

3. *Amuleto e talismã*

Um amuleto ou talismã pode ser uma cruz ou até mesmo uma pedra que tenha um significado. Eles são frequentemente confundidos com "amuletos da sorte". Em linhas gerais, amuletos protegem, enquanto talismãs dão poder à pessoa. Talvez, esta seja a melhor forma de desambiguação.

Talismã

A palavra vem do latim, *amuletum*. Trata-se de um objeto que pode ser vivo ou inanimado ao qual se lhe atribui o poder mágico de proteger seu portador de qualquer tipo de desgraças, guardando-o de aflições e malefícios. Em tupi, patuá quer dizer caixa, caixão, designando-se com essa palavra todas as modalidades de magia que dão sorte. Há muita confusão entre amuletos e talismãs. Não deveria haver, pois são bem diferentes no trabalho para o qual são

designados. O talismã seria um objeto mágico carregado com a força real que deve representar. É um objeto ativo, cheio de uma força igualmente ativa, destinado a criar um certo conjunto de leis mágicas ao redor da pessoa para a qual foi feito. Se feito de maneira apropriada, continuará a funcionar por um período que durará tanto quanto tiver sido designado, sem que nada mais precise ser feito, autoperpetuante, na verdade.

Um amuleto é como um capacete de proteção, é protetor em sua maior parte, afastando as más influências daquele que o usa. Algo usado continuamente, como um São Cristóvão usado como escudo contra acidentes durante uma viagem, uma cruz/crucifixo contra o mal de qualquer tipo, uma cruz ansata, um pantáculo, ou qualquer tipo de símbolo usado em volta do pescoço é basicamente um amuleto contra uma ou outra coisa, mesmo que a pessoa que o use negue, a intenção permanece no subconsciente.

Frequentemente é dado de presente e por isso carrega os desejos e preces daquela pessoa pela sua segurança e contínuo bem-estar. Quase tudo pode ser usado como amuleto: uma pedra preciosa, uma figura religiosa, uma raiz, uma flor ou um osso. Podem ser levados na mão ou no bolso, usados como joias, podem ser enterrados ou secretamente colocados em algum lugar dentro de casa, de um celeiro e até de um automóvel. Podem ser comprados, achados ou feitos.

Podem também ser pintados ou receber inscrições de palavras mágicas ou de poder e ou símbolos para atrair determinadas influências. Veja alguns exemplos de amuletos e talismãs.

Bíblia:

É o símbolo máximo da proteção divina e do encontro do homem com Deus, mantenha-a sempre aberta em seu lar e leia-a diariamente. Atrai a proteção para toda a família.

Trevo de quatro folhas:

Por ser muito difícil encontrar uma folha desta planta que possua quatro folhas, devido a planta apresentar comumente apenas três folhas, a pessoa que encontra um trevo com quatro folhas, utiliza-o como amuleto de sorte, costumam colocá-lo dentro de bolsas ou carteiras junto a cédulas de dinheiro, para atrair mais. O trevo de 4 folhas é talismã da sorte nos jogos, ideal para quem gosta de arriscar em loterias, atrai dinheiro e lucros, pode ser natural ou de metal (ouro ou prata).

Elefante branco:

Além de proteger a casa, impede que energias negativas destruam a sua família. Você deve usar esse amuleto com o traseiro do elefante virado para a porta de entrada da casa, evitando que fluidos negativos e olhares invejosos possam entrar por ela. É símbolo da força não agressiva e sabedoria. Longevi-

dade também é um de seus atributos. Dizem que um elefante branco anunciou o nascimento do Buda. Esse protetor da família também é famoso por afastar demônios.

Chave:

é um símbolo poderoso porque representa a abertura de novos caminhos. Dê preferência à uma chave antiga que não seja utilizada diariamente, mantenha-a no bolso.

Patuá:

O patuá é um amuleto muito utilizado por pessoas ligadas ao Candomblé, o amuleto é feito de um pequeno pedaço de tecido na cor correspondente ao orixá, ao qual é bordado o nome do orixá e colocado um determinado preparo de ervas e outras substâncias atribuídas a cada orixá. A pessoa utiliza o Patuá específico do seu orixá no bolso da sua vestimenta, dentro de carteiras de cédulas, bolsas para obter proteção e sorte do seu orixá.

Buda:

Conhecido também como "o talismã da felicidade", atrai sorte e dinheiro, se estiver ao lado de moedas, para quem possui essa estátua em casa. Deve ser colocado virado para a parede, dentro de um pires e, de preferência, com muitas moedas ao seu redor para atrair riqueza. Para chamar a sorte, deve-se coçar a bariga do Buda, em sinal de carinho.

Aliança:

Símbolo da união, sem começo nem fim. É muito usada para magias que visam proteger o casamento e os relacionamentos amorosos.

Contas dos orixás:

A conta do orixá ou como também é conhecida por Guia, é um colar de miçangas confeccionado obedecendo padrões religiosos, como banho de determinadas ervas e escala hierárquica dentro da Religião do Candomblé, as cores das contas de orixá variam conforme a cor determinante de cada orixá, por exemplo uma conta feita com miçangas brancas é atribuída a Oxalá. A utilização destes amuletos se faz como um colar, colocados preferencialmente no pescoço, ou guardados dentro de bolsa, ou mesmo no bolso da vestimenta, sua função é basicamente de proteção do orixá.

Cabeça de alho:

É o símbolo da fecundidade e da família, devido ao número de dentes. Espanta maus espíritos, vampiros e protege contra más influências. Deixe sempre alguns dentes em local visível.

Figa:

É um objeto ,feito de diversos materiais e diversos tamanhos quando confeccionada para utilização pessoal é feita em tamanho pequeno, e são utilizadas para fazer a figa plantas muito utilizadas para afastar coisas ruins, como a planta conhecida por Guiné e a planta muito conhecida à Arruda , o objeto confeccionado transformado em Figa apresenta a forma de uma mão fechada, com o polegar entre o indicador e o dedo médio, sua origem é africana e foi bastante difundida principalmente em locais no Brasil onde é grande esta descendência, utiliza-se para afastar os espíritos maus , também é bastante variada a sua utilização ,desde peças de bijuterias , em locais das residências, estabelecimentos comerciais, entre outros locais.

Moeda:

Atrai bons fluídos. É usada em casos em que se quer atrair a sorte e dinheiro. Use no bolso ou carteira uma moeda antiga de ouro, prata, cobre ou bronze.

Moeda chinesa:

Na China do século VII a.C. moedas de cobre eram gravadas com ideogramas, dois ou quatro em cada peça. Os ideogramas sozinhos já são fortes escudos contra o mal, aliados ao metal tornam-se ainda mais fortes. Acredita-se que possam afastar energias negativas e proteger contra epidemias, prolongando assim a vida.

Carranca:

É um objeto, feito principalmente de madeira, com tamanho variável a escultura apresenta características de um ser fantástico, com detalhes muito fortes, devido a forma como é retratada, com grandes dentes pontiagudos e olhar de uma criatura muito feroz, sua utilização se faz como proteção contra espíritos maus, pois segundo muitas pessoas que utilizam a Carranca, ao se deparar com uma criatura tão monstruosa e aparentemente feroz, o espírito mau se assusta e foge, é bastante evidenciada nas proas dos barcos na Região do Rio São Francisco, e em frentes das residências, estabelecimentos comerciais e etc.

Pirâmide:

Confere tenacidade às pessoas para atingirem seus objetivos. Não deixa desanimar nos novos planos, atrai bons fruídos e rejuvenesce. Quando usada como pingente no peito, ajuda na recuperação da saúde distribuindo energia pelo corpo.

Espantalho:

É um tipo de amuleto muito particular da zona rural, foi introduzido no Brasil primeiramente pelos portugueses, e mais tarde por outros imigrantes europeus, utilizado para proteção de lavouras, atualmente sua utilização se faz por todo o País, confeccionado de diversos materiais, como em madeira vestida com roupas e chapéu e principalmente de roupas de pessoas, enchidas com palhas e outros materiais, colocado um chapéu de palha, ele é levantado e preso a uma vara que serve como suporte, onde é colocado no meio da lavoura, sua função é espantar aves, roedores e outros animais.

Bentinho ou escapulário:

É uma tira com pequeno quadrado com dois lados que podem ser de pano bento, com oração escrita, ou imagem de Jesus, Nossa Senhora, ou Santos da Igreja Católica, em que as pessoas utilizam e que se trazem pendentes para diante e para trás do pescoço para dar sorte e terem proteção contra o mal. Quando se ganha é sinal de sorte.

Medalhas e medalhões:

São peças que na sua grande maioria com forma arredondada, e que trazem a imagem de Jesus Cristo, Nossa Senhora ou Santos da Igreja Católica, a forma de utilização na grande maioria dos casos é amarrada no pescoço, também é utilizado em algum local como dentro de bolsas, carteira de cédulas, e etc. Muito utilizado para dar proteção contra o mal.

Coração:

Entre os 3 centros espirituais e vitais do ser humano esse é considerado aquele que equilibra os dois outros, cérebro e sexo. É o símbolo maior do amor. Era a única víscera mantida no interior do corpo durante o processo de mumificação dos egípcios por ser considerado indispensável à conquista da eternidade. Quem usa um coração mantém acesa a chama do amor, do carinho, do afeto.

Dente:

Entre os guerreiros de antigas culturas simbolizavam bravura, status. Estão intimamente ligados à virilidade, fertilidade. O mais comum nos amuletos são dentes de animais, longas presas. Seu uso também afasta o Medo.

Lua:

Também é muito poderosa. Basta pensar que ela é o satélite natural da Terra. Geralmente é muito bonita e pode servir também como objeto de decoração. Se for de um tamanho pequeno, pode ser usado como pingente ou brincos.

Crucifixo (cruz):

É um dos amuletos mais utilizados, não só no Brasil mas em todo o mundo, se trata da representação em um objeto do local onde Jesus Cristo foi pregado para morrer, este amuleto representa o sofrimento de Jesus Cristo o "Salvador do Mundo", para salvar toda a humanidade. As pessoas utilizam mesmo sem tê-lo como um amuleto, pois é um símbolo universal de Jesus Cristo, e sua utilização se dá principalmente como forma de proteção contra o mal. Usado na parte de traz (costa) protege de tudo que venha pelas costas.

Ferradura:

Um dos amuletos bastante utilizados, principalmente na zona rural, a ferradura de animal, como cavalo é colocada presa atrás da porta principal da casa, para segundo a tradição popular, afastar espíritos maus das residências das pessoas que possuem este amuleto. Sua utilização no Brasil foi por intermédio dos europeus, que já tinham costume de utilizar a ferradura e passaram a utilizá-la também no Brasil. A Ferradura de 7 cravos é um dos mais antigos amuletos contra "espíritos maus, bruxas e feitiçeiros", dependurada atrás da porta protege a casa, em chaveiros ou pingentes protege a pessoa.

Pata de coelho:

Este amuleto constitui de uma pata de coelho empalhada, que é utilizada de várias maneiras, a pata de coelho é atribuído o poder de atrair muita riqueza e sorte em tudo relacionado ao dinheiro.

Mão de fátima:

O nome desse talismã muçulmano é uma homenagem à filha do profeta Muhammad (Maomé). Esse símbolo representa também fé, oração, jejum, caridade, peregrinação, os 5 pilares do Islã. É a representação da Justiça e Generosidade.

Ímã:

O ímã é utilizado como amuleto especificamente financeiro, ou seja a ele é atribuído poderes para cada vez mais conseguir dinheiro, as pessoas costumam

mam colocar um imã em um local e nele colocar moedas, pois os imãs atraem as moedas que representam o dinheiro, atraindo assim cada vez mais dinheiro.

Âncora:

Simboliza segurança. É usado para trazer segurança e equilíbrio no plano físico, financeiro, e para se livrar de perdas materiais.

Sapo:

Toda bruxa tem um. Pode ser associado tanto à fertilidade quanto à fortuna. Sua fácil reprodução e sua semelhança com o útero são os responsáveis pela associação à fertilidade. Quanto à riqueza, diz-se que se tivermos um sapo todo o dinheiro que sai da carteira voltará para ela. Está ligado à lua, umidade, feminino. Algumas culturas acreditavam que as pérolas surgiam das entranhas de sapos especiais. Foi usado por egípcios, antigas culturas orientais e da América Latina além dos alquimistas e mesmo por nossos índios.

Pimenta:

O ardor que proporciona ao ser consumida foi o responsável por associá-la aos símbolos da Superstição. Acredita-se que possa afastar todo o mal deixando o inimigo com um terrível gosto em sua boca e ardor em suas entranhas. As cores vivas de algumas espécies são atrativas para os olhos, "puxando" toda energia ruim que possa vir desse olhar.

Coruja:

Simboliza "o ver a totalidade". É usado para ampliar a percepção com a sabedoria possibilitando ver à totalidade: o consciente e o inconsciente.

Fitinhas de santos:

As fitinha de santos são bastante utilizadas, principalmente no Brasil por ser um país católico, a fitinha têm uma particularidade entre os outros tipos de amuletos, pois ela é utilizada também como forma de corrente religiosa entre um pedido feito a determinado Santo, e a sua proteção e ajuda na realização do pedido, segundo a cultura popular a fitinha, que pode ser de diversas cores, é amarrada ao pulso três vezes fazendo-se o pedido e deixando a Fitinha presa até partir sozinha sendo um sinal que o pedido será realizado, atualmente ela também é utilizada em diversos locais para atrair proteção, locais como em automóveis, residências, bolsas, bolso etc.

Olho grego:

O olho é o eterno símbolo da capacidade espiritual de ver. Ele também emite energias. O olho grego em especial é feito de vidro colorido, o mais comum é uma esfera branca com uma circunferência menor, azul-turquesa e uma bem pequena, preta, representando a pupila. Afasta qualquer tipo de inveja. Enquanto realiza essa tarefa ele absorve tais energias, sendo assim pode se quebrar. Se isso ocorrer não se deve lastimar, ele cumpriu sua tarefa.

Punhal:

Simboliza a força, o poder, vitória e superação. É muito usado nos rituais de magia, tem o poder de transmutar energias. Os ciganos também usavam o punhal para abrir matas, sendo então, um dos grandes símbolos de superação e pioneirismo, além da roda. O punhal também é usado na cerimônia cigana de noivado e casamento, onde é feito um corte nos pulsos dos noivos, em seguida os pulsos são amarrados em um lenço vermelho, representando a união de duas vidas em uma só.

– Atenção quando for fazer um talismã, amuleto, patuá, uma benzedura ou uma simpatia, além da fé você deve:

- Só utilizar material novo;
- Nunca substituir um material por outro;
- Usar somente o que a receita pede;
- Durante e depois do trabalho, fazer uma prece de sua fé;
- Ao fazer o trabalho, mantenha o pensamento firme no que você realmente deseja.

Nunca, jamais faça uma simpatia ou ritual desejando o mal a alguém, pois um pensamento negativo atrai para si essa vibração ruim. E, sempre que tiver o seu desejo realizado, lembre-se de agradecer, dessa maneira, um universo de boas energias passará a conspirar por você.

Patuá: O patuá é um produto de fé. Quando a pessoa está preparando o seu, ela vai mentalizando tudo o que deseja. Com tanto pensamento positivo envolvido nele, o patuá se torna uma barreira contra as más energias, mantendo somente as vibrações positivas ao seu redor."

Fonte: <<http://www.misteriosantigos.com/talisma.htm>>

4. No âmbito da simbologia... Uma polêmica!

Em nossa cultura, lamentavelmente, apesar da sabedoria compartilhada pelas sociedades místico-filosóficas, ainda existe o medo alimentado pela ignorância.

Como não posso me estender por razões óbvias, darei um exemplo: a imagem de uma caveira. As pessoas inexplicavelmente alimentam o medo ao associarem-na à “imagem do próprio demônio”.

Por Deus, quanta bobagem...

Apresentarei uma leitura acerca do que estou me referindo; leitura esta que muitos pseudocientistas e religiosos pretensiosos certamente discordarão. Porém, não receio a nada, posto que, na condição de buscador da verdade enquanto cientista, a nada me renderei.

Não que eu esteja me comparando aos grandes mestres do passado, mas não fosse a coragem deles, estaríamos ainda hoje na Idade das Trevas e lendo à luz de velas!

Adiante, segue um exemplo impactante que corrobora com o que estou postulando. Ei-lo:

Existem muitas teorias para a origem de San La Muerte (Santa Morte). Uma, em especial, chamou-me a atenção: quando o rei da Espanha expulsou os jesuítas da América Espanhola, um, no entanto, resolveu desafiar a tirania e ficar para cuidar dos índios que haviam contraído a lepra. Esse padre, porém, era versado nas artes místicas e profundo conhecedor da magia natural curativa. Quando as autoridades espanholas e o papa tomaram conhecimento disso, o padre foi excomungado, torturado e encarcerado numa cela fria e suja.

Esse notável padre, que curou tantos e tantos índios da lepra, paradoxalmente, morreu dessa mesma doença. Segundo os relatos, num certo dia, quando o carcereiro abriu a cela em que o padre estava preso, teve uma espantosa surpresa: o corpo do padre havia sido tão consumido pela lepra, que os ossos estavam à mostra por debaixo da sua túnica negra.

O mais incrível é que, apesar do quadro mórbido e horrendo, o cheiro que exalava da mortalha do padre era de rosas (odor de santidade).

O Vaticano, porém, até hoje não reconhece a santidade desse padre cujo verdadeiro nome acabou se perdendo no anoitecer da história. Todavia, o exemplo de amor e desprendimento desse santo homem acrescido das inúmeras graças e milagres alcançados pelos que nele creem, falam por si mesmos.

A Bíblia, embora inspirada pela divindade, infelizmente, traz consigo as marcas do patriarcado logo têm a visão de Deus como uma divin-

dade suprema de sexo masculino. Isso está errado! Deus não tem sexo! Ele se apresenta conforme a cultura do povo a quem se manifesta.

5. Considerações finais

Espero, humildemente, que este breve artigo sirva de material para o questionamento, a pesquisa quiçá deveras ajuda para alguém.

Finalizo o presente texto com o seguinte aforismo: “A religião sem a ciência é cega e a ciência sem a religião é aleijada” (Albert Einstein).

Ademais, deixo aos meus leitores um conselho: Nunca se esqueçam de ouvir a voz dos pioneiros. Lutai, amigos e irmãos de cátedra contra a vaidade pessoal, pois nós todos comparados aos grandes estudiosos da língua somos meros aprendizes.

Amados: hoje temos a internet e o legado dos grandes mestres da nossa sagrada e “inculta” última flor do lácio. Eles, entretanto, partiram praticamente do “nada” e construíram as estradas do conhecimento para cada um de nós!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VALENTE, André. *A linguagem nossa de cada dia*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Intertextualidade: aspecto da textualidade e fator de coerência. In: HENRIQUES, Cláudio Cezar; PEREIRA, Maria Tereza Gonçalves. (Orgs.). *Língua e transdisciplinaridade: rumos, conexões, sentidos*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. A intertextualidade nos discursos midiático e literário. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; SANTOS, Leonor Werneck dos. (Orgs.). *Estratégias de leitura: texto e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

REFERÊNCIAS DISPONÍVEIS NA INTERNET

A verdade sobre as aparições de Fátima e Maria. Disponível em: <<http://m.youtube.com/watch?v=irstNrQa5DA>>.

A VIRGEM Maria e suas aparições – verdade ou mito. Disponível em:
<<http://m.youtube.com/watch?v=d1zgekgzND1k>>.

COMO criar um amuleto ou talismã. Disponível em:
<http://www.ehow.com.br/criar-amuleto-talisma-como_37040>.

PADRE revela a farsa da "Aparição de Fátima". Disponível em:
<<http://m.youtube.com/watch?v=MYaqmg7Y5vg>>.

SAN La Muerte: el misterio detrás del culto. Disponível em:
<<http://m.youtube.com/watch?sns=em&v=Z-rRhoSptGw>>.

TALISMÃ. Disponível em:
<<http://www.misteriosantigos.com/talisma.htm>>.

VERDADE oculta sobre as aparições de Maria. Disponível em:
<<http://m.youtube.com/watch?v=-jx3AtHSIAE>>.

**“A CULPA É DAS ESTRELAS”:
MESCLA MULTIMODAL EM POSTAGENS DA UDD²⁷**

Luanda da Silva Gustavo (UERJ-IC)

luanda.uerj@hotmail.com

Sandra Pereira Bernardo (UERJ/PUC-Rio)

sandrapb@terra.com.br

RESUMO

Neste trabalho, são analisadas publicações coletadas em uma página social virtual conhecida como Uerj da Depressão (UDD) à luz da teoria de mesclagem conceptual (FAUCONNIER & TURNER, 2002) e da teoria da metáfora conceptual (LAKOFF & JOHNSON, 1980; KOVECSES, 2005). Objetiva-se, deste modo, evidenciar o tipo de mesclagem envolvido nas conceptualizações das interpretações dos dados e demonstrar a criatividade metafórica envolvida no processo de conceptualização das interações presentes no cotidiano da universidade. Foram selecionados seis textos multimodais cujo sentido envolve a integração entre imagem e texto. Tais textos pertencem a uma rede virtual de relacionamentos atualizada diariamente, que retrata de forma bem humorada todos os acontecimentos referentes à universidade. A página possui administradores dos diversos cursos oferecidos pela UERJ, porém os mesmos não têm a sua identidade revelada.

Palavras-chave:

Mesclas multimodais. UDD. UERJ da Depressão. Metáfora conceptual.

1. Introdução

Expomos, neste artigo, um estudo acerca das conceptualizações de três postagens da página virtual *UERJ da Depressão* com o propósito de descrever a construção de sentido desses conteúdos em suas relações com o cotidiano da UERJ. Para tal tarefa, serão tomadas como base as

²⁷ O texto deste artigo aborda o conteúdo apresentado em comunicação oral sob o título *Mescla multimodal em postagens da UDD 2*.

teorias da mesclagem conceptual (FAUCONNIER; TURNER, 2002) e da metáfora conceptual (LAKOFF; JOHNSON, 2002; KÖVECSES, 2002).

A primeira postagem selecionada apresenta uma imagem com várias estrelas de cor vermelha com a sigla do PT, acompanhadas do título de famosa obra que se tornou filme – *A Culpa é das Estrelas*. A segunda imagem exhibe, além desse título junto às estrelas, as imagens dos presidentes petistas – Dilma e Lula – em substituição às fotos dos atores que interpretam os personagens principais da adaptação cinematográfica de *A Culpa é das Estrelas* no material publicitário exibido nos cinemas e nas páginas desses estabelecimentos. A terceira postagem mostra o prédio da UERJ numa ilha

Na próxima seção, serão apresentados os pressupostos teóricos deste estudo; em seguida, passaremos à análise das postagens.

2. *Mesclagem e metáfora conceptual*

O sistema conceptual humano é dotado de significados, tanto simples quanto complexos, que podem ser representados pela interpenetração de conceitos por meio da mesclagem conceptual (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Essa capacidade dos seres humanos possui ocorre a partir de atuações de operações cognitivas básicas, que se relacionam entre si em diferentes contextos e níveis de abstrações: a identidade, a integração e a imaginação.

A capacidade de perceber semelhanças e diferenças entre entidades e objetos, integrando-os em conceitos compreende o conhecimento de mundo de cada um. Contudo, apenas identidade e integração não explicam o significado sem a imaginação, pois é uma condição básica para a mente humana criar situações imaginativas, mesmo sem motivações, com nos sonhos, cenários mentais criados a partir das hipóteses, fantasias e ficções. Lidar com as relações entre as entidades é uma atividade da integração conceptual que funciona no processo do pensamento, quando são percebidos os valores, as funções e os papéis das identidades inseridas numa categoria conceptual determinada pelo contexto comunicativo, situacional, social, cultural etc., com base em experiências vividas e no conhecimento de mundo.

A mesclagem ou integração conceptual é um processo mental que envolve no mínimo a ativação de quatro espaços mentais: input 1 ou espaço de entrada 1 e input 2 ou espaço de entrada 2, por meio dos qual são

acessados conhecimentos envolvidos na construção do significado, espaço genérico, que reúne conteúdos comuns aos dois espaços de entrada, de modo a torná-los disponível enquanto a rede estiver sendo acessada; e espaço mescla, estruturado a partir de projeções de elementos selecionados parcialmente dos dois espaços de entrada. Como apontaram Fauconnier e Turner (2003, p.1), “a essência da operação é a construção de uma correspondência parcial entre dois espaços mentais de entrada” e essa integração é possível a partir de três operações cognitivas: composição, completamento e elaboração.

No espaço mescla, surge uma nova estrutura emergente por meio da composição dos elementos projetados seletivamente dos *inputs*. Essa nova estrutura emergente é completada por estruturas conceptuais que não existiam nos espaços de entrada. O fato de essa nova estrutura ser completada por novos conteúdos pode levar à elaboração de analogias, inferências e raciocínios mais complexos. A elaboração consiste na capacidade imaginativa que a mente humana possui de fazer simulações de acordo com os princípios e a lógica da mescla, gerando novas estruturas.

Assim, a partir das projeções seletivas dos espaços iniciais e das operações cognitivas complexas surge a estrutura emergente como a compreensão da categorização humana atingida por meio da interação conceptual, que é um aspecto eficiente da criatividade humana para compreender novos sentidos. A ativação da mescla requer a ativação de conteúdos de forma otimizada, compactada, para facilitar a compreensão sem sobrecarga de memória. As relações entre processos de raciocínio mais frequentemente ativados na mesclagem são denominados relações vitais.

Fauconnier e Turner (2002) postulam, entre outras, as seguintes relações vitais que são comprimidas para gerar o espaço mescla a partir das ligações entre os *inputs*:

- (i) **Tempo** – como os eventos são temporalmente situados, o tempo pode funcionar como uma relação vital que conecta dois (ou mais) eventos nos espaços de entrada. Na mescla, a relação vital entre esses espaços externos é comprimida, tornando simultâneos eventos distantes no tempo. Toda a trajetória da vida de uma pessoa pode representada por fatos marcantes, como nascimento, formação escolar, casamento, nascimento de filhos, por meio da compressão do tempo de tudo que aconteceu entre um fato e outro.

- (ii) **Espaço** – relação vital muito semelhante ao tempo, no sentido de que os espaços costumam ser comprimidos na mescla. Um exemplo de compressão de espaço seria a comunicação por videoconferência que coloca os participantes numa mesma sala, apesar se encontrarem fisicamente em locais distintos.
- (iii) **Representação** – relação vital que relaciona uma entidade ou evento a outra entidade ou evento que representa, mas pode ser de um tipo diferente. Por exemplo, um professor de física que tenta explicar o sistema solar a uma turma de crianças do ensino médio, usando bolas de ping-pong coloridas para representar o Sol e os planetas em torno do Sol.

Na mescla, a bola de ping-pong amarela pode ser o Sol. A relação entre os espaços externos de *input* com o Sol e com a bola que o representa precisa ser comprimida, originando uma relação vital de *unicidade/singularidade* no espaço mescla (interior), que fornece uma maneira de compreender duas entidades distintas como uma mesma entidade individual na mescla. Isso mostra como uma relação vital entre espaços externos (neste caso, *representação*) pode dar origem a uma relação vital intraespacial diferente na mescla (neste caso, a *unicidade/singularidade*).

Mudança – responsável pela conexão de um elemento em outro, ou um par de elementos em outro, a relação vital de mudança entre os espaços externos de *input* também pode ser comprimida intraespacialmente numa relação de *unicidade*. Em “O patinho feio tornou-se um belo cisne”, a *mudança*, que ocorre ao longo do tempo, é comprimida de forma que um patinho feio e um belo cisne são entendidos como uma mesma entidade.

- (iv) **Papel-valor** – relação vital que liga os papéis aos seus valores. A compressão *papel-valor*, relação entre espaços externos, também resulta em *unicidade/singularidade* na mescla. Por exemplo, a relação entre o papel *rainha* o valor *elizabeth ii* pode ser comprimida na mescla, resultando em *unicidade*, em uma única entidade, que pode ser referida como *rainha Elizabeth II*.
- (v) **Analogia** – relação vital estabelecida pela compressão *papel-valor*. Na frase “A cidade de Brighton é a coisa mais próxima que o Reino Unido tem com São Francisco”, existem duas mesclas pré-existentes em funcionamento ligadas a duas redes de integração distintas. Uma mescla contém o papel *cidade* e o valor *brighton*, a outra mescla contém o papel *cidade* e o valor *san francisco*. Ambas as

mesclas são estruturadas pelo *frame* que relaciona uma cidade cosmopolitana e liberal ao mar. A compressão das relações vitais de papel e valor, através dessas duas mesclas de redes integração diferentes, estabelece a *analogia* entre *Brighton* e *São Francisco*.

Assim, a *analogia* é uma relação vital entre espaços externos mantida entre duas mesclas de diferentes redes de integração. Essas mesmas mesclas servem como entradas para uma terceira rede de integração. Na analogia, a nova mescla é comprimida por *identidade*. *Brighton* e *São Francisco* podem ser descritas como "análogas", porque compartilham identidade na mescla.

Em “*My Doom* é o último de uma série de vírus de computador de grande escala disseminado quando se abre um anexo de e-mail”, é ilustrada outra maneira com que a relação por analogia entre espaços externos pode ser comprimida: o conceito de vírus de computador consiste em uma mescla convencional que resulta de dois espaços iniciais programa de computador destrutivo e vírus biológico. A relação por analogia dos espaços externos entre programa de computador destrutivo e vírus biológico é comprimida em uma relação categoria na mescla. A relação de categoria é do tipo “A é um B”: programa de computador destrutivo é um vírus.

- (vi) **Desanalogia** – a relação entre espaços externos por desanalogia pode ser comprimida no espaço interior como uma relação por mudança. Essa pode então ser comprimida em unicidade/singularidade na mescla. A frase “Meus impostos ficam maiores a cada ano” refere-se a uma mescla de uma série de impostos distintos e desanálogos (diferentes). Como resultado da mescla, a relação entre espaços por desanalogia é comprimida em mudança: na mescla, as diferenças entre as contas individuais recebidas em cada ano são entendidas em termos da mudança como resultado dos aumentos anuais.

Essa relação no espaço interno pode ser ainda mais comprimida em unicidade: na mescla, há um imposto único que continua a mudar e aumentar. Isso mostra como as relações de espaço interior também podem sofrer compressão (“redução”) nas relações vitais, facilitando ainda mais o processo de alcance de uma escala humana para compreensão.

- (vii) **Parte-todo** – A frase “Essa é Jane Silva” representa uma metonímia parte-todo expressa por alguém ao olhar para uma fotografia do rosto de uma mulher, porque o falante identifica a pessoa inteira pelo seu rosto. Conceber a metonímia em termos de uma mescla propicia

um quadro mais claro de como a metonímia está funcionando. Metonímias como essas são compostas por dois espaços de *input*: Jane Silva e seu rosto. Uma relação vital parte-todo estabelece esses elementos como contrapartes dos dois espaços de *input*. Na mescla, a relação parte-todo é comprimida em singularidade.

- (viii) **Causa e efeito** – um exemplo dessa relação, segundo Fauconnier & Turner (2002), é a distinção entre toras de madeiras queimando na lareira e um monte de cinzas. Esses dois elementos são ligados em uma rede de integração por meio da relação causa-efeito entre os espaços externos, que conecta a queima da madeira (a causa) com o monte de cinzas (o efeito). A relação causa-efeito normalmente é “empacotada”/atua em conjunto com a relação vital de tempo, que sofre dimensionamento, e de mudança, comprimida em unicidade/singularidade. Por exemplo, imaginar que um falante aponta para as cinzas e profere a frase “Aquele madeira demorou muito tempo para queimar” resulta em uma mescla construída por meio da compressão do tempo para a queima, reduzindo as toras e as cinzas em uma única entidade.

A relação causa-efeito também pode ser comprimida numa relação vital propriedade. Por exemplo, uma consequência do uso de um casaco é que o usuário se matém aquecido. Entretanto, quando se descreve um casaco como “quente”, como na expressão *um casaco quente*, há uma compressão entre a causa de vestir o casaco e o efeito de ser quente. Na realidade, o casaco em si não é quente, mas, na mescla, essa relação vital é comprimida em propriedade do casaco.

- (ix) **Intencionalidade** – relações vitais ligadas à esperança, ao desejo, à vontade, ao medo, à crença, à lembrança e a outras atitudes mentais e disposições direcionadas a/pela essência das pessoas. Tanto ações e sentimentos dos falantes, quanto ações e sentimentos do ouvinte são guiados e interpretados pelas intenções atribuídas a cada situação. A frase “Ele morreu de câncer” carrega um intenção diferente da frase “O câncer o levou”.

Os espaços mentais ativados nas redes de integração são organizados conceitualmente por meio de *frames* e modelos cognitivos idealizados (MCIs). Os *frames* compreendem um conjunto de conceitos relacionados de tal forma que, ao ativar um aspecto de um conceito, outros aspectos tornam-se disponíveis. Um exemplo recorrentemente citado é o conceito de solteiro, que geralmente caracteriza um ‘homem adulto, não

casado’ e que jamais seria usado para caracterizar pessoas que nunca se casaram por exercer uma função religiosa, por exemplo. Assim, o conceito de solteiro é empregado num contexto sociocultural em que homens se casam ao atingirem certa idade; logo, o *frame* solteiro evoca todos os aspectos ligados a esse conceito. Portanto, a aplicação do conceito de solteiro ao Papa e ao Tarzan, por exemplo, seria inadequado devido à expectativa cultural de casamento não ser aplicável aos dois.

Conceituados por Lakoff (1987), os MCIs são noções cognitivas estereotipadas. Por exemplo, a noção de solteiro reúne um conjunto de expectativas e conhecimento cultural que constituem o “cenário” para o uso pertinente desse conceito. Como o casamento heterossexual, monogâmico em determinada idade. Essa expectativa é decorrente de uma versão estereotipada da realidade representada no MCI de casamento. Representações cognitivas de base cultural, os MCIs determinam um horizonte de pressupostos para interpretações de conceitos evocados pelas palavras que os nomeiam.

Outro processo de raciocínio que pode envolver o acionamento de mesclas é o pensamento metafórico. Diferentemente dos estudos tradicionais, a metáfora (LAKOFF; JOHNSON, 2002[1980]) exerce papel fundamental na mente humana, a saber: perceber e experimentar ideias abstratas a partir de vivências com situações e entidades concretas, ou seja, experienciar uma coisa em termos de outra. Essa teoria apresenta dois instrumentos básicos: domínios conceptuais e projeções entre eles. Os domínios são sempre dois, denominados fonte e alvo.

O domínio fonte geralmente é o conceito mais concreto, aquele que representa mais conhecimento, familiaridade; enquanto o alvo é mais abstrato, distante, do qual não se tem muito conhecimento, porém para o qual se busca estabelecer significado de acordo com experiências corpóreas e conhecimento de mundo. Assim noções simples quanto o tempo, o amor, a causa e a moralidade etc. são compreendidas metaforicamente pelo sistema conceptual humano.

Na metáfora o amor é uma viagem, subjacente a uma frase como *Não vamos chegar a lugar nenhum com essa relação*, o domínio alvo amor é compreendido, experienciado, por meio do domínio fonte viagem, através de projeções entre eles que funcionam como espaços de entrada 1 e 2, que, por sua vez, projetam aspectos específicos, fornecendo materiais selecionados parcialmente ao espaço mescla, resultando na estrutura emergente.

Quando se usa uma entidade A para se acessar B, outra forma de pensamento está sendo empregado no âmbito da Linguística Cognitiva: uma metonímia conceptual. Em *Ela gosta de ler o Marquês de Sade*, uma das obras de Sade está sendo ativada por meio do nome do autor. Da mesma forma em *Precisamos de cabeças boas no projeto*, a entidade *boas cabeças* (parte), refere-se a *peessoas inteligentes* (todo), por meio da seleção de uma característica particular que se deseja enfatizar.

Por consequência, a metáfora e a metonímia são processos de natureza distinta. A metáfora consiste em um modo de experienciar uma coisa em termos de outra e sua principal função é a compreensão. Por outro lado, a metonímia apresenta função referencial, ou seja, permite que seja usada uma entidade para representar/acessar outra que se deseja enfatizar, focalizando especialmente determinados aspectos da entidade a que se refere.

Com base nos pressupostos teóricos apresentados, serão analisadas, em seguida, as postagens selecionadas da página virtual *UERJ da depressão*.

3. Mesclas multimodais

A análise será conduzida a partir da reprodução das imagens que envolvem uma construção de sentido por meio do acionamento de uma rede de integração conceptual (ou mesclagem).

3.1. A culpa é da estrela

Na **Fig. (1)**, expomos a imagem postada no dia 9 de junho de 2014 na página UERJ da depressão (doravante UDD).



Fig. 1 – Mescla A culpa é das estrelas. Fonte: UDD (9/6/2014)

O título da postagem *A culpa é das estrelas* possibilita o acionamento de elementos acerca da obra literária do autor John Green, que se

tornou um dos filmes mais vistos no Brasil no ano de 2014 (lançado em junho de 2014). O livro conta a história de uma adolescente, chamada Hazel Grace, que sofre de câncer. Porém, mesmo em fase terminal, devido à eficiência do médico que lhe acompanha, a metástase foi controlada por uma droga experimental, possibilitando à enferma mais alguns anos de vida. Por consequência do “destino”, a jovem conhecerá um rapaz chamado Augustus Waters, que também sofre com a doença, em um núcleo de apoio às crianças com tumores malignos. A partir de então, tornam-se amigos, se apaixonam e descobrem o amor e a felicidade que podem existir enquanto lutam contra a enfermidade.

Provavelmente em razão do recente lançamento do filme, um dos administradores da página postou a imagem de várias estrelas do partido político PT abaixo do título da obra de Green adaptada para o cinema, permitindo aos visualizadores da página a ativação de uma relação entre a culpa das estrelas como símbolo do destino que afeta a vida das pessoas e os acontecimentos que antecederam a Copa do Mundo na cidade do Rio de Janeiro. Além das manifestações contrárias ao evento, a universidade teria seu semestre interrompido. A configuração da rede proposta para o sentido postulado encontra-se na **Fig. (2)**.

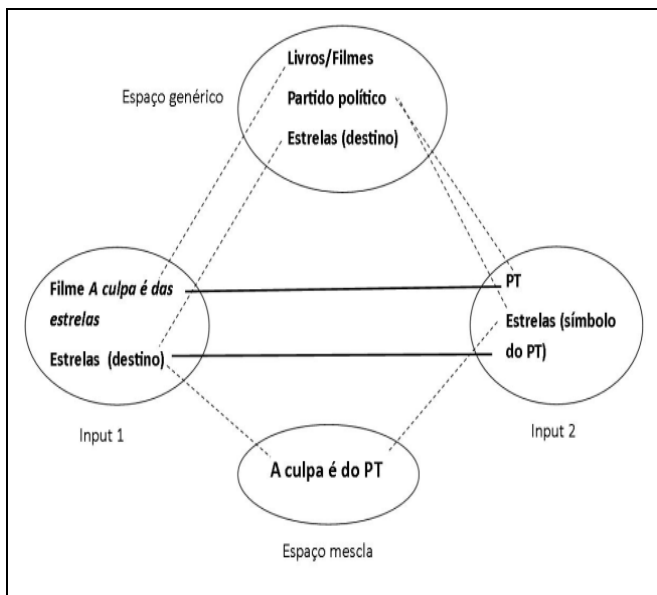


Fig. 2 – Mescla A culpa é do PT

A relação estabelecida entre a imagem e o título do filme servem como gatilhos para ativação de conhecimentos que configurarão os espaços mentais de *input* 1 e 2. O primeiro será estruturado por elementos relativos ao filme, como seu título e a simbologia das estrelas como agentes do destino da vida dos personagens. O segundo espaço inicial ativa elementos relativos ao PT (Partido Político dos Trabalhadores), cuja representação é a estrela vermelha com a sigla do partido. O espaço genérico reúne os elementos ativados pelos dois espaços de *input*: conhecimentos sobre os partidos políticos e suas representações; a simbologia sobre as estrelas e a obra cinematográfica.

Elementos dos *inputs* 1 e 2 serão projetados seletivamente no espaço mescla, criando o sentido de que a culpa dos acontecimentos ocorridos no início de junho que estavam causando problemas na cidade e na UERJ seria do PT, em razão de seu papel na liderança política do Brasil. Duas palavras do título do filme parecem-nos fundamentais para tal relação: *culpa* e *estrelas*.

O astro natural, estrela, pode ser compreendido como uma representação metafórica para expressar a ideia de destino, que pode proporcionar coisas boas ou ruins à vida das pessoas. Além de tal significado fazer parte do senso comum, o próprio autor do livro, John Green, afirmou, em entrevista, que o título foi inspirado na frase de Shakespeare, “estrelas significam destinos”. Para Green, muitas pessoas sofrem porque não possuem sorte, assim as estrelas têm culpa sim. Afirmou ainda que a sua intenção era escrever um livro sobre como as pessoas vivem em um mundo injusto e sobre a possibilidade de viverem de forma plena, mesmo que não seja do jeito idealizado por elas.

No filme, a ação ruim do destino é a doença de ambos os personagens, as consequências físicas e emocionais que a doença provoca; já as intervenções boas do destino podem ser interpretadas pelas oportunidades que as pessoas adoecidas possuem em adquirir novos aprendizados, de se superarem, de terem mais esperança, fé etc. Tal aprendizado pode proporcionar uma nova visão da vida, uma lição. Assim, na obra de Green, o amor entre os dois adolescentes permite aos jovens viver uma emocionante história de amor e superação, mesmo com os percalços da vida, tirando entusiasmo de onde poderia não mais existir.

Todavia, o fato de tal imagem ter sido postada num momento em que a cidade e a UERJ passavam por situações incômodas, bem como o sentido do verbo *culpar*, levaram-nos a postular uma leitura em que as

estrelas do PT teriam gerado coisas ruins para vida das pessoas: manifestações em geral e contra a copa, paralisações e interrupção do semestre, dificuldade de acesso ao campus. Essa interpretação propiciada pela interconexão entre as estrelas que atuam no destino dos personagens do filme e a estrela símbolo do PT.

Três dias após a postagem da **Fig. (1)**, uma nova imagem mais detalhada sobre o mesmo assunto é publicada na UDD. Dessa vez, exprimindo uma montagem do cartaz para divulgação do filme e dos elementos relativos ao PT e seus presidentes, como se observa na **Fig. (3)**²⁸.

Nessa nova postagem, aparecem fotos dos presidentes Dilma Rousseff e Lula da Silva, ambos do PT, em substituição aos rostos dos atores que protagonizam o filme, além das estrelas que compuseram a imagem da **Fig. (1)**. A montagem sugere novos elementos para a conceptualização de uma crítica ao governo, ao destacar dois importantes integrantes do PT – estrelas maiores que chegaram à presidência, mantendo seu partido no cargo mais alto da política brasileira. A imagem apresenta ainda o apagamento das marcas de plural do título original do filme – ‘*A culpa é da estrela*’ –, e a diminuição da quantidade de estrelas vermelhas com a sigla PT – agora apenas três, uma para cada presidente e uma centralizada acima do título que se inicia com o sintagma *a culpa*.



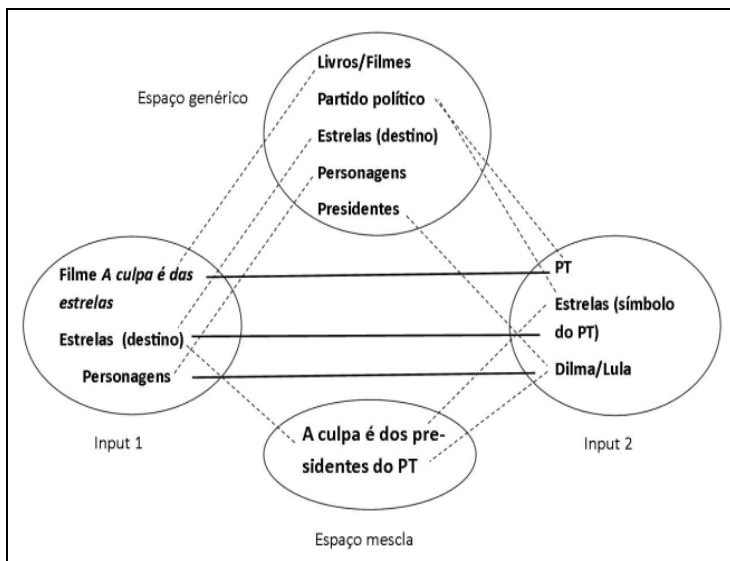
Fig. 3 – Postagem e capa de livro

Fonte: UDD (12/06/2104)

Fonte: www.amazon.com.br

A mesclagem que descreve a construção de sentido da **Fig. (3a)** é apresentada na **Fig. (4)**.

²⁸ Como é comum, após a adaptação para o cinema, haver a impressão de uma nova capa para o livro com a imagem pôster publicitário do filme, conforme ilustramos na **Fig. (3-b)**, baixamos a imagem do referido pôster da livraria eletrônica Amazon.

Fig. 4 – Mescla *A culpa é dos presidentes petistas*

Em relação à mesclagem anterior (Fig. 2), novos elementos são introduzidos nos espaços mentais iniciais: no *input* 1, os personagens evocados pelo pôster do filme; no *input* 2, os presidentes *Dilma* e *Lula*. Tais elementos também ficam disponíveis no espaço genérico, para que a rede de integração possa se manter ativa na composição da estrutura emergente do espaço mescla.

Os elementos seletivamente projetados no espaço mescla ativam o sentido crítico da imagem, mostrando que as duas principais estrelas do PT são culpadas pelos transtornos ocorridos na cidade do Rio e na UERJ por ocasião da Copa. Pode-se ainda inserir tal crítica num cenário mais amplo, já que há vários problemas relativos à administração petista que deixam brasileiros descontentes. A crítica ao PT é ativada metonimicamente na mescla, via relação parte-todo, por meio da condução do país por petistas há três mandatos.

As estrelas vermelhas que representam o PT no *input* 2 herdam também a simbologia das estrelas como condutora do destino do *input* 1, afetando de forma negativa a vida dos brasileiros assim como a doença que afeta os personagens do filme. Como, diferentemente dos personagens, as estrelas presidenciais do PT são atores de seu destino político, na

medida em que tomam suas decisões, não houve projeção na dos personagens na mescla. Pela mesma razão não houve projeção de parte do sentido do título, já que a culpa é, de fato, da política petista por meio de seus representantes no poder.

Nos dois processos de mesclagem, ocorre a ativação de relações vitais de representação, visto que, nos *inputs*, estrelas representam a simbologia dos astros celestes e o PT. Ocorre também compressão por analogia ao se relacionar o papel das estrelas como guias dos destinos às ações das entidades políticas, como fator determinante na insatisfação de parte da sociedade brasileira.

Percebemos, ainda, a relação vital papel-valor, vista na projeção da segunda imagem exposta em que aparece a atual e o anterior presidente do Brasil, sendo os dois pertencentes ao mesmo partido político. Logo, dado o papel para presidente, *Dilma* e *Lula* vêm sendo os valores para o cargo de presidente desde o ano de 2002, e *presidente* será um valor para *chefe de Estado*; por isso a crítica ao destino orientado pelas estrelas do PT. O longo período representado pelos mandatos de *Lula* e *Dilma* caracteriza também uma compressão de tempo. Como as ações promovem mudanças no Brasil, pode-se conceber uma singularidade, resultante da compressão por mudança causada pelas ações das estrelas-destino do PT ao longo dos anos.

Às postagens das Figuras (1) e (3a), subjazem conceptualizações metafóricas na forma de personificações em estrelas são pessoas que podem controlar ou alterar o destino das pessoas e partidos políticos são pessoas, que podem ser responsabilizados/culpados, via projeção metonímica, por decisões prejudiciais à nação. A analogia entre estrelas e destino pode ser considerada uma concepção da metáfora vida é jornada.

3.2. UERJ é ilha

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro, situada no bairro do Maracanã, localiza-se em uma parte da região Norte que sofre com as fortes chuvas em certas épocas do ano como o verão, por exemplo. A Instituição também se localiza próximo ao Rio Maracanã que, em dias de chuvas intensas, transborda e alaga os lugares em torno. Assim, universidade fica vulnerável a chuvas fortes, que a deixa isolada já que toda a área ao seu alaga com rapidez, como se fosse uma ilha. Assim, funcionários e alunos costumam se ilhados, pois só podem se locomover após escoamento da água. Já houve casos de pessoas dormirem na instituição.

Essa visão metafórica de isolamento devido às enchentes podem ter levado à postagem da **Fig. (5)**, cuja conceptualização é apresentada na **Fig. (6)**.



Fig. 5 – UERJ é ilha. Fonte: UDD

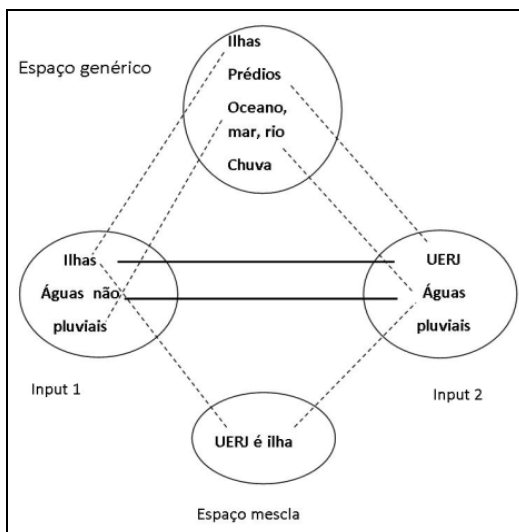


Fig. 6 – Mescla UERJ é ilha

No *input 1*, tem-se o *frame* organizacional *ilha* como uma porção de terra cercada de água de natureza não pluvial, encontrada em rios, mares e oceanos. No *input 2*, têm-se o conhecimento em relação à UERJ em dias de chuvas intensas, como um conjunto de prédios isolados por água

de chuva em sua volta. No espaço genérico, encontram-se nosso conhecimento sobre ilhas, prédios, mares, rios, oceanos e chuva.

Após as projeções das contrapartes dos *inputs* ao espaço mescla, conceitua-se a UERJ como ilha quando chove, deixando os funcionários e alunos ilhados como o isolado pescador do desenho usado na montagem da imagem. Logo, a postagem confere à universidade uma singularidade, em razão da projeção metafórica a UERJ é uma ilha.

Observa-se a compressão da relação vital de espaço, pois a instituição torna-se uma ilha; de causa-efeito, já que o acúmulo de água de chuva em grande quantidade ao redor da instituição leva-a a ser percebida como uma ilha. Outra relação presente na mescla é a de analogia, vista na semelhança de sentido entre uma ilha e a UERJ em dia de chuva.

4. Considerações finais

As três imagens analisadas expressam sentidos diferentes decorrentes das compressões alcançadas por meio dos conhecimentos contidos na memória de longo prazo e das relações que essas estruturas apresentam para a construção de sentido. Todas as conceptualizações envolvem uma importante relação: a intencionalidade, na medida em que, ao realizar a montagem, os administradores da página expressaram uma intenção acerca do que significar.

Portanto, as três imagens apresentadas expressam a importância da mesclagem conceptual na análise de formas de pensamentos complexos, como analogias, ironias e inferências. Por isso, a integração conceitual é uma operação cognitiva fundamental para organizar e descrever o raciocínio emergido a partir de imagens criativas, como as encontradas na página virtual *UERJ da depressão*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão *et al.* (Orgs.). *Linguística cognitiva em foco: morfologia e semântica do português*. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

BERNARDO, Sandra Pereira. *Projeto de pesquisa: Papel da metáfora e da mesclagem conceptual em conversa*. UERJ-SELIC 2013-2015: Rio de Janeiro, 2013 (pdf).

EVANS, Vyvyan; GREEN, Melanie. *Cognitive linguistics: an introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.

FAUCONNIER, Gilles. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____; TURNER, Mark. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basis Books, 2002.

_____; _____. *Conceptual Blending, form and meaning*. *Recherches en communication*, n.19, 2003.

FERRARI, Lilian. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

KÖVECSES, Zóltan. *Metaphor: a practical introduction*. New York: Oxford University Press, 2002.

LAKOFF, George. *Women, fire and dangerous things*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

_____, George. *Master Metaphor List*. Group University of California at Berkeley. 1991.

_____; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Coordenação de tradução Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.

**A TOPONÍMICA DA ÁREA CENTRAL
DA CIDADE DE TRÊS LAGOAS:
UM ESTUDO PRELIMINAR**

Karla Bittencourt (UFMS)
kpbittencourt@yahoo.com.br

RESUMO

A toponímia reflete aspectos históricos de um povo e do espaço onde ele habita, o que inclui o caráter social, cultural e ideológico da comunidade, caráter esse que pode fornecer elementos que justificam os motivos que impulsionaram a denominação toponímica, no caso da toponímia urbana, os nomes de ruas, de avenidas, de praças de uma área urbana. Inserido na área dos estudos onomásticos, este trabalho analisa os topônimos urbanos da área central da cidade de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul (MS), pautando-se nos pressupostos teóricos de Dick (1990) para os estudos toponímicos; em fundamentos da etnolinguística, em especial as contribuições de Sapir (1969), e da lexicologia, propostos por Biderman (1998)²⁹. A cidade de Três Lagoas foi fundada em 1915, quando a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil adentrou o Estado de Mato Grosso do Sul. O bairro Centro foi povoado pelos trabalhadores da estação, que fixaram morada próximo às instalações da ferrovia. Além de casas residenciais, também surgiram estabelecimentos comerciais, o que desencadeou o começo da então vila de Três Lagoas. Para este estudo foi utilizada como fonte primária de dados o mapa oficial da cidade, cedido pela Prefeitura Municipal de Três Lagoas-MS e como fontes secundárias atas da Câmara Municipal. O estudo analisa 19 topônimos que nomeiam doze ruas, cinco avenidas, uma viela e uma travessa, e tem como objetivo examinar os topônimos urbanos, no que diz respeito à motivação toponímica, às bases étnicas dos designativos e à estrutura formal dos topônimos. O estudo verifica, ainda, em que proporção fatores históricos relacionados à fundação da cidade se refletem na toponímia do bairro Central da cidade.

Palavras-chave: Toponímia urbana. História. Três Lagoas. Centro.

²⁹ Este trabalho discute resultados parciais do projeto de Dissertação de Mestrado, que estuda a toponímia urbana da cidade de Três Lagoas-MS, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Letras/Mestrado e Doutorado, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)/Campus de Três Lagoas, sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo.

1. *Introdução*

O município de Três Lagoas – MS está situado na região Centro-Oeste do Brasil, divisa com o estado de São Paulo, situando-se a 310 km da capital Campo Grande e, aproximadamente, 900 km do Distrito Federal. Possui uma área territorial de 10.235,8 km² de extensão, ocupa o 25º lugar no ranking dos municípios mais dinâmicos do Brasil, sendo a terceira maior cidade do Estado em população³⁰ e em termos de importância econômica. O nome da cidade foi motivado pela presença de três lagoas naturais existentes na área onde surgiu a cidade. Na atualidade uma dessas lagoas, a maior, é urbanizada e se configura como ponto turístico da cidade e espaço de entretenimento para os três-lagoenses. Nas últimas décadas teve grande crescimento populacional, em decorrência da instalação de grandes indústrias na região.

A vila de Três Lagoas foi fundada em 15 de junho de 1915, pela Lei Estadual nº 706, tendo sido desmembrada da Comarca de Sant'Anna do Paranaíba³¹, por meio do Decreto Lei nº 768, de 27 de dezembro de 1916. Pela resolução nº. 820, de 19 de outubro de 1920, Três Lagoas recebe foro de cidade em 19 de outubro de 1920, abrigando os distritos de Arapuá, dos Garcias, da Ilha Comprida e do Guadalupe do Alto Paraná. O surgimento da vila deu-se em decorrência da chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil à localidade, trazendo trabalhadores e suas respectivas famílias que fixaram raízes no município. A grande mobilização demográfica não contribuiu somente para o povoamento da cidade, mas também para o desenvolvimento econômico e a formação cultural dos habitantes. Aos poucos, às margens da linha férrea, trabalhadores foram fixando residência e timidamente os primeiros estabelecimentos comerciais se instalando. A vinda de migrantes e de imigrantes oriundos de outros Estados brasileiros e de outros países contribuiu para a formação da população do município, influenciando hábitos, comportamentos, desenvolvimento socioeconômico, que refletiram na história de Três Lagoas. (OLIVEIRA, 2011, p. 128).

Logo, o caminho da estrada de ferro foi considerado marco importante para o desenvolvimento urbano da vila, contribuindo diretamente

³⁰ Segundo o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2010, a população de Três Lagoas é de aproximadamente 110 mil habitantes.

³¹ A cidade de Paranaíba situa-se na região Nordeste do Estado de Mato Grosso do Sul, a 177 km de Três Lagoas, a 407 km da capital Campo Grande e a 700 km de Brasília (Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, 2014).

para a instalação de novos núcleos urbanos. O primeiro bairro, a área central, situa-se nas adjacências da Estação Ferroviária de Três Lagoas, onde também surgiram os primeiros estabelecimentos comerciais e algumas casas residenciais ocupadas pelos trabalhadores ferroviários. Além desse primeiro momento histórico, a história de Três Lagoas passou por outras três fases importantes: a construção da Usina Hidrelétrica de Jupia, CESP, que se iniciou em meados de 1960, sendo concluída em 1974; projetos de incentivos fiscais que incentivaram o plantio de eucalipto (1988/1990) e o impulso ao processo industrial (2006) (OLIVEIRA, 2011, p. 139). De modo geral, foram esses acontecimentos que contribuíram para a expansão do povoamento da cidade, sendo o primeiro de suma importância para o estudo da toponímia da região central da cidade.

O objeto de estudo deste trabalho foram os nomes dos logradouros que compõem o bairro Centro da cidade de Três Lagoas. A escolha desse *corpus* considerou a importância social e econômica que a área central representa para a cidade. A organização urbana da cidade de Três Lagoas com o traçado de suas ruas e avenidas obedeceu a um plano em formato de xadrez. A cidade é dividida em zonas urbanas que incorporam os bairros. O bairro Central, por exemplo, reúne as principais ruas e avenidas da cidade que abrigam a maior concentração de estabelecimentos comerciais, estendendo-se do centro até a Lagoa Maior, principal ponto turístico da cidade.

Os logradouros que fazem parte da área central estão assim distribuídos: 05 avenidas: *Antônio Trajano dos Santos, Filinto Muller, Capitão Olinto Mancini, Advogado Rosário Congro, Dr. Eloy Chaves de Miranda*; 12 ruas: *Crispim Coimbra, Zuleide Perez Tabox, Dr. Orestes Prata Tibery, Dr. Munir Thomé, Paranaíba, Alexandre José da Costa, João Silva, João Carrato, Elmano Soares, Generoso Alves de Siqueira, Engenheiro Elvírio Mário Mancini, Alfredo Justino*; 01 viela: *Existente* e 4) 01 travessa: *Alzira Ottoni da Silva*. O objetivo geral deste estudo é analisar os topônimos em termos de motivação toponímica, das bases étnicas dos designativos e da estrutura formal dos topônimos levantados. O estudo analisa, ainda, em que proporção fatores históricos relacionados à fundação da cidade se refletem na toponímia do bairro central da cidade. Na sequência, discutimos os pressupostos teóricos que norteiam este estudo.

2. *Pressupostos teóricos*

A lexicologia é a área dos estudos lexicais que estuda as palavras de uma língua em todos os seus aspectos, incluindo a motivação dos signos linguísticos, tendo a semântica como sua principal base de sustentação, e o relacionamento do léxico com os demais subsistentes da língua, como a estrutura interna da palavra, nas suas relações e inter-relações. Enfim, fornece subsídios para o estudo do léxico em termos de características estruturais e semânticas. Segundo Biderman (1998, p. 13), “o léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo”. Ainda conforme a mesma autora, no processo de nomeação o homem se apropria do real e da categorização da experiência e os nomeia por meio de palavras. Em suma, o homem associa as palavras a conceitos, que foram construídos ao longo de sua trajetória e de sua cultura, e que se aplica ao referente: “a geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência cristalizados em signos linguísticos: as palavras” (BIDERMAN, 1998, p. 13). Dessa forma, o mundo real é construído sobre base dos hábitos linguísticos do grupo a que o indivíduo está inserido, sendo a cultura um propulsor desse ato de nomear.

A língua, de modo geral, reflete a identidade de um povo, pois à medida que esse se transforma, também o sistema linguístico, em especial o léxico, reflete essa mudança. Esse processo está diretamente ligado ao mundo particular do ser humano e também sofre uma forte influência dos elementos da cultura, do ambiente físico e cultural, razão pela qual a língua pode ser tomada também como um reflexo do mundo a que o indivíduo está inserido. Os elementos ambientais (fatores de natureza fisicogeográfica) e sociais que modelam a vida e o pensamento humano, como a religião, a política, os padrões étnicos e as artes interferem na língua de forma mais direta no nível lexical, sendo impossível dissociá-los, pois a língua evidencia o olhar do homem em relação ao mundo que o cerca. Como explica Sapir (1969, p. 43), “há uma forte tendência a atribuir muitos elementos da cultura humana à influência do ambiente em que se acham situados os participantes dessa cultura”.

Nessa perspectiva, a cultura pode ser entendida como conjunto de elementos que moldam o indivíduo em termos de crenças, de costumes e do modo de ver a vida. Ancorada nesses pressupostos, a Etnolinguística analisa a língua, variações e invariações sociais, pois examina a relação entre a língua e a visão de mundo daquele que fala. Schaff (1974, p. 99), por exemplo, pautando-se no pensamento de Sapir (1958), registra que “a

língua de uma sociedade humana dada, que pensa e fala nessa língua, é organizadora de sua experiência e por essa razão, modela o ‘mundo’ e ‘sua realidade social’”. Ou seja, cada povo tem uma visão singular, sendo importante reconhecer aspectos culturais para entender o quão diferentes são os modos de ver o mundo por meio da linguagem.

A par da lexicologia e inscrita na linguística, a onomástica é a ciência que se ocupa dos nomes próprios e abrange duas subdivisões: a Antroponímia, estudo dos nomes próprios de pessoas e a Toponímia, estudo dos nomes próprios de lugares. O ato de nomear não pode ser analisado como fato isolado, uma vez que carrega em si toda carga histórica e cultural de um povo, pois a maneira de ver a vida interfere diretamente na toponímia. Na verdade o nome próprio de lugar:

Muito mais do que um mero fator auxiliar do agir e do viver individual ou coletivo; é indício de rumos tomados pelos falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população (DICK, 2007, p. 144).

Desde os primórdios o homem aprendeu a dar nomes aos lugares e às pessoas, encontrou uma forma de delimitar os terrenos, os caminhos percorridos e a autenticidade das pessoas, por meio dos nomes. Em razão disso, atribui, aos elementos do mundo, não só etiquetas, mas designações e, com isso, não só identifica o espaço no campo individual e coletivo, mas também valoriza a cultura de cada povo.

Nesse contexto, situa-se a toponímia, área que se ocupa do estudo científico dos nomes de lugares.

[...] a toponímia pode ser considerada como uma disciplina completa e acabada, com seu campo de estudo específico (o topônimo e suas várias modalidades semânticas de modo a poder se traduzir, através delas, verdadeiras áreas nomenclaturais e, e, por conseguinte, os principais motivos que coordenam essa nomenclatura, como já procuramos demonstrar em nossa Tese de Doutorado. (A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos, USP, 1980), e um método próprio de trabalho (o da investigação científica, genericamente considerada) (DICK, 1990, p. II).

A toponímia, atualmente, tem alçado voos mais altos e é considerada uma disciplina aberta e de caráter dinâmico, que tem como principal objetivo compreender os elementos linguísticos que perpassaram o ato de nomeação dos lugares, de forma a evidenciar aspectos da cultura e da história e, conseqüentemente, a importância desse processo para a valorização da memória de um povo.

É possível estudar a toponímia em suas interfaces com outras áreas do conhecimento, em especial, a linguística, uma vez que tem como objeto de estudo o léxico, e a história, à medida que considera elementos históricos que influenciam a motivação dos designativos, em especial a toponímia urbana, enfoque deste trabalho. Em razão disso, a interpretação das causas denominativas dos nomes dos logradouros exigiu a busca de informações a respeito da organização urbana da cidade. Nesse processo, ficou evidente que a motivação da grande maioria dos designativos está associada a homenagens a pessoas que fizeram parte da construção do município e a feitos históricos a ele relacionados. Nesse particular, é preciso considerar que uma das funções dos designativos urbanos é a de situar as pessoas na cidade, facilitando a vida das pessoas, à medida que contribui para a organização e deslocamento dos transeuntes no espaço e contribui para a localização dos lugares (MORI, 2007, p. 316).

Como define Dick (1990, p. 81), “o topônimo não é um signo linguístico especial, mas, ao contrário, um designativo vocabular comum, acrescido, porém, da função específica de identificação dos lugares”. Na sequência, são discutidos os dados selecionados para o estudo e as opções metodológicas adotadas.

3. *Análise dos dados*

Como já assinalado, o objetivo deste estudo é a análise dos topônimos do bairro Centro da cidade de Três Lagoas. Para tanto, tomou-se como fonte primária dos dados o mapa oficial da cidade de Três Lagoas e como fonte secundária os documentos da Câmara Municipal do município. Considerando as informações contidas no mapa e do Plano Diretor da cidade, a cidade de Três Lagoas é dividida em zonas urbanas, que são subdivididas em bairros. Na zona central do município, o bairro Centro reúne 19 topônimos, como mostra o quadro a seguir.

AVENIDA	RUA	VIELA	TRAVESSA
Filinto Muller	Crispim Coimbra	Existente	Alzira Ottoni da Silva
Capitão Olinto Mancini	Zuleide Perez Tabox		
Adv. Rosário Congro	Alexandre José da Costa		
Antônio Trajano dos Santos	João Silva		
Dr. Eloy Chaves de Miranda	Generoso Alves de Siqueira		
	Alfredo Justino		
	Elmano Soares		
	Munir Thomé		
	Dr. Orestes Prata Tibery		

	Eng. Elvírio Mário Mancini		
	João Carrato		
	Paranaíba		

Quadro 1 - Topônimos do bairro Centro de Três Lagoas - MS.

A busca por fontes sobre a motivação dos logradouros não foi uma tarefa de fácil execução, uma vez que muitos dos documentos sobre a fundação da cidade foram extraviados. A consulta ao acervo da câmara municipal de Três Lagoas permitiu a identificação de leis, decretos que contêm a data de criação de logradouros. Todavia, houve casos de não localização de documentos dessa natureza, o que dificultou a análise da motivação de alguns topônimos.

A toponímia urbana é considerada de suma importância, para identificar e individualizar certo referente urbano, de forma a situar as pessoas no ambiente. De acordo com o modelo teórico de Dick (1990, p. 35), os topônimos podem ser divididos em duas grandes categorias, os de natureza física (fatores geográficos) e os de natureza antropológica (fatores sociais):

Por fatores físicos se entendem aspectos geográficos como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regimes de chuvas, bem como o que se pode chamar de base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo. Por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais, estão a religião, os padrões étnicos, a forma de organização política e a arte (DICK, 1990, p. 35).

Vinculadas a essas duas grandes classes, Dick (1990) propõe um modelo de 27 taxes (11 de natureza física e 16 de cunho antropológico). A terminologia dessas taxes considera que o primeiro elemento do sintagma tem como função definir a classe genérica, nesse caso, avenida, rua, travessa etc., enquanto o segundo indica a procedência do campo de estudo científico, ou seja, o topônimo.

Elemento geográfico	Topônimo	Taxionomia	Nome anterior	Estrutura morfológica	Observações
Avenida	Filinto Muller	Antropotopônimo	Cuiabá	Composta	Lei nº 659/ 1984
Avenida	Capitão Olin-to Mancini	Axiotopônimo	Minas Ge-raís	Composta	Lei nº 92/ 1952
Avenida	Adv. Rosário Congro	Sociotopônimo	Noroeste	Composta	Lei nº 754/ 1965
Avenida	Antônio Tra-jano dos Santos	Antropotopônimo	João Pessoa	Composta	Lei nº 28/ 1949

Avenida	Dr. Eloy Chaves de Miranda	Sociotopônimo	São Paulo	Composta	Lei nº 257/ 1965
Rua	Crispim Coimbra	Antropotopônimo	São João	Composta	Lei nº 15/ 1974
Rua	Zuleide Perez Tabox	Antropotopônimo	Joaquim Murtinho	Composta	Lei nº 871/1989
Rua	Alexandre José da Costa	Antropotopônimo	—	Composta	—
Rua	João Silva	Antropotopônimo	Goiás	Composta	Resolução nº 60/ 1951
Rua	Generoso Alves de Siqueira	Antropotopônimo	—	Composta	—
Rua	Alfredo Justino	Antropotopônimo	Porto Esperança	Composta	Resolução nº 59/ 1951
Rua	Elmano Soares	Antropotopônimo	—	Composta	—
Rua	Dr. Munir Thomé	Antropotopônimo	2 de Julho	Composta	—
Rua	Dr. Orestes Prata Tibery	Axiotopônimo	Barão do Rio Branco	Composta	Lei nº 1371/ 1997
Rua	Eng. Elvírio Mário Mancini	Sociotopônimo	Existente	Composta	Decreto nº 24/ 1975
Rua	João Carrato	Antropotopônimo	—	Composta	Resolução nº 70/ 1951
Rua	Paranaíba	Corotopônimo ³²	—	Híbrida	—
Travessa	Alzira Ottoni da Silva	Antropotopônimo	Cuiabá	Composta	Lei nº 815/ 1988
Via	Existente	Não Classificada ³³	—	Simples	—

Quadro 2 - Análise dos topônimos do bairro Centro de Três Lagoas - MS

A partir dos dados registrados no Quadro 2 pode-se traçar um panorama das características de nomeação do bairro Centro da cidade de Três Lagoas, do ponto de vista taxionômico:

- **12 antropotopônimo:** *Filinto Müller, Antônio Trajano dos Santos, Crispim Coimbra, Zuleide Perez Tabox, Alexandre José da Costa, João Carrato, Generoso Alves de Siqueira,*

³² - O topônimo *Paranaíba* é de base indígena: "rio ruim, impraticável", segundo Sampaio (1928), por isso foi classificado pela equipe de pesquisa do Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul (ATEMS) como *hidrotopônimo*. Neste trabalho, foi classificado como *corotopônimo*, nome transplantado, segundo Dick (1990, p.32), porque o nome da rua, na cidade de Três Lagoas, é uma homenagem não ao rio, mas à cidade de Paranaíba, em virtude de originalmente Três Lagoas ter sido distrito de Sant'Ana do Paranaíba, nome anterior desse município.

³³ - O topônimo *Via Existente* não foi classificado, pois essa designação é provisória e existe apenas para fins burocráticos, segundo a Câmara Municipal de Três Lagoas. Logradouros assim identificados receberão designativos de acordo com o novo projeto urbano da Prefeitura Municipal.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Alfredo Justino, Elmano Soares, Munir Thomé, João Car-rato e Alzira Ottoni da Silva;

- **02** axiotopônimos: Dr. Orestes Prata Tibery e Capitão Olinto Mancini;
- **03** sociotopônimos: Eng. Elvírio Mário Mancini e Dr. Eloy de Chaves Miranda; Adv. Rosário Congro.
- **01** corotopônimo: Paranaíba.
- **01** não classificado: Existente

Comparando-se os dados das colunas 2 e 4 do Quadro 2, nota-se que os nomes atuais são oriundos de homenagens a pessoas que fizeram parte da história do município, participando de forma ativa do desenvolvimento da cidade ou por ser atribuído a ele algum feito de grande importância social. Já os nomes anteriores dos logradouros são motivados por homenagens de outra natureza: *corotopônimos*: Cuiabá, João Pessoa, São Paulo, Minas Gerais e Goiás, que provavelmente indicam homenagens dos moradores aos seus locais de origem; *axiotopônimo*: Barão do Rio Branco; *historiotopônimo*: 2 de Julho; *cardinotopônimo*: Noroeste; *hagiotopônimo*: São João; *geomorfotopônimo*: Porto Esperança. Essa mudança dos nomes dos logradouros segue uma tendência da toponímia urbana, qual seja a de alterar nomes de logradouros, normalmente por razões de cunho político. No caso de Três Lagoas, a mudança de nomes homenageia pessoas que, de alguma forma, participaram da história do município. A título de síntese segue o gráfico com a produtividade das taxinomias que evidenciam a motivação dos topônimos do bairro Centro da cidade de Três Lagoas.

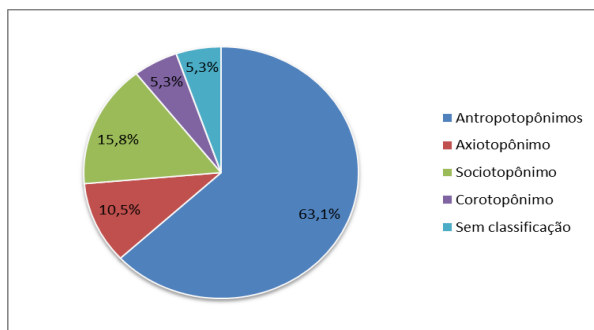


Gráfico 1- Distribuição quantitativa das taxas toponímicas identificadas no bairro do Centro de Três Lagoas.

4. Considerações finais

No conjunto dos 19 topônimos que nomeiam os logradouros do bairro Centro da cidade de Três Lagoas, há um nome transplantado (Paranaíba) e outros motivados por homenagens a pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da cidade (Antônio Trajano dos Santos, Adv. Rosário Congro, Alexandre José da Costa, Gerenoso Alves de Siqueira, Alzira Ottoni da Silva e Dr. Munir Thomé). Há também nomes como Zuleide Perez Tabox, Munir Thomé e João Carrato que apontam para nomes de famílias de imigrantes que compõem o mapa étnico da população de Três Lagoas. Esse panorama demonstra a estreita relação entre a história da cidade de Três Lagoas e a toponímia urbana da cidade, uma vez que os nomes estudados neste trabalho integram o rol dos primeiros imigrantes que chegaram à cidade e participaram do seu povoamento e desenvolvimento. Dessa forma, foi possível verificar que a toponímia urbana reflete a memória do município, à medida que 94,6% dos nomes atuais são frutos de homenagens a personalidades que se destacaram na história da cidade, enquanto 5,3%, (o topônimo Paranaíba) configura-se como uma homenagem à cidade vizinha. Em ressalva é importante demonstrar que a Viela *Existente* ainda não possui um nome próprio, apenas uma designação que sintetiza sua existência, dessa forma, não é possível classificá-la, segundo o modelo teórico de Dick (1990). Segundo dados recolhidos dos arquivos da Câmara Municipal, os logradouros ainda não nomeados, identificados no mapa como “Existente”, atendem somente fins burocráticos, como o serviço dos correios, dentre outros, e até o final de 2014 serão nomeados em consonância com o novo projeto urbano da Prefeitura.

Em síntese, pode-se caracterizar a toponímia urbana da área central da cidade de Três Lagoas como recurso de cunho social em que a cidade nada mais é do que o palco onde os atores/denominadores são peças importantes para a (re)construção do enredo, que resgata a memória local do povo, suas raízes étnicas e seu patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo, Dimensões das palavras. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 2, p. 81-118, 1998.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1990.

_____. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. *Revista Trama*, Cascavel, v. 3, n. 5, p. 141 – 155, 1º semestre de 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br>>. Acesso em: 29-09-2014.

OLIVEIRA, Ovídio Lopes de. *Três Lagoas: em sua memória, sua história*. Vol. 1. Três Lagoas – MS: GDB Print, 2009.

OLIVEIRA, Arlinda Montalvão de. *Nos trilhos da memória – Estrada de ferro noroeste do Brasil e o surgimento das cidades de Mato Grosso do Sul*. 1. ed. Campo Grande: Life, 2011.

MORI, Olga. Aspectos teóricos relevantes de las designaciones urbanas. In: *Actes du XXV Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*. [s./l.]: De Gruyter, 2007. p. 317 -323.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 3. ed. Bahia, 1928.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: _____. *Linguística como ciência: ensaios*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969, p. 43-62.

SCHAFF, Adam. A etnolinguística: hipótese Sapir-Whorf. In: _____. *Linguagem e conhecimento*. Coimbra: Almeida, 1974, p. 89- 141.

**AQUISIÇÃO DE PALAVRAS COMPLEXAS
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
A EMERGÊNCIA DE MORFOLOGIA DERIVACIONAL
NA FALA INFANTIL**

Christina Abreu Gomes (UFRJ)

christina-gomes@uol.com.br

Maria Fernanda Moreira Barbosa (UFRJ)

fernanda136@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho, investiga-se, com base nos pressupostos dos modelos baseados no uso, os aspectos morfológicos e lexicais do processo de aquisição de linguagem, incidindo na aquisição da morfologia derivacional e, mais especificamente, na aquisição de palavras complexas por derivação na fala de crianças de 2;0 a 5;0 anos de idade no português brasileiro. Adotamos a perspectiva teórica fornecida pelos modelos baseados no uso, que compartilham a ideia de que não há uma separação estrita entre léxico e gramática. Desse modo, a gramática emerge das representações do léxico, isto é, ela não tem existência independente. A amostra é constituída de dados de fala espontânea de crianças de 2;0 a 5;0 anos de idade, oriundos da Amostra de Fala Infantil e da amostra AQUIVAR, ambas pertencentes ao acervo do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL/UFRJ), de dados provenientes do *corpus* FLORIANO-POLIS/CHILDES e de dados do projeto Avaliação Sonora do Português Atual (ASPA/UFGM) a fim de categorizarmos os afixos de acordo com suas frequências do tipo.

Palavras-chave: Aquisição de linguagem. Derivação. Formação de palavras.
Afixação. Português brasileiro.

1. Introdução

Este estudo visa fornecer uma descrição sobre a aquisição da morfologia derivacional no português brasileiro, permitindo-se conhecer como se processa a aquisição de afixos derivacionais e como se caracteriza a expansão do léxico infantil. É nesta perspectiva que se insere o presente estudo, tendo como foco principal analisar a emergência de afixos deri-

vacacionais em crianças de 2:0 a 5:0 anos de idade que estão adquirindo o português brasileiro.

O texto apresenta-se estruturado da seguinte maneira: na segunda seção, tem-se as principais descrições sobre a aquisição de palavras complexas na literatura; Na terceira seção, apresenta-se um panorama dos modelos baseados no uso; Na quarta seção, especifica-se a metodologia empregada na coleta de dados; Na quinta seção, descreve-se os resultados preliminares obtidos a partir da coleta de dados, segundo o modelo teórico adotado neste estudo; Por fim, têm-se as considerações finais.

2. Revisão da literatura

Para Clark (2001), as crianças começam a produzir as primeiras palavras entre os 12 e 20 meses de idade. Nessa fase, elas produzem variações morfológicas sistemáticas de tais palavras. Logo, a partir do momento em que as crianças começam a articular suas primeiras palavras, seu vocabulário é constantemente expandido, tendo a habilidade de reconhecer cerca de 500 palavras ao completarem 2 anos de idade. Daí em diante, elas passam a adquirir cerca de 10 novas palavras a cada dia, ampliando consideravelmente seu vocabulário e alcançando uma média de 14.000 palavras ao completarem 6 anos de idade (CAREY, 1978, p.265) e eventualmente podem atingir de 20.000 a 50.000 palavras, mesma faixa de variação que um falante adulto tem prontamente à sua disposição (NATION, 1993; CLARK, 1993; AITCHISON, 1994). E antes da fase adulta, a expansão de seu vocabulário já está em torno de 50.000 a 100.000 palavras (CLARK, 2009).

Clark (2009) ressalta que as crianças percebem as palavras ao observarem o fluxo de conversação entre adultos e crianças (p. 283). Com isso, elas inferem os possíveis significados de palavras até então desconhecidas, a partir do modo como os adultos as empregam no discurso. Desse modo, o adulto serve de fonte-alvo para o *input* da criança e ela orienta-se na tentativa de comunicar-se seguindo as mesmas estratégias utilizadas pelos adultos. Sendo assim, o adulto emprega uma nova palavra e a criança observa o contexto no qual o vocábulo desconhecido foi utilizado. Posteriormente, ela formula a hipótese a respeito do conceito que possivelmente aquela palavra corresponde e vai confirmando, reforçando, modificando ou rejeitando a hipótese inicial à medida que observa outras instâncias de uso para o mesmo vocábulo (BLOOM, 1994, p. 11).

Segundo Nagy & Anderson (1984), a capacidade de interpretar as palavras com base na análise morfológica pode ser explicada pela compreensão de leitura que acontece nos primeiros anos escolares. Nesse sentido, Wysocki & Jenkins (1987) realizaram um experimento com crianças falantes de inglês da 4ª, 6ª e 8ª série do ensino fundamental. Esses alunos receberam três lições de 15 a 20 minutos que eram compostas por palavras de baixa frequência, apresentadas isoladamente e contextualizadas em sentenças. Em seguida, foi solicitado ao professor que escrevesse tais palavras e suas definições no quadro negro e então os alunos liam em voz alta os respectivos vocábulos e suas definições. Quando as crianças já estavam familiarizadas com as palavras, o professor as apagava. Posteriormente, com o intuito de avaliar o conhecimento das crianças, foi-lhes pedido para produzirem a definição de determinada palavra ou para produzirem a palavra dada a sua definição. Em um segundo momento, foi-lhes ensinado que a partir de um vocábulo primitivo formavam-se novas palavras derivadas (p. ex.: gratuito para gratuidade), a fim de analisar se as generalizações morfológicas haviam ocorrido. Desse modo, os autores verificaram que, em todas as séries abarcadas pelo experimento, as generalizações morfológicas foram constatadas e os novos conhecimentos da consciência morfológica³⁴ foram utilizados para definir as palavras desconhecidas. Com isso, a pesquisa demonstrou que as crianças têm habilidade para decompor os vocábulos em morfemas como também que a consciência morfológica auxilia no processo de alfabetização nos primeiros anos escolares.

De acordo com Nunes e Bryant (2006), a compreensão de uma nova palavra é facilitada se a criança percebe que a mesma é formada por uma combinação de vários morfemas, cada um com o seu próprio significado, que se unem para formar esse novo vocábulo. Assim, se a criança conhece o significado do vocábulo “legal”, poderá inferir também o significado de “legalmente” e “ilegal”, por exemplo.

Os trabalhos de Nagy & Anderson (1984), de Wysocki & Jenkins (1987) entre outros, indicam que as crianças apresentam um conhecimento intuitivo e implícito da estrutura morfológica das palavras, ou seja, esse conhecimento é utilizado de forma inconsciente e não intencional. De um lado, observa-se que esses estudos foram realizados com crianças de

³⁴ A consciência morfológica corresponde à habilidade de compreender e manipular pequenas partes significativas que compõem as palavras, ou seja, a menor parte indivisível e significativa da palavra (morfema) como prefixos, radicais e sufixos, por exemplo.

ensino fundamental a partir dos 9 anos de idade, visto que esses autores argumentam que o processamento da morfologia derivacional começa tardiamente e está relacionado ao desenvolvimento da aprendizagem da leitura e da escrita.

Por outro lado, tal como é defendido por Clark (1993, 2001, 2009), à medida que a criança aprende mais palavras, as memoriza e as produz em seu discurso, torna-se capaz também de analisar a sua estrutura morfológica interna. Neste ponto, é pertinente destacar o fato de que as crianças começam a usar alguns sufixos derivacionais para construírem novos nomes por volta de 2 anos de idade. A partir desta idade, Clark (2009) ressalta que os primeiros sufixos tipicamente usados no Inglês são o agentivo *-er* e o sufixo diminutivo *-ie* e antes mesmo de completarem 3 anos já fazem uso do prefixo *un-*. Assim, as crianças começam a fazer uso de radicais e afixos em formas derivadas, desde cedo. Considerando, então, que se registra a aquisição de palavras complexas em crianças a partir de 2 anos de idade, esse trabalho se propõe a investigar a aquisição destes itens e, conseqüentemente, a aquisição da morfologia derivacional em crianças falantes do português brasileiro.

3. Fundamentação teórica

Este trabalho fundamenta-se na base teórica fornecida pelos modelos baseados no uso – abordagens que compartilham a ideia de que não há uma separação nítida entre léxico e gramática, sendo essas duas esferas agrupadas em estruturas simbólicas (LANGACKER, 1987, 2008).

Diversos estudos têm trazido evidências para a postulação nos Modelos baseados no Uso (BYBEE, 2001, LANGACKER, 1987, 2008), da gradiência das estruturas linguísticas em oposição a um caráter estritamente discreto. Tem sido demonstrado que o comportamento dos indivíduos em situação de teste é gradiente em relação ao grau de complexidade dos itens lexicais, isto é, se a palavra é formada por mais de um morfema ou não. Em outras palavras, os indivíduos avaliam em escala se as palavras são ou não formadas por afixação ao invés de apresentarem um comportamento categórico, indicando, por exemplo, que *settlement* (do inglês, assentamento) é mais afixado do que *government* (do inglês, governo), conforme nos estudos de Hay (2001, 2003).

Esse tipo de evidência coloca uma questão em relação à representação e processamento das palavras complexas. Em que medida as palavras complexas são representadas e acessadas em função de suas subpar-

tes morfológicas? Segundo Bybee (1995, 1998), na proposição do modelo de redes (*Network Model*) tanto palavras simples quanto complexas estão representadas no léxico. Além disso, não há diferença de representação e processamento de palavras complexas regulares ou irregulares, sejam formadas por processo flexional ou derivacional, uma vez que ambos os tipos estão representados no léxico e seu grau de decomposicionalidade vai depender de sua frequência de uso. Segundo Bybee, o léxico não é uma lista de palavras, ao contrário, estas estão organizadas em redes de conexão lexical em função de sua semelhança sonora, semântica ou simultaneamente sonora e semântica. Dessa maneira, a estrutura interna da palavra é derivada do conjunto de conexões estabelecidas entre as palavras que apresentam as mesmas partes. Ademais, o modelo postula que a frequência de uso tem impacto na representação e determina a força lexical da palavra. Sendo assim, se a palavra é de alta frequência de uso, esta será representada de forma autônoma, não contribuindo para as redes de conexão que levam em conta as semelhanças entre os itens baseados na semelhança sonora e semântica, assim como também não irá contribuir para as redes de conexão estabelecidas em semelhança sonora e semântica. Desse modo, se um determinado padrão emergir de uma rede composta de um número alto de palavras que compartilham esse padrão, o resultado será uma forma de alta frequência de tipo, que tenderá a ser produtiva no sentido de ter seu uso estendido a novas palavras no léxico. Do ponto de vista do acesso lexical, a palavra de alta frequência tenderá a ser acessada e processada autonomamente ao passo que as de baixa frequência tenderão a depender da rede de conexões para o seu acesso, processamento e até mesmo aquisição.

Já Hay (2003, p. 5) apresenta como hipótese que a percepção de aspectos lexicais e sublexicais das palavras na fala afeta a representação de longo termo dos itens no léxico. O estudo apresenta evidências de que o processamento e a representação das palavras complexas no léxico dependem da frequência relativa entre a base e a forma derivada a ela relacionada, de maneira que se a forma derivada for mais ou menos frequente que sua base haverá impacto no tipo de processamento com consequência para a representação (HAY, 2003, p. 10). Por exemplo, os seguintes pares de palavras do inglês apresentam diferentes frequências relativas em relação às suas bases: *insane* (insano) é mais frequente que sua base *sane* (são), enquanto *insinsere* (insincero) é menos frequente que sua base *sinsere* (sincero). Sendo assim, *insane* tenderá a ser processado pela rota direta (*direct route*), isto é, como uma palavra inteira, reforçando uma representação com um grau baixo de decomposicionalidade, ao

passo que *insinsere* tenderá a ser processada pela rota de decomposição (*decomposed route*), na qual a palavra é acessada via suas subpartes, contribuindo para sua representação com grau alto de decomposicionalidade. As evidências do trabalho de Hay indicam que a frequência relativa parece ser mais importante que a frequência de ocorrência absoluta da proposta de Bybee (1995). Palavras de baixa frequência de ocorrência mas com frequência relativa maior do que a de suas bases tenderiam a serem processadas pela rota direta e representadas com baixo grau de decomposicionalidade (HAY, 2003, p. 73);

Segundo Hay (2003), outros aspectos competem no processamento. O grau de transparência fonológica entre a base e a palavra derivada pode contribuir para sua decomposicionalidade. Por exemplo, a relação entre *insane* and *sane* é fonologicamente transparente, ao passo que em *sanity* (sanidade) não há a mesma transparência. Segundo Bybee, também palavras com baixa transparência fonológica tendem a ter representação autônoma. Além disso, a frequência fonotática das fronteiras morfológicas pode interferir no processamento. Se a frequência fonotática for típica de padrões internos à palavra, a tendência será a de um processamento sem fronteira morfológica, contribuindo para a baixa decomposicionalidade do item lexical, ao passo que, se for uma frequência alta, típica de fronteira de morfema, a consequência será a de processamento e representação das partes componentes da palavra.

Considerando, de acordo com os modelos baseados no uso, que a gramática é emergente e que alguns níveis de representação são emergentes de outros (BYBEE & HOOPER, 2001), em que medida os itens complexos produzidos pelas crianças expressam um armazenamento que contemple as subpartes componentes dos itens lexicais? A produtividade observada em algumas produções sufixais que resultam em não palavras da língua, como *pintadeiro*, formado a partir do acréscimo do verbo *pintar* ao sufixo *-eiro*, ou mesmo, *grudador*, constituído pela base verbal *grudar* anexada ao sufixo *-dor*, são indicativos de que aquelas formas estão sendo analisadas como componente de outros itens e estão sendo aplicadas para formar um item que, a princípio, não faz parte do léxico da criança ou não tem ainda uma representação forte que assegure a estabilidade da representação de sua forma como na língua alvo.

Retomando o objetivo inicialmente apresentado nesta seção, este trabalho se baseia em dados levantados de produção espontânea de crianças e 2;0 a 5;0 anos de idade com o objetivo de detectar que itens, que podem ser historicamente relacionados com formação derivacional, apa-

recem na fala dessas crianças. Esse levantamento irá nortear a elaboração de testes com vistas a avaliar o grau de decomposicionalidade de determinados itens lexicais por crianças de 2;0 e 5;0 com vistas a contribuir para os estudos sobre aquisição de morfologia derivacional.

4. Metodologia

A amostra é constituída de dados de fala espontânea de crianças de 2;0 a 5;0 anos de idade, oriundos da Amostra de Fala Infantil e da amostra AQUIVAR, ambas pertencentes ao acervo do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL/UFRJ), de dados provenientes do *corpus* FLORIANOPOLIS/CHILDES.

Para a constituição dos *corpora* desta pesquisa, selecionamos 09 crianças com idades entre 2 e 5 anos de idade da Amostra de Fala Infantil do PEUL, sendo 02 crianças do sexo masculino e 07 do sexo feminino. Da amostra AQUIVAR (PEUL/UFRJ), foram analisadas 34 crianças com idades entre 2 e 5 anos, sendo 15 meninos e 19 meninas. Além disso, do *corpus* FLORIANÓPOLIS/CHILDES, foram coletados dados da informante Ester, mãe de Paulo.

Na recolha de dados, utilizou-se as transcrições correspondentes às amostras de fala espontânea da Amostra de Fala Infantil e da amostra AQUIVAR (PEUL/UFRJ), visando listar os itens lexicais derivados que aparecem na fala infantil no período de 2 a 5 anos de idade. Além disso, dada a importância da fala do adulto em servir de *input* para a fala de crianças em estágio de aquisição de linguagem, coletou-se também as palavras complexas presentes no discurso da informante Ester, da amostra FLORIANOPOLIS/CHILDES³⁵, a fim de buscarmos os morfemas derivacionais presentes na fala dessa mãe em interação com seu filho, única criança falante do português brasileiro que faz parte da base CHILDES.

A partir dos itens derivados levantados anteriormente da Amostra de Fala Infantil do PEUL e do *corpus* do AQUIVAR (PEUL/UFRJ), extraiu-se a frequência de tipo dos morfemas derivacionais da base de dados do projeto Avaliação Sonora do Português Atual (ASPA/UFMG) a fim de realizarmos um levantamento de frequência em termos de *type* que nos permitiu definir e categorizar os afixos em dois grupos, alta e baixa frequência, em função de sua produtividade na língua.

³⁵ A homepage do *Child Language Data Exchange System* (CHILDES) pode ser acessada pelo site <http://childes.psy.cmu.edu>.

5. Resultados

A frequência de uso será apresentada em três partes: um levantamento feito na amostra infantil do banco de dados do PEUL; um levantamento efetuado na amostra AQUIVAR (PEUL/UFRJ) e no *corpus* FLORIANOPOLIS/CHILDES; e um levantamento realizado na base de dados ASPA (UFMG) a fim de categorizar os afixos em função de sua produtividade na língua.

A seguir, na tabela 01, apresentamos o levantamento da frequência de *token* para as formas derivadas sufixadas encontradas na fala de crianças entre 2 e 5 anos. No entanto, cabe ressaltar que o tratamento aplicado aos dados será em termos da frequência de *token*, dado que nosso objetivo é a realização de um levantamento dos afixos presentes na fala de crianças entre 2 e 5 anos de idade.

TABELA 01			
Frequência de ocorrência de sufixos na fala de crianças de 2 a 5 anos (continua)			
Nº	Sufixos	N	%
1	-inho(a)	154	73,7
2	-eiro(a)	12	5,7

TABELA 01			
Frequência de ocorrência de sufixos na fala de crianças de 2 a 5 anos (conclusão)			
Nº	Sufixos	N	%
3	-dor	7	3,3
4	-aria /-eria	5	2,4
5	-ado(a)	4	1,9
6	-(i)dade	4	1,9
7	-oso(a)	6	2,9
8	-ão	3	1,4
9	-aço	2	1,0
10	-al	2	1,0
11	-eto(a)	2	1,0
12	-ino	2	1,0
13	-mento	2	1,0
14	-eco(a)	1	0,5
15	-edo	1	0,5
16	-ete	1	0,5
17	-ia	1	0,5
TOTAL		209	100

Fonte: AMOSTRA DE FALA INFANTIL - PEUL/UFRJ

A partir da tabela acima, nota-se que o diminutivo *-inho(a)* tem alta frequência de ocorrência nesta amostra, aparecendo em 73,7% das formas derivadas. Em seguida, temos o agentivo *-eiro* que ocorre em 5,7% das palavras complexas listadas no *corpus* em análise, seguido do sufixo *-dor* com 3,3% das ocorrências em formas derivadas. Dos 17 tipos listados na tabela 01, os sufixos com menor número de ocorrências são *-eco(a)*, *-edo*, *-ete* e *-ia*, todos com 0,5%, ocupando as últimas posições da tabela.

Em relação às formas derivadas prefixadas, foram encontradas 11 ocorrências com o prefixo *des-*, único prefixo registrado neste *corpus*, como se vê na tabela 02.

TABELA 02			
Frequência de ocorrência de prefixos na fala de crianças de 2 a 5 anos			
Nº	Prefixos	N	%
1	des-	11	100
TOTAL		11	100

Fonte: AMOSTRA DE FALA INFANTIL - PEUL/UFRJ.

Os dados oriundos da amostra AQUIVAR (PEUL/UFRJ) encontram-se distribuídos em função da frequência de ocorrência para as formas derivadas sufixadas, conforme apresentado na tabela 03. Reiteramos que o tratamento aplicado aos dados do AQUIVAR (PEUL/UFRJ) será em termos da frequência de *token*, dado que objetivamos levantar as produções de fala manifestadas em crianças entre 2 e 5 anos de idade.

TABELA 03			
Frequência de ocorrência de sufixos na fala de crianças de 2 a 5 anos (continua)			
Nº	Sufixos	N	%
1	-inho(a)	478	70,8
2	-eiro(a)	55	8,1
3	-dor	39	5,8
4	-edo	22	3,3
5	-eto(a)	12	1,8
6	-ão	11	1,6
7	-ino	10	1,5
8	-oso(a)	10	1,5
9	-ado(a)	4	0,6

TABELA 03					
Frequência de ocorrência de sufixos na fala de crianças de 2 a 5 anos (conclusão)					
Nº	Sufixos	N	%		
10	-anca	4	0,6		
11	-ote	4	0,6		
12	-al	3	0,4		
13	-(i)ficar	3	0,4		
14	-mento	3	0,4		
15	-agem	2	0,3		
16	-eco(a)	2	0,3		
17	-(i)dade	2	0,3		
18	-nte	2	0,3		
19	-aço(a)	1	0,1		
20	-aria /-eria	1	0,1		
21	-ção	1	0,1		
22	-ento	1	0,1		
23	-ete	1	0,1		
24	-ico	1	0,1		
25	-ista	1	0,1		
26	-oto(a)	1	0,1		
27	-udo	1	0,1		
TOTAL		675	100		

Fonte: AMOSTRA AQUIVAR - PEUL/UFRJ.

Como se pode observar, nesta tabela, ocorre o predomínio do morfema *-inho(a)*, apresentando uma frequência oito vezes maior (70,8%) que o sufixo seguinte, em ordem de ocorrência, o agentivo *-eiro(a)*, com cerca de 8,1%. Em seguida, aparece o sufixo *-dor* que ocorre em 5,8% das palavras complexas listadas no *corpus* do AQUIVAR (PEUL/UFRJ). Nota-se ainda que, dos 27 tipos listados na tabela 03, os sufixos com menor número de ocorrências são os que apresentam um índice percentual de 0,1%: *-aço(a)*, *-aria/-eria*, *-ção*, *-ento*, *-ete*, *-ico*, *-ista*, *-oto(a)* e *-udo*.

Em relação às formas derivadas prefixadas, foram encontradas 12 ocorrências que estão distribuídas em função da frequência de *token* dos prefixos extraídos do *corpus* AQUIVAR (PEUL/UFRJ), como se observa na tabela 04.

TABELA 04			
Frequência de ocorrência de prefixos na fala de crianças de 2 a 5 anos			
Nº	Prefixos	N	%
1	en-	6	50
2	des-	3	25
3	re-	2	16,7
4	es-	1	8,3
TOTAL		12	100

Fonte: AMOSTRA AQUIVAR - PEUL/UFRJ

Na tabela acima, observa-se que a distribuição dos prefixos apresenta um número de ocorrências bem reduzido em função do baixo número de formas derivadas encontradas, apenas 12 palavras complexas. Dos 4 tipos listados, o prefixo *en-* ocorre predominantemente em 50% dos dados analisados e apresenta uma frequência de ocorrência duas vezes maior que o prefixo *des-*, com exatamente 25%. Em seguida, temos o prefixo *des-* que ocorre em 16,7% das palavras complexas listadas no *corpus* em análise, seguido do prefixo *es-* com 8,3% das ocorrências em formas derivadas.

Os dados extraídos do *corpus* em análise encontram-se distribuídos em função da frequência de ocorrência dos sufixos detectados na fala de Ester, mãe de Paulo, conforme apresentado na tabela 05.

TABELA 05			
Frequência de ocorrência de sufixos presentes na fala da informante Ester			
Nº	Sufixos	N	%
1	-inho(a)	105	64,0
2	-eiro(a)	14	8,5
3	-ão	10	6,1
4	-edo	6	3,7
5	-ola	4	2,4
6	-eta	4	2,4
7	-oso(a)	3	1,8
8	-mente	3	1,8
9	-ura	2	1,2
10	-dor	2	1,2
11	-eco(a)	2	1,2
12	-izar	1	0,6
13	-ivo	1	0,6
14	-íssimo	1	0,6
15	-mento	1	0,6
16	-agem	1	0,6

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

17	-udo	1	0,6
18	-ia	1	0,6
19	-tório	1	0,6
20	-ista	1	0,6
TOTAL		164	100

Fonte: AMOSTRA FLORIANÓPOLIS - CHILDES.

Como se pode observar na tabela acima, o diminutivo *-inho(a)* também é muito frequente no discurso de Ester, mãe de Paulo, em exatos 64% dos dados. Em seguida, temos o agentivo *-eiro*, que ocorre em 8,5% das palavras complexas listadas no *corpus* em análise, seguido do sufixo *-ão* com 6,1% das ocorrências em formas derivadas. Dos 20 tipos listados na tabela 05, os sufixos com menor número de ocorrências são os que apresentam um índice percentual de 0,6%: *-izar*, *-ivo*, *-íssimo*, *-mento*, *-agem*, *-udo*, *-ia*, *-tório* e *-ista*.

De modo semelhante ao que ocorreu com os dados rastreados na Amostra de Fala Infantil e no *corpus* AQUIVAR, observa-se a ocorrência de um número bastante reduzido de formas prefixadas, sendo encontradas 12 ocorrências que estão distribuídas em função da frequência de *token*, como se vê na tabela 06.

TABELA 06			
Frequência de ocorrência de prefixos presentes na fala da informante Ester			
Nº	Prefixos	N	%
1	des-	10	83,3
2	es-	1	8,3
3	en-	1	8,3
TOTAL		12	100

Fonte: AMOSTRA FLORIANÓPOLIS - CHILDES.

Na tabela 06, nota-se que três prefixos foram rastreados na amostra FLORIANOPOLIS/CHILDES com base na fala da informante Ester, mãe de Paulo. Em função do baixo número de ocorrência das formas prefixadas encontradas, o prefixo *des-* ocorre predominantemente com maior frequência (83,3%) na fala de Ester em interação com seu filho do que os dois prefixos subsequentes. Em seguida, aparecem os prefixos *es-* e *en-* com aproximadamente 8,3% das ocorrências em formas derivadas.

Cabe ressaltar que os afixos listados na fala da mãe Ester no *corpus* FLORIANOPOLIS/CHILDES são relativamente os mesmos que aparecem na fala das crianças entre 2 e 5 anos listados nos dados da Amostra de Fala Infantil e da amostra AQUIVAR (PEUL/UFRJ), ou seja, não há diferenças substanciais entre os afixos encontrados na fala da mãe e aqueles coletados na fala das crianças, reiterando o fato de que a

fala do adulto serve de *input* para criança durante o período de aquisição da linguagem.

Realizou-se um levantamento de frequência em termos de *type* que nos permitiu definir e categorizar os afixos em dois grupos, alta e baixa frequência, em função de sua produtividade na língua. A partir dos dados extraídos da base ASPA (UFMG), os afixos foram distribuídos em função da frequência de *type*, como se observa na tabela 07.

TABELA 07		
Distribuição de sufixos em função da frequência de tipo (continua)		
Nº	Sufixos	N
1	-inho(a)	1223
2	-dor(a)	1088
3	-eiro(a)	740
4	-oso(a)	610
5	-mento	527
6	-ista	445
7	-(i)dade	406
8	-ção	392
9	-ão	391
10	-al	324
11	-nte	227
12	-agem	193
13	-ico	129
14	-ino(a)	124
15	-aria /-eria	106
16	-eto(a)	59
17	-(i)ficar	56
18	-ia	44

TABELA 07		
Distribuição de sufixos em função da frequência de tipo (conclusão)		
Nº	Sufixos	N
19	-aço(a)	37
20	-udo(a)	33
21	-ança	29
22	-ete	27
23	-ento	21
24	-ote	15
25	-eco(a)	14
26	-oto(a)	8
27	-edo	3
28	-ado(a)	3
TOTAL		7274

Fonte: Base de dados do projeto ASPA - UFMG.

Na tabela 07, nota-se que o tipo mais frequente é o diminutivo -*inho(a)* com 1223 registros na base ASPA (UFMG). No entanto, a frequência de tipo decai substancialmente a partir do sufixo -*eto(a)*, com exatos 59 formas derivadas, chegando ao extremo de mais baixa frequência com os sufixos -*edo* e -*ado(a)*, contando cada um com 3 formas derivadas presentes no *corpus* do projeto ASPA (UFMG).

A seguir, na tabela 08, apresentamos o levantamento da frequência de *type* para os prefixos.

TABELA 08		
Distribuição de prefixos em função da frequência de tipo		
Nº	Prefixos	N
1	des-	553
2	re-	417
3	en-	107
4	es-	20
TOTAL		1097

Fonte: Base de dados do projeto ASPA – UFMG

Na tabela acima, observa-se que o tipo mais frequente é o prefixo *des-* com exatos 553 registros na base ASPA (UFMG), seguido pelo prefixo *re-* que ocorreu em 417 formas derivadas. No entanto, há um decréscimo substancial da frequência de tipo a partir do prefixo *en-*, apresentando 107 registros, e culmina com o tipo menos frequente, o prefixo *es-*, ocorrendo em 20 formas derivadas.

6. Considerações finais

Este estudo preliminar teve como objetivo realizar um levantamento de produção de fala espontânea de crianças de 2;0 a 5;0 anos, a fim de identificarmos os afixos que aparecem na fala infantil bem como na interação entre mãe e filho, registrando os morfemas derivacionais presentes nesta interação, dada a importância da fala do adulto em servir de *input* para a fala de crianças em estágio de aquisição de linguagem.

A partir dos itens derivados levantados anteriormente da Amostra de Fala Infantil do PEUL e do *corpus* do AQUIVAR (PEUL/UFRJ), extraiu-se a frequência de tipo dos morfemas derivacionais da base de dados do projeto Avaliação Sonora do Português Atual (ASPA/UFMG) com o propósito de realizar um levantamento de frequência em termos de *type* que nos permitiu definir e categorizar os afixos em dois grupos, alta

e baixa frequência, em função de sua produtividade na língua. Esse levantamento fornece indicações importantes para a elaboração de testes para avaliação da aquisição da morfologia derivacional que fazem parte da continuidade da presente pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITCHISON, J. *Words in the mind: an introduction to the mental lexicon*. 2. ed. London: Basil Blackwell, 1994.

BLOOM, P. *Language acquisition: Core readings*. Cambridge: MIT Press, 1994.

BYBEE, J. Regular morphology and the lexicon. *Language and Cognitive Process*, vol. 10, n. 5, p. 425-455, 1995.

_____. *The emergent lexicon*. CLS 34: The panels. Chicago Linguistics Society, p. 421-435, 1998.

_____. *Phonology and language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

_____; HOPPER, P. Introduction to frequency and the emergence of linguistic structure. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, p. 1-24, 2001.

CAREY, S. The child as word learner. In: HALLE, M.; BRESNAN, J.; Miller, G. A. (Eds.). *Linguistic theory and psychological reality*. Cambridge: MIT, 1978.

CLARK, E. *The lexicon in acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. Morphology in Language Acquisition. In: Andrew Spencer e Arnold M. Zwicky (Eds.), *The Handbook of Morphology*. Oxford: Blackwell, p. 374-389, 2001.

_____. *First language acquisition*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

HAY, J. Lexical frequency in morphology: is everything relative? *Linguistics*, 39, p. 1041-1070, 2001.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. *Causes and Consequences of Word Structure*. Routledge: New York and London, 2003.

LANGACKER, R. *Foundations of Cognitive Grammar*, vol. 2. Stanford: Stanford University Press, 1991.

_____. *Cognitive grammar: a basic introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

NAGY, W. E.; ANDERSON, R. C. How many words are there in in printed school English? *Reading Research Quarterly*, vol. 19, p. 304-330, 1984.

NATION, P. Vocabulary size, growth, and use. In: SCHREUDER, R.; WELTENS, B. (Eds.). *The bilingual lexicon*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 1993.

NUNES, T.; BRYANT, P. *Improving literacy by teaching morphemes*. London: Routledge, 2006.

WYSOCKI, K.; JENKINS, J. R. Deriving word meanings through morphological generalization. *Reading Research Quarterly*, vol. 22, p. 66-81, 1987.

**AS FEIÇÕES POLISSÊMICAS
DA UNIDADE LEXICAL BANDEIRA:
UM ESTUDO DIACRÔNICO COM BASE LEXICOGRÁFICA**

Rayne Mesquita de Rezende (UFG)

raynemesquita@hotmail.com

Maria Helena de Paula (UFG)

mhpcat@gmail.com

RESUMO

Este estudo objetiva versar sobre o percurso diacrônico dos processos de polissemantização da unidade lexical “bandeira”, que pode significar desde uma unidade de medida, até um conjunto de ações em prol de determinada causa (no âmbito da fraseologia). Para este fim, utilizaremos como corpora os registros trazidos para o referido item lexical em instrumentos lexicográficos de variada tipologia: dicionários gerais da língua portuguesa (BLUTEAU, 1712-1728; MORAIS SILVA, 1813; FREIRE, 1944; FERREIRA, 1975; AULETE, 2011) e dicionários etimológicos Nascentes (1955) e Cunha (2010). Quanto aos acervos de teor regionalista, faremos uso do vocabulário de Amaral (1920) e do *Dicionário do Brasil Central – subsídios à Filologia*, de Ortêncio (2009), a fim de traçar um paralelo entre os sentidos conferidos a um lexema registrado através do labor lexicográfico e os contextos sócio-histórico, geográfico e cronológico vigentes em uma comunidade linguística. Como aporte teórico, partimos dos postulados de Pottier (1978), Biderman (1984a; 1984b; 2001) e Vilela (1994).

Palavras-chave: Unidade lexical. Polissemia. Diacronia. Acervos lexicográficos.

1. Notas introdutórias

Com o fito de discorrer sobre o processo de plurissignificação que ocorre em considerável frequência e quantidade com algumas unidades lexicais da língua, neste caso em especial, a variante brasileira da língua portuguesa, é que traçaremos de forma genérica o percurso semântico-lexical da unidade *bandeira*.

A seleção desta unidade se assenta no fato de a mesma apresentar uma gama variada de significados, com que nos deparamos ao longo de nossas pesquisas no âmbito da lexicografia e da variação diatópica em nível lexical. Em sua gênese, o significado de *bandeira* remete a um tipo de estandarte, mas se estendendo, posteriormente, desde unidades de medida a processo histórico (colonização/povoamento do interior Brasil), uma gafe, entre tantos outros.

Sendo nosso objetivo investigar como uma unidade lexical, se reveste de determinados significados através do tempo buscamos nos acervos lexicográficos a base para a composição do *corpus* de estudo, visto que nos dicionários “[...] organização sistemática do léxico, uma espécie de tentativa de descrição do léxico de uma língua” (BIDERMAN, 2001, p. 131) é que permanecem registrados os usos lexicais de uma comunidade.

Por meio desses registros, detectamos as configurações socioculturais de um grupo de falantes, pois é no léxico “[...] parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade” (VILELA, 1994, p. 6) que vemos refletir de modo mais perceptível tudo o que diz respeito a uma estrutura social.

Trata-se, ainda, de um estudo *diacrônico*, que compreendemos como um conjunto capaz de explicar a evolução da língua baseada no estudo do caráter dos fenômenos linguísticos ao longo do tempo (DUBOIS et al., 2006).

Em se tratando das alterações semânticas³⁶ sofridas pelos significados das unidades lexicais, que podem se expansivas, ou retrativas, remonta-se imediatamente à diacronia enquanto um todo formado por um encadeamento de sincronias, pois essas mudanças se processam em um eixo temporal consoante as acepções contextuais vigentes em determinado estado da língua (BORBA, 2003).

Assim, tomamos como ponto de partida a definição da unidade lexical *bandeira* apresentada por Bluteau (1712-1728) no *Vocabulário*

³⁶De acordo com Borba (2003), os processos semânticos de *expansão* e *retração* caracterizam a circulação do léxico. Assim, a expansão abrange a *renominação*, em que um mesmo referente recebe diversos nomes, e é voltada para a variação em nível lexical; a *polissemia*, que se traduz na multiplicação das acepções para uma mesma *unidade lexical*, volta-se para a variação em nível semântico. A *retração*, por sua vez, se resume na redução das acepções das *unidades lexicais*, motivada pela perda de alguns de seus traços sêmicos.

Portuguez e Latino, bilíngue (português-latim) considerado entre os melhores dicionários de português antigos (BIDERMAN, 1984a). Perpassamos por mais quatro dicionários gerais de língua portuguesa, com o intuito de observar por meio das acepções registradas as alterações, manutenção de significados e extinção de alguns compreendendo um recorte de 299 anos, abrangendo três séculos.

Para tal feito, os dicionários escolhidos foram – *Dicionário da Língua Portuguesa*, segunda edição da obra de Moraes Silva (1813); o *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Freire de (1939 -1944); o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Ferreira (1975) e o *Novíssimo Aulete – Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Aulete (2011). Deste modo, as obras do tipo³⁷ geral selecionadas recobrem uma diacronia de praticamente 300 anos, abrangendo três séculos/ sincronias.

No que tange à inserção dos acervos de tipo parcial, primeiramente os etimológicos, os quais figuram o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de Nascentes (1955) e o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de Cunha (2010), advém, da necessidade de confirmarmos as origens da unidade lexical *bandeira* em acervos especializados para este fim.

Quanto aos de teor regionalista, o *Vocabulário*, parte integrante de *O Dialeto Caipira*, de Amaral (1920) e o *Dicionário do Brasil Central – Subsídios à Filologia*, de Ortêncio (2009), devem-se ao fato da investigação da variação diatópica em nível lexical ser uma das nossas frentes de pesquisa, bem como o propósito de investigarmos a situação dos significados registrados nos acervos gerais e parciais, em consonância com o contexto sociocultural e temporal em que são recolhidos.

³⁷ A classificação tipológica dos acervos lexicográficos utilizados é consoante à postulada por Hensch (1982), que o faz baseado em duas perspectivas. A primeira é de ordem *teórico-linguística*, em que classifica como *thesauri* os acervos que têm a pretensão de registrar, de modo *geral*, todas as *unidades lexicais* da língua e as denomina de *parciais*: os que objetivam fazer o registro de *unidades lexicais* recorrentes em subsistemas menores, frações dentro do sistema maior (língua), a exemplo dos dicionários de regionalismos. Já a segunda classificação funda-se na *organização prática de obras lexicográficas*, levando em conta os critérios: (i) formato e extensão da obra; (ii) se será de natureza linguística, enciclopédica, ou mista; (iii) número de línguas; (iv) seleção do léxico – geral ou parcial; (v) critérios cronológicos; (vi) finalidades dos dicionários; (vii) modo tradicional ou eletrônico. Cabe ressaltar que a designação terminológica adotada para os tipos de instrumentos lexicográficos, que foram nosso material de observação, teve como fundamento a segunda conjuntura de critérios - *organização prática de obras lexicográficas*, especialmente o item (iv).

2. A unidade lexical e seus vários significados: aspectos da polissemantização

A língua, metassistema de caráter plural e multifacetado, verbaliza no ato linguagem os conceitos que descrevem, organizam e classificam os seres, objetos e ações corriqueiras no âmbito extralinguístico, ao designá-los por meio dos signos linguísticos. Estes compreendem a forma designadora/nome e o significado/sentido, que representando a substância conceptual e ordenada em uma conjuntura estabelece os traços distintivos entre um signo e outro.

Então, partindo da direção semasiológica, do signo/nome/unidade lexical para o conceito/significado/sentido constatamos, sem nenhum esforço, que, frequentemente, uma mesma unidade lexical é capaz de remeter a uma infinidade de coisas concretas, abstratas, sentimentos e comportamentos. No nível semântico da língua, incide uma série de fenômenos que têm sua origem dentro da própria estrutura linguística e também fora dela, dentre os quais se situa a *polissemia*, que consiste em: “Relação de variação semântica de uma unidade lexical em que as variantes de conteúdo podem estar unidas por uma relação de extensão ou de especialização semântica, de transformação semântica, metonímica e/ou metafórica” (LOPES; RIO-TORTO, 2007, p. 87).

Neste sentido, compreendemos o que difere a *polissemia* de outro fenômeno da esfera semântico-lexical e de que, com frequência, decorre certa confusão, a homonímia. No caso da primeira, existem no significado das unidades lexicais semas específicos em comum, que dão origem por meio das metáforas e extensões de sentido aos novos significados, mantendo, como se pode observar, o traço semântico principal de seu conceito-base.

Quanto à *homonímia*, as semelhanças se restringem somente à forma “[...] identidade fônica e gráfica entre as unidades, mas sem nenhuma relação cognitiva e semântica entre os significados” (LOPES; RIO-TORTO, 2007, p. 42).

Frente ao exposto e após o cotejo realizado entre os instrumentos lexicográficos em questão, observamos, de modo geral e não nos restringindo somente ao item em tela, que as unidades lexicais apresentam um significado primitivo, ao qual com o passar do tempo, por meio dos processos supracitados, vão sendo acrescentados novos significados e sentidos, constituindo o que entendemos e denominamos como processo de *polissemantização*.

Não por acaso, as acepções registradas nos acervos aumentam seu número gradativamente, conforme a mudança de sincronia observada em uma conjuntura diacrônica maior; logo, “[...] quanto mais usada e antiga for uma palavra na língua, tanto maior costuma ser a pluralidade dos seus significados” (BIDERMAN, 1984b, p. 142). Portanto, na proporção tempo/quantidade de definições detectamos um aumento notável no número de significados elencados.

Os dicionários gerais trazem os números de definições para o lema *bandeira* sucessivamente: Bluteau (1712-1728), nove; Morais Silva (1813), onze; Freire (1939-1944), vinte e quatro; Ferreira (1975), trinta e quatro e Aulete (2011), trinta e sete. Os parciais, por focarem apenas no registro regional e considerando que um deles é um vocabulário, apresentando naturalmente uma quantia menor porque mais simplificada de acepções, temos uma acepção em Amaral (1920) e treze em Ortêncio (2009).

Todavia, antes de partirmos para os significados atribuídos a unidade lexical *bandeira*, julgamos ser interessante averbar brevemente sobre sua etimologia, posto que a origem de um item léxico possa contribuir para o entendimento dos traços que lhe foram e são delegados em certo momento histórico por uma comunidade linguística.

Assim, deixamos de lado provisoriamente os acervos parciais que não listam nenhuma informação acerca da etimologia da unidade lexical investigada. Nossas constatações se fundam no que fora arrolado nos dicionários etimológicos e nos gerais.

Nascentes (1955) apresenta três possíveis origens para *bandeira*; (i) *-banda-* como derivado do radical germânico; (ii) derivado do francês *bannèire*, que se transformou em *banna*; (iii) derivado do gótico *bandwa* e finalmente do espanhol, *bandera*. Cunha (2010, p. 79) por sua vez aponta: “Talvez do cat. *bandera*, deriv. do got. *bandwo* ‘signo’ que passaria a designar o estandarte distintivo de um grupo [...]”.

Entrementes, notam-se algumas divergências entre a origem da unidade lexical entre os lexicógrafos e dicionaristas. Bluteau (1712-1728) remete ao alemão – *bannier*; Morais Silva (1813) ao italiano – *bandiera*; Freire (1939-1944) delega ao latim – *bandaria*; Ferreira (1975), ao gótico – *badwa*; Aulete denota possibilidades da unidade lexical ser oriunda do gótico *bandwo*, mas de ter chegado até a língua portuguesa via o castelhano *bandera*.

Ainda que os acervos apresentem origens diversas, diante de sua comparação podemos inferir que a raiz da unidade lexical advém da família linguística indo-europeia, podendo variar entre as subdivisões germânicas (gótico e alemão) e românicas (latim, e seus derivados francês italiano, castelhano) (DUBOIS et al., 2006).

Saindo do perímetro morfolexical, seguimos para a gama de significados que a unidade lexical *bandeira* designa. Descrevemos os seus principais *traços semânticos*, “[...] que traduzem as propriedades semânticas em que se pode decompor o seu significado global” (LOPES; RIO-TORTO 2007, p. 20) arrolados durante o cotejo da unidade lexical nos dicionários partindo do significado mais geral e primitivo para os mais específicos. Veja-se abaixo:

Unidade lexical <i>bandeira</i> : propriedades semânticas
[+ símbolo/ representação] [+/- objeto] [+ uso figurado/abstrato] [+ função de agrupar] [+ unidade de medida] [+ parte de plantas] [+ tipo de animal] [+ contexto histórico] [+ atitude inadequada]

Quadro 1- Traços semânticos elencados
com base nos acervos lexicográficos gerais e parciais consultados.

Salientamos que as propriedades arroladas no quadro procedem da análise dos significados que os dicionários demonstraram com frequência e mantiveram desde o início da diacronia analisada, perpassando pelas três sincronias, obviamente com as alterações sintáticas e ortográficas correspondentes a cada qual.

A estruturação dos verbetes, embora não seja o tema central deste trabalho, não pode deixar de ser mencionada. Nota-se que cada vez mais os autores e organizadores de obras lexicográficas se preocupam em deixar a obra com as características arquetípicas, eliminando as informações enciclopédicas ou sinalizando quando elas serão inseridas.

Convém dizer, também, que algumas das propriedades arroladas correspondem a mais de um significado. O traço [+ unidade de medida], por exemplo, engloba tanto ao “monte de espigas de milho”, apontados por Amaral (1920) e Ortêncio (2009), como também o parâmetro medi-

ção/ quantificação utilizado pelos taxistas, para cobranças conforme a distância percorrida constando em Ferreira (1975) e Aulete (2011).

Devido à extensão da tabela elaborada para o cotejo entre todas as acepções dos acervos selecionados para esta proposta, afigurou-se inviável a sua inserção integral neste trabalho. Conquanto, para demonstração do procedimento de que lançamos mão bem com para o esclarecimento de alguns pormenores que não tenham sido explicados em detalhes, segue listada uma síntese parafraseada dos significados mais recorrentes em todos os acervos:

1. Estandarte que representava uma nação, indo à frente do exército no campo de batalha, geralmente feito de tecido em forma retangular, contendo emblemas e símbolos que remetessem à soberania do país;
2. Pode representar também, em sentido figurado, a conjuntura de ideais e princípios que regem um grupo, agremiação, instituição;
3. Peça de metal, que tem como função diminuir a intensidade da entrada da luz por uma janela;
4. Parte da espiga de milho, uma espécie de pendão, ou ainda das flores da cana-de-açúcar, ramificadas em forma de pedículo;
5. Quantidade de espigas de milho ou dos frutos do cacauero colhidos e amontoados;
6. Grupo de trabalhadores (rurais ou não) ajustados para um único dia de serviço;
7. Estandarte enfeitado contendo a imagem de uma divindade que vai à frente do cortejo em festas religiosas;
8. Peça do taxímetro, que ao ser acionada, inicia a contagem da quantia a ser percorrida;
9. Espécie de peixe;
10. Espécie de mamífero xenartro (tamanduá);
11. Ação, comportamento inadequado para a uma ocasião;
12. Designação dada às expedições de paulistas que, no período do Brasil Colônia, entre os séculos XVI e XVII, adentraram o país em busca de índios para serem escravizados e de metais preciosos.

Destarte, feita a análise de cada dos semas “traço distintivo relativamente a um conjunto” (POTTIER, 1978, p. 62), percebe-se que o arquissêmico, conjunto dos semas unidos por um traço principal, será no caso da unidade lexical *bandeira*, o de simbolizar/ representar, através de uma conjuntura de elementos concretos ou abstratos a depender da situação, posto que, “*toda significação é relativa*, em um conjunto de experiência segundo as circunstâncias da comunicação” (POTTIER, 1978, p. 63).

3. Para concluir

Após o cumprimento de cada uma das etapas necessárias para a execução de nosso ensejo anunciado no princípio deste artigo, depreendemos que o estudo dos fenômenos linguísticos em qualquer um dos seus níveis, mesmo que em uma pesquisa breve como a que apresentamos restringindo-se a discorrer sobre uma única unidade lexical na perspectiva semântica, em um recorte diacrônico permite mais do que detectar, o que é tão óbvio, como se configura a polissemia de um lexema.

Desta feita confirmamos o nosso intento, que era o de realizar uma investigação linguística, que vislumbresse mais do que a inserção de cada significado no bojo de um signo, haja vista que, a ampliação do campo conceitual da unidade lexical, também denota as experiências dos falantes da língua que fazem essa inserção e extensão de significados através do tempo.

É assim que se faz pertinente no registro em obras lexicográficas como a de Bluteau, datada do início do século XVIII, a ausência do traço sêmico [+ unidade de medida] no que tange à *bandeira* do taxímetro, afinal, naqueles tempos, o carro ainda estava longe de ser inventado.

Por fim, gostaríamos de frisar a relação entre léxico, cultura, história e a rica possibilidade de estudá-la, tendo como material de observação o que registram os instrumentos lexicográficos que, de certa forma, capturam também a configuração sociocultural de uma comunidade em determinado contexto temporal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Amadeu. *O Dialeto Caipira*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC/ Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

AULETE, Caldas. *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Edição organizada por Paulo Geiser. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Os dicionários na contemporaneidade: arquiteturas, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Edufms, 2001. p. 131-144.

_____. A ciência da lexicografia. *Alfa*. São Paulo, 28 (supl.), n. 42, p. 1-26, 1984a.

_____. Glossário. *Alfa*. São Paulo, 28 (supl.), n. 42, p. 135-144, 1984b.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário portuguez e latino*. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

BORBA, Francisco da Silva. Alterações semânticas. In: _____. *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo: UNESP, 2003, p. 157-299.

CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. 1. ed., 10ª reimpr. São Paulo: Cultrix, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A Noite, 1939-1944.

HAENSCH, Günther. Tipologia de las obras lexicográficas. In: ____ et al. (Org.). *La lexicografía – de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982, p. 95-187.

LOPES, Ana Cristina Macário; RIO-TORTO, Graça. *Semântica*. Lisboa: Caminho, 2007.

MORAIS E SILVA, Antônio de. *Diccionario da lingua portuguesa*: Lisboa: Typographhia Lacerdina, 1813.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Tomo I. Rio de Janeiro: [s.n.], 1955.

ORTÊNCIO, Bariani. *Dicionário do Brasil Central – subsídios à filologia*. 2. ed. rev. e ampl. Goiânia: Kelps, 2009.

POTTIER, Bernard. A análise semântica. In: _____. *Linguística geral: teoria e descrição*. Trad.: Walmírio Macedo. Rio de Janeiro: Presença/Universidade de Santa Úrsula, 1978, p. 58-102.

VILELA, Mario. Notas prévias. In: _____. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994, p. 5-6.

**LÉXICO E DISCURSO:
A CONSTRUÇÃO DA INTERTEXTUALIDADE
E DA INTERDISCURSIVIDADE**

Ângela Cristina Rodrigues de Castro (CMRJ)
rcastrocristina@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como proposta apresentar as escolhas lexicais como ações linguísticas de materialização do lugar de constituição e de interação de sujeitos sociais, a partir do reconhecimento da intertextualidade e da interdiscursividade como instrumentos de construção e produção de sentidos. Segundo tal perspectiva, todo texto é percebido como um evento no qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais, numa concepção dialógica (BAKHTIN, 1992). A análise apoia-se, principalmente, na semiolinguística, uma vertente da análise de discurso francesa, que constitui um olhar sobre o discurso, entendido como um processo interativo em uma determinada situação, resultante de um “contrato” (CHARAUDEAU, 2008) atribuído por um determinado grupo social, em uma dada situação sociointerativa. Tal vertente da análise do discurso, fundamentada em estudos de ordem semiótica e linguística (CHARAUDEAU, 2008), organiza-se como um ramo transdisciplinar do conhecimento que estabelece um diálogo com a linguística textual (POSSENTI, 1998; FRANÇA, 2003; VALENTE et al., 2005), a pragmática (REYES, 1994), a semiótica, a lexicologia e a semântica (VILELA, 1994; ALVES, 2007; HENRIQUES, 2008; RASKIN, 1985), a estilística (CARVALHO, 2004; FLORES et al., 2009; BRAIT, 2005; MARTINS, 2008), e seus conceitos pilares são o contrato comunicativo, atribuído por um determinado grupo social, em dada situação sociointerativa; os sujeitos discursivos e seus projetos de comunicação; os tipos de texto e os modos de organização do discurso, além do foco na tríple competência da linguagem – a situacional, a semiolinguística e a discursiva, constituindo todas estas competências a competência languageira. Considerando-se a análise dos textos, observa-se que a intertextualidade pode funcionar como recurso coesivo, tendo em vista a coerência textual, e como modo de manifestação da argumentatividade inerente a qualquer texto; da mesma forma, em relação à interdiscursividade, ressaltam-se os pressupostos discursivos e os outros índices de polifonia, assim como a ironia, nas atividades de leitura e de produção escrita.

Palavras-chave:

Escolhas lexicais. Estilística. Intertextualidade. Interdiscursividade. Semiolinguística.

1. Introdução

É possível perceber na semiolinguística de Charaudeau (1996 e 2008) a influência bakhtiniana no conceito de produção discursiva ou enunciativa do homem, que leva à percepção do outro; de que todas as palavras, além das minhas próprias, são palavras do outro. Tanto para Bakhtin (1992 e 1995) quanto para Charaudeau, as palavras (concebidas como ação) pertencem ao indivíduo, embora não na sua totalidade, visto que pertencem também ao “outro”, segundo um prisma dialógico, confundindo-se no contato com outros discursos, com outros pontos de vista, crenças, enfim, constituídas ideologicamente.

Esta influência se prolonga quando Charaudeau diz que o homem, ao agir via palavra, está *transformando o mundo a significar em mundo significado*, portanto, de forma ativa, atuando sobre o mundo, retomando o conceito bakhtiniano da (transform)ação do mundo por meio das palavras.

Considerando tal perspectiva, assim como a de Ieda Maria Alves (2007, p. 77), pode-se compreender que o léxico estabelece relações com diferentes níveis de análise linguística – o fonológico, o morfossintático, o semântico e o textual (e, acrescentamos, o discursivo). É nessas relações que ele, numa espécie de interseção, extrai diferentes níveis/tipos de informação por caminhos diversos: dos sons, dos significados, dos morfemas, das combinações sintagmáticas, do uso linguístico e das situações comunicativas.

Nesse sentido, o *léxico* constitui “a totalidade das palavras numa língua, ou, como o saber interiorizado, por parte dos falantes de uma comunidade linguística, acerca das propriedades lexicais das palavras” (VILELA, 1994, p. 10).

Conforme afirma a mesma autora (VILELA, 1994, p. 24), “o conhecimento lexical é conhecimento da língua e conhecimento cultural (...)” e o processo de aprendizagem do léxico “não é um simples processo de aquisição de regras de referência ou representação, mas também um processo de aculturação”. Assim, pressupostos teóricos como a frequência textual, a relevância do termo lexical para a respectiva comunidade linguística, a função cultural do léxico (evidenciando relações metafóricas e metonímicas) são considerados na análise semântica.

2. Pressupostos teóricos

A estilística é uma disciplina linguística que estuda os recursos afetivo-expressivos da língua e que é dotada de um caráter descritivo-interpretativo, sem considerações de natureza normativa (CARVALHO, 2004). Nesse processo, ela leva em conta a situação, o contexto de uso e a interlocução estabelecida. Em outras palavras, a estilística considera *o que* do pensamento do sujeito está expresso no uso que ele faz da linguagem e *como* o uso da linguagem atua sobre sua subjetividade.

O *estilo*, elemento de natureza social, visto ser a atividade mental do falante é constituída em território social, advém da confluência das inúmeras vozes que participam da constituição da consciência individual. Em “O discurso na vida e o discurso na arte”, de 1926, assinado por Voloshinov, lê-se: “O estilo é pelo menos duas pessoas ou, mais precisamente, uma pessoa mais seu grupo social na forma de seu representante autorizado, o ouvinte – o participante constante na fala interior e exterior de uma pessoa” (BRAIT, 2005, p. 93).

Segundo Brait (2005, p. 94-95), o estilo depende de como o locutor percebe e compreende seu destinatário e de que forma ele presume uma compreensão responsiva ativa.

Martins (2008, p. 97) conceitua a estilística léxica ou da palavra como o ramo da estilística que estuda os aspectos expressivos das palavras ligados aos seus componentes semânticos e morfológicos, os quais não podem ser completamente separados dos aspectos sintáticos e contextuais – os atos de fala, por exemplo, resultam da combinação de palavras segundo as regras da língua.

As palavras gramaticais têm significação possível de ser apreendida somente no contexto linguístico, isto é, são dotadas de significação intralinguística. As palavras lexicais, por sua vez, mesmo isoladas, fora da frase, “despertam em nossa mente uma representação, seja de seres, seja de ações, seja de qualidades de seres ou modos de ações” (MARTINS, 2008, p. 104), e, por isso, diz-se que têm significação extralinguística, além serem dotadas de possibilidade constante de renovação, sendo denominadas de palavras de “inventário aberto”.

Conforme afirma Vilela (1994, p. 24), “o conhecimento lexical é conhecimento da língua e conhecimento cultural (...)” e o processo de aprendizagem do léxico “não é um simples processo de aquisição de regras de referência ou representação, mas também um processo de acultu-

ração”. Assim, pressupostos teóricos como a frequência textual, a relevância do termo lexical para a respectiva comunidade linguística, a função cultural do léxico (evidenciando relações metafóricas e metonímicas) são considerados na análise semântica.

Cabe ressaltar, neste momento, a função primordial da *lexicologia* – a de reunir as informações acerca das unidades lexicais necessárias à produção do discurso e caracterizar a estrutura interna do léxico, tanto no aspecto conteúdo como no aspecto forma, abrangendo domínios como a formação de palavras, a etimologia, a criação e importação de palavras, a estatística lexical, e relacionando-se necessariamente com a fonologia, a morfologia, a sintaxe e em particular com a semântica. Neste âmbito, as relações semânticas de sinonímia, antonímia, hiponímia, hiperonímia interessam à lexicologia, área em associação com a estilística da palavra.

O léxico de qualquer língua apresenta estruturas lexicais e determinadas relações que lhe conferem sistematicidade, a qual provém das relações paradigmáticas e sintagmáticas; estas, alinhadas às perspectivas pragmáticas, comunicativas e cognitivas, estabelecem a interação com a *semântica*, entendida aqui como o estudo do significado das expressões das línguas naturais, considerados os aspectos contextuais e culturais.

Da mesma forma, produto do ato de enunciação é o enunciado, sequência acabada de palavras de uma língua emitida por um falante, sequência que, nas últimas décadas, dominou quase que exclusivamente a atenção da linguística (MARTINS, 2008, p. 231). Hoje em dia, tal perspectiva está um tanto quanto modificada, visto que há muitos estudos linguísticos cujo foco encontra-se na problemática da enunciação, na busca de compreender as leis enunciativas partindo do enunciado realizado.

Conforme o percurso dialógico adotado aqui, vale ressaltar que a *intertextualidade*, o aproveitamento ou citação de enunciados por um falante, é um assunto muito importante para a estilística da enunciação, visto ser fato que “um discurso geralmente inclui, de forma explícita ou implícita, perceptível ou velada, palavras, expressões, enunciados tomados a outros discursos” (MARTINS, 2008, p. 237). É também fato nos estudos sobre a polifonia textual que todos os falantes se apropriam de enunciados alheios, sem mesmo estarem conscientes disso.

Acrescenta-se, assim, a dimensão ideológica da *interdiscursividade*, a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos, em identidade constante com o(s) discurso(s) de onde emerge, uma vez

que a enunciação “não se desenvolve sobre a linha de uma intenção fechada; ela é de parte a parte atravessada pelas múltiplas formas de retomada de falas, já ocorridas ou virtuais (...)” (CHARAUDEAU & MANGUENEAU, 2008, p. 287).

A escolha vocabular é de importância vital para a construção do sentido, sendo também necessária para se avaliar as intenções do autor ao elaborar seu texto – o vocabulário, então, apresenta-se como elemento revelador.

Conforme Graciela Reyes (1994, p.19), “a diferença mais elementar entre os significados que geramos ao falar ou escrever é que alguns são intencionais e outros não”. A *pragmática*, enquanto área de estudo, tem se concentrado na análise de como produzimos o significado intencional; é a análise de como dizemos *o que queremos dizer* e como compreendemos quando nos dizem *o que querem dizer*.

Seguindo o que foi desenvolvido até aqui, embora um aspecto textual como a coerência seja de ordem semântica ou formal, é ele que estabelece a relação entre a perspectiva semântico-lexical e a pragmática, perspectiva esta última que abarca fatores como *intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade*, todos centrados nos usuários (VALENTE et al., 2005). É a partir desses fatores, que os leitores estabelecem um processo cooperativo de compreensão do texto, colaborando para o projeto de sentido do texto.

3. Análise do corpus

Levando em consideração os pressupostos teóricos, procede-se à análise do *corpus* de textos selecionados, ressaltando a utilização de textos de natureza, gênero, funções e suportes diversos, a fim de que comprove a validade da metodologia de análise que se propõe.

O cartum acima, de autoria de Bruno Drummond, faz parte da série *Gente Fina*, publicação dominical da Revista, de *O Globo*, série que tem como objetivo ser um olhar sobre os tipos de cariocas, registrando seus ridículos e seus excessos. A referida série é inspirada em tipos advindos da classe alta e da média-alta – dondocas com amantes, a filha badaleira do corrupto, as patricinhas que amam escova progressiva, as cantadas baixas de galanteadores nem tão charmosos.

Neste cartum, o elemento chave é o adjetivo “barata” que é entendido aqui de duas formas:

a) pela moça, como “aquilo que não tem classe, elegância”, o que faz com que interdiscursivamente entenda a proposta do rapaz como uma forma de “levá-la no papo” para depois, talvez, “levá-la para a cama”. Observamos aqui uma ampliação do campo semântico do adjetivo “barata” proposto pelo contexto em que se insere;

b) pelo rapaz, como “aquilo que se vende ou se oferece por preço baixo, ou comparativamente baixo, que não obriga a gastos elevados”. O *gatilho* linguístico (o mecanismo linguístico que em combinação com o contexto de produção leva ao humor – RASKIN, 1985) para o humor está exatamente nesta polissemia do item lexical, visto que o rapaz estabelece uma inferência com base em uma oposição antonímica (barata versus cara), ocasionando aí a sua proposta final: “posso pagar o *drink*, o jantar, o cinema e o motel?” em oposição a “posso pagar o seu *drink*?”.



(Texto #1: cartum – Revista *O Globo*, 18-07-2010)

Podemos perceber que o humor se constrói também na base da oposição “qualidade” versus “quantidade”, na qual o último elemento se

mantém, visto que é possível compreender, embora achemos graça, que a cantada do rapaz continue sendo “barata”, segundo a primeira forma como foi entendida pela moça, colaborando para a coerência do texto.

Com o intuito de fornecermos outro exemplo da importância da interdiscursividade, em relação direta com a seleção lexical, na produção de sentidos no texto, transpõe-se a imagem digitalizada relativa a um texto da unidade 1, capítulo 1, de uma coleção de livro didático de língua portuguesa, do 6º ano do ensino fundamental.

CURIOSIDADES



(Texto #2: tira em quadrinhos – (TRAVAGLIA et al., 2009, p. 39)

O personagem principal da história criada por Mort Walker, o Recruta Zero (nome original, Beetle Bailey) é o recruta do exército americano, lotado no quartel Camp Swampy. Originariamente, o personagem foi criado como um estudante universitário (aluno da Universidade Rockview), e já aparecia com os olhos cobertos por um chapéu. A tira nunca teve sucesso até que seu criador teve a ideia de alistá-lo no exército dos EUA, em 1951.

Depois da guerra, o Bronze do Exército Americano, seus oficiais superiores, sentiu a necessidade de tornar mais rígida a disciplina entre os soldados e acusaram o personagem de ser incentivador do desrespeito por oficiais – a tirinha foi banida no “Tokyo Stars” e no “Stripes”, mas os simpatizantes do personagem levaram-no a ter sua circulação ampliada para além dos anteriores 100 jornais³⁸. Até na sua criação, o personagem vem carregado ideologicamente e se constitui por interdiscursos diversos.

³⁸ Fontes: <http://beetlebailey.com/about/> e http://pt.wikipedia.org/wiki/Recruta_Zero.

O Recruta Zero é um soldado irreverente em relação ao sistema militar e é um cultivador nato da preguiça, com o lema “Nunca deixe para amanhã o que você pode fazer depois de amanhã”. Ele é o símbolo da exaltação da esperteza do soldado face aos seus superiores (desobediência aos seus superiores para se dar bem) e a maioria das situações vivenciadas por ele nas histórias referem-se a esse contexto.

No Brasil, a tradução livre para o nome do Recruta já é uma indicação do que ele representava para o quartel: como todos os soldados são identificados, reconhecidos e chamados por um número, ser o recruta “zero” significa ser um nada, alguém insignificante, mas também de quem tudo pode emanar. O curioso é que, na sua versão em inglês, o personagem que tem esse nome (Zero) é o Dentinho, soldado limitado intelectualmente, e seu nome constitui uma menção irônica a dois de seus dentes crescidos de forma proeminente.

Seu maior opressor é o Sargento Tainha (nome original, Sgt. Orville Snorkel), um ser rude, sem jeito com as mulheres, guloso e solitário que age sempre de forma hostil com seus soldados, em especial com o Zero.

Na tira apresentada no livro didático, dois interdiscursos concorrem: a) o interdiscurso recorrente, nas Forças Armadas, reforçado por parte de todo sargento e oficial superior, de que todo soldado é preguiçoso, de que dorme em serviço e b) o interdiscurso que envolve o personagem de Zero, ser preguiçoso, “vagabundo”, bem conhecido por todos que leem suas histórias, e que é perseguido pelo Sargento Tainha.

O humor parece vir exatamente da ativação dos dois possíveis interdiscursos, acionados ao mesmo tempo, e no cotejo dos dois é que ele se estabelece – fator esse que depende, de forma concomitante, na sua materialização linguística, do maior desempenho lexical da palavra “vagabundo”, que, sozinha, recupera os significados construídos pelos dois interdiscursos. Inserida no contexto da tira em quadrinhos e recuperada pelo pronome “isso”, na fala do Recruta Zero, ela deve ser compreendida considerando-se o contexto construído pela imagem visual da tirinha, a dos soldados no acampamento, permitindo a discursivização do humor.

Neste exemplo, podemos perceber como a escolha vocabular constitui-se de vital importância para a construção do sentido, sendo também necessária para se avaliar as intenções do autor ao elaborar seu texto – o léxico, então, apresenta-se como elemento revelador, conforme ficará mais claro no desenvolvimento da análise da tira a seguir.

Na tira em questão é possível observar o jogo de palavras, relacionado a uma leitura irônica, mas contextualizada no ambiente retratado e nos saberes compartilhados provenientes do senso comum. O Sgt. Tainha se dirige, muito provavelmente, ao Recruta Zero, enunciando “Venha aqui, *vagabundo*” e não “Venham aqui, *vagabundos*”; todavia, o Recruta Zero realiza uma sobreposição aos *scripts*, apelando para a ironia, enunciando “Ele vai ter que ser mais específico que *isso*.”, valendo-se do contexto retratado a sua volta (todos os outros companheiros também estavam desocupados, descansando ou jogando papo fora no acampamento, provavelmente durante o período do serviço que tiravam).

A atividade linguageira se concretiza exatamente aí neste momento, a partir da ativação de procedimentos de leitura de textos e elementos de natureza e tipologia (verbal e não verbal) diversas e, sem ela, o leitor não dispara o *gatilho linguístico* nem compreende a ironia inerente à situação.

A intertextualidade, por sua vez, constitui um recurso linguístico-discursivo que pode contribuir, dentre outras funções, para o estabelecimento da coesão e da coerência textual. Por ser de grande relevância na produção de sentidos, favorece a fruição da leitura, tanto de textos literários como de não literários, na medida em que viabiliza a plena compreensão dos mesmos, assim como permite ao receptor estabelecer conexões semânticas entre o texto de um autor e outros textos produzidos anteriormente. Em outras palavras, “o conhecimento e o uso criativo do mesmo recurso tornam mais competente, linguisticamente, o produtor de textos” (VALENTE, 2002, p. 177).

O interlocutor, no processo de adequada construção do sentido do texto, deve considerar as marcas linguísticas da coesão, elementos cruciais para o processo de compreensão textual. Nessa etapa do processo, ele age segundo ativação de seu conhecimento enciclopédico, de seu conhecimento partilhado e de seu conhecimento interacional.

Sobre a coesão, todavia, Beaugrande e Dressler (1981, p. 04) escrevem que a superfície do texto não é decisiva por si só e que há necessidade de interação entre a coesão e os outros princípios da textualidade para que a comunicação seja eficiente. A coesão está relacionada à intencionalidade e, quando realizada por elementos intertextuais, relaciona-se a referentes que auxiliam na contextualização dos quadros do texto, contribuindo para a construção da coerência.

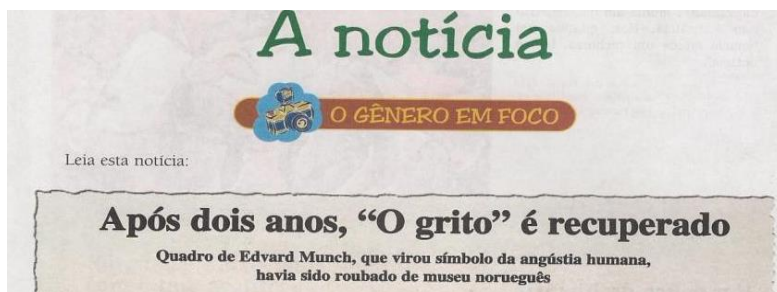
José Carlos de Azeredo (2008, p. 90) escreve que ao construir o enunciado/texto, “o usuário [da língua] é guiado pela intenção/necessidade de tornar as entidades de que fala suficientemente inteligíveis/reconhecíveis para o interlocutor”; ele cita M. Tomasello (2003, p. 233) o qual esclarece que

as escolhas são determinadas em grande medida pela avaliação que o falante faz das necessidades comunicativas do ouvinte e do que ajudaria a lograr o intento comunicativo – que tipo de descrição, em que nível de detalhamento e a partir de qual ponto de vista é necessário para uma comunicação bem sucedida e efetiva...

Fairclough (1992, p. 84), por sua vez, afirma que um texto só faz sentido para alguém que dá sentido a ele, alguém capaz de inferir essas relações significativas na ausência de marcadores explícitos. É a coerência, todavia, que permite o estabelecimento de sentido, uma vez que ela depende de fatores situacionais, culturais, até inferenciais. A coerência textual depende não unicamente do enunciado, mas da intenção que se tem ao declará-lo.

Santos et al. (2012, p. 42) escrevem que ao ler “acionamos conhecimentos prévios que colaboram para a construção dos sentidos do texto” e, entre eles, citam o conhecimento intertextual, o qual “colabora para identificarmos as referências, explícitas ou implícitas, a outros textos” e ressaltam que a não identificação do texto-fonte “dificulta a percepção de algum aspecto peculiar do texto que retoma outro” (*Ibid.*, p. 43). Quando a coerência de um texto se realiza por meio da intertextualidade, exige-se que o interlocutor compreenda a intenção daquela referência e que, conhecendo o intertexto, atribua sentidos a esse novo texto.

Para fins de ilustração da teoria descrita, procedemos, no exemplo a seguir, à análise de um recorte de uma notícia de jornal.



(Texto #3: notícia de jornal - Cereja et al., 2007, p. 12)

Tendo em vista a necessária extensão deste artigo científico, foca-se aqui no título da notícia, o qual solicita do interlocutor, para contextualização de sua leitura e, conseqüente produção de sentido no texto, a ativação de estruturas mentais como o reconhecimento intertextual de “O grito” como título de tela/pintura, associando ao subtítulo, à primeira referência anafórica intertextual, representada por “Quadro de Edvard Munch”, um sintagma nominal e, depois, à segunda referência anafórica intertextual, “símbolo da angústia humana”, sintagma nominal integrado a uma oração adjetiva não restritiva ou explicativa.

O subtítulo, em sua medida, exerce função sintetizadora do contexto anterior ao fato agora noticiado: o *fato noticiado* é a recuperação do quadro “O grito”, de Edvard Munch; o *contexto anterior* é o roubo dos quadros do artista. Auxilia, também, na compreensão do título: portador da manchete do jornal, o título só é efetivamente compreendido, por muitos dos leitores, após o reconhecimento das referências feitas no subtítulo.

Em situação de uso desta notícia de jornal como material de sala de aula, o professor depara com três possíveis leitores: um que nunca ouviu falar de Edvard Munch e, em consequência, de suas telas; outro que conhece a tela e o seu título, mas não conhece o seu autor e ainda outro que conhece a tela, seu autor, mas não conhece a simbologia (símbolo da angústia humana) que lhe foi atribuída. De qualquer forma, as referências apresentadas (ou acrescidas) ao texto, no subtítulo, só vêm a esclarecer ou a reforçar a compreensão para o devido estabelecimento do sentido da leitura.

4. Conclusão

Uma vez que ensinar a ler e a escrever, com autonomia e autoridade, é um dos requisitos para a formação de um cidadão completo, apto a atuar socialmente e a modificar sua realidade e que o uso da língua prevê uma comunicação que se realize sob a forma de textos, sendo a eficácia do ato comunicativo devida à adequada produção e recepção escrita, entendidas ambas como um ato social, faz-se imperativo que, enquanto professores de linguagens, estejamos sempre atentos às nuances que se apresentam quando olhamos atentamente para os textos, para os discursos a nossa volta, sem medo de abrir as portas e janelas e entrarmos, cada vez mais, em sua constituição.

Considerando os textos analisados, é possível perceber como a escolha lexical configura-se como fator primordial na sua elaboração, ativando fatores de textualidade, que poderiam não ser invocados de outra forma, entendendo como a compreensão e a produção de um texto vão além de apenas compreender ou organizar palavras em frases e parágrafos, mas acontecem por meio do estabelecimento de “um amplo mecanismo a partir do qual o pensamento e as pretensões comunicativas do autor se apresentam para reflexão e avaliação do leitor” (HENRIQUES, 2008, p. 106).

Revela-se neste estudo, a partir da interação dos saberes e princípios da lingüística textual, da pragmática, da estilística, da lexicologia e da semântica, além da gramática, em perfeita sintonia com a perspectiva transdisciplinar da semiolingüística, esta embasada na perspectiva dialógica bakhtiniana do discurso, que a construção do significado tem como um de seus elementos relevantes a seleção lexical, entendida como uma ação lingüística de materialização do lugar de constituição e de interação dos sujeitos sociais.

Em tal seleção lexical, podemos identificar a intertextualidade e a interdiscursividade como instrumentos de construção e produção de sentidos, ajudando na expansão da capacidade de compreensão e de interpretação (e, acrescentamos, de produção) de textos.

Faz-se necessário, então, mostrar aos nossos alunos como o estudo e o conhecimento da língua, de suas possibilidades estilísticas e de sua capacidade de inovação e renovação, quando aplicados a atividades de leitura e produção textuais, pode levá-los a exercer de fato o domínio da expressão lingüística, assim como dos processos enunciativos de um texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Ieda Maria. Neologia e níveis de análise lingüística. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (Orgs.). *As ciências do léxico*, vol. III. Campo Grande: UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. *Introduction to text linguistics*. London; New York: Longman, 1981.
- BRAIT, Beth. Estilo. In: _____. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.
- CARVALHO, Castelar de. Estilística e o ensino de português. *Cadernos do CNLF*, vol. VIII, n. 12 – língua e estilo no texto literário. Rio de Janeiro: CiFEl, 2004.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza C. *Todos os textos*: 7º ano. São Paulo: Atual, 2007.
- CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias et al. (Orgs.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996, p. 5-43.
- _____. *Linguagem e discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.
- DRUMMOND, Bruno. Gente fina. Revista *O Globo*. Rio de Janeiro: 18 de julho de 2010.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. O estudo do léxico e da sintaxe a serviço das aulas de português. In: HENRIQUES, Claudio Cezar; SIMÕES, Darcília. *Língua portuguesa, educação e mudança*. Rio de Janeiro: Europa, 2008.
- KOCH, Ingedore G. V.; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto. 1990.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística*. São Paulo: Edusp, 2008.
- POSSENTI, Sírio. *Os humores da língua*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- RASKIN, Victor. *Semantic Mechanisms of Humor*. Holland: D. Reidel Publishing Company, 1985.

REYES, Graciela. *La pragmática lingüística: el estudio del uso del lenguaje*. Barcelona: Montesinos, 1994.

SANTOS, Leonor Werneck; RICHE, Rosa Cuba; TEIXEIRA, Claudia Souza. *Análise e produção de textos*. São Paulo: Contexto, 2012.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos; ROCHA, Maura A. de Freitas; ARRUDA-FERNANDES, Vania M. B. *A aventura da linguagem: 6º ano*. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

VALENTE, André Crim. O processo de criação das charges. Mesa-redonda com Ique e Aroeira. In: AZEREDO, José Carlos de (Org.). *Letras e comunicação: uma parceria no ensino de língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. SANTOS, Denise Salim; CORADO, Patrícia Ribeiro. Lexicologia e discurso na mídia e na literatura. In: HENRIQUES, Claudio Cezar; SIMÕES, Darcilia (Orgs.). *Língua portuguesa: reflexões sobre descrição, pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: Europa, 2005.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almeida, 1994.

MAL-OLHADO E MAU-OLHADO: UM OLHAR LÉXICO-SEMÂNTICO

Jozimar Luciovanio Bernardo (UFG/CAPES)

jozimarbernardo@yahoo.com.br

Maria Helena de Paula (UFG/FAPEG)

mhpcat@gmail.com

RESUMO

Na condição de suposto efeito causador de malefícios sobre aqueles a que é lançado, podendo provocar inclusive um estado mórbido de mesmo nome, o mal-olhado/mau-olhado adentra o rol das crenças populares de diversas culturas e, naturalmente, está arrolado nas nominatas de obras lexicográficas de outrora até hodiernamente. Em vista desta circunstância, com base nos registros constantes em alguns dos principais dicionários gerais da língua portuguesa contemporâneos, a saber: “*Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* (2000), *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (2004), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009) e *Dicionário da Língua Portuguesa Caldas Aulete*” (s/d), todos em versão eletrônica, procedemos ao cotejo das unidades léxicas “mal-olhado” e “mau-olhado” (ambas inscritas no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – VOLP* – de 2009). Nessa etapa, principiamos as discussões acerca dos sentidos atribuídos a estas formas léxicas, a começar pelo entendimento das homófonas heterográficas “mal” e “mau”, vista a evidente heterografia na variação mal’oiado, constante no corpus parcial de textos orais da pesquisa em curso “Dimensão mágico-religiosa da palavra em textos orais sobre a religiosidade popular na comunidade São Domingos, Catalão (GO)”. Dessa forma, temos como desiderato lançar um olhar léxico-semântico sobre esse item léxico, conjugando sentidos e grafias registrados nos dicionários e nos contextos circunscritos nos registros orais da nossa pesquisa, de modo a visualizar presumíveis dessemelhanças que se fazem perceptíveis, principalmente, no nível morfológico da língua, bem como ratificar a sua incontestável relação com a cultura.

Palavras-chave: Língua oral. Léxico. Dicionário.

1. Introdução

Na condição de suposto efeito causador de malefícios àqueles sobre os quais é lançado, sendo capaz de provocar, inclusive, um estado

mórbido de mesmo nome, o mau-olhado adentra o rol das crenças populares de diversas culturas e, naturalmente, se faz arrolado nas nominatas de obras lexicográficas de outrora até hodiernamente, uma vez que o léxico de uma língua constitui o patrimônio vocabular de uma comunidade no decorrer da história, configurando a realidade extralingüística e, assim, arquivando todo o seu saber linguístico (BIDERMAN, 2001; VILELA, 1994).

Com base nos registros de alguns dos principais dicionários gerais da língua portuguesa contemporâneos, quais sejam: *Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* (2000), *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (2004), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009) e *Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (2011), decidimos proceder o cotejo das unidades léxicas “mal-olhado” e “mau-olhado”, ambas inscritas no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (VOLP) de 2009.

Começamos pelo entendimento das homófonas heterográficas “mal” e “mau”, vista a evidente heterofonia desse elemento no item léxico “mal’oiado” constante no *corpus* parcial de textos orais da pesquisa em curso, “Dimensão mágico-religiosa da palavra em textos orais sobre a religiosidade popular na comunidade São Domingos, Catalão (GO)”, a qual está vinculada ao Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, e sob fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CNPq).

Dessa forma, temos como desiderato lançar um olhar léxico-semântico sobre essa unidade léxica, conjugando sentidos e grafias registrados nos dicionários e nos contextos dos registros orais da nossa pesquisa, de modo a visualizar presumíveis dessemelhanças que se fazem perceptíveis, sobretudo, no nível morfoléxico da língua, bem como ratificar a sua incontestável relação com a cultura.

2. *Mau e mal: breves explicações*

Etimologicamente, mau provêm do latim *malus* (mau, de má qualidade) e mal, especificamente, de *male* (mal, de modo contrário) (REZENDE; BIANCHET, 2014). É sabido que a homofonia entre as unidades léxicas “mau” e “mal”, constatada, principalmente, no uso da forma

padrão da língua portuguesa, é motivo de dúvidas frequentes, visto que são usadas de formas distintas.

Basicamente, mau é antônimo de bom, e mal, por sua vez, é antônimo de bem. Desse modo, na maior parte das vezes, mau é adjetivo (caracterizador de substantivos) como na frase “Miguel tem medo de monstros maus, por isso prefere ouvir histórias de personagens bons”, em que mau está qualificando os monstros. Mal é, geralmente, um advérbio (modificador de verbos, de adjetivos e de outros advérbios), como na frase “Lucíola domina mal o francês e muito bem o espanhol”.

Ademais, mal pode ser substantivo, quando precedido de artigo, por exemplo “Há quem deseje um equilíbrio entre o bem e o mal”; sinônimo de doença, como em “mal de alzheimer”, e conjunção temporal sinônima de imediatamente, assim que, logo que etc.: “Mal foi dormir, o dia amanheceu”. Mau, também, pode ser substantivado, como se percebe na frase “os maus, ao contrário dos bons, são reprováveis aos olhos da maioria”.

A complexidade em torno das unidades léxicas “mal” e “mau” começa quando perdem sua significação individual para formarem, justapostas a outras palavras, uma unidade semântica, tal qual pode ser notado em “mal-olhado” e “mau-olhado”. Diante disso, nas seções seguintes, buscamos os registros de “mau-olhado” e de “mal-olhado” nos dicionários supraditos e, considerando as ocorrências no *corpus* da pesquisa, damos seguimento a discussões para compreender a variação “mal'oiado”, que conserva a consoante lateral /l/, em posição pós-vocálica.

3. Cotejo lexicográfico

No quadro ulterior, cotejamos as unidades léxicas “mal-olhado” e “mau-olhado”. Vejamos:

DICIONÁRIOS	mau-olhado	mal-olhado
Michaelis (2000)	<i>sm</i> Qualidade que a credence popular atribui a certas pessoas de causarem desgraças àquelas para quem olham. <i>Cf</i> com <i>mal olhado</i> .	<i>adj</i> (<i>mal+olhado</i>) 1 Que não é bem visto, bem aceito; malvisto. 2 Aborrecido, detestado, odiado. <i>Cf</i> com <i>mau-olhado</i> .

Ferreira (2004)	[De <i>mau</i> + <i>olhado</i> .] Substantivo masculino. 1.Qualidade que se atribui a certas pessoas de causarem desgraça àqueles para quem olham. 2.O mau efeito dessa qualidade. [Sin. ger.: <i>jetatura</i> , (bras.) <i>afito</i> e (bras., PE, pop.) <i>lili</i> . Pl.: <i>maus-olhados</i> .]	Não registra.
Houaiss (2009)	<i>s.m.</i> 1 olhar a que se atribuem poderes de causar malefícios, infortúnios; afito, jetatura, olhado < <i>pôr m. em alguém</i> > 2 o suposto efeito de tal olhar; olhado < <i>um m. fez a planta definhar</i> > ☉ GRAM pl.: <i>maus-olhados</i> ☉ SIN/VAR ver sinonímia de <i>olhado</i> .	Não registra.
Caldas Aulete (2011)	(<i>mau.o.lha.do</i>) <i>sm.</i> 1. Olhar maldoso, destrutivo, de inveja, de mal-querença, que se supõe prejudicial àquele a que se destina; a suposta capacidade de fazer mal de um olhar assim. 2. O efeito causado por esse olhar. [Pl.: <i>maus-olhados</i> .]	Não registra.

Quadro 1 – definições dos lemas “mau-olhado” e “mal-olhado”.

Org. Bernardo e Paula (2014).

A partir do cotejo, constatamos que apenas o Michaelis (2000) arrola o item “mal-olhado” em sua nomenclatura, classificando-o como adjetivo. Os demais dicionários registram somente o substantivo “mau-olhado”.

Com foco na palavra substantiva “mau-olhado”, podemos considerar duas acepções, uma primeira, em que o indivíduo possui a qualidade de causar desgraças pelo olhar e, uma segunda, em que o indivíduo está sob efeito do olhar maléfico, ou seja, quando se diz que fulano está com “mau-olhado” ele está infortunado, prejudicado, desgraçado, invejado etc.

4. Ocorrência de “mal’oiado” no corpus oral

Nessa seção, apresentamos excertos do *corpus* parcial da pesquisa para observação de algumas ocorrências do item léxico “mal’oiado” e de outros que incluímos na análise. Os trechos são de três entrevistas até o momento realizadas, pois a composição do *corpus* da pesquisa ainda se encontra em andamento. Devido a questões éticas, os sujeitos são identificados por meio de códigos.

N1F63I – narradora número um (N1F), sessenta e três anos de idade (63), primeiro dia de entrevista (I), realizada no dia 12 de novembro de 2013, à mesa da cozinha de sua residência na área urbana de Catalão-GO.

Antão, a gente vê que é muito importan'. E médico não conhece essas coisa, não sabe, né? E diara vem gente aqui né, pra mim benzê, de zipela, de de *mal'oiado*, de muita coisa, né?

De cobreiro³⁹, de zipela⁴⁰, né, de muitas benzição qu'eu ben[zo]... de quebrante, *mal'oiado*, né? Aí, parece que a gente viu que... num é que assim qu'eu quero tê tanta fé, mais [a] gente vê que vale, sabe?

Nos dois trechos acima, as ocorrências dos substantivos *mal'oiado* apresentam a consoante /l/ lateral conservada na oralidade. Conquanto sejam manifestações da unidade léxica em vias distintas, observamos que estes registros do texto oral divergem morfolexicalmente dos registros lexicográficos do cotejo, pois, de acordo com o contexto, “benzer o *mal'oiado*” é benzer o mau efeito do olhar maldoso, que causa malefício, ou seja, liga-se aos sentidos atribuídos ao lema “mau-olhado”. Entendemos que a benzedeira benze para retirar o “*mal'oiado*” do indivíduo. Todavia, é possível, ainda, supor que ela pode benzer uma pessoa que tenha a qualidade de causar malefícios, “quebrando” esta capacidade, embora o contexto e as informações do *corpus* não confirmem esta hipótese.

N2M82 – Narrador número dois (N2M), oitenta e dois (82) anos de idade, entrevista realizada no dia 29 de janeiro de 2014, à mesa da área dos fundos de sua residência na comunidade rural São Domingos, município de Catalão-GO.

Só que a pessoa, se iscapá, fô pa iscapá [a benzeção] vale, se num fô num [a]dianta. Lá morreu uã muié ofindi[da] de cobra, mais foi através do *mal'*, sabe? É qu'eu falo, pessoa tem que tomá muito cuidado praque o *mal'* tem poder, né?

É sim, [en]tão 'cê fica pagão, e 'ocê ficô pagão, 'cê tá pu conta de quê? Conta do *mal'* né, con[ta] do *mal'*, né?

Nestes fragmentos, de modo a demonstrar a tendência de conservação do som de /l/ lateral em posição pós-vocálica, notamos as ocorrências da palavra substantiva “mal”. Agora, vejamos, no trecho abaixo, a ocorrência de “mau”.

³⁹ Cobrelo ou cobreiro.

⁴⁰ Erisipela.

“[As]sombração, é, existe, né? An[tes] an[tes] iexistia, hoje num existe mair não né, mais de primero iexistia, praque de primero iexistia# tinha muita gente pagã, né? Muitas pessoas **mau** também, através da maldade existe essas coisa, né né?”.

A partir deste trecho, inferimos que este narrador diferencia mau (adjetivo) e mal (ocorrências de substantivos nos trechos anteriores) na fala. Assim, podemos entender que há uma gramática internalizada que se manifesta no falar e que ocorre naturalmente, uma vez que a diferenciação não é feita de modo contingente.

N3M79 – Narrador número três (N3M), setenta e nove anos de idade (79), entrevista realizada no dia 11 de março de 2014, à mesa da cozinha de sua residência na comunidade rural São Domingos, município de Caltão-GO.

ele vei' aqui passô aqui foi lá lá no (...), lá no alto tinh' uns piqui lá, ùa moita de piqui, e[le]s falav' que lá é *mal'assombrado*, toda vida falô, aí ele foi foi, quando foi lá pas deiz hora tava só eu e o cumpa[de] (...) aqui.

Falô que benzeu, mair diz ele q' num benzeu, quebrô foi o incanto dela p' ela num tê condição de fazê nada pus oto, *mal'* pra ninguém.

A fim de ratificar a observada conservação do som de /l/ lateral no falar de pessoas mais velhas que vivem ou viveram grande parte da vida no meio rural, tais como os senhores e senhora cujas falas são supracitadas, destacamos a ocorrência do adjetivo “mal'assombrado”, em que ocorre o mesmo processo.

Malgrado não seja o foco desse estudo tratar de questões teóricas relacionadas ao nível sonoro, convém salientar que a discussão que se propõe nesse ensejo pode ser tratada, também, a partir de duas proposições apontadas por Oliveira e Cristófar-Silva (2002), quando analisam a consoante /l/ em posição final de sílaba. Segundo os autores, a mudança de L para U pode ser: a) um processo de vocalização da consoante lateral pós-vocálica ou b) resultado da reinterpretação do /l/ pós-vocálico (mal) como /w/ (mau), constituindo, deste modo, uma relação semântica.

5. Considerações finais

O registro da variação “mal'oiado” (mal-olhado) em trechos do *corpus* da pesquisa supradita permitiu verificar que há claramente um som de /l/ lateral em posição pós-vocálica, dado que a transcrição é fiel à fala dos sujeitos entrevistados. Se fosse U no lugar de L, os narradores, decerto, diriam “mau'oiado”.

Com base nessas considerações, inferimos que a palavra “mal-olhado”, registrada no dicionário Michaelis (2000), destoa do sentido compreendido no contexto das ocorrências no *corpus* de texto orais, pois entendemos ser o “mal’oiado” um olhar de modo ruim – que causa malefícios – ou, ainda, ser olhado de modo ruim – sofrer os malefícios.

Assim, abstraímos as seguintes hipóteses: a) o substantivo, cuja definição é apropriada às ocorrências lexicais do *corpus*, deveria estar registrado nos dicionários com L (mal-olhado), e não com U (mau-olhado), uma vez que podemos entender que é o modo ruim/maldoso de olhar que o caracteriza e b) as obras lexicográficas registram “mau-olhado”, com U, porque caracterizam o olhar como ruim, e não como um olhar de modo ruim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AULETE, Caldas. *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Organização de Paulo Geiger. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2 ed. Campo Grande: EDUFMS, 2001. p. 13-22.

FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda. *Novo dicionário eletrônico Aurélio*, versão 5.0. Positivo Informática, 2004.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MICHAELIS. *Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2000. (Versão 1.1 eletrônica).

OLIVEIRA, Marco Antônio; CRISTÓFARO-SILVA, Thaís. Variação do "r" pós-consonantal no português brasileiro: um caso de mudança fonotática ativada por cisão primária. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 37, p. 25-47, mar. 2002. Disponível em:

<http://www.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/publicacoes/pua_arq_arqui20121017152913.pdf>. Acesso em: 22/08/2014.

REZENDE, Antônio Martinez de; BIANCHET, Sandra Braga. *Dicionário do latim essencial*. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994.

**MARIA TEREZA BIDERMAN:
A LEXICOGRAFIA REFLETIDA E PRATICADA**

Maria da Graça Krieger (UNISINOS)
kriegermg@gmail.com

RESUMO

Nesta homenagem a Maria Tereza de Camargo Biderman, objetivamos destacar alguns aspectos de sua trajetória como investigadora da área do léxico e de sua atuação como dicionarista. Maria Tereza enfrentou a complexa prática da lexicografia, tornando-se autora, principalmente, de dicionários voltados ao estudante. A reunião das duas faces – investigação do léxico e atuação como dicionarista – está refletida tanto em seus escritos teóricos, quanto em seus dicionários. De fato, a prática lexicográfica que realizou foi moldada pela reflexão linguística. Em sua opinião, a lexicografia não pode prescindir de “considerações básicas da lexicologia”, conforme suas próprias palavras. Assim como essa importante consideração, nem sempre respeitada na tradição da lexicografia, toda sua trajetória foi marcada por posicionamentos teóricos, incluindo exercícios de crítica lexicográfica. Ao reunir teoria, prática e crítica em sua apaixonada e vigorosa atuação profissional, que englobou também preocupações didáticas, Maria Teresa Biderman tornou-se referência para os estudos e o ensino do léxico em nosso meio. Seus horizontes de interesse não se limitaram ao léxico geral, posto que também abrigaram os termos técnico-científicos, constituindo um amplo quadro de contribuições às ciências do léxico, como pretendemos ilustrar.

Palavras-chave: Lexicologia. Lexicografia. Biderman.

Falar de Maria Tereza Camargo Biderman é difícil, mas, ao mesmo tempo, fácil, ou melhor, aparentemente fácil. Foi muito difícil aceitar seu afastamento de nós. Deixou um vazio da pessoa, da amiga, da incentivadora que abriu caminhos e oportunidades aos mais jovens que, como ela, escolheram trilhar o universo do léxico.

Fácil é falar da pesquisadora, como se isso fosse pouco e simples. Não é, pois Maria Tereza Camargo Biderman foi uma pesquisadora, que nos deixou um legado intelectual pleno de muitas lições e conhecimen-

tos. Fez, e muito, pela lexicografia brasileira, não só pelos dicionários que elaborou e publicou, mas também porque desenvolveu uma série de estudos teóricos, compreendendo análises críticas lexicográficas, além de descrever aspectos teórico-metodológicos de elaboração de dicionários. Mais ainda, nos ofereceu reflexões sobre lexicologia de importância vital para quem tem interesse nos estudos e práticas envolvendo o léxico. Dentro de pouco, vou abordar alguns aspectos de suas reflexões, que estão divulgadas em inúmeros artigos publicados, aqui e no exterior, centrados.

Mas, antes, quero dizer da minha imensa alegria pela oportunidade de que, agora, me é dada neste ano de homenagens à Maria Tereza Biderman. Agradeço aos organizadores deste evento por este honroso convite.

Se falei antes em alegria por poder prestar uma homenagem pública, é porque tive a felicidade de conviver com Maria Tereza Biderman em inúmeras ocasiões. Tenho o orgulho de dizer que fomos, que nos tornamos grandes amigas, o que foi favorecido pelos encontros na ANPOLL, em nosso GT de Lexicologia, Lexicografia, Terminologia.

Para mim, Maria Tereza, sempre representou a expressão da energia positiva, da capacidade de pensar, de realizar, de manifestar suas convicções. Era dona de uma personalidade forte, refletida em seus posicionamentos teóricos, na manifestação de seus princípios morais. Tinha a coragem de dizer, sem temer o confronto. Foi uma guerreira em sua luta incessante pelas suas crenças e valores que moveram sua paixão não só pela lexicografia, mas pelo léxico e seus estudos em toda sua abrangência.

Quem a conheceu sabe bem de sua conduta firme e, acima de tudo, sempre norteada por princípios éticos, pela sua fé religiosa, ao que acrescento: pela sua condição de ser amiga.

Vivemos momentos especiais de convivência, permeados de longas conversas. Por vezes, Maria Tereza me telefonava para Porto Alegre, algum recado, algum convite e a conversa era sempre longa em nossa troca de ideias. Sempre serei grata pela confiança que em mim depositava.

Por tudo isso, não posso deixar de falar em amizade. Na verdade, sempre que pudemos, como já disse, conversamos longamente: além dos encontros da ANPOLL, nos congressos, em viagens em inúmeras oportu-

tunidades de convívio que a vida acadêmica nos ofereceu no Brasil e no exterior.

Como era de se esperar, nosso assunto predominante girava em torno de nosso interesse comum: o léxico e suas possibilidades de estudos. Tanto assim era que, vou apenas referir um acontecimento, para mim emblemático, relacionado ao dia 11 de setembro de 2001. Já desde cedo, o mundo inteiro assistiu atônito ao ataque às torres gêmeas de Nova York. Naquela manhã, não havia quem não soubesse do inacreditável acontecimento, menos Maria Tereza e eu. No dia 11 pela manhã, viajamos juntas de Araraquara a São Paulo, de ônibus. Eu estava lá, atendendo a seu convite para participar, de uma banca de doutorado no dia anterior, e da qual Clotilde também participou.

No trajeto de cerca de 4 horas, falamos incessantemente de lexicologia, lexicografia e de terminologia. O ônibus fez uma parada, mas, sem atentar ao mundo externo, seguimos falando das nossas queridas ciências do léxico. Só em nossa chegada a São Paulo, tomamos conhecimento do inacreditável ataque. Desde então, lembrando daquele dia, dizia sempre à Tereza: “Nós somos a prova viva da alienação do mundo real. O léxico e as ciências do léxico comandam nossa vida”.

Essa lembrança, para mim, é, sem dúvida, simbólica do quanto nossos interesses comuns, nossas afinidades e gosto pelo léxico em suas várias faces nos uniram no trabalho e na amizade.

Amizade que me leva a agradecer sempre, em meu nome e do grupo Termisul, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por sua generosidade em compartilhar conhecimentos e experiências, sua disposição de oferecer sugestões ao nosso trabalho, e ainda pela abertura de portas. Refiro aqui o fato de termos escolhido, por sugestão de MT o tema de nosso primeiro projeto em terminologia: o *Dicionário de Direito Ambiental* que viemos a publicar.

Dizia ela: o Brasil não tem um Dicionário de Direito Ambiental e é muito necessário à vida social e à preservação da natureza. Reconhecer a híbrida terminologia ambiental consignada nas leis foi um desafio marcante em nossa trajetória de iniciantes em terminologia. Mas, também nos proporcionou uma aceitação plena de nosso trabalho, fora dos muros da universidade. Tinha ela toda razão, o Brasil mostrou que precisava desse dicionário. Maria Tereza também nos abriu portas, nos apresentou à editora DISAL que veio a publicar o *Glossário de Gestão Ambiental*, outro dos trabalhos do Termisul.

Poderia falar por muito tempo da amizade, de sua disponibilidade para ensinar, mas, quero ainda trazer aqui, como disse, alguns tópicos essenciais de seu legado. Difícil escolher, pois sua essência de pesquisadora também se traduziu nas inúmeras orientações de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento, qualificando uma nova geração que tem renovado e feito avançar o universo da pesquisa sobre o léxico no Brasil.

Mas, sem dúvida, suas obras marcantes, suas paixões especiais foram seus dicionários, cujas publicações deu início em 1992 com *Dicionário Contemporâneo de Português*, editado pela Vozes. Inovadores pelos princípios metodológicos adotados como a constituição do *corpus*, necessário para estabelecer com cientificidade as fontes do trabalho. A isso acrescento a preocupação de definir um usuário específico para seus dicionários, como o caso do estudante de grau médio. Certamente, *O Dicionário Didático do Português*, publicado pela Ática, mais tarde, tornando *Dicionário do Estudante* pela Editora Globo, foi o primeiro dicionário brasileiro elaborado por uma linguista-lexicóloga para este público. A preocupação didática e o consulente visado determinaram a estrutura geral e, sobretudo, original da obra no Brasil. A observação desses componentes e a proposta de colocá-los em prática, sem dúvida, foram princípios metodológicos de uma lexicografia inovadora em nosso país.

Não tenho a intenção de recuperar seu currículo lexicográfico, que cobre um amplo espectro, mas não se pode pensar em Maria Tereza Biderman, sem referir seu gigantesco projeto do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*, cuja realização não pôde acompanhar e não viu ser levado a termo. Esse dicionário tornou-se realidade pela dedicação incontestável e admirável da professora Clotilde Murakawa que a sucedeu nessa hercúlea tarefa.

Todo esse percurso de realizações de Maria Tereza Biderman foi possível não só pelo seu dinamismo, mas também pela sua capacidade de atualização, sua agilidade de saber lidar com as novas tecnologias da informação, hoje, vitais para a lexicografia.

Quero agora salientar que, na sua imensa produção intelectual, há um livro digno de destaque – *Teoria Linguística* – publicado pela Martins Fontes, que chegou a uma segunda edição atualizada em 2001. Guardo com carinho um exemplar dessa segunda edição que dela recebi com uma dedicatória.

Como o próprio título evidencia, esse livro tem um alcance que revela a capacidade reflexiva de Maria Tereza sobre os fenômenos da linguagem. Nessa obra, e não poderia ser diferente, o léxico é o objeto privilegiado. Trata-se de uma retomada e de uma avaliação dos princípios e teorias da linguística, relacionados à natureza e constituição da palavra, o que leva a questões de semântica, de morfologia, de classes de palavras, de neologismo junto a outros aspectos importantes. De fato, o livro estrutura um conjunto modelar de aspectos lexicais e de muitos itens relacionados ao léxico. Esta obra imprescindível reflete a essência de pesquisadora das ciências do léxico que foi Maria Tereza Biderman ao longo de sua vida.

É também desse texto que extraio o pensamento a seguir para algumas breves reflexões sobre o léxico, sua natureza e constituição:

O léxico de qualquer língua constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é a somatória de toda experiência acumulada de uma sociedade e do acervo de sua cultura através das idades. Os membros dessa sociedade funcionam como sujeitos-agentes, no processo de perpetuação e reelaboração contínua do léxico de sua língua. Nesse processo em desenvolvimento, o léxico, se expande, se altera, e, às vezes, se contrai. As mudanças sociais e culturais acarretam alterações nos usos vocabulares; daí resulta que unidades ou setores completos do léxico podem ser marginalizados, entrar em desuso e vir a desaparecer. Inversamente, porém, podem ser ressuscitados termos que voltam à circulação, geralmente com novas conotações. Enfim, novos vocábulos, ou novas significações de vocábulos já existentes, surgem para enriquecer o léxico. (BIDERMAN, 2001, p. 178)

Ao trazer esse fragmento, inicio pela observação de que o substantivo “Léxico” aparece sempre grafado com letra maiúscula. Confesso a vocês que nunca havia visto isto em outro lugar; mas, sem dúvida, é um símbolo da importância que Maria Tereza atribuía ao componente léxico dos idiomas. Um componente nem sempre valorizado, por vezes, até dentro da academia, certamente por razões ligadas a aspectos formais da constituição do léxico.

De fato, mesmo em ambientes científicos também centrados na linguagem, mas fora de nossas áreas, predominam pontos de vista de que o léxico é um objeto linear, sem complexidade, sem organicidade e, logo, idiossincrático. É, portanto, não ordenado, se observado em contraponto à gramática.

Em consequência, a reflexão a seu respeito não costuma ser considerada como de maior valia científica. Trabalhar com a palavra é algo

impreciso, o que também pode estar associado ao fato de que a linguística deixou de se voltar para a palavra como um todo. Mas apesar de imprecisa conceitualmente, e dos vários ângulos que a compõem, não há como negar que a palavra ocupa uma posição central no campo linguístico: “Todo o funcionamento da língua em seus vários níveis, parece constatar de sistemas que giram à volta da palavra” (LEPSCHY, 1984, p. 156).

É também comum o olhar leigo sobre a palavra, vale dizer, é frequente a compreensão de que todo item lexical é algo simples, sem mistérios, sem complexidade já que é de utilização geral. Logo, sobre o léxico e sobre a palavra, todos podem dizer alguma coisa, autorizados então pelo fato de que deles fazem uso. Em síntese, ambos – o conjunto léxico e seus itens constitutivos –, não se configuram como elementos que, para analisá-los e descrevê-los, é necessário maior ciência ou conhecimento científico.

No entanto, estão aí as ciências do léxico para responder que características clássicas como a heterogeneidade constitutiva do léxico e sua natureza mutável, ao contrário de serem “defeitos”, definem positivamente sua identidade. De fato, o léxico é o pulmão das línguas, é por onde respiramos para nomear o que identificamos, percebemos, entendemos e sentimos. A renovação lexical, que jamais ocorre na totalidade, o que impediria a comunicação, é o reflexo de que as culturas humanas recusam a estagnação do conhecimento sob todos os ângulos possíveis. O dinamismo e a riqueza do léxico estão, pois, vinculados à existência humana. E, tal como nos diz Maria Tereza Biderman:

Embora o léxico seja patrimônio da comunidade linguística, na prática, são os usuários da língua, - os falantes- aqueles que criam e conservam o vocabulário dessa língua. É por isso que podemos afirmar que o indivíduo gera a semântica da sua língua... (BIDERMAN, 2001, p. 178)

À luz desses pensamentos, entende-se que o plano das “chamadas” irregularidades lexicais decorre do dinamismo positivo e determinante do acolhimento de novas palavras e expressões e pelo desuso que muitas delas sofrem. A par dessas mudanças, a heterogeneidade constitutiva do léxico deve-se à presença de termos técnico-científicos, de regionalismos, de gírias, entre tantas outras formas que integram as necessidades de nomear e de fazer significar das comunidades linguísticas.

Essa multiplicidade de facetas é da natureza constitutiva do léxico, cujo perfil não é a de um bloco monolítico e imutável. Ao contrário, compõe-se do velho e do novo, do geral e do específico, do uso abrangente em termos territoriais ou do regional entre outros aspectos. Assim

também, nomeia, designa, faz significar, expressa subjetividades e ideologias.

Deve-se a tudo isso, a riqueza e a compreensão de que o léxico funciona efetivamente como o pulmão das línguas vivas de cultura. É um conjunto aberto que se renova para atender às condições necessárias de comunicação verbal de diferentes gerações, das especialidades profissionais, de grupos sociais distintos entre tantas outras possibilidades.

Toda essa diversidade constitutiva está efetivamente relacionada a aspectos diacrônicos, diatópicos, de estratos sociais, de níveis de fala. Decorre daí a ideia de instabilidade, da falta de organicidade do componente léxico e, em consequência, dos julgamentos negativos a respeito de um pilar que, na verdade, é essencial e intrínseco à existência e à prática das línguas, porquanto capaz de somar a significação dos dizeres individuais ao dizer coletivo. Seguindo as palavras de nossa homenageada, entende-se o modo de construção do léxico: “Ao fim e ao cabo, o universo semântico se estrutura em torno de dois polos opostos: o indivíduo e a sociedade. Dessa tensão em movimento se origina o léxico” (BIDERMAN, 2001, p. 178)

Em síntese, sem palavras, não há o verbal, não há sistema linguístico.

E, não por acaso, a palavra, condição da existência do léxico, é também a marca da nossa condição de seres humanos, de nossa subjetividade e também o meio para o pensar, tanto que: “É o que se pode dizer que delimita e organiza o que se pode pensar” (BENVENISTE, 1976, p. 76).

Para terminar, quero ainda lembrar que, para dizer o que se deseja, com muita frequência, recorreremos ao dicionário, cuja serventia não é necessário agora listar. Apenas, acrescento que há uma relação inevitável e indissociável entre léxico, como conjunto de palavras de uma língua, e os dicionários da mesma língua. Isso porque o dicionário, de acordo com sua etimologia, é o lugar onde se guardam as palavras.

Por sua vez, como nos diz Alain Rey: “o dicionário nos dá uma imagem do léxico de um idioma” (1977, p. 3). Assim, mesmo que falte algum item, o dicionário é o único tipo de obra que assume a difícil missão de registrar, de referenciar o léxico de modo sistemático.

Com esse pensamento, esse lexicólogo e lexicógrafo francês, responsável pela importante coleção dos dicionários *Robert*, portanto quali-

ficado tal como Maria Tereza Biderman, também lexicóloga e lexicógrafa, explica o entrelaçamento entre palavras e dicionário. Mais que isso, ambos concretizaram a difícil missão de lidar com toda a heterogeneidade constitutiva do léxico para dicionarizá-lo, para nos ajudar a ser uma sociedade de cultura.

Voltando ao percurso de Maria Tereza Biderman, quero enfatizar que ela nos ofereceu importantes imagens do conjunto das palavras do português do Brasil. Com reflexões e práticas lexicográficas pensadas, avaliadas e testadas contribuiu para um registro confiável, para um resgate da história e da atualidade de nosso acervo léxico.

Essas breves referências ao intenso trabalho de Maria Tereza Camargo Biderman constituem uma singela homenagem a sua pessoa, um tributo a seu trabalho. Com esse intuito, procurei delinear o perfil de alguém que foi amiga, abriu caminhos, ensinou muito. Sempre será um exemplo de pesquisadora séria, corajosa, apaixonada, cujo dinamismo escreveu uma importante fase da história não só do nosso GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL, mas colaborou significativamente para o avanço qualitativo da lexicografia brasileira e para a afirmação dos alicerces das ciências do léxico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Edusp, 1976.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LEPSCHY, J. Léxico. *Enciclopédia Einaudi, linguagem e enunciação*. v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- REY, Alain. *Le lexique: images et modèles, du dictionnaire à la lexicologie*. Paris: Colin, 1977.

**MENTIRAS E LUTAS:
PROCESSO DE MESCLAGEM EM CONVERSA ESPONTÂNEA**

Caroline Martins da Silva (UERJ)

carolmar31@gmail.com

Sandra Pereira Bernardo (UERJ/PUC-Rio)

sandrapb@terra.com.br

RESUMO

Nesta comunicação, serão analisados três processos de mesclagem (FAUCONNIER & TURNER, 2002) encontrados em transcrições de conversas espontâneas do Banco de Dados Interacionais (RONCARATI, 1996) das expressões metafóricas: a) Pinóquio de Mello; b) Coronelzinho Silva; c) Ele é um batalhador. A mesclagem, que é um raciocínio cotidiano intuitivo, porém complexo, ocorre por meio do acionamento de uma rede de integração entre domínios conceptuais distintos, cujos elementos são comprimidos num espaço mental mesclado. Ela inclui entidades destacadas, por meio de projeções seletivas desses diferentes domínios acionados em espaços mentais de entrada (*inputs*). A capacidade de abrir, conectar e mesclar espaços mentais fornece uma *insight* global é uma compreensão em escala humana e um novo sentido que tornam os seres humanos mais eficientes e criativos. Um dos mais importantes aspectos dessa eficiência, em termos de *insight* e criatividade, é a compressão alcançada por meio da mesclagem de relações conceptuais denominadas relações vitais (FAUCONNIER & TURNER, 2002, p. 92ss), que conectam elementos ou propriedades de contrapartes. A analogia, a identidade, a singularidade e a intencionalidade se destacam entre as relações vitais ativadas nas compressões observadas na construção de sentido das expressões analisadas.

Palavras-chave: Mesclagem. Conversa espontânea. Metáfora. Expressões metafóricas.

1. Introdução

Neste artigo, apresentaremos, com base na teoria da integração conceptual (FAUCONNIER; TURNER, 2002), as análises de três expressões encontradas em conversas espontâneas, cujo objetivo é postular os tipos de rede de integração envolvidos na compreensão desse gênero

textual. Para tal, foi utilizado o *Banco de Dados Interacionais*⁴¹, organizado por Cláudia Roncarati (1996), composto por treze interações.

As expressões destacadas foram *Pinóquio de Mello* (BDI 9D:009), *Coronelzinho Silva* (BDI 9D:0043) e *Ele é batalhador* (BDI 4:412). Essas ilustram a capacidade imaginativa do ser humano ao carregarem consigo comparações entre guerra e trabalho; personagens fictícios e figuras políticas do Brasil; ditadura e administração de empresas.

As simples projeções entre o domínio fonte e alvo não revelam os verdadeiros sentidos dessas integrações, o que ratifica o grande potencial simbólico do sistema conceptualizador humano em construir significados, a partir das operações cognitivas (identidade, integração e imaginação).

Ainda que os falantes de uma língua, inseridos em uma determinada cultura, apresentem uma aparente facilidade para construção de sentidos desse tipo de integrações, essas formas de conceptualização demandam operações cognitivas complexas, como a compressão de relações vitais de identidade, representação, intenção e analogia.

Tendo em vista os objetivos deste trabalho, antes de nos aprofundarmos nas análises, será apresentada, na próxima seção, uma síntese das fundamentações teóricas.

2. *Mesclagem ou integração conceptual*

A forma como se raciocina, ao processar informações e conhecimentos de todos os tipos, deve-se, em muitos casos, à integração (ou mesclagem) conceptual. Isso se dá desde o pensamento mais simples ao mais complexo. O sistema conceptualizador humano é dotado de grande potencial simbólico para construir significados. Como apontam Fauconnier e Turner (2002, p. 6ss), isso é possível devido a três operações cognitivas básicas inter-relacionadas: identidade, integração e imaginação.

Perceber *identidade*, equivalências e oposições, entre todos os entes (concretos ou abstratos), a fim de estabelecer-lhes relações e/ou delimitá-las, é resultado de um trabalho complexo e elaborado do raciocínio.

⁴¹ As interações que compõem o Banco de Dados Interacionais são identificadas como BDI. Ao lado desta sigla, encontra-se o número da conversa e da linha que a unidade entonacional foi transcrita. Por exemplo: BDI 1:12 (BDI, conversa 1, linha 12).

Não se trata de um ponto de partida primitivo cognitivo, neurobiológico e evolucionário, a percepção da identidade é parte de um processo de integração conceptual muito mais complicado, com propriedades dinâmicas e estruturais, bem como restrições operacionais, que trabalha, sem ser notado, de forma rápida nos bastidores da cognição, ao categorizarmos tudo que nos cerca (*op. cit.*).

Identidade e integração não podem explicar o significado e seu desenvolvimento sem a imaginação. Mesmo com ausência de estímulo externo, o cérebro pode produzir simulações: ficção, sonho, cenários hipotéticos, fantasias. Todavia, os processos imaginativos identificados nessas formas elaboradas de pensamento criativo também atuam na mais simples construção de significado (*op. cit.*). Assim, quando se categorizam as entidades, atribuindo-lhes uma escala de valores, papéis e/ou funções, suas identidades são percebidas de modo a integrá-las numa categoria conceptual estável adequada ao contexto (comunicativo, social, cultural), a partir de experiências, armazenadas com base em modelos cognitivos idealizados, esquemas imagéticos e *frames*.

Modelos cognitivos idealizados (MCI) consistem em um conjunto coerente e estável de representações do conhecimento que pode ser organizado de várias maneiras (LAKOFF, 1987). Os esquemas imagéticos formam-se por meio da percepção sensório-motora das experiências humanas mais primitivas, ligadas a uma série de situações que experienciamos em nossa interação com o ambiente (GIBBS & COLSTON, 2006). Semelhantes aos MCI, na medida em que se relacionam a estruturas de conhecimentos relativamente complexas, os *frames* podem ser definidos como qualquer “sistema de conceitos relacionados, de tal forma que para entender qualquer um deles é necessário compreender toda a estrutura em que se enquadram” (FILLMORE, 2006, p. 373).

Grande parte da conceptualização, responsável pelo estabelecimento de sentidos, ocorre por meio de integração de espaços mentais interconectados, abertos dinamicamente à medida que o sistema conceptualizador humano aciona rotinas cognitivas para processamento e compreensão de tudo que nos cerca. Os espaços mentais são pequenos pacotes conceptuais construídos durante o pensamento e a fala. Trata-se de construtos parciais que contêm elementos estruturados por *frames* e modelos cognitivos. Embora operem na memória de trabalho, tais espaços são construídos parcialmente pela ativação de estruturas da memória de longo termo.

A compreensão de um enunciado como “Se eu fosse você agiria com mais cuidado ao lidar como o novo encarregado”, expresso, por exemplo, durante um diálogo entre colegas de trabalho, envolve a ativação de dois cenários: o da realidade, a forma como os participantes estão agindo, e o da situação hipotética, o modo de ação recomendado. O cenário da realidade envolve o acionamento de dois espaços mentais: no primeiro, conceptualiza-se o funcionário que lida bem com o chefe; no segundo, o funcionário, que, segundo o enunciador, não vem interagindo bem com o chefe.

Para compreensão do cenário hipotético, projeta-se o papel desempenhado pelo funcionário cuidadoso na contraparte do papel desempenhado pelo funcionário relapso, integrando os dois papéis, ou seja, ligam-se as identidades dos dois funcionários. No espaço mental em que ocorre a fusão de papéis, denominado espaço-mescla, os dois funcionários lidam bem com o novo encarregado. Nesse processo de integração conceptual, projeta-se apenas a qualidade esperada no trato com o novo encarregado.

Logo, a integração (ou mescla) conceptual é uma operação mental básica altamente imaginativa, que surge de uma rede de espaços mentais, cuja configuração mínima envolve a projeção seletiva de elementos de quatro espaços: (i) espaços iniciais de entrada – espaços-input 1 e 2 interconectados; (ii) espaço genérico – projeta-se sobre cada um dos inputs, contendo o que os dois inputs têm em comum em qualquer momento do desenvolvimento da rede de integração conceptual; (iii) espaço-mescla – em que elementos dos espaços iniciais (inputs) são parcialmente projetados (por exemplo, a habilidade de lidar com o chefe do funcionário cuidadoso e o modo como o funcionário relapso passaria a agir).

O aspecto mais importante é que o espaço mesclado mantém-se conectado aos inputs, para que essas propriedades estruturais do espaço mesclado possam ser mapeadas, quando refletido de volta sobre os inputs. Por causa da familiaridade do quadro obtido pelo completamento-possibilidade de uma nova composição no espaço-mescla evocar conhecimento compartilhado de *frames* e modelos cognitivos e culturais ainda não ativados-, o cenário hipotético com mudança de comportamento do funcionário é automático.

Qualquer espaço pode ser modificado em qualquer momento da construção da rede de integração. Isso ocorre porque o significado não é construído em nenhum dos espaços especificamente, mas reside na reci-

proximidade dos arranjos elaborados e suas respectivas conexões. Logo, a ordem desses esquemas pode ser reorganizada a todo o momento. Espaços, domínios e enquadramentos podem proliferar-se e modificar-se, resultando assim em novos espaços-mescla antes não previstos e também provocando transformações naqueles já previstos.

Mesclagens costumam ser originais e geradas *on line*, mas requerem acionamento de projeções e *frames* já armazenados (entrenchados – *entrenchment*). Uma vez criada, a mescla pode se tornar uma rotina cognitiva fixa, armazenada, com potencial para se tornar o input de outro processo de integração conceptual. Um fato motivador fundamental da mesclagem é a integração de vários eventos em uma única unidade. Um exemplo de Fauconnier e Turner (2002) que ilustra bem essa característica é a conceptualização de cerimônias de formaturas, cujo conceito representa em um único evento todas as etapas percorridas ao longo dos anos da graduação, que são comprimidos no espaço-mescla.

Passamos, assim, à proposta de conceptualização de trechos encontrados nas conversas espontâneas dos BDI 9D e 4.

3. Mentiras e lutas

Na seção (2.1), apresentamos a conceptualização proposta para duas expressões empregadas numa assembleia para se referir a autoridades que afetam a vida dos funcionários de uma estatal. Na seção (2.2), expomos a construção de sentido de uma expressão já bem cristalizada no uso da língua.

3.1. Comício SINDIPETRO/RJ

No BDI 9D, dois funcionários da Petrobrás, aliados ao SINDIPETRO/RJ, convocam os colegas de trabalho para uma manifestação geral que ocorrerá naquele mesmo dia, 19 de setembro de 1990. Envolvidos por um espírito político, discutem sobre o maior arrocho salarial do Brasil e a atitude mentirosa do presidente da época (1990), Fernando Collor de Mello, ao insistir em reportar um possível crescimento econômico do país. Demonstrando aversão às atitudes de Collor e à administração do presidente da Petrobrás Ozires Silva, os participantes evidenciam operações altamente imaginativas ao exporem seus argumentos. Dessa maneira, observamos integrações conceptuais como *Pinóquio de Mello* e *Co-*

ronelzinho Silva. A primeira expressão aparece em vários pontos da conversa com objetivo de ressaltar as mentiras de Collor acerca de suas afirmativas infundadas em relação à realidade brasileira da época e aos compromissos assumidos em sua campanha à presidência do Brasil.

As falas do excerto (1) foram expressas pelo sindicalista indicado como F1:

(1)

0006 Já tá havendo o maior arrocho salarial des/

0007 mil novecentos e oitenta e três no país.

0008 Então

0009 como é que Pinóquio de Mello vem dizer pra gente

0010 que o país tá crescendo.

0011 Mais uma mentira.

0012 Mais uma vez

0013 revela o seu caráter de mentiroso.

(...)

0038 Não vamos admitir

0039 o nosso salário seja arrochado.

0040 Vamos lutar pela recomposição dos nossos salários.

0041 Vamos lutar pela manutenção da Petrobrás.

0042 Vamos cobrar os investimentos na produção da Petrobrás.

0043 Como é que agora vem o senhor Coronelzinho Silva dizer

0044 que a Petrobrás não está preparada para o choque do petróleo.

Na **Fig. (1)**, apresentamos a configuração da mesclagem postulada para a expressão *Pinóquio de Mello*.

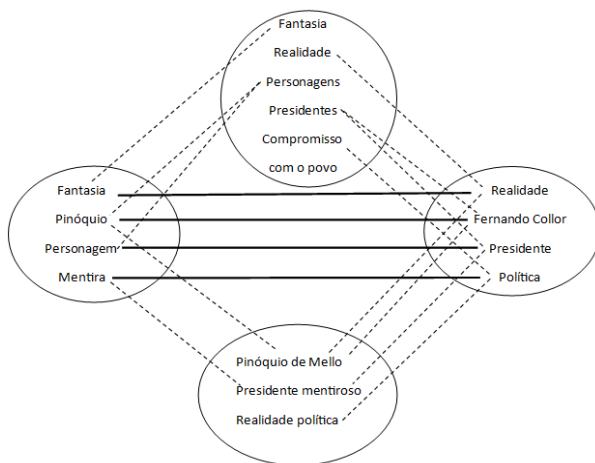


Fig. 1 – Mescla Pinóquio de Mello⁴²

No espaço mental inicial (*input 1*), ativa-se o *frame* relacionado ao personagem de histórias infantis: uma fantasia sobre um menino cujo nariz crescia a cada mentira que contava, configurando a relação metonímica de parte-todo, uma vez que o todo (personagem) é representado por uma parte de seu corpo (nariz). No *input 2*, observa-se o *frame* relativo presidente do Brasil, em 1990, Fernando Collor de Mello. No espaço mental da mescla, encontra a recriação da identidade Collor como mais um presidente mentiroso que não cumpriu seus compromissos de campanha.

Tal raciocínio é ativado por uma relação de (des)personificação. Neste caso, Collor deixa os caracteres humanos para assumir a identidade de um personagem fictício. Essa caracterização resulta em uma ANALOGIA entre o presidente do Brasil e a história do boneco Pinóquio, responsável por gerar um espaço-mescla fundamentado na metáfora conceitual SERES HUMANOS SÃO PERSONAGENS FICTÍCIOS.

Nesse movimento de (des)personificação de Collor, existe uma relação de INTENCIONALIDADE, uma vez que se verifica um desejo do falante-sindicalista em chamar atenção para o fato de o presidente não cumprir o que prometeu em sua candidatura, configurando-se como men-

⁴² Os quadros e tabelas construídos pelos autores dispensam esta informação.

tiroso, e alguém, assim como os personagens fictícios, que vive em uma realidade fantasiosa.

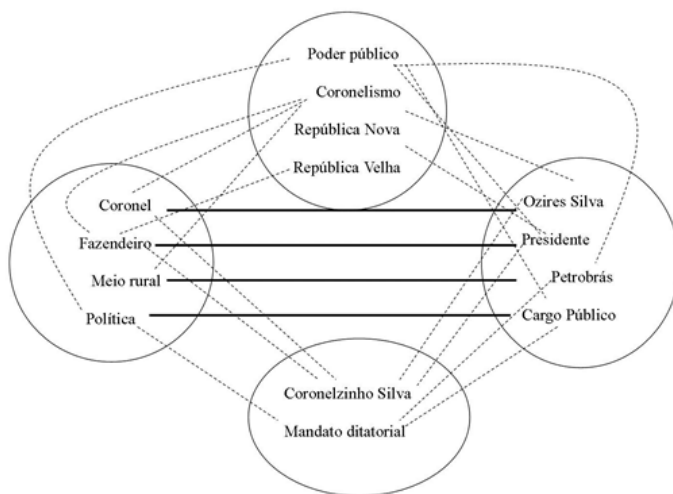


Fig. 2 – Mescla Coronelzinho Silva

Além disso, a caracterização de Collor como mentiroso resulta em uma relação de SINGULARIDADE para os políticos mentirosos, resultante da compressão das relações vitais: compressão das IDENTIDADES por ANALOGIA do presidente com o personagem; compressão entre CAUSA-EFEITO, representada pela mentira de Collor (causa) e efeito (Collor como Pinóquio).

No *input* 1, ativam-se elementos relativos a coronel: uma caracterização política praticada, principalmente, do meio rural, cujos fazendeiros eram denominados coronéis. No *input* 2, encontram-se os elementos relacionados ao mandato cumprido pelo presidente da Petrobrás Ozires Silva. No espaço mescla, configuram-se elementos relacionados à nova identidade de Ozires, recriada a partir das relações deste com os funcionários e sua maneira de administrar a empresa.

Essa nova IDENTIDADE resulta, assim como visto em *Pinóquio de Mello*, em uma SINGULARIDADE para os presidentes de comportamento tirânico, resultante de outra relação vital: compressão de IDENTIDADES por ANALOGIA dos presidentes como coronéis de fazendas.

Vale ressaltar que o sufixo *-zinho* em *Coronelzinho* traz à expressão um caráter irônico. Dessa maneira, o valor semântico que este sufixo apresenta é de pejoratividade, podendo significar qualquer coronel ou até mesmo a ausência de respeito por parte de quem se refere a esta autoridade.

A análise exposta acima é uma das compreensões possíveis para esta integração conceptual, uma vez que a falta de referências na conversa, quanto à figura do coronel, permite duas leituras deste vocábulo. A outra face desta ambiguidade aciona elementos, aludindo ao período de regime militar no Brasil (1964-1985).

Como se observa na **Fig. (3)**, no *input* 1, acionam-se elementos relativos à figura de uma das inúmeras patentes militares: coronel. No *input* 2, encontram-se as informações acerca do presidente da Petrobrás (1990): Ozires Silva. No espaço mescla, pode-se observar a (re)configuração deste, não mais como um dos representantes do Coronelismo, mas sim do regime militar ditatorial presente no Brasil em 1964-1989.

Assim como a análise da mescla (2), a caracterização do presidente da Petrobrás como um coronel/ditador resulta em uma SINGULARIDADE aos presidentes de empresas com atitudes repressoras, advinda da relação vital de compressão de IDENTIDADE por ANALOGIA.

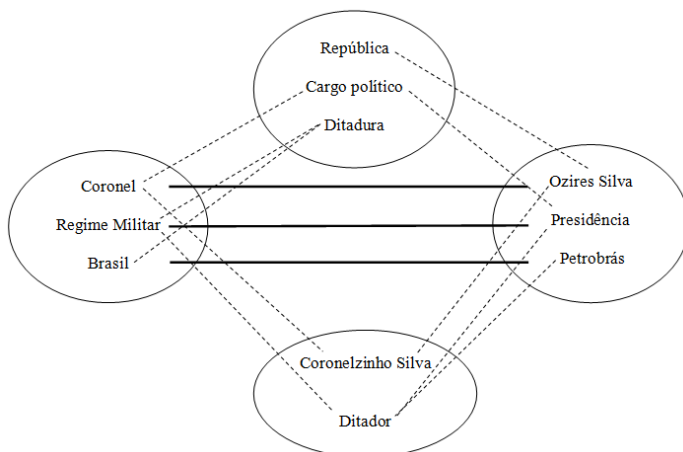


Fig. 3 – Mescla Coroneizinho Silva

O acesso cognitivo às entidades por meio de um homônimo leva à ambiguidade estabelecida nessa expressão. A ANALOGIA, assim, faz-se de modo distinto, como explicitado anteriormente, uma vez que nesta segunda leitura *coronel* é uma patente do sistema militar brasileiro, enquanto na primeira era um fazendeiro militante do coronelismo.

Mesmo com a mudança de interpretação, o caráter irônico do sufixo *-zinho*, como mencionado anteriormente, permanece como o mesmo valor semântico.

3.2. Trailer do alojamento

No BDI 4, sete amigos iniciam uma conversa irônica intercalando diversos assuntos. Itanimar, Carmen e Iva, aproveitam para falar sobre os pretendentes da última. Numa parte desta interação, os falantes comentam acerca de dois rapazes conhecidos de Iva. Os amigos mostram-se contra o primeiro, quanto ao segundo, antes de tecerem qualquer comentário, Iva o defende, utilizando como argumento o fato de ele ser *batalhador*. No excerto (2), encontra-se transcrito tal trecho de conversa.

Excerto (2)

- 0362 (Iva) Claudir?
 0363 (Car) Quem?
 0364 (Iva) É uma pesso=a
 (...)
 0384 (Car) [É o poeta]
 0385 (Iva) [Igno/]
 0386 (Car) magrelo
 (...)
 0391 (Car) Faz porra nenhuma
 (...)
 0409 (Iva) tem um garoto que tem //
 0410 <que é trabalhador>
 0411 ele trabalha
 0412 Ele é batalhador

Na figura (4), encontramos a mescla para a expressão *Ele é bata-*

lhador. Para composição desta integração, foram acionados *inputs* relacionados à GUERRA e ao TRABALHO. Nesses espaços, encontrar-se-ão elementos e experiências relacionados a ambos.

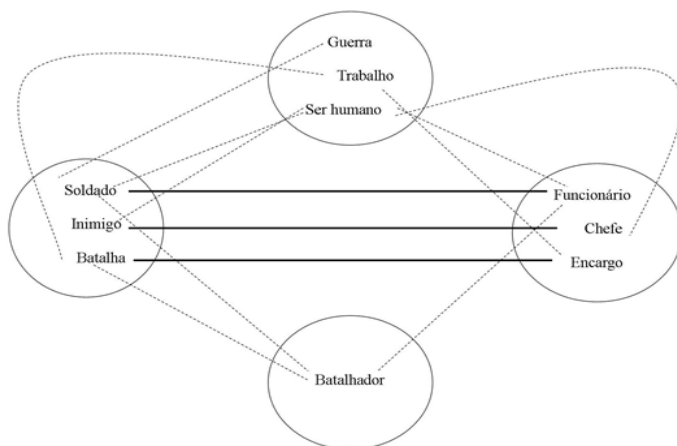


Fig. 4 – Mescla *Ele é batalhador*

No espaço mental inicial (*input 1*), ativam-se elementos relativos à guerra, observa-se que os participantes são soldados, que lutam em prol de um objetivo, derrotar seus inimigos, sendo vitoriosos nas inúmeras batalhas que compõem uma guerra. No *input 2*, ativam-se os elementos relacionados ao trabalho, dessa maneira, assim como no *input 1*, encontramos duas figuras antagônicas, o funcionário e o chefe e as metas a cumprir, nesse caso, os encargos.

Pode-se observar que o espaço mescla está conectado aos *inputs* a fim de que sua propriedade estrutural, *batalhador*, possa ser mapeada ao ser refletida de volta nestes. Dessa maneira, é possível observar, nessa conceptualização convencionalizada, a ANALOGIA entre trabalho e batalha evidenciada pela metáfora conceptual TRABALHO É GUERRA.

4. Considerações finais

Ao comparar as mesclas analisadas, nota-se que há pontos convergentes em suas caracterizações. É possível afirmar que as três expressões aqui estudadas voltam-se a questionamentos sobre a realidade brasileira. A crítica está presente tanto na comparação que revela o caráter

mentiroso da elite que governa o país, quanto na afirmação dos trabalhadores como seres que trocam seus trabalhos por batalhas.

Nesse contexto, pode-se observar em *Pinóquio de Mello; Coronelzinho Silva e Ele é batalhador* a compressão das seguintes relações vitais inter-relacionadas: *analogia, intencionalidade, singularidade, identidade, causa-efeito*.

A presença dessas evidencia a necessidade dos conceptualizadores em recriar a identidade de seus alvos, em todos os casos de maneira pejorativa, utilizando-se em certas interações, como em *Coronelzinho Silva*, da ironia para ratificar suas contrariedades.

Apesar da passagem do tempo, a (re) criação dessas entidades faz-se atual, uma vez que políticos, em sua maioria, mostram-se mentirosos e os chefes das grandes empresas, ditadores. Além disso, a imagem do trabalho como guerra tornou-se convencionalizada.

Dessa maneira, as quatro leituras das mesclas apresentadas revelam a adequação do modelo de rede de integração conceptual para a análise de conversas espontâneas, uma vez que este permite a explicação do potencial criativo presente em tais produções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDO, Sandra Pereira. *Projeto de pesquisa – Papel da metáfora e da mesclagem conceptual em conversa*. UERJ-SELIC 2013-2015: Rio de Janeiro, 2013 (pdf).

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basis Books, 2002.

FILLMORE, Charles J. Frame semantics. In: GEERAERTS, Dirk (Ed.). *Cognitive linguistics: basic readings*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006, p. 373-400.

FERRARI, Lilian. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Coord. de trad.: Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: EDUC, 2002 [1980].

O USO DO GLOSSÁRIO DE VERBOS E A CRIAÇÃO DE JOGOS COMO MEIO DE APRENDIZAGEM

Dayane Carneiro Rocha (UFT)

dayane.dayane17@hotmail.com

Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira (UFT)

luizpeel@uft.edu.br

RESUMO

Este trabalho, que faz parte do PIBIC do curso de letras da Universidade Federal do Tocantins, tem como escopo a criação de um glossário de verbos como recurso didático voltado para o ensino fundamental, sendo que terá também uma versão virtual, com a criação de um *software* com jogos e exercícios, com o intuito facilitar o aprendizado do verbo e de suas flexões. O estudo apresenta um enfoque pancrônico, com levantamento histórico e atual dos conceitos do verbo, utilizando como fonte gramáticas e livros didáticos de língua portuguesa. Apresenta, ainda, um diálogo constante com gramáticos e filólogos tais como Said Ali, Rocha Lima, Luft, Bechara, Celso Cunha e José Pereira da Silva.

Palavras chaves: Glossário. Verbo. Gramática normativa.

1. Introdução

O glossário que buscamos produzir pretende apresentar, aos alunos do ensino básico, o conjunto das formas verbais disponíveis na língua portuguesa, não apenas uma lista, mas uma rede de funções e de relações formais e significativas entre essas formas.

Nosso norte teórico baseia-se com gramáticos e filólogos tais como Rocha Lima, Luft, Bechara, Celso Cunha, Said Ali e José Pereira da Silva.

Nesse estudo, teremos como foco os livros didáticos, como traba-lham e descrevem o verbo, observando como o livro didático e a escola, lidam com tal paradoxo no ensino-aprendizagem de língua portuguesa.

Trabalharemos com o *neologismo verbal*, compreender suas causas e atuação no vernáculo. Partindo desta perspectiva, é observado como o neologismo em si é “transformação da língua” mesmo com influência dos *estraneirismos* formando novos verbos, que segundo Lapa (1998, p. 45):

(...) o neologismo compreende palavras novas, mas formadas dentro dos processos usuais da língua, (...). Nenhuma delas, porém, é palavra novinha em folha; prova de que a língua não cria, mas propriamente transforma, com material que já dispõe.

E, ainda, para aprimorar o estudo, Ilari (1997) alega que a gramática tradicional não trata diretamente desta mudança linguística (Socio-linguística) devido a termos que se fincam apenas um modelo de função, ocasionando em uma insuficiência de contexto sem termos claros.

(...) mostrar a partir de exemplos concretos a insuficiências do tratamento sintático das gramáticas tradicionais: (...) 1- a gramática tradicional propõe descrições numa metalinguagem imprecisa (lembre-se a pluralidade dos sentidos que pode assumir a expressão “indispensável ao sentido da frase”); 2- nessa metalinguagem ela traça uma grade classificatória que dá uma imagem grosseira da estrutura do período – grosseira no sentido de que procura reduzir todos os aspectos observáveis uns poucos processos sintáticos, mas grosseira também porque os dados que se propõe analisar são sempre dados da forma das orações, excluindo-se informações sobre o contexto e os interlocutores (...); 3- tão logo se tenta explicar os critérios que a gramática tradicional oferece, verifica-se que suas descrições se aplicam a um segmento surpreendentemente pequeno dos *atos da língua*; e aqui duas atitudes são possíveis: a atitude dogmática que consiste em aplicar as classificações gramaticais a qualquer preço, e a atitude crítica de quem verifica a distância entre a realidade linguística e o modelo simplificado que a gramática tradicional proporciona. (ILARI, 1997, p. 42-43 – grifo nosso)

Outro fator observado é o desuso da ênclise, sendo uma das formas tradicionais da língua culta lusitana que nos dias atuais perde sua proficuidade. A ênclise emprega-se no início de frases ou períodos, quando o verbo estiver no imperativo afirmativo, no gerúndio e no infinitivo impessoal. Com grande uso pelos gramáticos, escritores de obras literárias.

2. Conceito do verbo nas gramáticas normativas

Partimos como estudo da terminologia gramatical da obra de Ote-lo Reis, *Breviário da conjugação de verbos*, que trata de um ensino normativo de organização dos exemplos, características e classificações, voltada para termos técnicos da conjugação de verbos. A forma como Reis

(1992) formula os conceitos limita o leitor a um “modelo” de informações, pois, trabalha com maior ênfase na morfologia do verbo, já a semântica e a fonologia é tratada em segundo plano. Vejamos o conceito:

Conjugar um verbo é expor sistematicamente todas as formas em que ele pode ser empregado. Essas formas ou modificações correspondem à voz, ao modo, ao tempo, ao número e pessoa. Algumas são expressas por meio de flexões, outras por meio de verbos auxiliares. As flexões do verbo, ou seus acidentes, são: o modo, o tempo, o número e a pessoa. (REIS, 1992, p. 3)

Reis (1992) trabalha com o verbo dando ênfase a suas modificações, ou seja, flexões, tempos, número e pessoa, não conceituando o real significado do conceito de verbo, ou seja, um estado, fenômeno da natureza, mudança de estado e a ação feita pelo substantivo. Porém a explicação das terminações verbais apresenta modelos antes adotados pela derivação de verbos no latim, algo que é levado como um ponto positivo: “Verbos terminados em guar. – Quando o *g* provém de *c* latino, não há hesitação: a sílaba *gu* tem o acento nas formas rizotônicas.” (REIS, 1992, p. 56). Sobre as várias interpretações de acordo com o significado da palavra:

Parece-me, pois, mais acertado proscrever-se a forma *crear*, para adotar-se tão somente *criar*. Estabeleceu-se, porém, modernamente, a distinção entre as duas formas, segundo o sentido. *Crear* seria o mesmo de *tirar do nada, dar existência a, fazer, instituir*, enquanto *criar* seria *educar, cultivar, promover o desenvolvimento de coisa ou ser*. – *Crear o mundo, crear uma repartição, crear um imposto*, mas, *criar um menino, criar galinhas* etc. (REIS, 1992, p. 62)

Na conjugação dos verbos de Reis (1992) foi observada a montagem incompleta das formações das tabelas de conjugação. Vendo por essa perspectiva, vejamos como é conceituado o verbo por vários gramáticos:

O gramático normativo Rocha Lima (2005) tem como conceito o seguinte:

O verbo expressa um fato, um acontecimento: o que se passa com os seres, ou em torno dos seres. É a parte da oração mais rica em variações de forma ou acidente gramaticais. Estes acidentes gramaticais fazem com que ele mude de forma para exprimir cinco ideias: modo, tempo, número, pessoa e voz. (LIMA, 2005, p. 130)

O gramático Luft (2002) define verbo comparando a uma ideia temporal e de um processo, ou seja, um aspecto.

Palavra que exprime um processo inserido no tempo: uma ação (*correr*), um fenômeno (*ventar*), um estado (*ser, estar*) ou mudança de estado (*tornar-*

se, ficar). Diferencia-se, assim, do nome: ao passo que este exprime as realidades estaticamente, o verbo faz dinamicamente. O nome situa o ser no espaço; o verbo figura-o no tempo, sob forma de ação, movimento, estado. O que caracteriza o verbo em oposição ao nome é, portanto, a ideia temporal (os alemães o chamam de “Zeitwort” – “palavra de tempo”): o início, a duração ou o resultado de um processo (aspecto) ou o momento de sua ocorrência (tempo). Além disso, o verbo tem papel fundamental na frase: é o termo essencial do enunciado, o núcleo da frase sintaticamente construída, pois há orações sem sujeito, mas não sem verbo. Porque consideravam a palavra por excelência é que os gramáticos latinos lhe deram o nome que tem: verbo, “a palavra. (LUFT, 2002, p. 166)

O gramático Bechara (2009) define o conceito de verbo: “[...] Entende-se por verbo a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar o seu significado lexical”. (BECHARA, 2009, p. 209)

Os gramáticos, Cunha & Cintra (2001) conceituam o verbo da seguinte forma:

1. Verbo é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo: Um dia, Aparício *desapareceu* para sempre. (A Meyer, *SI*, 25). [...] 2. O verbo não tem, sintaticamente, uma função que lhe seja privativa, pois também o substantivo e o adjetivo podem ser núcleos do predicado. Individualiza-se, no entanto, pela função obrigatória de predicado, a única que desempenha na estrutura oracional.” (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 379)

Perini (2005) tem por conceito de verbo:

(...) Verbo é a palavra que pertence a um lexema cujos membros se opõem quanto a número, pessoa e tempo. (Chamamos lexema um conjunto de palavras que se distinguem através de flexão; assim, *corro, correr, corríamos* fazem parte de um lexema; *casa, casas* fazem parte de outro. Mas *casa* e *casebre* não fazem parte do mesmo lexema, porque se distinguem por derivação, e não por flexão.). Em outras palavras, a noção corrente de “verbo” é formal, e não semântica. O conjunto das palavras que exprimem uma ação, por exemplo, não se chama em geral de “verbos”: *correr, corria, corrida, vingança, vingar, traiu*, traição etc. Como se vê, todas essas palavras exprimem, de alguma forma, uma ação; mas nem todas são verbos. A classe dos verbos é uma das poucas que se pode definir e estabelecer no momento com clareza. A definição dada acima se baseia nos traços morfológicos da palavra (variação em pessoa, tempo e número). (PERINI, 1999, p. 320)

Observa-se que os conceitos apresentados possuem características: morfológicas, sintáticas e semânticas. Alguns gramáticos simplificam o conceito explicitando a função principal do verbo: *ação*. Já outros, buscam ampliar e descrever com traços históricos, comparação com termos de outros idiomas e a actualidade. Nessa perspectiva, em um es-

tudo sincrônico dos conceitos, analisa-se que o valor do verbo construído nos conceitos de gramáticos do século XXI visa a um contexto geral das características dos verbos, tanto de suas formas primitivas quanto suas formas mais usuais (consideramos aqui a flexão e derivação) que dificulta a compreensão do leitor:

Por *sincronia* entende-se, em princípio, a referência a língua em um dado momento do percurso histórico, “sincronizada” sempre com seus falantes, e considerada no seu funcionamento no falar como descrição sistemática e estrutural de um só sistema linguístico (“língua funcional”), enquanto por *diacronia* se entende a referência a língua através do tempo, isto é, no estudo histórico das estruturas de um sistema (“gramática histórica”), e como história da língua. (BECHARA, 2009, p. 40)

3. Conceito do verbo nos livros didáticos

Tomemos como início a análise do livro didático: *Mundo Mágico: Curso Completo: Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais, Ciências e Programas de Saúde*, do ano de 1995, da editora Ática, que tem o conceito de verbo da seguinte forma:

Os verbos apresentam três tempos: presente, passado ou pretérito e futuro. Os tempos indicam se a ação ou fato já aconteceu se está acontecendo ou se ainda vai acontecer. *Serafina escreveu no diário*. A ação escrever está no tempo passado ou pretérito. Ela já aconteceu; *Serafina escreve no diário*. A ação de escrever está no tempo presente, isto é, ainda está acontecendo; *Serafina escreverá no diário*. A ação de escrever está no tempo futuro, ou seja, ela ainda vai acontecer. Há três tipos de passado ou pretérito: pretérito perfeito, pretérito imperfeito, e pretérito mais-que-perfeito. O tempo futuro apresenta duas formas: futuro do presente e futuro do pretérito. (MORAES et al., 1995, p. 87 – grifo nosso)

Por se tratar de um livro didático voltado às séries iniciais observa-se que o conceito de verbo é apresentado de forma breve com dados exemplos da ação verbal, ou seja, a ação exercida pelo substantivo. De modo geral após este conceito, o livro apresenta as modificações verbais sendo elas: flexões, concordância (singular e plural) e os modos (indicativo subjuntivo e imperativo); por fim, e aprofundando mais a noção inicial de conjugação de verbos, um capítulo reservado apenas as três conjugações verbais em forma de tabelas contendo exemplos conjugados em todos os tempos.

No livro *Palavras e Ideias*, de José de Nicola e Ulisses Infante, produzido pela editora Ática no ano de 1997, voltado a 6ª série (7º ano, atualmente) apresenta o conceito de verbo da seguinte forma: “Verbo é a

palavra que exprime aquilo que se passa no tempo, indicando ação, estado, mudança de estado ou fenômeno da natureza”. (NICOLA & INFANTE, 1997, p. 147)

Podemos perceber que os conceitos de verbo nos livros didáticos possuem uma característica em comum: tem conceitos breves; trabalha diretamente com a oração (frases soltas) para explicar e justificar e não possui um aprofundamento da classe de palavras, fazendo com que o estudo se torne impreciso e não traga para o aluno um conceito rico das flexões e dos tempos verbais.

O livro *Encontro e Reencontro em Língua Portuguesa: Reflexão & Ação*, de Marilda Prates, da 8ª série, do ano de 1998, não tem um conceito de verbo, pois trabalha com maior ênfase na construção de orações e enunciados, ou seja, o que é visto são fragmentos curtos que apontam a identificação do verbo em orações (sintaxe) e pequenos momentos sobre concordâncias verbais, suas formas nominais etc. O livro toma como foco a discursão dos textos dados em cada capítulo sobre um determinado tema e a partir deste texto são recolhidos fragmentos para serem estudados seu significado, morfologia e utilização na língua, logo em seguida questão referente à classe gramatical.

No livro didático *Português: de Olho no Mundo de Trabalho*, de volume único para o ensino médio, Ernani Terra e José de Nicola citam o conceito de verbo da seguinte forma:

Verbo é a palavra variável em pessoa, número, tempo e voz que exprime um processo, isto é, aquilo que se passa no tempo (ação, estado, mudança de estado, fenômeno da natureza, existência, desejo, conveniência). *Cantaremos a noite toda!* (ação); *O dia está agradável* (estado); *A vida tornou-se dançável*. (mudança de estado). (TERRA & NICOLA, 2004, p. 246)

Ao fim desta análise o que se tem como propriedade principal é a forma como os autores dos livros didáticos propõem a sua conceituação sobre a classe gramatical do verbo por apresentarem: o conceito, locução verbal, estrutura do verbo, flexões do verbo, formas nominais, classificação dos verbos, emprego dos modos e dos tempos verbais, emprego do infinitivo e questões para fixação do conteúdo abordado, ou seja, atividades para memorização dos conceitos. Os gramáticos apresentados nesta análise abrangem um todo conglomerado de informações sobre a classe: seu aspecto, usos, conjugações, locuções, acidentes etc.

As mudanças linguísticas só nos parecem evidentes quando comparamos forma de épocas distintas; no século XIII, escrevia-se - e seguramente também se falava - *migo* (port. Atual *comigo*), *fremosa* (port. Atual *formosa*) (...).

Verbos como *ter*, *ver* e *pôr*, que atualmente não possuem vogal temática no infinitivo, tinham-na explícita na Idade Média: *teer*, *veer*, *poer*. Mudanças significativas, capazes de transformar sensivelmente a fisionomia de uma língua, atingem a fala de toda uma comunidade, que, por isso, experimenta em cada etapa da história a sensação de que todos os seus membros partilham os mesmos hábitos linguísticos. Noutras palavras, os membros da comunidade linguística entendem-se e comunicam-se porque participam de um mesmo “estado de língua” estruturando numa dada *sincronia*. A história de uma língua – ou melhor, sua *diacronia* – pode, assim, ser explicada como uma sucessão de “estados da língua”, uma passagem ininterrupta de uma sincronia a outra. A mudança, embora imperceptível, é incessante, o que é, a captação de sua estrutura numa sincronia – é tão somente um ponto de vista em que nos colocamos para analisar ou descrever a língua. (AZEREDO, 2000, p. 29)

Por este intermédio, percebemos que a base para a criação de um glossário se prende a vários fatores tanto normativos quanto descritivos em relação ao uso da língua. A formação de produção de jogos com o intuito de ensinar verbos se finca a forma como é apresentada o conceito do verbo, que por ser a parte da gramática mais complexa e rica em formas precisas. Com base no que foi proposto, nosso alvo é alunos do ensino fundamental e médio e para este público temos uma preocupação em organizar de forma que os auxiliem.

4. Estudos dos neologismos verbais e sua plasticidade na língua portuguesa brasileira

O estudo do neologismo que buscamos focalizar é na língua e seus usos, mas que, ao longo dessa análise citaremos textos literários para ampliar e fundamentar essa plasticidade corrente dos falantes da língua portuguesa.

Todo neologismo verbal quando criado, principalmente derivado dos *estrangueirismos*, o que ocorre com mais frequência, são os novos significados adquiridos pela derivação de nomes e em nosso caso de verbos. Temos consequentemente palavras como *printar* que deriva do verbo em inglês: *print* (impressão, ato de imprimir) que devido a sua grande utilidade pelos falantes da língua portuguesa sofre alterações em sua pronúncia (fonética) e em termos normativos ganha uma terminação em –ar (primeira conjugação) para adquirir efeito de ação.

Fatos que ocorrem com grande frequência com outros termos: *conectar*, *blogar*, entre outros que no decorrer tem a mesma mudança fonética e na maioria das vezes essa mudança afeta seu radical. Tomemos como exemplo, *conectar* originário do verbo inglês *connect*: “conectar;

ligar dois pontos em um circuito ou rede de comunicações [...] intervalo de tempo que um usuário está conectado em um sistema interativo.” (Dicionário Michaelis UOL – versão eletrônica).

Motivos que ocasionam tais adoções e usos se justificam no meio cultural em que os falantes vivem atualmente. Cultura esta se refere: a tecnologia, a mídia (revistas, textos jornalísticos, propagandas etc.) e dos termos resumidos e diretos que envolvem a língua seus sentidos e os usuários.

Língua como estrutura abstrata, uma espécie de denominador comum de todos os seus usos: o *sistema*; o ato concreto de falar/ouvir ou escrever/ler a língua: o *uso*; a soma dos usos históricos e socialmente consagrados numa comunidade e adotados como um padrão que se repete: a *norma*. (AZEREDO, 2000, p. 40)

Azeredo (2000, p. 103) não se refere diretamente ao termo neologismo, mas a amálgama lexical “composição em que se misturam de forma arbitrária e imprevista dois ou mais lexemas”, ou seja, é nessa finalidade de trazer ao interlocutor interesse pelo produto que a mídia utiliza, de modo geral, a unção de termos. Um exemplo: o termo da empresa Nestlé utiliza *Chocolovers*, unção de dois termos: chocolate + lovers tornando-se um adjetivo aos amantes de chocolate.

Os neologismos verbais constroem-se mediante o sufixo - ar (terminação) e os prefixos a-, des-, re-. O processo de composição permite formar neologismos compostos que são constituídos por dois substantivos, ou um substantivo e um adjetivo; por um verbo e um substantivo; por um substantivo, uma preposição e um substantivo. O truncamento engendra neologismos formais mediante a supressão de fonemas ou de sílabas no início, no meio e no final das palavras do português europeu. (MBANGALE, 2005, p. 180)

É observado que mesmo no português todo neologismo verbal é regular devido uso das terminações em -ar, -er e -ir. Na literatura torna-se exceção, pois devido a gama de significados dados pela interpretação tanto do leitor quanto do autor, é o leitor que produz o sentido. Um exemplo é o escritor moçambicano Mia Couto em sua obra: *Estórias Abensonhadas* que retrata bem em seus contos essa função criadora de sentido: devagaroso, desabandonado, ensonada, cacimbações, apoucava, poentaram, barafundido etc.

5. O desuso da ênclise

A gramática normativa brasileira tem passado por várias mudanças, inserção de novas palavras, criação e desuso de outras. De acordo

com o gramático (PERINI, 1999, p. 230) “a ênclise está desaparecendo do português brasileiro; essa tendência, dominante na modalidade falada, já deixou marcas muito profundas no próprio padrão escrito”.

Nosso enfoque será no desuso da ênclise que de acordo Azeredo (2000) na fala coloquial é menos utilizada que a próclise, esta por possuir pronomes átonos e de fácil uso e compreensão dos falantes:

Notemos inicialmente que a próclise do pronome é a posição mais favorecida pelo ritmo da frase no português do Brasil, onde a raridade das formas *o, a, os, as* – mas os pronomes átonos mais comuns são iniciados por uma consoante – *me, te, lhe, se* (reflexivo). A posição proclítica em que ordinariamente são colocados favorece o relevo fonético desses pronomes, tornando-os semitônicos. Nas frases coloquiais *Me larga, Te peguei, Se muda daqui*, fica nítida a pronúncia semitônica dos pronomes. Não é outra a razão do conhecido hábito brasileiro de “começar a frase com pronome átomo”, fato que em épocas não tão remotas causava horror aos gramáticos puristas.

A adoção da ênclise do pronome em certas situações de fala ou em certos textos (*Refiro-me, Envio-te, Retire-se*) é um traço do formalismo exigido pelos princípios do contrato de comunicação – fator sociocomunicativo, portanto –, não um imperativo gramatical. (AZEREDO, 2000, p. 199)

Essa simplicidade feita pelos falantes faz com que a forma culta – por assim dizer – da ênclise se torne obsoleta, pois, essas facilidades se justificam em passar a informação e não na estética e beleza do texto como faziam os antigos gramáticos e literaturas.

6. Conclusão

Este trabalho busca uma forma qualitativa do conhecimento sobre verbos auxiliando professores e alunos. Nossas preocupações são didático-pedagógicas, já que os glossários, dicionários e vocabulários que são encontrados no mercado editorial brasileiro são todos voltados para o ensino médio e/ou para o ensino superior. E nosso desejo é publicar, ao final desta pesquisa, um glossário didático para alunos do ensino fundamental, com jogos e exercícios que facilitem, verdadeiramente, o aprendizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *Dicionário de linguística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1977.

COUTO, Mia. *Estórias abensonhadas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

CUNHA, Celso. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FE-NAME/MEC, [s./d.].

_____; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ILARI, Rodolfo. *A linguística e o ensino da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LAPA, Manoel Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. [44. ed., 2005].

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário gramatical da língua portuguesa*. Porto Alegre: Globo, 1971.

_____. *Moderna gramática brasileira*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2002.

MBANGALE, M. As unidades neológicas do português em África. *Babilónia – Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução, América do Norte*, dez. 2010. Disponível em:

<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/babilonia/article/view/1805/1454>>.

Acesso em: 09-07-2014.

MORAES, Lúcia Maria et al. *Mundo mágico: curso completo: língua portuguesa, matemática, estudos sociais, ciências e programas de saúde*. São Paulo: Ática, 1995.

NASCENTES, Antenor. *O problema da regência*. Rio de Janeiro: Nacional, 1955.

NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. *Português: palavras e ideias*, 6ª série. São Paulo: Scipione, 1997.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva de português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.

PRATES, Marilda. *Encontro e reencontro em língua portuguesa: reflexão & ação*. 8ª série. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1998.

TERRA, Ernani; NICOLA, José de. *Português de olho no mundo do trabalho*. São Paulo: Scipione, 2004.

ANEXO

Verbo Perder					
Gerúndio: perdendo					
Particípio passado: perdido					
INDICATIVO					
Presente		Pretérito perfeito		Pretérito imperfeito	
eu	perco	eu	perdi	eu	perdia
tu	perdes	tu	perdeste	tu	perdias
ele/ela	perde	ele/ela	perdeu	ele/ela	perdia
nós	perdemos	nós	perdemos	nós	perdíamos
vós	perdeis	vós	perdestes	vós	perdieis
eles/elas	perdem	eles/elas	perderam	eles/elas	perdiam
Pret. mais-que-perfeito		Futuro			
		Futuro do presente		Futuro do pretérito	
eu	perdera	eu	perderei	eu	perderia
tu	perderas	tu	perderas	tu	perderias
ele/ela	perdera	ele/ela	perderá	ele/ela	perderia
nós	perderíamos	nós	perderemos	nós	perderíamos
vós	perderíeis	vós	perderéis	vós	perderíeis
eles/elas	perderiam	eles/elas	perderão	eles/elas	perderiam
SUBJUNTIVO					
Presente		Pretérito imperfeito		Futuro	
que eu	perca	se eu	perdesse	quando eu	perder
que tu	percas	se tu	perdesse	quando tu	perderes
que ele/ela	perca	se ele/ela	perdesse	quando ele/ela	perder
que nós	percamos	se nós	perdessemos	quando nós	perdermos
que vós	percais	se vós	perdesseis	quando vós	perderdes
que eles/elas	percam	se eles/elas	perdessem	quando eles/elas	perderem
IMPERATIVO		INFINITIVO			
afirmativo	negativo	PESSOAL		IMPESSOAL	
φ	φ	para perder eu		Perder	
perde tu	não percas tu	para perderes tu			
perca você	não perca você	para perder ele/ ela			
percamos nós	não percamos nós	para perdemos nós			
perdei vós	não percais vós	para perderdes vós			
percam vocês	não percam vocês	para perderem eles/elas			

**PALAVRA POR PALAVRA:
O ESTUDO DO LÉXICO
NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Márcia Suany Dias Cavalcante (UERJ/UEMA)
marciasuany@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo verificar o papel que o léxico ocupa na escola, especificamente, nas aulas de língua portuguesa. Para isso, é feito um estudo do livro didático por este constituir muitas vezes o único material de apoio do aluno e do professor. A obra investigada integra uma das coleções selecionadas pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (2012 a 2014), na qual se procurou perceber as funções que o léxico tem para o aprimoramento da competência linguística do aluno do ensino médio, buscando compreender as características desse nível de ensino, a função da disciplina de língua portuguesa e o perfil dos discentes/usuários. Com isso, pretendeu-se evidenciar a importância da escolha do livro didático, que deve ser motivada e oriunda de um intenso processo de discussão. Contribuíram para esta pesquisa os estudos de lexicologia do português de Basílio (1991, 1996, 2006), Vilela (1994), Barbosa (1996, 2001), Biderman (2001), Henriques (2011) e Antunes (2012) e os documentos oficiais – LDB, PCN, PCNEM e OCN. Observa-se que a recolha e análise dos dados coletados pretendem ser, antes de qualquer coisa, o início para reflexões sobre o ensino do léxico e o sujeito da aprendizagem numa perspectiva sociodiscursiva da língua.

Palavras-chave: Léxico. Ensino. Livro didático.

1. Introdução

O léxico corresponde ao conjunto das unidades vocabulares de uma dada língua e que está sujeito a ampliações e renovações. A história da linguagem e os processos de criação de palavras apontam para a ratificação de que é próprio das línguas mudarem num processo ininterrupto e, muitas vezes, imperceptível, uma vez que a língua está em permanente evolução e os usuários a conhecem num estado atual (sincrônico). Nessas

mudanças, muitas palavras são incorporadas e outras caem no desuso, tornando-se obsoletas.

O conjunto de palavras de uma língua, embora não fechado, tem a importância de caracterizar o perfil de seus usuários. É uma espécie de reflexo da cultura dessa língua, revelando interesses, costumes, crenças, ideologias e comportamentos diversos. É, ainda, elemento dessa própria cultura, que se transmuta segundo o tempo, o espaço, a camada ou situação social, constituído por não estaticidade, apontando, portanto, para a individualidade e a lógica de cada língua. O acervo lexical retrata a experiência humana acumulada, assim como a inserção de novas experiências e dos novos modos de pensar e agir.

Para elaborar enunciados, busca-se nas palavras a melhor forma de dizer. São elas que materializam as intenções comunicativas e, de certa forma, mostram a competência lexical de determinado falante/usuário. Os estudos lexicais se debruçam sobre essas e tantas outras questões que evidenciam como o conhecimento do léxico é fundamental para que os usuários de língua materna aprimorem sua competência linguística.

Paralelamente, a formação do professor não perpassa pela lexicologia, ficando, consequentemente, o ensino do léxico em posição marginal nos programas escolares. Na universidade, a abordagem das questões lexicais acontece, principalmente, nos cursos de pós-graduação, restringindo, portanto, o público a que tem acesso a esse conhecimento. Ainda se privilegia o ensino da palavra sob os aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos de forma isolada e, muitas vezes, descontextualizada. Consequentemente, o tratamento dado ao léxico na escola é quase irrelevante mediante o espaço que a gramática ocupa nas aulas.

O presente trabalho se detém sobre o papel que o léxico ocupa na escola, especificamente, nas aulas de língua portuguesa. Para isso, tem como ponto de partida o livro didático que constitui muitas vezes o único material de apoio do aluno e do professor. A obra selecionada é *“Português: Contexto, Interlocução e Sentido”*, volume 1, que integra uma das coleções selecionadas pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (2012 a 2014). A recolha e análise dos dados coletados pretendem ser, antes de qualquer coisa, o início para reflexões sobre o ensino do léxico e o sujeito da aprendizagem numa perspectiva sociodiscursiva da língua.

2. *Considerações teóricas*

A língua é um sistema com dupla função: uma de classificação e a outra de comunicação. Segundo Basílio (2006, p. 9), o papel do léxico está ligado a essas funções. Assim, esclarece:

O léxico é uma espécie de banco de dados previamente classificados, um depósito de elementos de designação, o qual fornece unidades básicas para a construção dos enunciados. O léxico, portanto, categoriza as coisas sobre as quais queremos nos comunicar, fornecendo unidades de designação, as palavras, que utilizamos na construção dos enunciados.

Além disso, por ser um sistema aberto, à medida que necessidades comunicativas pontuais se manifestam, é possível passar por expansões. Há nele intrínsecas estruturas que permitem o manuseio para inserção de palavras perfeitamente ajustáveis ao sistema vigente, seja por construções com elementos da própria língua ou por empréstimo de outras.

As duas disciplinas tradicionais que estudam o léxico são a lexicologia e a lexicografia, que de maneira distinta têm como fundamento a descrição do léxico.

A lexicologia é o estudo da palavra. É uma ciência antiga, na qual suas bases teóricas estão voltadas para a classificação e a formação da palavra. Segundo Biderman (2001, p. 16), tem como objetos básicos de estudo e análise a palavra, a categorização lexical e a estruturação do léxico. Assim, estuda as palavras de uma determinada língua em variados aspectos, dentre os quais estão presentes os morfológicos e semânticos.

A lexicografia é a ciência dos dicionários. É também definida como uma arte ou uma técnica. Assim, é uma área científica que tem por objeto de estudo os problemas teóricos e práticos advindos da confecção de dicionários. Biderman (2001, p. 17) diz que a análise da significação das palavras tem sido o objeto principal da lexicografia.

Outra ramificação de estudo lexical, que vem se consolidando nos últimos anos, é o que chamamos de terminologia. Esse campo de estudo se ocupa de grupos de palavras exclusivos que estão relacionados a uma área específica do conhecimento humano.

Nesse estudo, o campo de observação e análise se insere nos domínios da lexicologia, buscando, portanto, nos pressupostos teóricos dessa ciência os critérios para o estudo do léxico nas dimensões morfológica, semântica e textual-discursiva para verificar qual o tratamento dado a essas questões no livro didático de língua portuguesa do ensino médio.

Observa-se a importância de se ter a noção do que seja a palavra, uma vez que o repertório lexical de uma língua é formado por palavras. Essa definição, embora já tenha sido objeto de muita discussão e dissenso acadêmico, orienta o foco dos estudos lexicais. Inclusive, Biderman (2001) informa que a concepção de palavra já fora renegada por muito tempo pelos estruturalistas, pela sintagmática e pelos gerativistas.

Para Biderman (2001, p. 114), o conceito de palavra não pode ter um valor absoluto, pois considerando a hipótese de Sapir-Whorf⁴³ cada língua recorta a realidade de forma diferente, criando categorias linguísticas e mentais que lhe são exclusivas. Assim, palavra é uma unidade psicolinguística que se materializa no discurso de forma individualizada, estando entre uma unidade mínima gramatical significativa (o morfema) e uma unidade sintagmática maior (o sintagma).

Uma alternativa possível para a compreensão do que seja palavra, entendendo-a como sinônimo de vocábulo, é a conjugação de dois critérios: espaços em branco e mobilidade posicional. Nesse sentido, Henriques (2007, p. 8) esclarece:

Pelo primeiro deles, uma frase como “Os artistas trabalham bem” apresenta quatro vocábulos, marcados por intervalos que são as pausas de entonação ou as pausas gráficas (os espaços em branco), estejamos na linguagem oral ou escrita, respectivamente. Pelo segundo, poderemos investigar se dado segmento pode ou não apresentar outro posicionamento frasal. Em “in + feliz” há um único vocábulo, pois essa ordem é irreversível. O mesmo ocorre em “caneta + tinteiro” ou “passa + tempo”. Opostamente, em construções do tipo “leve + a”, “mexa + se”, tal não acontece: é possível dizer “a leve”, “se mexa”. Conjugando-se os dois critérios, veremos que “Os artistas trabalham bem” realmente possui quatro vocábulos, pois, além da possibilidade de pausa, há uma mobilidade posicional. A frase poderia ser “Os bons artistas não trabalham sempre bem”.

As palavras, sem controvérsias, são a matéria-prima que corporizam as ações humanas de linguagem. No livro didático *Português: Contexto, Interlocução e Sentido*, vol. 1, palavra é definida como unidade linguística de som e significado que entra na composição dos enunciados da língua. Nesse sentido, entende-se a palavra como elemento constitutivo de um movimento de interlocução real no qual os sujeitos envolvidos estão inseridos num contexto específico. Esse conceito associa a forma

⁴³ Essa teoria insiste no fato de que a própria percepção que o indivíduo tem da realidade, de certa forma, é pré-moldada pelo sistema linguístico que ele fala, pois as categorias existentes nessa língua o predis põem para certas escolhas de interpretação do real (BIDERMAN, 2001, p. 110).

apenas à realidade acústica, o que pode marginalizar a escrita enquanto materialidade do signo linguístico.

Neste trabalho, palavra é entendida como unidade léxica constituinte de um contexto sociodiscursivo, portanto deve ser analisada amplamente a partir dos critérios fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos, sendo que o foco de observação tem por fim último a construção de sentidos no discurso.

3. *Os documentos oficiais e o ensino de língua materna*

O atual ensino básico, previsto constitucionalmente, é pautado pelas *Diretrizes Curriculares Nacionais* que reúnem princípios, fundamentos e procedimentos, definidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), para orientar as políticas públicas educacionais dos entes estatais (união, estados, distrito federal e municípios) na propositura, implementação e avaliação dos currículos escolares.

Como etapa final da educação básica, o ensino médio é um direito social de cada pessoa, e dever do Estado na sua oferta pública e gratuita a todos. Apresenta uma organização curricular estruturada em áreas de conhecimento, sendo a primeira delas a de linguagens. Parte integrante do componente obrigatório de ensino está, conforme define a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, o estudo da língua portuguesa, que deve ser entendida como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania.

Nos *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio* (PCNEM, 1998), a linguagem é entendida como a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los, utilizando sistemas arbitrários de representação adequados a uma dada sociedade. Nesse sentido, a produção de sentido é a razão de todo ato de linguagem.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio* compreendem ainda que a dialogicidade das linguagens exige uma visão muito além do ato comunicativo superficial e imediato. Assim, os significados existentes em cada particularidade devem ser retomados a partir de aspectos históricos, sociais e culturais que circulam cotidianamente. Quanto às questões lexicais, os parâmetros orientam para uma resignificação do ensino. Segundo esse documento (1998, p. 83):

O trabalho com o léxico não se reduz a apresentar sinônimos de um conjunto de palavras desconhecidas pelo aluno. Isolando a palavra e associando-a

a outra apresentada como idêntica, acaba-se por tratar a palavra como portadora de significado absoluto, e não como índice para a construção do sentido, já que as propriedades semânticas das palavras projetam restrições seletivas. Esse tratamento, que privilegia apenas os itens lexicais (substantivos, adjetivos, verbos e advérbios), acaba negligenciando todo um outro grupo de palavras com função conectiva, que são responsáveis por estabelecer relações e articulações entre as proposições do texto, o que contribui muito pouco para ajudar o aluno na construção dos sentidos.

Assim, no desenvolvimento da competência discursiva dos alunos, o tratamento lexical deve acontecer de forma abrangente. Os parâmetros enfatizam que o conhecimento não pode ser fragmentado e que a análise das palavras não seja de forma isolada e dissociada das relações possíveis no contexto discursivo.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio* evidenciam a dinamicidade da língua e reconhecem que a análise lexical pode favorecer o aprimoramento das competências gramatical e interativa uma vez que pela observação das palavras pode-se compreender o contexto de uso e, portanto, o léxico mais adequado a ele. Com isso, o aluno passa a ter consciência de suas escolhas vocabulares e suas implicações para as intenções discursivas.

As *Orientações Curriculares Nacionais* – OCN (Brasil, 2006) de língua portuguesa também situam os estudos para a dimensão do texto/discurso, afirmando que o processo de produção e/ou recepção de textos, na dimensão linguística, está vinculado aos recursos linguísticos em uso: fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais. Sendo que, associados a outros recursos, propiciem que o texto seja processado pelo aluno sempre em relação a um dado contexto.

Complementarmente, o *Guia de Livros Didáticos PNLD 2012* (Brasil, 2011) ratifica o papel central da língua e da linguagem na vida do indivíduo. Assim, o ensino de língua portuguesa deve contribuir para a formação do cidadão pleno, preparando-o para o prosseguimento dos estudos e para o mercado de trabalho. No mesmo sentido, as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio* (Brasil, 2013) assinalam para uma formação humana integral, na qual o ensino tenha unidade e maior relação com o projeto de vida dos estudantes. Para isso, dentre outras, deve-se valorizar a leitura e a escrita em todos os campos do saber. Logo, o desenvolvimento das proficiências oral e escrita, assim como a reflexão e sistematização dos conhecimentos linguísticos, é condição para que o aluno esteja integrado à vida social e à cultura letrada.

4. O sujeito da aprendizagem

O público-alvo do ensino médio é composto por uma heterogeneidade juvenil que busca integração a uma sociedade desigual. Nas redes públicas de ensino, os alunos são, em sua grande maioria, de origem popular. Eles vivenciam uma etapa de vida na qual têm de tentar conciliar os estudos e a inserção no mundo do trabalho. Dessa forma, como sujeito da aprendizagem, ou seja, alguém apto a interagir e agir no seu processo de conhecimento, eles apresentam um perfil próprio que deve ser observado nas práticas escolares.

As DCNEM (Brasil, 2013) dizem que o jovem do Ensino Médio deve ser visto como sujeito com valores, comportamentos, visões de mundo, interesses e necessidades singulares. Nesse sentido, indo além da visão de que a juventude é uma fase de transitoriedade, o ensino deve ocupar-se da formação desse indivíduo no momento presente e não apenas com o seu “vir a ser”, proporcionando, portanto uma aprendizagem de fato significativa.

Considerando o perfil do discente do ensino médio, o *Guia de Livros Didáticos PNLD 2012* observou que a escola tem os seguintes desafios básicos:

- acolher o jovem em sua condição específica, colaborando para o processo de construção de sua plena cidadania e, portanto, para sua inserção social e cultural;
- reconhecer os limites e possibilidades do sujeito adolescente, propiciando o suporte necessário para o desenvolvimento de estratégias eticamente legítimas e socialmente bem sucedidas de subjetivação.

As *Orientações Curriculares Nacionais do Ensino Médio* (2006) recomendam que a escola seja pensada a partir de sua própria realidade e privilegiando o trabalho coletivo. Além disso, o currículo deve expressar o conceito que a escola tem de seus alunos, portanto deve ser elaborado para eles e com eles. Essa visão insere o indivíduo no processo ensino-aprendizagem, atribuindo-lhe o *status* de sujeito.

Partindo desses pressupostos, observa-se a importância da escolha do livro didático, que deve ser motivada e oriunda de um intenso processo de discussão. Compreender as características do Ensino Médio, o papel da disciplina de língua portuguesa e o perfil de seus usuários é um bom começo. O *Guia de Livros Didáticos do PNLD/2012 de língua portuguesa do ensino médio* (2011, p. 6) afirma que seu objetivo é

[...] colaborar para que nossas escolas promovam uma escolha qualificada do livro didático de português, ou seja, uma escolha motivada por um processo de discussão o mais amplo e criterioso possível. É uma boa forma de dar início a esse processo é resgatar, em suas linhas gerais, as características do ensino médio e o papel específico de uma disciplina como língua portuguesa nesse nível de ensino.

Nesse sentido, o guia pretende colaborar para o momento de transição que estamos passando, evidenciando o esforço das coleções aprovadas em atender os princípios delineados, dentre eles, ressalte-se, a interdisciplinaridade e a contextualização, pelos documentos oficiais, assim como a de ofertar um ensino diversificado que atenda à heterogeneidade e pluralidade de condições, interesses e desejos dos discentes.

5. Descrição e análise do corpus coletado

O livro analisado *Português: Contexto, Interlocução e Sentido*, volume 1 tem três autoras. A obra está organizada em subáreas – literatura, gramática e produção de texto. Para a compreensão das questões léxico-textuais, as autoras apresentam alguns conceitos que norteiam o processo ensino-aprendizagem dos alunos, buscando, de certa forma, dar início às reflexões sobre a importância das palavras para a apreensão do sistema linguístico enquanto instrumento de interação entre o sujeito e o mundo. Dentre outros, temos os conceitos de palavra, língua, signo linguístico, neologismo, empréstimos lexicais, texto, contexto, discurso, dentre outros.

Assim, analisando de forma ampla as questões lexicais presentes nesse livro, procurou-se perceber as funções que o léxico tem para o aprimoramento da competência linguística do aluno do ensino médio. Noções sobre variação vocabular, estrutura e formação de palavras, relações de sentido, renovação e expansão do léxico, gênero textual e contexto nortearam os caminhos para a classificação de 5 grupos de relações lexicais que são apresentadas a seguir.

5.1. O léxico e a formação de palavras

Os processos de formação de palavras utilizam fórmulas padronizadas para dar forma às novas palavras, ou seja, recorre aos elementos já existentes no próprio sistema lexical da língua. Por meio desses elementos é possível apreender a estrutura das palavras, seja reconhecendo-as ou

criando-as. Pode-se afirmar, portanto, que o principal recurso criativo lança mão dos elementos mórficos do vocábulo, seja pelo mecanismo composicional ou pelo mecanismo derivacional. Além dos processos de composição e de derivação, há processos especiais, como, dentre outros, a regressão, a abreviação, os neologismos e os empréstimos.

Basicamente, quanto à estrutura e formação de palavras, o livro concentra o conteúdo em 3 capítulos (19, 20 e 21). Neles são apresentados os elementos mórficos e os processos de formação, com ênfase na composição e na derivação. As autoras utilizam vários gêneros textuais, como tiras, trechos de notícia/crônica de jornal/revista, fragmentos de livros, cartum, anúncio publicitário, além de inúmeras exemplificações na exposição do conteúdo.

Os textos funcionam como objeto de análise linguística, sendo que a identificação da estrutura e da formação de palavras não acontece de forma isolada. Busca-se uma integração com os significados, os efeitos de sentido, o contexto, a substituição, o diálogo entre o texto verbal e não-verbal, a adequação, o uso corrente, as intenções, o jogo semântico e a criatividade no uso do léxico. Vejamos a seguinte atividade proposta na p. 332 do livro analisado:

As questões de 4 a 7 referem-se ao texto a seguir.

Gente superfaturada

[...] O verbo “superfaturar” [...] anda tão valorizado nos últimos anos, tão exposto na cobertura de sucessivos escândalos, que vem tentando virar aquilo que não é: um sinônimo perfeito de “exagerar” ou “superestimar”. Dificilmente atingirá seu objetivo, mesmo em sentido figurado. “Faturar” é um verbo enraizado demais no campo da economia.

Apesar de tudo, ele faz o que pode. Dia desses, uma notícia de grande destaque na imprensa carioca informava que o governo Anthony Garotinho está sendo acusado de “superfaturar em 50%” o número de pessoas alfabetizadas no estado de 1999 a 2002. Doe. “Superfaturar” significa “cobrar preço excessivamente alto” ou “expedir fatura de venda com preço acima do realmente cobrado”. É possível superfaturar gente, sim, mas só em regimes escravocratas.

RODRIGUES, Sérgio. Coluna Língua Viva. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 ago. 2002. (Fragmento)

4. O texto transcrito centra-se na discussão do uso do verbo **superfaturar**. Explique a formação dessa palavra.

➤ Qual o sentido atribuído ao prefixo *super*?

5. Sérgio Rodrigues aponta, em seu texto, um uso equivocado desse verbo. Em que consiste esse equívoco, segundo o autor?

➤ Explique por que tal uso é inadequado.

6. O que explicaria, do ponto de vista semântico, esse equívoco?

7. Explique por que Sérgio Rodrigues afirma que “superfaturar gente” só seria possível em regimes escravocratas.

A atividade com base no texto “Gente superfaturada” proporciona uma interessante reflexão lexical, pois explora a significação, a formação, a adequação, a classe gramatical e o contexto da palavra “superfaturar”. Com isso, o aluno pode perceber o valor semântico do léxico escolhido para a representação de uma categoria cognitiva e ainda como há sua adequação de acordo com a intenção comunicativa. A atualidade da palavra possibilita também uma discussão das questões políticas e éticas da sociedade brasileira, proporcionando a cada aluno um (re)pensar de seus próprios valores, do grupo ao qual pertence e, ainda, da sociedade que deseja ajudar a construir.

5.2. O léxico e as relações semânticas

O significado de uma palavra pode estabelecer inúmeras relações com outras palavras e, inclusive, com o próprio significante. Na aproximação semântica de uma palavra com outra, o conhecimento do léxico permite reconhecer as relações, por exemplo, de sinonímia, antonímia, hiperonímia, hiponímia, homonímia e paronímia.

O livro analisado aborda todas essas relações. A homonímia e a paronímia estão numa seção que trata das convenções ortográficas, na qual são apresentados os conceitos seguidos de exemplificações. Não ocorre a exploração desse léxico no texto, restringindo as reflexões dessas relações. A sinonímia, antonímia, hiperonímia e hiponímia são apresentadas numa seção intitulada relações lexicais, que oferece, além de conceitos e exemplos, textos de gêneros variados para a compreensão do léxico em ação discursiva.

Para explicar a ideia de campo semântico (quando ocorre no texto a presença de vários termos relacionados a um mesmo conceito), as auto-

ras recorrem a um fragmento de Luis Fernando Veríssimo que recupera a ideia de “ser extraterrestre” por meio de várias palavras ou expressões (p. 260). Veja:

Piada

Não faltam piadas sobre hipotéticos *extraterrenos* e suas reações às esquisitices humanas. Tipo “o que não diria um *marciano* se chegasse aqui e...” Como já se sabe que Marte é um imenso terreno baldio onde não cresce nada, o proverbial *homenzinho* verde teria que vir de mais longe, mas sua estranheza com a Terra não seria menor. Imagine, por exemplo, um *visitante do espaço* olhando um mapa do Brasil e depois sendo informado de que um dos principais problemas do país é a falta de terras. *Nosso homenzinho* teria toda razão para rolar pelo chão gargalhando por todas as bocas.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. Novas comédias da vida pública: a versão dos afogados. Porto Alegre: L&PM, 1997. p. 115. (Fragmento).

Nesse exemplo, é importante dizer ao aluno, para além dos conceitos, que o conhecimento do campo semântico em questão contribui para a estruturação textual em virtude de recorrer ao léxico como instrumento de relações de coesão e coerência. E, ainda, que esse pode (e em alguns casos, deve) ser um recurso amplamente utilizado nas produções textuais.

5.3. O léxico e as relações contextuais

O texto é um lugar de correlações, portanto é necessário que o aluno/leitor analise as estratégias ou operações que são produtoras de sentido. Para que o texto signifique algo, deve acontecer a interação autor – texto – leitor, que se dá por meio da recuperação de uma série de informações linguísticas e extralinguísticas.

As condições em que o texto foi produzido (o contexto) norteiam as possibilidades de sentido, portanto conhecer, por exemplo, sobre o autor, a intenção discursiva, o momento sócio-histórico, dentre outros, é uma estratégia útil nas práticas de leitura. Com efeito, além das pistas extralinguísticas, tem-se o contexto de informações metalinguísticas, ou seja, aqueles conhecimentos de convenções e estruturas linguísticas.

As relações contextuais entrelaçadas ao léxico resultam em alguns “fenômenos” relevantes para a compreensão textual. É no texto que eles se manifestam: a polissemia, a ambiguidade, o sentido literal, o sentido figurado, a pressuposição, a inferência, a metáfora, a metonímia, os efeitos de sentido e outros mais.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Tais relações estão presentes em vários momentos nos textos explicativos e nas atividades da obra analisada e, especificamente, no capítulo 15 da seção de gramática. Observe a seguinte atividade proposta a partir de uma tira (p. 254):

Leia atentamente a tira abaixo para responder às questões 1 e 2.



1. Para entender a tira, é preciso identificar o contexto estabelecido em cada um dos quadrinhos. Quais são esses contextos?
 - Embora a fala das personagens seja exatamente a mesma, ela traduz um sentido diferente para cada uma das situações em que ocorre. Quais são esses sentidos?
2. Explique por que a identificação do contexto é fundamental para a compreensão do sentido do enunciado “Essa vassoura está me matando”.

Essa atividade evidencia as situações de interlocução e exploram as significações possíveis das palavras e expressões. É muito comum na língua portuguesa o fato de que nem sempre as palavras são utilizadas com o mesmo sentido. Assim, esse recurso funciona como elemento da criatividade textual, especialmente nos gêneros textuais que exploram o humor, como as tiras, e a persuasão, como os anúncios. Evidencia-se que atividades dessa natureza são fundamentais para que o aluno tente se colocar no contexto de interlocução, compreendendo que os textos têm finalidades específicas e que tanto a escolha quanto a combinação do léxico determinam a mensagem expressa. Assim, ele (aluno) terá a clareza de que é necessário expandir e articular transdisciplinarmente os conhecimentos extra e metalinguísticos.

5.4. O léxico sob a perspectiva da dinamicidade e criatividade

Segundo Basílio (1991, p. 10), há uma mesma razão pela qual formamos palavras e formamos frases: a língua possui o mecanismo que sempre procura atingir o máximo de eficiência, o que, consecutivamente, tende a um máximo de flexibilidade em termos de expressão simultaneamente a um mínimo de elementos guardados na memória. Assim, a

formação de palavras tem caráter prático, ou seja, sem acarretar a memória no sentido de guardar e mobilizar formas diferentes para cada enunciado específico, o indivíduo mobiliza palavras existentes, podendo atribuir-lhes novos sentidos, ou mesmo criar novos signos linguísticos para dados contextos.

Desse modo, a produtividade lexical sempre esteve presente na linguagem literária, na inventividade infantil e nas criações populares. Assim, o ser comunicativo está sempre expandindo seu vocabulário para atender as exigências de novas unidades de designação e construção de enunciados. Atualmente, as criações lexicais têm origens diversas. A literatura, o jornalismo, a propaganda, as charges, as histórias em quadrinhos, as letras de música, enfim, fontes variadas colaboram para a renovação do conjunto virtual de todas as unidades da língua, ocorrendo, portanto, nos registros especializados, em outros tipos de registros – oral, escrito, formal, informal – e nas diferentes variedades da língua – nacional ou regional.

O léxico nessas relações não é muito explorado no livro analisado, embora esteja presente em alguns textos que possibilitariam tal discussão. No capítulo de formação de palavras, aparecem os conceitos e ínfimos exemplos de empréstimos – *shampoo* (*xampu*), *abajur*, *sutiã*, *pincenê*, *tens*, *e-mail*, *shopping*, *show*, *xerife*, *site*, *stress*, *xerox*, *blog*, *surfe* – e de neologismo – apenas a palavra *micreiro* retirada de um fragmento de texto de Zuenir Ventura (p. 338).

5.5. O léxico e a variação linguística

Uma forma de pensar o estudo do léxico é associando as palavras e expressões a diferentes níveis de fala. Em português, há muitas diferenças no uso da língua, especialmente na fala, que são perceptíveis no léxico, na pronúncia e na estrutura de palavras e frases. Por ser a língua dinâmica, é natural a existência de variações que decorrem de fatores como a região geográfica, o nível cultural, a idade, a classe social, o sexo e o contexto.

A parte de gramática da obra em análise inicia com a discussão sobre linguagem, língua e variação linguística. Aborda, também, as características do texto oral e do texto escrito. Junto aos conceitos, estão textos de gêneros variados, dos quais são feitas as reflexões, algumas carecendo de aprofundamento quanto ao estudo do léxico.

É válido lembrar que, conforme Coseriu (1979, p. 111), as diferenças diastráticas são particularmente acentuadas nas comunidades em que existem grandes variedades culturais entre os diversos estratos sociais e, naturalmente, naquelas onde há castas. Logo, a língua brasileira reflete grandemente essas questões, pois a diversidade é elemento intrínseco à constituição de nosso povo e de nossa cultura. Sendo assim, a escola (e o livro didático) devem atentar-se ainda mais para as relações de sentido construídas a partir de um léxico informal/coloquial, que não atende ao normativismo, mas que representa sujeitos e sua cultura.

6. Considerações finais

Considerando, assim como Barbosa (2001, p. 36), o léxico como um universo da significação e, por isso, fonte inesgotável de novos saberes, novos recortes culturais, observa-se que a escola (e o livro didático) deve ampliar as reflexões acerca de seu ensino para o aprimoramento das habilidades e competências dos alunos em formação básica.

Para isso, os estudos da lexicologia precisam ganhar espaço nas instituições de ensino, perpassando pela formação do professor de língua materna e pelas (re)formulações dos currículos e planos escolares. Essa ciência, pelo diálogo que estabelece com outras áreas dos estudos linguísticos, pode viabilizar um caminho no qual a língua é analisada na perspectiva sociodiscursiva, valorizando os elementos internos e externos ao texto e os sujeitos envolvidos no contexto interacional.

Nesse trajeto, a palavra deve ter um novo *status* nas aulas de língua portuguesa, uma vez que a partir dela o aluno tece seus dizeres/discursos e se apossa do universo cultural do qual faz parte. As práticas escolares devem atentar-se para o que está expresso nos documentos oficiais – PCN, PCNEM, OCN, dentre outros – para que possa promover um ensino capaz de propiciar ao sujeito da aprendizagem a convivência ampla com a complexidade e diversidade da língua a fim de desenvolver nele a proficiência nas diversas situações de uso concreto, tornando-o apto ao mundo do trabalho e ao prosseguimento dos estudos.

Com isso, busca-se uma aprendizagem significativa que, além da atuação consciente, dinâmica e interdisciplinar do professor, tem início na seleção do material didático. No livro didático analisado neste trabalho, observou-se que as questões lexicais são abordadas em seções específicas, caracterizando ainda um ensino compartimentado e, por muitas

vezes, fragmentado, não conexo. No entanto, comparando-o aos antigos manuais de ensino, apresenta avanços na abordagem de alguns aspectos linguísticos que tendem a afastar-se do ensino de gramática por si mesma, privilegiando o contextual e pragmático.

O léxico é tratado pelas relações semânticas que estabelece, levando o aluno a perceber que a escolha e combinação das palavras são fundamentais na construção dos textos/discursos. As autoras lançam mão de gêneros textuais variados, buscando ressaltar a dinamicidade, atualidade e criatividade da língua, embora não explorem, muitas vezes, as múltiplas possibilidades de análise que o léxico em foco oferece.

Como ressalta Antunes (2012, p. 161), o ideal – para os estudos do léxico – seria que o livro didático não fosse a única fonte do material trazido para a sala de aula, pois atualmente são um sem-número de suportes de textos, acessíveis por diversas vias e que representam a multiplicidade de modalidades e significação que as atividades de comunicação e letramento podem assumir.

Finalmente, por ainda ser uma área em expansão, há muito o que se investigar para que caminhos possíveis sejam implementados nas salas de aula. É por esse motivo que este estudo se faz necessário, constituindo uma vertente de análise que tenta aproximar o instrumento didático das necessidades do sujeito da aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAURRE, Maria Luiza M., ABAURRE, Maria Bernadete M., PONTARA, Marcela. *Português: contexto, interlocução e sentido*, vol. I. São Paulo: Moderna, 2008.

ANTUNES, Irlandé. *Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2012.

BARBOSA, Maria Aparecida. Da neologia à neologia na literatura. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de, ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001, p. 33-51.

BASÍLIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Teoria lexical*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB*. Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC, 1998.

_____. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC, 2002.

_____. *Orientações curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: MEC, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Guia de livros didáticos*: PNLD 2012: língua portuguesa. Brasília: MEC, 2011.

_____. *Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio*. Brasília: MEC, 2013.

_____. *PLC 98/2011 – Estatuto da Juventude*. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=930815&filename=RDF+1+%3D%3E+PL+4529/2004>. Acesso em: 06-01-2014.

COSERIU, Eugenio. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almeida, 1994.